**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA SOCIAL E DO TRABALHO**

WASHINGTON RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

**Subjetividade, Identidade e Geografia:
o nascimento da Barra da Tijuca e
o Cronos fusional (ou a ‘morte’ da alteridade)**

Versão Original

São Paulo
2016

WASHINGTON RAMOS DOS SANTOS JUNIOR

**Subjetividade, Identidade e Geografia:
o nascimento da Barra da Tijuca e
o Cronos fusional (ou a ‘morte’ da alteridade)**

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) como requisito para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Área de Concentração: Psicologia Social.
Orientadora: Profa. Dra. Yvette Piha Lehman.

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Santos Junior, Washington Ramos dos.

Subjetividade, Identidade, Geografia: o nascimento da Barra da
Tijuca e o Cronos fusional (ou a 'morte' da alteridade) / Washington
Ramos dos Santos Junior; orientadora Yvette Piha Lehman. -- São
Paulo, 2016.

173 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área
de Concentração: **Psicologia Social e do Trabalho**) – Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Barra da Tijuca 2. Ideal do eu 3. Cronos 4. Ulisses 5. Babel I.
Título.

HM251

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em : ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Yvette Piha Lehman (Orientadora)
PST/IP-USP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Sandra Maria Patricio Ribeiro
PST/IP-USP

Assinatura: _____

Profa. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker
PSC/IP-USP

Assinatura: _____

Profa. Dr. Élvio Rodrigues Martins
FFLCH-USP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Tamara Tania Cohen Egler
IPPUR-UFRJ

Assinatura: _____

**A todos aqueles que,
por bem ou mal,
contribuíram para
este trabalho.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço muitíssimo à Profa. Yvette Piha Lehman, pela oportunidade de cursar o Doutorado, por ser sábia conselheira e excelente professora. O mundo ganha com pessoas como a senhora, abertas à alteridade e que valorizam os seres humanos. Muito obrigado!

Agradeço ao Prof. Élvio Martins por acompanhar meu caminho profissional desde o Mestrado. Agradeço aos professores que aceitaram participar da minha banca e contribuir para esta tese: professora Sandra, cuja dignidade e competência são notórias; professor Christian que foi importante referência para a conclusão desta tese; e a professora Tamara, que mais uma vez participa de uma banca avaliando um trabalho escrito por mim (vejamos se evoluímos!)...

Agradeço aos meus pais, que me possibilitaram ter livros e torná-los parte do meu cotidiano e cujos erros foram fundamentais para que me desenvolvesse.

Agradeço à Maria de Sângó, pela sabedoria, companheira de sempre e cúmplice, mãe e amiga.

Agradeço a São Raimundo Nonato, pela oportunidade, pelo acolhimento e por ter me permitido completar o quebra-cabeça. Em especial, a quatro alunos, Vanessa, Críssula, Rayanne e Leandro, pelo acompanhamento que transcende os muros da universidade. Aos alunos por mim orientados, lista comprida, que me propiciaram um crescimento profissional enorme. A UESPI, pela oportunidade de ser professor. A Negro Bispo, exemplo de sabedoria que encontrei em terras piauienses. Aos queridos Ana Stela, Gisele, Florentino, Maria Xavier e Werton que me acompanharam academicamente.

Agradeço ao Instituto Rio Branco, pelo Programa de Ação Afirmativa que, apesar de ainda muito limitado, contribuiu enormemente para que chegasse até aqui e é uma iniciativa que deve ser reconhecida como de enorme valor para o combate ao racismo institucional.

A São Paulo, urbi et orbi, pela experiência metropolitana radicalmente distinta daquela do Rio de Janeiro. A USP, pela moradia durante alguns anos (apesar dos absurdos) que possibilitaram a minha formação. Ao IP, que atuou, sem intenção, para que me tornasse professor universitário e ganhasse muito como profissional.

Ao Rio de Janeiro, minha Ítaca, que me tornou Geógrafo e Doutor em Psicologia Social.

RESUMO

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **Subjetividade, Identidade e Geografia: o nascimento da Barra da Tijuca e o Cronos fusional (ou a ‘morte’ da alteridade)**. 2016. x f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de constituição da Barra da Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Nomeada devido a um acidente geográfico, assim foi reconhecida por séculos, constituindo-se como recorte territorial apenas a partir da década de 1970. Seu desenvolvimento se fortaleceu a partir da década de 1950, como um prolongamento da Zona Sul do Rio de Janeiro. Para ‘racionalizar’ essa ocupação, foi chamado o mesmo urbanista de Brasília, Lucio Costa, que em nenhum momento menciona a palavra condomínio no Plano-piloto, embora esse tenha sido a forma que se consolidou como moradia no bairro, tornando-se um modelo, associado ao consumo e à idealização, presente tanto no discurso de moradores quanto no estereótipo criado para eles, o do emergente, novo-rico. Parte do preconceito está associada à falta de equipamentos culturais de relevância, falta que a hoje nomeada Cidade das Artes tentou preencher. Esse projeto está de acordo com a mercadização das cidades e do planejamento estratégico e teve início com o prefeito César Maia. Nomeamos a subjetividade existente na vida em condomínio como “‘morte’ da alteridade”, pois decorre fundamentalmente do Ideal do Eu regressivo, dando origem à mimese e ao narcisismo das pequenas diferenças. Interpretamos os mitos gregos de Cronos e de Ulisses, relacionando-os, respectivamente, ao Ideal do Eu regressivo e ao Ideal do Eu maturativo. Ao comentarmos sobre o mito de Babel, trazemos à discussão a função precípua da cidade e do urbano, qual seja, a da individuação. Metodologicamente, utilizamos revisão bibliográfica e entrevistas para a realização dessa tese.

PALAVRAS-CHAVE: Barra da Tijuca. Ideal do Eu. Cronos. Ulisses. Babel.

ABSTRACT

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **Subjectivity, Identity e Geography: the arise of Barra da Tijuca and fusional Cronus (or the ‘end’ of alterity)**. 2016. x pages. Thesis (Doctorate in Social and Labour Psychology) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This thesis aims to analyse Barra da Tijuca’s process of constitution, which is a neighbourhood in the city of Rio de Janeiro. It was named after a landform and were recognised as it for centuries, arising as a territorial limit only in the 1970’s. Its development strengthened along the 1950’s as an extension of Rio de Janeiro’s South Zone. Lucio Costa, the same urbanist that projected Brasilia, was invited by the government to rationalise its occupation and does not mention the expression ‘town house complex’ at all on the Plan Lucio Costa, although this is the form that became the model of neighbourhood’s occupation. Town house complex is associated to consumption and idealisation, which is shown as much dwellers’ speech as the stereotype created to them, the nouveau-riche. Part of prejudice is related to the hollowness of existent cultural facilities, which was planned to be fulfilled by Cidade das Artes. This project is in accord to cities’ marketing and competition and strategic planning that has started in Rio de Janeiro with the former mayor Cesar Maia. We named the subjectivity experienced in town house complexes as “the ‘end’ of alterity” because of the regressivity of Ego ideal that corresponds to mimesis and the narcissism of minor differences. We interpret the Greek myths of Cronus and Odysseus relating them, respectively, to regressive Ego ideal and maturational Ego ideal. On the Tower of Babel myth, we bring to discussion the paramount essence of cities and the urban, videlicet, individualisation. Our methodology consists in literature survey revision and a few interviews.

KEYWORDS: Barra da Tijuca. Ego ideal. Cronus. Odysseus. Babel.

Lista das figuras

	Pág.
1 Vista da Igreja de São Gonçalo do Amarante	02
2 Vista da Igreja de Nossa Senhora do Loreto	03
3 Vista da Igreja de Nossa Senhora da Penna	04
Propriedade fundiária no Rio de Janeiro, do século XVI à	
4 metade do século XIX	04
Excerto do mapa <i>Planta em q. se mostram as guardas e registros</i>	
5 <i>q. há na capitania do Rio de Janeiro, 1767</i>	05
Excerto das <i>Cartas topographicas da capitania do Rio de</i>	
6 <i>Janeiro</i> , de 1767	06
7 Excerto da <i>Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro</i>	06
8 Excerto do <i>Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro</i>	07
9 Excerto do <i>Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro</i>	08
10 Excerto do <i>Guia de caminantes</i> , 1817	08
11 Excerto do <i>Plan de Baie [et] de la ville de Rio de Janeiro</i>	09
12 Excerto da <i>Planta do Rio de Janeiro</i>	10
Excerto da <i>Carta topográfica e administrativa da província do</i>	
13 <i>Rio de Janeiro e do Municipio Neutro</i> , de 1850	10
14 Excerto do <i>Mappa do Municipio Neutro</i> , 187?	11
Capa do livro <i>As freguesias do Rio antigo</i> , com os respectivos	
15 limites	12
16 Divisão das freguesias do Rio de Janeiro, ao longo do tempo	13
17 Excerto da <i>Carta do Districto Federal</i> , 1907	21
18 Excerto do <i>Mappa do Districto Federal</i> , 1911	21
Excerto da <i>Ampliação photographica da carta do Districto</i>	
19 <i>Federal I</i>	22
Excerto da <i>Ampliação photographica da carta do Districto</i>	
20 <i>Federal II</i>	23
Excerto da <i>Ampliação photographica da carta do Districto</i>	
21 <i>Federal III</i>	24
22 Excerto de mapa do Prof. Everardo Bacheuser de 1925	24
23 Fotografia da Vila Balneário	25
24 Excerto de mapa da Light, <i>The city of Rio de Janeiro</i>	25
25 Excerto de mapa turístico de 1951	26
26 Excerto de mapa turístico de 1955...	26
27 Foto do Jardim Oceânico e do Tijucamar, no início da ocupação	27
28 Anúncio com venda de lotes no Jardim da Barra	29
Anúncio com venda de lotes no Jardim Oceânico, o	
29 prolongamento da Zona Sul	30
30 Excerto do <i>Plano de um trecho do Rio de Janeiro e de Niteroi</i>	33
Grande Rio em 1960, para Geiger: a Barra da Tijuca não	
31 aparece como área urbanizada	34
32 Estrutura da aglomeração do Rio de Janeiro...	34
33 Incremento populacional no Rio de Janeiro, entre 1950 e 1960...	35

Bairros da cidade em 1973 (Barra da Tijuca aparece como 34 número 1)	37
Bairros de maior prestígio na cidade do Rio de Janeiro: 35 prevalência da Zona Sul	37
36 Obras de construção do Túnel do Joá	39
37 Construção de ponte que integra a Autoestrada Lagoa-Barra	39
38 Vista aérea da Barra da Tijuca em 1969	40
39 Praia da Barra da Tijuca nos anos 1970	40
40 Vista do Jardim Oceânico nos anos 1970	41
41 Outra foto da praia da Barra da Tijuca nos anos 1970	41
Cruzamentos das atuais avenidas Sernambetiba e Ayrton 42 Senna...	42
43 Excerto de mapa turístico de 1974	45
Cruzamento das Avenidas das Américas e Ayrton Senna, 44 conhecido como Cebolão, 1980	51
45 Excerto de mapa do Rio de Janeiro, de 1991	54
46 Fachadas externas projetadas para a então Cidade da Música	57
47 Excerto de mapa do Rio de Janeiro, 2013	59
48 Mapa síntese da constituição da Barra da Tijuca	60
49 Comparação entre os planos-pilotos da Barra e de Brasília	79
Esquema originário da cidade, com linhas em preto a marcar 50 unidades primevas	81
51 Museu de Arte do Rio	119
52 Mesopotâmia à época de Hammurabi	126
53 A Torre fulminada, carta número 16 do tarot	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
CAPÍTULO 1 A CONSTITUIÇÃO DA BARRA DA TIJUCA E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DELA PELO CARIOCA – A EXPERIÊNCIA DE MORAR NA BARRA	Erro! Indicador não definido.01
CAPÍTULO 2 CRONOS FUSIONAL	113
CAPÍTULO 3 O CAOS COMO IMAGO URBIS E O MITO DA TORRE DE BABEL	120
CAPÍTULO 4 ULISSSES, GEÓGRAFO?	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

Esta tese não começou diretamente com o Doutorado. Nosso Mestrado em Geografia Humana, concluído pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), teve como título *Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro* e tratou do surgimento da Barra da Tijuca em função da perda de centralidade política da cidade com a transferência da capital para Brasília. Com esta dissertação, propomos que a mudança da capital ocasiona uma profunda transformação na identidade do carioca, em um processo semelhante ao de ruptura da diáde narcísica mãe-bebê. Até então ser carioca e ser brasileiro estavam imiscuídos em uma indiferenciação, para o carioca, obviamente.

Ao criar Brasília, a ilusão de que o Brasil era forjado à imagem e semelhança de sua capital foi definitivamente ressignificada. Assim, ao deixar de ser capital, o Rio de Janeiro passaria a ser o cartão-postal, o cartão de visitas de um Brasil que se queria moderno, vide o sucesso da Bossa-Nova e do Cinema Novo, ambos surgidos para marcar essa ruptura com um país arcaico e rural para um ‘novo’, moderno e industrial. Esse papel não caberia mais ao Rio de Janeiro, superado por São Paulo como centro industrial e econômico. Essa modernização seria acompanhada pela noção de singularidade, de excepcionalidade do carioca e de sua cidade – o Estado da Guanabara. O papel político desempenhado por Carlos Lacerda tinha por objetivo a manutenção da excepcionalidade do Rio de Janeiro, com o Cristo Redentor sendo o ícone brasileiro para os turistas que aqui chegavam. Para recuperar a hegemonia perdida, foi desenvolvido o Plano Doxiadis.

Uma das consequências fundamentais da ferida narcísica aberta pela transferência da capital foi identificar o Rio de Janeiro ao turismo, naturalizando o modo de vida associado à praia, especificamente as da Zona Sul da cidade, uma vez que o litoral guanabarino da cidade havia sido relegado à degradação ambiental, à industrialização e à favelização. Talvez a mais importante consequência tenha sido a mimetização de Brasília na Barra da Tijuca, com a elaboração do Plano-Piloto para a Baixada de Jacarepaguá pelo mesmo urbanista, Lucio Costa. A convergência de ambos, o turismo e o Plano-Piloto, consolida o desenvolvimento da Barra da Tijuca como um prolongamento da Zona Sul do Rio de Janeiro, lembrando que o núcleo original do bairro desenvolve-se

principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, com arruamento tradicional, sem influência do urbanismo modernista.

Até o surgimento do Plano-Piloto para a Baixada de Jacarepaguá, o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro ainda preservava a escala humana do espaço vivido, com conflitos constantes, mas com certa organicidade. Após a determinação política, e não natural como documentos oficiais e o próprio urbanista soem afirmar, de a cidade se expandir para oeste, perdeu-se em muito a riqueza da vivência do espaço, o que não significa terem perdido, *in totum*, identidade. Isso talvez esteja relacionado ao processo de intensificação da reprodução do capital na cidade, que acentuou a clivagem social na década de 1970, acompanhando as mudanças econômicas do regime militar. Perdeu-se, pois, a vivência do lugar para a idealização da identidade que valoriza as praias da Zona Sul da cidade e a acentuação da desigualdade econômica produziu a perda da qualidade de vida nos subúrbios, por exemplo. Esse é o processo de involução urbana que mencionamos na dissertação.

É nessa conjuntura que o nascimento da Barra da Tijuca se insere. A constituição da Barra da Tijuca, ao privilegiar o condomínio e uma escala que não é a humana, torna essa perda do espaço vivido não apenas o padrão local, mas o modelo de habitação que a cidade buscará reproduzir até mesmo em sua área central tradicional. Esta tese tenta encontrar elementos de análise para a compreensão dessa nova experiência de moradia e que (inter)subjetividade a sustenta. Nesse sentido, no Mestrado, apontamos que a imago que constituiu o brasileiro é a da Mãe-Medusa-filho narcisista, e que o carioca representa muito bem esse filho narcisista que se coloca no lugar da onipotência infantil, com grande dificuldade de se individuar. Mãe-Medusa é a mãe-ambiente incapaz, mulher que não se castra, e que só dá à luz no momento da castração, quando Medusa é decapitada, momento este também o da individuação – nesse momento surgem Pégaso, o cavalo alado e espiritualmente elevado, e Crisaor, o gigante bestial.

Os filhos de Medusa, portanto, representam os próprios brasileiros, incluindo, aí, os cariocas. Somos frutos da falta da castração, e de uma incrível capacidade de indiferenciação, em estabelecer limites entre o eu e o outro. Isso não é espontâneo – é forjado em função de um Ideal do Eu regressivo, como já percebido, por exemplo, no Arcaísmo como projeto da sociedade colonial-monárquica entre os séculos XVIII e XIX, e que se perpetuou até hoje, já que somos uma “*sociedade historicamente solidária com*

a exclusão”¹. O muro do condomínio perpetua a exclusão do outro e apenas enevoa essa incapacidade da constituição de um Eu maturativo, ao fingir que há um self verdadeiro intramuros. Ademais, anula a identidade do urbano, lugar de convivência entre diferentes grupos humanos, já que há certa homogeneidade entre os moradores de condomínios – não especificamente quanto a lugares de origem ou faixas de renda, mas ao compartilhamento de um mesmo Ideal do Eu, por isso optamos também por entrevistas como metodologia de pesquisa.

Assim, apesar de os moradores da Barra serem acusados de serem ‘menos’ brasileiros por mimetizarem um estilo de vida associado aos estadunidenses, a Barra da Tijuca, como afirmamos no Mestrado, é a encarnação extrema da modernidade brasileira², ou melhor, da nova modernidade brasileira – aquela que traz a sociedade de consumo e a vivência da ditadura militar para as práticas sociais cotidianas, que pode estar associada à teologia da prosperidade. Esse Ideal do Eu regressivo, presente desde a constituição do brasileiro e do Brasil, é reatualizado entre moradores dos condomínios da Barra da Tijuca, o que impediu, inclusive, que a Barra da Tijuca se individuasse como unidade territorial autônoma, quando houve um plebiscito com essa finalidade. O morador da Barra é tão carioca e tão brasileiro quanto qualquer outro, embora tenha experiência específica do espaço vivido.

A indiferenciação não está presente apenas em relação ao território do município, mas também em relação ao próprio modo de vida do morador da Zona Sul, embora haja uma estereotipia muito forte a respeito do morador da Barra da Tijuca. Embora acreditemos que a territorialização de um espaço engendre certas práticas sociais, não podemos negar o papel que o Ideal do Eu exerce no comportamento do sujeito, especialmente em relação ao seu pertencimento a determinado grupo. Nesse aspecto, o morador da Barra não se diferencia tanto assim ao morador da Zona Sul, o que permite caracterizar aquela como um prolongamento desta. E, para tanto, foi imprescindível as políticas públicas dos governos que investiram pesado na Barra da Tijuca para torná-la um bairro olímpico e dotá-la com um equipamento cultural do porte da Cidade das Artes, projeto do renomado Portzamparc.

¹ Explicitamente, referimo-nos a Fragoso e Florentino (2001). Cf. p. 157.

² Referimo-nos a Richard (1993). Cf. p. 164.

O primeiro capítulo *A constituição da Barra da Tijuca e a tomada de consciência dela pelo carioca – a experiência de morar na Barra* tem por objetivo a análise de como e quando a Barra da Tijuca se individuou, ademais de analisar como se constitui a experiência de morar no bairro. Inicialmente apenas um acidente geográfico, este foi transformado de um aspecto natural em um recorte territorial marcado por um modo de vida específico. Para tanto, retrocedemos ao início da ocupação mesma da cidade do Rio de Janeiro até se tornar o bairro rico em epítetos no imaginário da cidade: ‘o bairro que mais cresce no Rio’, ‘o bairro dos emergentes’, ‘a fronteira da hotelaria na cidade’, ‘o bairro olímpico’ etc. O bairro se tornou modelo de moradia, com seus inúmeros condomínios e shopping centres, e os megaeventos ocorridos e a ocorrer na cidade reforçaram sua centralidade.

Este trabalho tem por objetivo compreender a constituição da Barra da Tijuca como um recorte territorial e fornecer elementos para a caracterização da subjetividade que a engendra. Estudar a Barra é, portanto, compreender de que forma a cidade do Rio de Janeiro tem orientado seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Ademais, o bairro é um excelente local para trabalhar o Ideal do Eu e sua manifestação social, uma vez que a cenografia, o simulacro e a idealização são traços constituintes das formas presentes no bairro. Dessa forma, pesquisamos algum referencial do Ideal do Eu na mitologia grega. Propomos a interpretação de que Cronos simboliza o Ideal do Eu regressivo, e que o mito de Ulisses simboliza o Ideal do Eu maturativo.

Partimos da castração (ou ausência dela), da indiferenciação e da fusionalidade para entender como se originam os processos de individuação. Recorremos a Medusa no Mestrado e, ao pesquisar para a tese, nos deparamos com o mito grego das gerações divinas, com as figuras de Geia ou Gaia e de Cronos como símbolos daquilo que buscávamos. Assim, o segundo capítulo *O Cronos fusional* trata do mito de Cronos, fusionado primeiramente pela mãe em função de um pai mau, e posteriormente aos filhos, os quais ele devorava para não perder a posição de rei. A associação entre a díade narcísica mãe-bebê e depois a onipotência do infante que não abdica de sua centralidade nos parece clara no mito de Cronos.

Prosseguindo a pesquisa, buscamos por alguma referência no papel da cidade como lugar da alteridade e da individuação. Não encontramos algo nesse sentido na mitologia grega, já que as referências encontradas aparentemente enfocam como o urbano

agrega e forma grupos humanos. Desse modo, pesquisamos o mito da Torre de Babel, uns dos primeiros a tratar especificamente do urbano e, ao avaliar sua simbologia, acreditamos tratar-se de um processo de individuação, no caso bíblico, do povo judeu frente aos babilônicos. Este é o terceiro capítulo, *O caos como imago urbis e o mito da Torre de Babel*.

Por fim, precisávamos de uma referência que pudesse trazer alguma contribuição para compreender o Ideal do Eu maturativo. Fundamentados na simbologia do Centro e do retorno ora ao útero materno ora à onipotência narcísica do infante, acreditamos que esse movimento entre realização do desejo e a espera para que se concretize está presente no mito de Ulisses, exemplificado no longo retorno à Ítaca. Ulisses é um referencial para a compreensão da alteridade, à medida que o herói não idealiza o outro, e age em função do que o outro é, sabendo reconhecer o lugar que está. Assim, a Geografia mítica de Ulisses é um convite para compreender de que forma o sujeito se relaciona ao seu meio, emancipando-se dele. E, ao se castrar e aceitar os limites impostos pelos deuses, demonstra sua notória perspicácia diante das forças naturais e míticas. Este é o nosso quarto capítulo, *Ulisses, geógrafo?*

Nossa metodologia consiste em revisão bibliográfica e em algumas entrevistas com moradores conseguidas ao longo da pesquisa. Em virtude da distância da residência do pesquisador ao Rio de Janeiro e da dificuldade em conseguir interessados, entrevistamos cinco pessoas, entre elas o ex-prefeito Cesar Maia. A atual administração da Prefeitura do Rio de Janeiro não demonstrou interesse e não respondeu; tampouco a administração de alguns condomínios com os quais entramos em contato. Para se manter idílico, talvez tenha de se manter distante do outro.

1. A CONSTITUIÇÃO DA BARRA DA TIJUCA E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DELA PELO CARIOCA – A EXPERIÊNCIA DE MORAR NA BARRA

Neste capítulo, abordaremos o surgimento da Barra da Tijuca e a constituição de sua identidade, ou o processo de individuação do lugar, a ponto de ser chamado apenas por *a Barra*.

1.1 A constituição da Barra da Tijuca

Barra são “[b]ancos ou coroas de detritos carregados pelos cursos d’água e depositados nas foz dos rios”, segundo o Dicionário geológico-geomorfológico (GUERRA & GUERRA, 2008: 82). O Dicionário Houaiss (HOUAISS, FRANCO & VILLAR, 2004: 405) traz como definições: “*entrada de um porto, entre duas porções avançadas de terra firme*”, “*entrada de baía*”, e acepções do século XIII, “*banco ou coroa de areia ou de outros sedimentos que os rios trazem e depositam em suas bocas*” e “*local em que um rio deságua no mar ou em lago; desembocadura, foz*”. Guerra & Guerra (op. cit.: 612; 633) apontam *tijuco* como termo regional amazônida, o que nos parece um reducionismo.

Tijuco é uma palavra portuguesa que se refere a “*um lugar de solo mole, pantanoso; atoleiro, charco, pântano, lameiro*” (HOUAISS, FRANCO & VILLAR, op. cit.: 2716). É uma palavra tupi e sua etimologia remete a *lameiro* ou *charco*, e “*Nascentes registra o tupi ti’yug ‘líquido podre, lama’, admitindo a mesma acp. para a f. tijuca; f. hist. 1585 tijugo, 1652 tijuco, 1899 tijuca*” (loc. cit.). *Tijuca*, portanto, significa *lama*, o que explica a referência às áreas pantanosas a oeste do sítio central da cidade do Rio de Janeiro, nos primórdios de sua ocupação, conforme Brasil Gerson (2000: 347):

[...] [n]a linguagem dos índios *Tijuca* significa terreno argiloso e lamacento, e ao pé de suas montanhas e nas suas alturas não tardaram os primeiros colonizadores a estabelecer-se com suas lavouras ou seus engenhos de açúcar, como foi o caso do Governador Salvador Correia de Sá ainda no

Quinhentismo. Graças a ele os descendentes de Mem de Sá criaram nela um vasto Morgado³, que se estenderia até Jacarepaguá e arredores. Desmembradas essas terras e mais as dos jesuítas, toda a zona tijuca se encheu de chácaras [...].

O nome *Barra da Tijuca* está relacionado, provavelmente, à essa ocupação primeva, que avançou a oeste e, ao atravessar o Maciço da Tijuca no rumo sudoeste, deparou-se com a conexão da lagoa homônima com o mar. Uma das primeiras referências à ocupação da Baixada de Jacarepaguá data de 1625, quando foi erguida por Gonçalo Correia de Sá, na Fazenda do Camorim, denominada então “*Pirapitingui, nas terras das sesmarias de seu pai, em Jacarepaguá, uma capela sob a invocação de São Gonçalo de Amarante*”, cuja foto vemos na figura 1⁴ (COARACY, 1965a: 68; CRULS, 1965: 67). A ocupação da Barra da Tijuca deve às terras que Salvador Correia de Sá reservou para si (ibid.: 77), enquanto as terras de Jacarepaguá ficaram sob controle dos beneditinos a partir de 1667 (ibid.: 184), havendo nessas terras numerosos engenhos de açúcar e ocupação de judeus convertidos e posteriormente perseguidos na Inquisição (ibid.: 131).

Figura 1: Vista da Igreja de São Gonçalo do Amarante.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2015 (com Street View).

³ De acordo com o dicionário Houaiss (HOUAISS, FRANCO & VILLAR, 2004: 1962), “*vínculo dado a certos bens que deveriam ser transmitidos ao primogênito sem que este os pudesse vender; morgadio; [...] bens inalienáveis e indivisíveis que, em função do falecimento de quem os possuía, eram destinados ao primogênito*”.

⁴ O local é hoje ameaçado pela especulação imobiliária, e há movimento social para reconhecimento do lugar como quilombo. Cf.: <http://global.org.br/programas/com-agroecologia-e-identidade-cultural-alto-camorim-resiste-ao-avanco-da-especulacao-imobiliaria/>

Outra igreja foi erigida em 1661 (<http://www.loreto.org.br/parouquia/historico-do-santuário/>) ou 1664 (SANTOS, 1965: 83), a de Nossa Senhora do Loreto, conforme figura 2. Conta-nos Noronha Santos (ibid.: 84) que, por ameaçar desabar, foi levantada outra em 1667 e demolida oitenta anos depois, sendo reerguida em sítio próximo ao que está situada a Igreja de Nossa Senhora da Pena (ou Penna) mostrada na figura 3, cuja construção aparenta ser anterior a da construção da primeira igreja que serviu à Matriz. Essas três igrejas marcam o desenvolvimento da Baixada de Jacarepaguá, cuja área estava dividida entre algumas famílias, a ordem beneditina e o Senado da Câmara, como vemos na figura 4, um mapa de Fania Fridman (1994). Este traz a propriedade fundiária na cidade do Rio de Janeiro do século XVI à metade do século XIX. Isso reforça a posição anterior de Coaracy (1965a) e mostra que a orla da cidade pertencia ao Senado da Câmara.

Figura 2: Vista da Igreja de Nossa Senhora do Loreto.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2015 (com Street View).

Em 1662 foram fixados os distritos da capitania do Rio de Janeiro “*por onde seriam distribuídas as diversas companhias de ordenanças*” (ibid.: 225), e Jacarepaguá estava entre eles. Essas companhias tinham fim militares, especialmente na defesa da terra, e recrutavam homens entre 18 e 60 anos de idade, além de a alta hierarquia estar vinculada aos *principais das terras* e aos da *melhor nobreza e christandade* (MELLO, 2006: 31), ou seja, às famílias mais antigas e prestigiadas e os mais ricos e nobres, que poderiam se dedicar aos ofícios guerreiros. A desembocadura da lagoa, muito provavelmente desde a ocupação da cidade, era um ponto estratégico em sua defesa, o que parece ser confirmado em mapa de 1767, como vemos na figura 5 a seguir (AUTOR

DESCONHECIDO 1, 1767). Esse mapa mostra as guardas da costa atlântica da cidade: Barra da Guaratiba, Sernambetiba, Tijuca e de Nossa Senhora de Copacabana.

Figura 3: Vista da Igreja de Nossa Senhora da Pena (ou Penna).

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/61258804>.

Figura 4: Propriedade fundiária no Rio de Janeiro, do século XVI à metade do século XIX.

Fonte: FRIDMAN, 1994.

Figura 6: Excerto das *Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro*, de 1767.

Fonte: LEÃO, 1767.

Figura 7: Excerto da *Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*.

Fonte: VILHENA, 1775.

Jacarepaguá, sem encontrar qualquer obstáculo, com sete dias de marcha, chegavam os invasores até o Engenho Velho dos jesuítas, onde pousaram por uma noite. Daí, na manhã seguinte, de 19, rumaram novamente para a cidade, alcançada pelos caminhos de S. Cristóvão e Catumbi, ainda com as maiores facilidades. Foi só no Largo da Sentinela, confluência hoje de Frei Caneca e Riachuelo, que lhes surgiram os primeiros empecos, quando tiveram que se entestar com um trôço de estudantes dos “pátios do colégio”, sob o comando de Bento do Amaral Coutinho. Mas adiante, ao descerem o Morro do Destêrro (Santa Teresa), já era com oponentes mais fortes que se haviam de medir: uns

duzentos homens dirigidos por Frei Francisco de Meneses. E não cessaram mais os revides. Do Forte de S. Sebastião, no Castelo, mandaram-lhes balas quando passavam pela igreja da Ajuda. No Parto, outro pelotão de populares os esperava. O além da turbamulta que os perseguia, das janelas e telhados choviam armas, paus, pedras, garrafas e até água e azeite ferventes. Assim acossados e bastante desorganizados, ao desembocar no Largo do Paço, os franceses ainda tentaram tomar o Palácio do Governo e a Alfândega, mas então, e de todos os lados, ainda maior foi o combate que se lhes ofereceu. Bento do Amaral Coutinho, de novo presente, e outros chefes, já agora não comandavam apenas minguados grupos de estudantes e paisanos, mas toda uma multidão que não dava tréguas ao invasor. Tinham também acorrido as tropas do Governador Castro Morais. Sentindo-se perdido, Duclerc e os seus homens entrincheiraram-se no grande edifício do Trapiche onde, depois de fraca resistência, acabaram por se render.

Outros mapas representam o local ao longo dos séculos XVII e XIX, como vemos nas figuras 8 a 14. A figura 8, excerto do *Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro*, e a figura 9, excerto do *Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro*, são ainda do século XVIII, e não trazem maiores informações, apenas que a cidade do Rio de Janeiro ainda está atrelada à província homônima e que já existe ocupação em Jacarepaguá, próximo ao sistema lagunar da atual Barra da Tijuca. Quanto ao Oitocentos, a figura 10 traz um excerto do *Guia de caminhanter* que mostra um percurso com o Engenho do Intendente e os sítios Camorim, Lagoa e Tijuca. Já a figura 11 subsequente

Figura 8: Excerto do *Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro*.

Fonte: CAPASSO, ca. 1730.

Figura 9: Excerto do *Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro*.

Fonte: AUTOR DESCONHECIDO 2, 17?

traz outro excerto de mapa com o local pesquisado, desta vez de 1823, mostrando dois caminhos que se encontram na foz da Lagoa da Tijuca, o que reforça a ideia de este ponto ser estratégico para a cidade.

Figura 10: Excerto do *Guia de caminantes*, 1817.

Fonte: SANTANA, 1817.

Figura 11: Excerto do *Plan de Baie [et] de la ville de Rio de Janeiro*.

Fonte: PALLIÈRE, 1823.

A figura 12 traz o excerto de um mapa de 1828, em que aparece a *Praya Sernambetiba*, as lagoas, o caminho que leva ao Centro da cidade pelo norte da Lagoa Rodrigo de Freitas, e os caminhos para o norte da cidade, cortando o atual bairro de Jacarepaguá. A figura 13 traz um excerto de outro mapa, de 1850, no qual encontramos pela primeira vez grafado o termo *Barra das Tejuças*, e pela primeira vez também encontramos os três principais caminhos – Gávea, Tijuca e Camorim interligados. Isso poderia ser indicativo, talvez, do crescimento verificado na cidade ao longo da primeira metade do século XIX, período em que ocorreu a transmigração da Corte para a cidade.

A figura 14, um mapa da década de 1870, é o primeiro que encontramos com uma representação mais bem realizada da Baixada de Jacarepaguá e da cidade de modo geral. O mapa mostra a distinção entre área urbana e rural e as vias existentes, bem como a existência do Porto do Camorim no fundo da Lagoa homônima. O território do atual bairro da Barra da Tijuca ainda é um vazio exceto pela indicação de construções na desembocadura da lagoa. Devemos perceber também a diferença existente nos mapas nos contornos desse sistema lagunar, o que pode ser, talvez, desconhecimento a respeito desses limites, uma vez que, na data do mapa, já havia técnicas eficazes de levantamento dessas informações.

Figura 12: Excerto da *Planta do Rio de Janeiro*.

Fonte: AUTOR DESCONHECIDO 3, 1828.

Figura 13: Excerto da *Carta topográfica e administrativa da província do Rio de Janeiro e do Município Neutro*, de 1850.

Fonte: VILLIERS DE L'ILE-ADAM, 1850.

Figura 14: Excerto do *Mappa do Município Neutro*, 187?

Fonte: MASCHKE, 187?

Noronha Santos (1965) comenta a divisão geográfica do Rio de Janeiro em 1900 no livro *As freguesias do Rio Antigo*. Isso possibilita perceber a compartimentação territorial da cidade desde a sua fundação. A primeira freguesia é a de São Sebastião, criada em 1569, e renomeada Sacramento em 1826. Desta, o primeiro desdobramento é a freguesia da Candelária, criada em 1634. A terceira freguesia da cidade é a de Irajá, criada em 1644. O autor (SANTOS, 1965) não menciona de qual se originou, mas Rita Silva (2013: 7) esclarece a omissão:

[...] [o]s registros referentes à fundação da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, ainda que não sejam contraditórios, não apresentam clareza ao detalhar como se deram a criação da freguesia e da sua igreja. Monsenhor José Pizarro, eclesiástico que realizou visitas pastorais no Recôncavo da Guanabara entre 1794 e 1799, afirmava não se saber a quem se devia a fundação da capela, “por lhe faltarem os títulos, que desapareceram com a mudança dos proprietários da Fazenda, onde se erigiu”. Afirmava, porém, que a capela havia sido fundada pelo padre Gaspar da Costa, no Campo de Irajá. Pizarro registrou ainda algo mais surpreendente, que a capela estava “distante ½ légua da Matriz”, o que nos faz entender que capela e matriz existiram separadamente.²¹ A criação da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá faz parte da divisão dos territórios das freguesias de São Sebastião e da Candelária. Essa divisão ocorreu a fim de que novas matrizes fossem construídas e para que estas atendessem aos fiéis que se encontravam mais distantes.

As demais freguesias são as de Jacarepaguá, criada sob invocação de Nossa Senhora do Loreto em 1661 – cabe mencionar que esta não se desmembrou, mesmo sendo bastante antiga (COARACY, 1965a: 173); Campo Grande, em 1673; Ilha do Governador, em 1710; Inhaúma, em 1749; São José e Santa Rita, em 1751; Guaratiba, em 1755;

Engenho Velho, em 1762; Ilha de Paquetá, em 1769; Lagoa, em 1809; Santana, em 1814; Santa Cruz, em 1833; Glória, em 1834; Santo Antônio, em 1854; São Cristóvão, em 1856; Espírito Santo, em 1865; Engenho Novo e Gávea, em 1873. Na capa d'*As freguesias do Rio Antigo* (SANTOS, 1965) podemos ver a divisão dessas freguesias por volta de 1900, como aponta Noronha Santos (op. cit.) na figura 15 a seguir.

Figura 15: Capa do livro *As freguesias do Rio antigo*, com os respectivos limites.

Fonte: SANTOS, 1965.

A figura 16 mostra a subdivisão das freguesias ao longo do tempo. Dessa forma, desde a criação das duas primeiras freguesias, a de São Sebastião/Sacramento e a da Candelária, e da inserção da freguesia de Irajá, que conformava, em tempos primevos, os limites da cidade, a cidade parece estar dividida em três áreas: o eixo Sacramento – São José – Glória – Lagoa – Gávea; o eixo Candelária – Santa Rita – Santana – Santo Antônio – Espírito Santo; e o eixo Engenho Velho – Engenho Novo – São Cristóvão – Inhaúma – Jacarepaguá – Irajá – Campo Grande – Guaratiba. Há a necessidade de mais pesquisas, para que se confirme essa estruturação espacial.

Especificamente quanto à de Jacarepaguá, Coaracy (1965b: 260) aponta para o limite desta com a de São José, em 1751 – esta “*estendia-se até Copacabana e a Lagoa de Rodrigo de Freitas, onde se delimitava com a jurisdição da paróquia de N. Sa. do Loreto de Jacarepaguá*”. Assim, a atual Barra da Tijuca decorre do desmembramento das freguesias de Irajá/Jacarepaguá e da Gávea/Lagoa/São José/Sacramento. Podemos perceber, desse modo, com base na documentação consultada, que o território da atual Barra da Tijuca esteve à margem da cidade, exceto pela desembocadura do sistema lagunar, que tinha conexões com a atual Tijuca e com a Gávea, e de ambas ao Centro.

Figura 16: Divisão das freguesias do Rio de Janeiro, ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Noronha Santos (1965).

Apenas na segunda metade do século XIX encontramos alguma conexão com o caminho que se dirigia a Santa Cruz, por meio do Porto do Camorim e da estrada homônima, mesmo com a existência de três igrejas no local. Outras referências (ARAÚJO, 1820, 1822) relacionadas aos nomes Tijuca e Jacarepaguá referem-se aos aspectos naturais existentes no bairro, notadamente o sistema lagunar e os morros do Maciço da Tijuca. Os mapas do século XVIII encontrados ora tratam este território como limites à Gávea e à Tijuca, ora como os confins de Camorim. No século XIX encontramos também mapas que mostram a existência de engenhos nesse local, mas todos os mapas visualizados mostram um vazio na área entre as lagoas e o mar, atual território do bairro.

A maioria das representações cartográficas do Rio de Janeiro nesse período se limitam a mostrar o que hoje é a área central e trechos das zonas norte e sul e raramente os subúrbios. Assim, podemos conjecturar que a transferência da capital e a transmigração da Corte tiveram impactos geograficamente limitados. Especificamente sobre a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, Daniel Afonso da Silva (2012), no resumo de sua tese, afirma que:

[...] *O enigma da capital* estuda a mudança do vice-reinado português da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763. Contesta a tese da inevitabilidade dessa mudança. Relativiza a importância do Rio de Janeiro. Realça a importância da Bahia. Reafirma a centralidade de Lisboa na tomada de decisão. [...] Revaloriza a importância do governador Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela. [...] Propõe que a mudança da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro esteve em muito relacionada à sua morte. Leva em conta a força que o Rio de Janeiro ganhou com a exploração de ouro, mas demonstra a influência inabalável da Bahia nos séculos. [...] Defende que a decisão de mudar a capital para o Rio de Janeiro teve pouco ou nada que ver com possível ‘capitalidade’ ou ainda intransponível importância adquirida pelo Rio de Janeiro. Suporta, com documentação administrativa e diplomática portuguesa, luso-brasileira, inglesa, francesa, espanhola, que houve absoluta indiferença no referente à mudança do lugar do vice-reinado no Brasil. Entende que a valorização do tema e do próprio Rio de Janeiro como capital inevitável foi construção histórico-ideológica dos séculos seguintes.

Sobre a cidade nesse período, o autor (SILVA, 2012: 178) afirma que o “*Rio de Janeiro era um lugar lastimoso. Uma cidade febril. Infestada de varíola e lepra. Quase tudo era precário. Dos prédios e ruas aos portos e praças. Os soldados eram moles*”; ademais, os “*cofres da fazenda real e os armazéns estavam ociosos. As fortalezas, sem fortes. As tropas, sem armas*”. Isso mudaria, contudo, com a transmigração da Corte em 1808, que provocou forte transformação na vida da cidade. Elmo Amador (1992: 225) comenta sobre a introdução do café e consequente degradação ambiental na cidade, bem como sobre o aumento populacional e a ampliação da área urbana que, em decorrência da modernização vivenciada, passou a apresentar estratificação social do tecido urbano.

É o momento em que a cidade avança para além do que hoje é o seu centro, ocupando áreas além do Campo de Santana, a oeste, e para além do Catete, ao sul. Nesse período a população passa de 60 mil habitantes em 1808 para 250 mil em 1870. Quanto aos dados populacionais, Eulália Lobo (1984: 2226) afirma que, para Dauril Alden, a população do Rio de Janeiro seria de 30 mil pessoas em 1760, de 38.707 em 1780 e de 43.376 em 1799 – o crescimento da população poderia estar vinculado ao declínio da atividade mineradora e ao estabelecimento da sede do governo colonial na cidade. Ademais, Spix e Martius estimaram população de 50 mil habitantes em 1807 e de 110 mil para 1817 (ibid.: 2227). Para 1838, é estimada população de 112.695 habitantes; o censo de 1849 apontava 266.466 moradores; o de 1870, 235.381; e o de 1872, 274.972. Esses dados mostram o impacto demográfico ocorrido na cidade ao longo do século XIX.

A expansão do tecido urbano da cidade foi, sobretudo até São Cristóvão, para onde se dirigiu a Corte, e para a Zona Sul, até Botafogo, ademais das áreas mais elevadas da

cidade, e tidas também como mais salubres. A esse respeito, conta-nos Cruls (1965: 352-3) e Morris (1973: 18), respectivamente:

[...] [o]s anglo-saxões espalharam-se também pela Glória, pelo Flamengo e Laranjeiras. Nem mesmo as ladeiras os desapontavam, desde que a lomba dos morros lhes desse a frescura da ramaria folhuda e dos riachos cantantes, ou daí se pudessem maravilhar com largos panoramas. É disso testemunho o ainda hoje Morro do Inglês, nas Laranjeiras [...]. Os primeiros representantes diplomáticos junto à corte de D. João VI propenderam igualmente para a zona sul [...]. Bairros como Mata-Porcos, Pedregulhos e Rio Comprido, ‘o melancólicos amorosos Rio Comprido de Nísia Floresta, talvez porque mais próximos do Paço de S. Cristóvão, tiveram a preferência dos fidalgos palacegos e de seus patrícios pecuniosos. [...] Já alguns franceses, gente toda de boa situação social, nobres exilados e membros da missão artística, distribuíram-se por vários recantos da floresta da Tijuca.

[...] [c]om o incremento do comércio ocorreu, naturalmente, um afluxo de comerciantes estrangeiros, e pôde-se ver pequenas colônias de ricos comerciantes começando a se desenvolver nas encostas do Rio. Os recém-chegados logo descobriram que sua melhor defesa contra a endemia de febre amarela era viverem em lugares altos (onde os mosquitos infecciosos de difícil reconhecimento não os atacariam à noite). Assim vemos os ingleses começando a se agrupar nas áreas mais altas da Glória, Flamengo e Botafogo. Os franceses se estabeleceram na floresta da Tijuca, e Santa Teresa se tornou a ‘pequena Alemanha’. A chegada do rei Dom João foi também motivo de grandes construções e desenvolvimento municipal. O Paço da Quinta da Boa Vista, residência palacial de Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, foi construído nesta época. Foi começado o Jardim Botânico. O gosto do rei pela Lagoa Rodrigo de Freitas fez com que fosse construído um pavilhão real em suas bordas, e isto iniciou o desenvolvimento urbano que hoje é a Gávea e a Lagoa. O primeiro prédio foi erigido no Brasil em 1808, e em 1811 começou a Biblioteca Real. O Banco do Brasil foi aberto em 1808, e a primeira escola de medicina foi fundada neste mesmo ano. Muitas outras instituições básicas da moderna vida urbana foram iniciadas neste período.

É interessante notar que a cidade apenas conheceu seus limites em 1833 (SANTOS, 1965: 117), quando seu último território, a freguesia de Santa Cruz, uma antiga fazenda jesuítica depois incorporada à Coroa, foi anexada ao que se tornou, por força da lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (BRASIL, 1834), o Município Neutro. Na letra da lei:

[...] Art. 1º O direito, reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição, será exercido pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembléias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias, com o título de: Assembléias Legislativas Provinciais. A autoridade da Assembléia Legislativa da Província em que estiver a Corte, não compreenderá a mesma Corte, nem o seu Município.

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro incorporará uma série de inovações técnicas que conformarão a base de uma cidade capitalista no Novecentos – telégrafo, ferrovia, bonde, iluminação elétrica, indústrias – e que terá como símbolo maior a Reforma Pereira Passos e a modernização do Porto. Como afirma

Maurício de Abreu (1997: 35-70), esse período do século XIX será o momento de transição da cidade colonial para a cidade capitalista; Chiavari (1985: 585-9) e Benchimol (1985: 599-601) corroboram o autor. Benchimol (loc. cit.) afirmará que a

[...] segunda metade do século XIX caracterizou-se pela emergência de forças poderosas de renovação da cidade escravista. [...] O comércio internacional cresceu num ritmo sem precedentes. As exportações de capital, sob a forma de empréstimos públicos e investimentos diretos, resultaram na instalação das bases materiais que configuram o início da modernização de economias periféricas como a brasileira [...]. No Brasil, essa etapa foi inaugurada com a abolição do tráfico negreiro, em 1850, a consolidação política do Império, expansão do café, expansão demográfica e urbanização, ampliação gradativa do trabalho livre, sobretudo nas cidades. O Império de D. Pedro II e os barões do café pareciam viver seu apogeu de grandeza e estabilidade, e o Brasil, seu destino de país essencialmente agrícola. Sede do Estado monárquico centralizador, o Rio de Janeiro projetou-se com o mais próspero e populoso empório comercial e financeiro do país. Seu comércio abrangia os territórios de muitas províncias [...]. [A]bram-se na cidade do Rio de Janeiro grandes bolsões para o trabalho assalariado. A difusão das novas relações de trabalho traduzia um salto de qualidade no que concerne aos meios materiais empregados na circulação de mercadoria – base da economia urbana. Não obstante a formação de algumas manufaturas importantes, o setor produtivo continuava um apêndice de importação e exportação. O antigo sistema de transporte fluvial e em lombo de mulas foi substituído pelos trilhos da E.F. D. Pedro II, que articulam o Porto do Rio de Janeiro muito mais profundamente às suas retaguardas rurais. O transporte marítimo de cargas e passageiros, revolucionado também pela energia a vapor, articulou-se a um complexo de bancos, grandes companhias de navegação, de importação ou exportação e de seguros constituídas principalmente pelo capital britânico. O próprio porto recebeu seus principais melhoramentos: novos armazéns e guindastes a vapor no cais da Alfândega em substituição ao braço escravo na movimentação de cargas. Os serviços públicos – iluminação, rede domiciliar de água, esgoto e gás, limpeza pública, etc. – instalados por companhias estrangeiras, que empregavam trabalhadores assalariados, substituíram o antigo sistema escravista de circulação desses elementos, contribuindo para a dissolução da economia doméstica em que se fundava a autossuficiência das moradias senhoriais no espaço urbano. A introdução dos bondes na década de 1870 constitui um marco decisivo na urbanização do Rio de Janeiro [...] [por meio do] o espraiamento da malha urbana para muito além do antigo perímetro da Cidade Velha e seu desdobramento mais recente, a Cidade Nova. Não obstante a formação de novos bairros a norte e sul, a área central do Rio de Janeiro tornava-se, cada vez mais, o *locus* de um conjunto de realidades críticas, oriundas da crescente incompatibilidade entre a antiga estrutura material da cidade e as novas relações econômicas capitalistas que nela se enraizavam. [...] No centro populoso e insalubre do Rio de Janeiro coexistiam ‘promiscuamente’ escritórios de companhias e bancos, lojas, depósitos, oficinas, trapiches, prédios públicos, armazéns frequentemente associados aos cortiços e estalagens, sobrados e casas térreas que serviam de moradias particulares ou casarões convertidos agora em casas de cômodos. Uma multidão heterogênea e flutuante labutava, morava e perambulava na área central do Rio de Janeiro. Nos quarteirões insalubres do centro irrompiam mortíferas epidêmicas de febre amarela, varíola e peste bubônica que logo se difundiam por toda a cidade, matando, nos anos mais críticos, 3 e 4 mil habitantes, cifras enormes para uma população estimada, em 1872, em cerca de 270 mil habitantes. [...] O primeiro plano urbanístico, em sua acepção moderna, para o Rio de Janeiro foi elaborado no contexto de duas epidemias excepcionalmente violentas (1873 e 1876) que suscitaram acalorados debates

sobre a urgência de sanear a capital e a conveniência de remover a grande massa proletária do centro para a periferia.

Devemos ressaltar também que é no último quartel do século XIX que a identidade carioca irá se firmar. Gastão Cruls (1965: 589) afirma que “*foi só a partir de 1889 que se começou a estabelecer uma distinção nítida, ou melhor, oficial entre cariocas e fluminenses*”, que os moradores da cidade do Rio de Janeiro até então se referiam a si próprios como fluminenses. O autor traz essa mudança no período em que ocorre tanto a Abolição da escravatura (1888) quanto a Proclamação da República (1889), e a cidade se torna Distrito Federal. Há que se pesquisar mais sobre esse processo de identificação, talvez relacionando o surgimento do carioca à manutenção de sua *singularidade* – sede da Coroa portuguesa e do Império brasileiro, com a República e o fim da Monarquia o recém-inventado carioca pode ter encontrado sua singularidade, marcada territorialmente no Distrito Federal, em relação ao restante do Brasil.

Cabe ressaltar que tanto a Abolição da escravatura quanto a Proclamação da República (COSTA, 1999; BASILE, 2000; NEVES, 2006), respectivamente, marcam uma mudança profunda na centralidade político-econômica do Rio de Janeiro. Politicamente, a mudança de regime é indicativa da perda de sustentação da Monarquia, que tinha na cidade um dos seus ícones, já que foi a sede da Coroa portuguesa, da interiorização da metrópole (DIAS, 2005) e do Império brasileiro. Ademais, faz parte da Constituição de 1891 a transferência da capital para o interior do país (BRASIL, 1891). Economicamente, o dinamismo econômico e as novas relações de trabalho e de produção tomavam São Paulo, o que tornaria esta cidade a capital econômica do Brasil décadas depois. O território da Barra da Tijuca estava fora das rotas de modernização econômica e política na transição dos séculos XIX e XX – a ferrovia, por exemplo, passa muito longe do bairro.

Assim, à nova identidade do carioca deveria se relacionar uma nova forma urbana, capitalista. No século XX, consolida-se o desenvolvimento capitalista da cidade, cujo mote foi ‘O Rio civiliza-se’, com obras da reforma Pereira Passos (DEL BRENN, 1985) e com modernização do Porto, entre 1904 e 1911 (LAMARÃO, 2006). Anos depois, a derrubada do Morro do Castelo, iniciada para celebrar o Centenário da Independência em 1922, seria a representação principal do combate ao atraso social, à identidade colonial-

monarquista e significaria, sobretudo, a destruição do sítio original da cidade⁵, uma mutilação a fim de assumir sua identidade idealizada de símbolo moderno e modelo para a nação. De acordo com Motta (1992: 52; 58-9; 73),

[...] [d]esde meados do século passado, já existia a ideia de se reformar a topografia da cidade em sua parte central, arrasando-se os morros e entulhando as baixadas e os alagadiços. Senado (derrubado por ocasião da Reforma Passos), Santo Antônio, Favela e o ‘sagrado’ Castelo, no entender de muitos, não só comprometiam os esforços em prol de uma cidade saudável, como também obstruíam a ‘natural’ expansão do maior centro urbano do país. Mais grave, porém, nesse momento de exposição aos olhos civilizados, era o ‘espetáculo deprimente que apresentam aqueles amontoados de casebres imundos [...] verdadeira vergonha da nossa cidade e da nossa civilização’. Eram as ‘nódoas do Rio’, esses ‘bairros parasitários’, que deveriam desaparecer, segundo muitos, ou pelo menos sofrer uma profunda regeneração, na opinião de outros. Da maneira como estavam, solidamente fincados no coração da *urbe*, exalando ‘miasmas febríferos’ expondo nossa miséria, comprometendo a imagem de ‘cidade maravilhosa’, é que não podiam ficar. [...] Era chocante e contraste violento entre a ‘imponente’ Avenida Rio Branco e seus belos palácios e o morro do Castelo que, a apenas ‘vinte metros da civilização’, era o retrato mais visível da barbárie solidamente instalada no coração da capital da nação. Uma capital que dentro em pouco apresentar-se-ia aos olhos de todos como digna integrante do mundo civilizado. Sombra gigantesca que lembrava a miséria colonial, o Castelo era como que um fantasma insepulto a apontar nossas origens, próximas de um ‘povoado africano’ ou uma ‘aldeia de botocudos’. Marco visível da fronteira entre a cidade ‘indígena’, ‘colonial’ e ‘atrasada’, e a cidade ‘europeia’, ‘civilizada’ e ‘moderna’, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos. Edifícios públicos e empresariais não deveriam se confundir com barracos; cabras não deviam ouvir óperas. Exigia-se uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres. [...] Capital da República, seu principal centro político, financeiro e cultural, remodelado segundo os padrões cosmopolitas da *belle époque*, o Rio de Janeiro preparou-se para manter sua posição de ‘sol’, guia e modelo a ser copiado pelas ‘províncias’. No entanto, um dos movimentos que resultou da busca de um Brasil moderno no raiar dos anos 20 foi o da desqualificação do Rio como cabeça da nação, e sua substituição por São Paulo como *locus* da produção de uma nova identidade nacional. Associado à República corrupta e falida, ‘cópia’ da *belle époque* ultrapassada e decadente, expressão maior do nefasto ‘liberalismo político’, o Distrito Federal seria a síntese dos males nacionais, ‘estupidez letrada de semicolônia’, na incisiva avaliação de Oswald de Andrade. Resultado de uma perfeita simbiose das qualidades da vida rural com as do progresso urbano, solução perfeita para conjugar a vitória ‘inexorável’ do Industrialismo com os valores profundos e ‘autênticos’ da nação, São Paulo seria o coração do Brasil brasileiro e moderno. Desse modo, se São Paulo era a nação, o Rio seria a antinção.

⁵ De acordo com Cardoso (1968: 3): “Um sítio defensivo por excelência foi o que Mem de Sá escolheu ao tratar da transferência da cidade que, em 1565, durante sua luta para a expulsão dos franceses, surgiria entre os morros Cara-de-Cão e Pão-de-Açúcar. Assim ao procurar um local que dispusesse das condições indispensáveis ao novo sítio da cidade, Mem de Sá elegeu o morro do Castelo”.

Na primeira metade do Novecentos, a cidade conformou-se em duas áreas fundamentais – a urbana, compreendida por Centro, Zona Sul, que passou a se destinar a elite, Zona Norte, que se tornou o lugar da classe média, e subúrbios, destinados às classes populares, de modo geral; e a rural, que abarcava a metade oeste do município. Devemos lembrar que nesse período as desigualdades, embora existissem, não eram tão acentuadas entre bairros de regiões distintas, e que o lugar por excelência da desigualdade era a favela. Isso é corroborado por Soares (1965: 343):

[...] [d]a mesma maneira que a heterogeneidade das funções urbanas se reflete na variedade dos aspectos da fisionomia urbana carioca, o tipo e a localização das construções residenciais revelam a estrutura social democrática da cidade, onde os bairros luxuosos e exclusivos são exceção, ocupando uma área mínima no conjunto da cidade, constituída por uma pequena parte do Leblon, a parte elevada da Gávea, o Alto da Boa Vista e o caminho para o Joá: a regra, no Rio de Janeiro, é a coexistência, a vizinhança de várias classes na mesma área. Nesse sentido, a febre de edifícios de apartamentos, que foi uma das soluções para o extraordinário crescimento da cidade nesses últimos vinte e cinco anos, muito contribuiu para a democratização da paisagem carioca. Na Zona Sul da cidade, edifícios de luxo se alternam com prédios de classe média e proletária e a proliferação, nessa zona, de apartamentos de quarto e sala, pelo seu valor especulativo, colocaram a zona mais bela da cidade ao alcance de uma classe de poucos recursos. Na zona norte, bangalôs da classe média, pequenas casas de vila ou de frente de rua, de classe mais modestas, e confortáveis residências de classes abastadas coexistem na maioria dos bairros. Só nos subúrbios é que vemos desaparecer um tipo de residência ou de apartamento de luxo, pois esta área, ao contrário dos subúrbios de várias metrópoles de outros países, se caracteriza pela predominância das construções da classe pobre. Acentua-se, atualmente, entretanto, uma tendência para a melhoria dos padrões de construção nessa área, com o aparecimento de crescente número de residências confortáveis e de edifícios de apartamento, ligada ao crescente aparelhamento dos subúrbios em todos os serviços necessários ao conforto de uma população, o que tem atraído para eles respeitável parcela da classe média. Finalmente a habitação miserável – a favela – é a grande constante da aglomeração carioca, encontrada por todo lado, não respeitando nem as zonas mais exclusivas da cidade, pois muitas delas lhes são vizinhas, devido à própria localização comum em áreas de difícil acesso. Na zona sul, na zona norte e nos subúrbios, esses aglomerados de habitações miseráveis são encontrados ocupando encostas íngremes ou a proximidade de charcos, isto é, áreas desprezadas por suas más condições. Em resumo, a coexistência de classes diferentes nas mesmas unidades é o traço mais característico do reflexo da estrutura social da cidade na paisagem urbana.

O primeiro fator de valorização da Zona Sul está na sua orla oceânica, desde a segunda metade do século XIX, com a abertura de acesso urbanizado de Botafogo até Copacabana, reconhecida por seu “*clima esplêndido e salubre*” (ANDREATTA, CHIAVARI & REGO, 2009: 9). Com a abertura de túneis e a ligação por bondes, já na década de 1930 o bairro estaria “*totalmente loteado e urbanizado*” (loc. cit.). A construção do oponente Copacabana Palace em 1923 tornaria o banho de mar modismo na cidade, cuja “*expansão urbana para o sul e sudeste, em direção às praias oceânicas*

no começo do século XX, coincidiu com o início da moda balneária na Europa” (ibid.: 1).

Outro aspecto determinante para a valorização da Zona Sul foi o exclusivismo social, já que a área contava com indústrias e áreas proletárias na transição do século XIX para o século XX que foram suprimidas. Isso é apontado por Mauricio de Abreu (1997: 57-8), o que talvez se contraponha ao apresentado por Soares (1965):

[...] [a]s áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá já se deslocavam voluntária ou involuntariamente (guerra aos cortiços empreendida pelo Governo Municipal). Trem, subúrbio e população de baixa renda passava a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida “moderno”. Havia, entretanto, uma contradição nesse processo, que era a presença de bairros operários na zona sul, nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Permitir a instalação de ferrovias nessa área que, saneada, seria tão lucrativa como aquelas que lhe eram vizinhas, equivaleria a solidificar uma tendência não desejada. Isso explica, por exemplo, porque foi frustrada a construção da única estrada de ferro que atravessaria a zona sul da cidade. Evidentemente, a preservação da zona sul para as classes de renda mais alta seria violentada com o aparecimento, no século XX, das favelas. Essas, entretanto, só permaneceram aí enquanto proporcionaram mais benefícios do que custos, tanto ao capital como ao Estado. Quando, a partir de 1960, a relação custo benefício se inverteu, a maioria delas foi sumariamente erradicada, e seus moradores removidos para as áreas suburbanas.

Nesse período, o desenvolvimento da Barra da Tijuca era bastante limitado, como podemos ver na figura 17, um excerto de um mapa de 1907. O primeiro momento em que encontramos relato de melhorias aos seus acessos datam do início do século XX, quando Lauro Muller adequou diversas estradas na Baixada de Jacarepaguá, ao que foi seguido por Antônio Prado Junior que, se aproveitando

[...] de velhas estradas e caminhos entre o Silvestre, a Barra da Tijuca e a Marambaia promoveu a sua ligação com a Zona Sul, inclusive através da Estrada de Jacarepaguá, antiga da Tijuca e do Anil, e da Sernambetiba, para que se tornasse mais fácil ao carioca visitar esses lugares de tão pitoresca paisagem [...] (GERSON, 2000: 414).

Na figura 18 a seguir, vemos um mapa de 1911 em que há a marcação da atividade econômica da Baixada de Jacarepaguá, atividade esta que se consolidou no século XIX e se manteve até a década de 1960, perdendo importância à medida que a cidade se expandia para a região: a atividade primária, ou seja, agricultura, pecuária e pesca. Inicialmente com engenhos e o gado, depois com o café, e por fim, com cereais, pesca e aves no início do século XX, com o objetivo de abastecer a própria cidade.

O levantamento mais completo e mais antigo encontrado é *Ampliação photographica da carta do Districto Federal* na escala 1:50.000, de 1922, como vemos

nas figuras 19, 20 e 21 subsequentes. Nesse período, aparecem o Caminho do Pontal de Guaratiba e o Caminho da Praia, percursos semelhantes aos das Avenidas das Américas,

Figura 17: Excerto da *Carta do Districto Federal*, 1907.

Fonte: COMISSÃO DA CARTA CADASTRAL..., 1907.

Figura 18: Excerto do *Mappa do Districto Federal*, 1911.

Fonte: FREIRE, 1911.

depois da Avenida Ayrton Senna, e Lucio Costa. O mapa de 1925 do Prof. Everardo Backheuser traz o vazio representado pela Barra da Tijuca e mostra a Avenida Niemeyer,

inaugurada em 1916 ou 1917 (SILVA, s/d; PREFEITURA..., s/d, 2003), conforme figura 22. Há uma fotografia tirada por volta de 1930 da Vila Balneário, apresentada na figura 23, a qual aparece também em um mapa de 1937, cujo excerto mostramos na figura 24. Como a resolução da imagem não é tão boa, aparentemente aparece Barra da Tijuca se referindo à desembocadura da lagoa, o que parece ser confirmado nos mapas turísticos de 1951 e 1955, como vemos nas figuras 25 e 26, e na figura 27, com a foto de 1953 da construtora Carvalho Hosken. Acerca das vias da Barra da Tijuca, Brasil Gerson (2000: 314) afirma que

Figura 19: Excerto da *Ampliação photographica da carta do Districto Federal I.*

Fonte: SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR, 1922.

[...] [p]or essa época a Barra, como bairro residencial, estava longe ainda de existir, pois os engenheiros da Prefeitura precisavam de canoas para percorrer suas terras separadas por braços de mar. E assim ela ficaria até que aparecesse o seu Pereira Passos, o seu Paulo de Frontin, e que seria o Prefeito Mendes de Moraes, no Governo Dutra, e que através delas, de suas terras, de seus areais, mandaria construir a Avenida Litorânea, entre S. Conrado e Pontal de Sernambetiba, anos mais tarde convertida em duas, a Litorânea, a morrer na ponta do Marisco, e a Sernambetiba, entre a Barra propriamente dita (que une a Lagoa da Tijuca ao mar) e o Pontal, a que pode chegar também pela Avenida Bandeirantes (duplicada e asfaltada pelo Prefeito Marcos Tamoio) e que começa na Praça da Taquara, em Jacarepaguá, e fazendo parte ambas de um projeto que compreendia ainda a ligação dessa região praieira, em S. Conrado,

com o Alto da Tijuca e com a Gávea Pequena, graças ao viaduto-serpentina das Canoas, arrojadamente concebido e construído pela engenheira Berta Leitchic, da equipe do prematuramente falecido mestre Pena Chaves, da Secretaria de Viação e Obras da antiga Prefeitura do Distrito Federal. E tudo isso, na verdade, como uma complementação do que, no Governo Washington

Figura 20: Excerto da *Ampliação photographica da carta do Districto Federal II*.

Fonte: SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR, 1922.

Luís, fizera o Prefeito Prado Júnior em favor do desenvolvimento turístico da cidade, com o que se poderia chamar um tripé, formando pelo Restaurante do Lido (que desapareceu, mas deixou seu nome na praça onde ficava), por um outro nas Furnas e um terceiro no Joá (uma elevação onde havia joazeiro), estes dois últimos com a modernização dos antigos caminhos que esses lugares nos conduziam. E até que no governo estadual Negrão de Lima se tornasse mais fácil o acesso a eles, e à Barra com a nova estrada que, partindo da Praça Santos Dumont, e passando pela PUC, teria seus pontos-chave no túnel Dois Irmãos e nos elevados do Joá e do Pepino. Se Copacabana e Ipanema prosperariam graças ao bonde, a Barra (como S. Conrado antes dela) necessitaria para isso do asfalto e do automóvel – e como a Barra o Recreio dos Bandeirantes também, e o Recreio por efeito de um loteamento pioneiro do grupo Drault Ernany, a partir dos meados da década de 1950. Porém, precisando acentuar-se que enquanto a Barra se caracterizaria inicialmente (antes de se converter num novo Leblon) como um bairro de hotéis de alto rotatividade, já no Recreio o que predominaria seria mais o *chalet* familiar. E para que antes mesmo de se “copacabanizarem” e de se “leblonizarem”, os dois (a Barra e o Recreio) já se converteriam em paróquia, na paróquia de S. Francisco de Paula, criada em 1959, a cargo dos franciscanos.

Figura 21: Excerto da *Ampliação photographica da carta do Districto Federal III*.

Fonte: SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR, 1922.

Figura 22: Excerto de mapa do Prof. Everardo Bacheuser de 1925.

Fonte: BACKHEUSER, 1925.

Figura 23: Fotografia da Vila Balneário.

Fonte: HOLLAND, 1930?.

Figura 24: Excerto de mapa da Light, *The city of Rio de Janeiro*.

Fonte: BRAZILIAN TRACTION, LIGHT AND POWER, 1937.

Figura 25: Excerto de mapa turístico de 1951.

Fonte: INSTITUTO CARTOGRÁFICO CANABRAVA BARREIROS, 1951.

Figura 26: Excerto de mapa turístico de 1955. O triângulo preto com o número 38 é a indicação de um ponto turístico da cidade, a barra da Tijuca; os dois quadrados pretos trazem os números 38 e 26, da esquerda para a direita, que são, respectivamente, a Churrascaria Pinguim e a Boite Corsário.

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 1955.

Figura 27: Foto do Jardim Oceânico e do Tijucamar, no início da ocupação.

Fonte: CARVALHO HOSKEN, 1953.

A partir da década de 1950, acreditamos que a Barra da Tijuca se torna definitivamente conectada à Zona Sul, e não mais a Jacarepaguá. Quando o futuro bairro é conectado por vias de automóveis, essa conexão se dá primeiramente pela Zona Sul, com a construção da ponte sobre a Lagoa da Tijuca em 1939, que possibilitou o loteamento do Jardim Oceânico e do Tijucamar (CARDEMAN & CARDEMAN, 2004: 226). As vias da Barra da Tijuca foram primeiramente traçadas pelo Projeto de Alinhamento 5596 (PA 5596), de 29 de dezembro de 1950, chamado Vias Arteriais e Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá (URBANISMO.ORG, s/d, a), elaborado pela Prefeitura do então Distrito Federal. De acordo com a descrição do livro, uma vez que durante a pesquisa não obtivemos acesso a ele, este é

[...] o plano de diretrizes que abrange toda a região, estabelecendo as vias numeradas da Via 1 a Via 11 e o zoneamento da área. Este projeto é elaborado pelo arquiteto Hermínio de Andrade e Silva, que preserva a área de Jacarepaguá para o futuro planejamento organizado pelo arquiteto Lúcio Costa com o seu Plano Piloto. [...] Participam como autores do projeto, através do Departamento de Urbanismo, Hermínio de Andrade e Silva, Edwaldo Vasconcelos e José de Oliveira Reis (loc. cit.).

Em 1951, foi publicado o Plano de Diretrizes para Vias Arteriais na Planície de Jacarepaguá (URBANISMO.ORG, s/d, b), elaborado por Hermínio de Andrade e Silva. Esse plano previa a

[...] subdivisão dos terrenos da Planície de Jacarepaguá, em glebas menores. O plano visa obter um conjunto de vias arteriais, em sua maioria paralelas à praia, tendo como avenida principal uma de 90 m por onde poderá correr uma linha de trens metropolitanos, a céu aberto. Prevê a formação de um grande parque de preservação abrangendo às lagoas da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá (URBANISMO.ORG, s/d, b).

Desse modo, entre 1951, com o fim da administração Mendes de Moraes, e 1973, com a conexão terrestre com Jacarepaguá, ocorreriam profundas mudanças no Rio de Janeiro e na própria Barra da Tijuca. Os usos mudam nesse período – de lugar afastado para encontros amorosos para bairro residencial e área turística, conforme vemos nas figuras 28 e 29, com anúncios de venda de lotes na barra da Tijuca e circunvizinhança. Há uma música (REIS & OLIVEIRA, 1955) cantada por Lucio Alves que comenta a respeito, assim como Cruls (1965: 767) discorre a respeito da vida noturna carioca, confirmada pelo mapa turístico de 1955, figura 25 anterior; além de Brasil Gerson (2000: 323) citar o uso antigo da Barra como área para encontros amorosos:

[...] Barra da Tijuca
Que bom lugar pra se amar
Barra da Tijuca
Você me faz recordar
Um certo alguém que eu amei
Não sei porque não me quis
Barra da Tijuca
Você me faz infeliz...
Quando a noite vem
Surtem em meu caminho
Casais e namorados
E eu sempre sozinho
Beijos e abraços
Fico a contemplar
Barra da Tijuca
Que bom lugar pra se amar... (REIS & OLIVEIRA, op. cit.).

[...] [a] vida noturna já começa [...] a expandir-se além dos limites de Ipanema (com o Castelinho) ou para os lados da Barra da Tijuca, prolongamento da Avenida Niemeyer, caminho antes reservado a aventuras nada familiares. O Rio de Janeiro atinge a maioridade. É a metrópole do turismo sul-americano, liberta definitivamente de preconceitos provincianos (CRULS, op. cit.).

[...] Até certo ponto, ela nos lembraria hoje, pelo menos o lado de fora, um saloon dos filmes americanos de faroeste, e foi nele, e com o nome de ‘Mère Louise’, que a francesa montou um misto de cabaré e hotel noturno, como certas casas da Barra da Tijuca dos nossos dias, para as noitadas da jeunesse dorée de então, animadas por um vistoso gramofone... (GERSON, op. cit.).

Figura 28: Anúncio com venda de lotes no Jardim da Barra.

Mais um grande empreendimento da
SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO, S. A.
"JARDIM DA BARRA"
 (BARRA DA TIJUCA — EM FRENTE AO ITANHANGÁ GOLF CLUB)

Cenário deslumbrante — o oceano e as
 majestosas montanhas da Gávea e da Tijuca
MAGNÍFICOS TERRENOS EM ZONA DE VALORIZAÇÃO RÁPIDA

FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO
 (TABELA PRICE)

- Água límpida e abundante, da Serra da Tijuca.
- Força elétrica, luz e telefone.
- Panoramas grandiosos e ar puro do mar e da floresta.
- A 30 minutos do centro da cidade.
- Estradas de primeira ordem, que conduzem ao Leblon, no Alto da Boa Vista, às Furnas da Tijuca e a Jacarépaguá.
- Lotes com a área mínima de 1.000 metros quadrados, situados na parte plana, e nos suaves declives que iniciam os contrafortes da Serra da Tijuca.
- Urbanização moderna, ruas macadamizadas e pedra britada e betume, e calçadas a paralelepípedo.
- Saneamento — canalização de águas pluviais.
- Brevemente servido também pela nova Estrada Litorânea, e pela nova Estrada das Furnas, que atravessa os terrenos, ambas em construção.

Tratar na Sede Social da
SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO, S. A.
 Rua do Afonso de Albuquerque, 100 - andar - Edifício
 ou no escritório particular, no algar.

Figura 29: Anúncio com venda de lotes no Jardim Oceânico, o prolongamento da Zona Sul.

BARRA DA TIJUCA
"Jardim Oceânico"

A 15 minutos do Leblon, em estradas asfaltadas e condução fácil, chega-se ao loteamento "Jardim Oceânico", um dos mais surpreendentes conjuntos urbanísticos da Capital da República. Para se ter uma idéia deste grande empreendimento, basta demonstrar-se em cifras que é a garantia objetiva de qualquer grande negócio. Pois bem, nas obras de urbanização das praças, avenidas e ruas, já foram invertidos mais de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30 000 000,00), sem levar em conta a ponte que dá acesso a toda a Barra da Tijuca.

"Jardim Oceânico", sendo o prolongamento da Zona Sul, goza de um dos melhores climas do Rio, é, na verdade, uma das mais promissoras ofertas destes vinte anos. Vá hoje mesmo dá acesso a toda a Barra da Tijuca.

"Jardim Oceânico", sendo o prolongamento da Zona Sul, goza de um dos melhores climas do Rio, é, na verdade, uma das mais promissoras ofertas destes vinte anos. Vá hoje mesmo reservar um lote de terreno no lugar que desejar, e pague em 7 (sete) anos com uma entrada de apenas 10% e o restante em 84 prestações, sem juros.

Para isso é só telefonar para 42-7619, à Avenida Graça Aranha N.º 206 — Salas 901/5, com JUVENAL NOBREGA.

Fonte: O GLOBO, 1956.

A década de 1950 marcaria a cidade do Rio de Janeiro para sempre, uma vez que a capital seria transferida para Brasília. Em função da transferência da capital, surgiram uma série de discursos sobre os prejuízos para a cidade e uma série de discussões sobre o que a cidade se tornaria (MOTTA, 2001; DOXIADIS ASSOCIATES, 1965; ESTADO DA GUANABARA, 1970a, 1970b; PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977). Um discurso utilizado pelos cariocas, diretamente relacionado à perda da capitalidade, é o de vocação natural da cidade para cartão postal do Brasil, ou de que o Rio de Janeiro é a síntese da nação, uma forma encontrada para que o carioca não perdesse sua singularidade. A escolha inicial para o futuro da cidade foi a de transformá-la em cidade-Estado, projeto fortemente alimentado por Carlos Lacerda, político de ambições desmedidas.

Assim, ademais da perda da hegemonia econômica para São Paulo e da hegemonia política para Brasília, a saída encontrada pelos cariocas foi o de encomendar o Plano Doxiadis para tentar recuperar a hegemonia perdida (SANTOS JUNIOR, 2005). A outra saída foi criar bases para o fortalecimento da atividade turística na cidade (EDITORA ABRIL, 1971; ESTADO DA GUANABARA, 1970a, 1970b, 1970c; BLOCH EDITORES, 1977), o que favoreceria também o discurso do carioca como semblante do brasileiro, para aludir ao pensamento lacaniano (EVANS, 2006: 178). Ser carioca, outrossim, tornar-se-ia um produto comercializável, parte da estratégia de adaptar a população à atividade turística, e nova fonte de divisas para uma sociedade em crise (EDITORA ABRIL, 1971: 178).

O desenvolvimento da Barra da Tijuca e da atividade turística servia também aos interesses da ditadura militar, iniciada em 1964, de desenvolver as empresas de construção civil no Brasil (MARICATO, 1987), já que, ademais das obras de saneamento e dos grandes projetos de infraestrutura, a ampliação dos tecidos urbanos era um mecanismo de fortalecer a economia e obedecia à lógica de ocupação dos fundos territoriais e das construções de residências de veraneio (MORAES, 2005a, 2005b, 1999), tanto no Brasil, com a Amazônia, quanto nas cidades, como no Rio de Janeiro, cujos fundos territoriais foram nomeados de Sertão carioca (CORREA, 1936).

É um momento de forte planejamento e de ampliação da reprodução do capital no país, especialmente após o golpe militar. Entre 1957 e 1962, o Brasil cresceu 8,8% ao ano, sendo que em 1963 e no início de 1964 ocorreu uma estagflação (HERMANN, 2005: 71). Já entre 1964 e 1967, quando ocorreu a implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), voltado para a estabilização de preços, e de reformas estruturais no sistema financeiro, na estrutura tributária e no mercado de trabalho, o crescimento foi de ‘apenas’ 4,2% ao ano. Entre 1968 e 1973, a média anual de crescimento foi de 11,1% ao ano, “*acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo*”, no período conhecido como Milagre Econômico, e que foi marcado pela liderança do setor de bens de consumo durável nessa taxa de crescimento (ibid.: 70-1). Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, ao se tornar Estado da Guanabara, recebia verba tanto estadual quanto municipal, o que facilitou as obras de Carlos Lacerda e sua configuração para uma cidade moderna.

Estavam dadas, pois, as bases para a execução do Plano-piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá, entregue em 1969 por Lucio Costa ao então governador Negrão de Lima. É interessante notar que o Censo realizado pelo IBGE no ano seguinte não traria mais a divisão entre população urbana e população rural (IBGE, s/d). Estavam dadas as bases para um novo momento na cidade do Rio de Janeiro. Politicamente, o endurecimento do regime militar a partir de 1968 marcaria o esvaziamento político do Rio de Janeiro, em um processo que culminou com a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, cujo ícone é a Ponte Rio-Niterói.

Na década de 1960, a área ocupada pela Barra da Tijuca se resumia à desembocadura da Lagoa da Tijuca e os terrenos circunvizinhos, como vemos na figura 30, um excerto de mapa elaborado por Pedro Pinchas Geiger (1960). A figura 31 subsequente mostra o limite do Grande Rio, como o autor denomina a estrutura metropolitana encabeçada pelo Rio de Janeiro. No hachurado dessa figura, percebe-se que a área ocupada por Jacarepaguá é contínua aos subúrbios, o que é confirmado por Geiger (1960: 32), que afirma ser Cascadura o centro de Jacarepaguá. Nesse trabalho, o autor (ibid.: 18) aponta o processo de homogeneização dos bairros na cidade:

[...] [a] urbanização constante desta área periférica, por um lado, tornava mais complexos os bairros, principalmente do ponto de vista de conteúdo social. O crescimento da classe média introduz transições, as mais variadas, entre os quarteirões dos grupos mais pobres e mais ricos. No entanto, há um movimento constante e as mudanças de certas categorias da população de um bairro para outro agem no sentido da homogeneização. Veja-se, por exemplo, o abandono de São Cristóvão, de certas partes de Botafogo pela gente rica. De modo geral, gente rica vai-se afastando cada vez mais do centro, considerando a facilidade dada pelo uso do automóvel. Deste modo, ficou como vestígio deste processo uma série de anéis, dentro desta área periférica. Por exemplo, o Catete onde outrora havia casas ricas, hoje representa um conteúdo mais popular que as Laranjeiras, bairro mais afastado do centro. A praça da Bandeira com seus arredores representa um padrão modesto e a Tijuca, mais afastada, um padrão mais elevado, a Tijuca foi "democratizada"; ainda mais adiante, a Usina apresenta novamente habitações mais pobres, e o Alto da Tijuca ainda mais longe é zona de gente rica. Além do Andaraí de classes populares, o Grajaú mais longínquo era edificado para gente de posses. Outro aspecto que se observa com a urbanização constante desta área periférica, é a perda em tempos recentes de suas funções industriais.

Segadas Soares (1965: 355) explica o crescimento vertiginoso de Copacabana, seguida por Ipanema e Leblon, pelo *“resultado da crescente atração da população carioca pelas praias da zona sul e da existência de uma barreira montanhosa dificultando a expansão da cidade pela orla oceânica”*. A figura 32 mostra a estrutura da aglomeração do Rio de Janeiro elaborada pela autora (loc. cit.), e podemos ver que a barra

Figura 30: Excerto do *Plano de um trecho do Rio de Janeiro e de Niterói*.

Fonte: GEIGER, 1960.

Figura 31: Grande Rio em 1960, para Geiger: a Barra da Tijuca não aparece como área urbanizada.

Fonte: GEIGER, 1960.

Figura 32: Estrutura da aglomeração do Rio de Janeiro – a Barra da Tijuca é um vazio. Em preto, é o Centro; em quadriculado, área de obsolescência; listra vertical, Zona Sul; listra diagonal, Zona Norte; listra horizontal, bairros suburbanos; bolinhas próximas, subúrbios guanabarininos; x, subúrbios periféricos.

Fonte: SOARES, 1965.

da Tijuca sequer é mencionada no mapa; mas, quando a autora avalia o incremento populacional, no local consta um aumento de até 40% entre 1950 e 1960, como vemos na figura 33 em seguida – “[n]ovas possibilidades de expansão dos bairros estão surgindo

com os loteamentos pioneiros da orla oceânica além do Leblon” (ibid.: 363). Nossa hipótese de que a Barra da Tijuca se desenvolve pela Zona Sul é confirmada pela geógrafa:

Figura 33: Incremento populacional no Rio de Janeiro, entre 1950 e 1960: a área de ocupação inicial do bairro aparece com crescimento populacional entre 41% e 80%.

Fig. 15 — A circunscrição de Anchieta (81 a 120%) aparece indevidamente assinalada com o número 23.

Fonte: SOARES, 1965.

[...] [é] ainda, através da expansão da zona sul, que se está processando o surgimento de novos bairros, onde loteamentos dotados de todos os melhoramentos urbanos atraem moradores para a avenida Niemeyer, Gávea Parque, São Conrado, Praia da Gávea e Barra da Tijuca, apesar das dificuldades de acesso a essas áreas, desprovidas ou deficientes em transportes coletivos. A inexistência de grandes indústrias e a presença de artesanato numeroso é outra característica dessa zona. As grandes indústrias de tecidos que se tinham instalado, em fins do século passado, na Gávea não mais existem, demolidas para dar lugar a loteamentos de alto preço e transferidas para outras áreas em função de novas determinações de zoneamento industrial (ibid.: 364-5).

Morris (1973: 22) comenta sobre o caráter pejorativo da palavra subúrbio na cidade do Rio de Janeiro, e afirma que

[...] [a] chave para a categoria "suburbana", na linguagem do Rio, é a estrada de ferro. Essas áreas que, inicialmente, cresceram ao longo da linha férrea são e, provavelmente, continuarão a ser para o povo os subúrbios, mesmo estando hoje completamente urbanizados, enquanto outras áreas que ainda hoje não possuem muitos dos serviços urbanos e não estão contíguas à cidade, se não estiverem junto das linhas férreas não são denominadas subúrbios. O ponto importante a ser anotado sobre os assim chamados subúrbios da-Zona Norte é que o seu crescimento tem sido muito nivelado, uma vez que a maioria das terras disponíveis já foi ocupada e tem havido muito pouco crescimento vertical nessas áreas. São áreas predominantemente ocupadas pela classe média e pelas classes mais baixas da cidade e que raramente gozam de prestígio

na opinião do povo. De fato, na linguagem do povo, o termo "suburbano" é pejorativo e indica falta de cultura e sofisticação.

Nesse aspecto o autor parece concordar com Brasil Gerson (2000: 366):

[...]Por estranho que pareça, a pergunta se justifica no Rio de Janeiro, e por ser esta, sem dúvida, a única cidade do mundo na qual uma parte, apenas, do que não pertence ao seu perímetro ou centro urbano ficou sendo suburbano, e a outra não, porque a outra ganhou o nome de bairro ou arrabalde, quando lógico seria que entre elas essa discriminação não existisse, e nela bairros e arrabaldes fossem tanto o Méier e Jacarepaguá ao norte como a Gávea e Ipanema ao sul... A origem dessa discriminação ou diferenciação está no trem de ferro, mais exatamente nos trens da antiga D. Pedro II quando ela inaugurou as suas primeiras estações do Campo de Sant'Ana em diante, logo denominadas as suburbanas – e como era só do velho Campo para o Norte que os seus trilhos se estendiam, como “subúrbios da D. Pedro” (ou da Central mais tarde) é que se foram tornando conhecidos os arrabaldes que nos caminhos por eles percorridos já existiam ou por causa deles mais depressa prosperaram, e como os da Central os da Northern (ou Leopoldina) e da Auxiliar e da Rio d'Ouro mais para os lados do mar... [...] [A] leitura dos escritores do Oitocentismo o comprovará, sobretudo Machado de Assis, que então, ao referir-se aos subúrbios, não se estava referindo evidentemente apenas ao que havia no Rio para lá do Campo de S. Conrado de S. Cristovão – ou como também está, por exemplo, nos documentos da Santa Casa da Misericórdia sobre a instalação dos nossos primeiros cemitérios públicos condignos a céu aberto, “nos subúrbios do Caju e de Botafogo”... Razão de sobra, portanto, para que como zona suburbana se conhece hoje também a do Largo do Machado para o sul se dele na mesma época tivesse principiado a sair outros “paradores” rumo da Gávea e a Barra da Tijuca...”

Esse mesmo trabalho de Morris (1973: 33) traz o limite dos bairros ou zonas da cidade, e aparece a Barra da Tijuca, como vemos na figura 34, identificada com o número 1, apesar de os dados trabalhados serem de censos anteriores à existência do bairro. Ao avaliar a geografia social da cidade de 1960, comenta sobre uma pesquisa realizada que apontou que os bairros de maior prestígio na cidade eram Lagoa, Leme, Copacabana, Flamengo, Ipanema, Leblon, Urca, Laranjeiras, Maracanã e Tijuca, em uma análise que tratava as favelas como unidades individuais em relação aos bairros. Ademais, afirma que a Barra da Tijuca “*é encarada por muitos como a próxima área de prestígio da cidade*” (ibid.: 41) e que um “*novo túnel está sendo construído[,] o que tornará ainda mais fácil o acesso a esta área*” (loc. cit.), que já experimentava um desenvolvimento considerável e que estava próxima das áreas de prestígio de Ipanema e Leblon.

No mapa elaborado por Morris (ibid.: 48) acerca do status social mais elevado, fica clara a prevalência do carioca pela Zona Sul, como vemos na figura 35 a seguir. Ademais, o autor (ibid.: 61-2) aponta que

[...] desde 1900 o centro efetivamente se mudou (ou melhor, um *segundo* centro maior apareceu), com a abertura dos túneis para Copacabana e as zonas balneárias da Zona Sul. [...] Hoje, contudo, esta área está se superlotando

rapidamente e um processo de sucessão está em caminho, com os grupos da classe média e alta já ocupando muitos dos apartamentos em Copacabana. A área de grande prestígio está progredindo mais adiante ao longo da praia,

Figura 34: Bairros da cidade em 1973 (Barra da Tijuca aparece como número 1).

Fonte: MORRIS, 1973.

Figura 35: Bairros de maior prestígio na cidade do Rio de Janeiro: prevalência da Zona Sul.

Fonte: MORRIS, 1973.

formando o setor ‘Costa de Ouro’ a la Hoyt. Como foi dito anteriormente, está sendo aberto um novo túnel que fornecerá acesso mais fácil para a praia mais próxima, Barra da Tijuca, e tudo indica que esta será a próxima área de prestígio. Este padrão de áreas de elite que mudam coincide com as observações de Amato sobre os padrões habitacionais de elite em Bogotá, Quito, Lima e Santiago. E a **expansão de serviços sociais para essas áreas, como por exemplo estradas, túneis, água, esgoto etc., mesmo quando outras muitas áreas da cidade (por exemplo, as favelas) estejam desprovidas dessas amenidades, confirmariam sua tese de que o interesse das classes mais altas é um fator dominante para o desenvolvimento urbano nas cidades da América Latina.** (grifo nosso.)

A hipótese do autor de que a Barra seria a nova área de prestígio foi confirmada pelo tempo, e isso se deveu fundamentalmente à Autoestrada Lagoa-Barra e ao Plano piloto desenvolvido por Lucio Costa. As figuras 36 a 42 mostram a evolução da Barra da Tijuca entre as décadas de 1960 e 1970. A expansão da cidade para a Barra, que já acontecia desde 1939, consolidar-se-á na década de 1950, antes do Plano Lucio Costa; contudo, a elaboração e a execução dele contribuíram para o uso do solo ocorrer de modo mais organizado, pelo menos por um tempo – em 1981, com o Decreto nº 3.046, “*são estabelecidos novos critérios de ocupação para a região e, dois dias após a sua edição, a*” Superintendência da Barra da Tijuca (SUDEBAR) “*é transformada em Assessoria de Projetos Especiais com as funções drasticamente reduzidas*” (REZENDE, 2005).

O Plano Lucio Costa (ESTADO DA GUANABARA, 1969, 19?) tem como objetivo o desenvolvimento o mais harmônico possível da Baixada de Jacarepaguá, por meio do equilíbrio entre massas brancas edificadas e o verde da natureza, o jogo do verde com o branco comentado por Vera Rezende (op. cit.). Havia a necessidade de ordenar a ocupação iniciada da Baixada de Jacarepaguá, mas Santos Junior (2011) propõe que a escolha de Lucio Costa não é mera coincidência – ao optar pelo mesmo urbanista de Brasília, os cariocas buscavam de alguma forma mimetizar o espírito da Novacap, como a capital federal passou a ser chamada na época, e curar sua primeira ferida narcísica.

Se o carioca desmontou o sítio histórico de suas origens para apresentar-se ao mundo como moderno no Centenário da Independência, não é impossível que se tenha utilizado do mesmo urbanista para se recuperar do trauma do rompimento da díade narcísica carioca-brasileiro decorrente da perda da capitalidade, o que parece ser validado nos discursos da época, desde a música de Gilberto Gil (1969) até os dos documentos oficiais (ESTADO DA GUANABARA, 1970a, 1970b, 1970c; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1977). De acordo com Santos Junior (2011: 87),

[...] pode-se inferir que a perda da capital para Brasília originou a consciência de uma alteridade entre ser carioca e ser brasileiro, uma vez que, desde, pelo menos, à transmigração da Corte, havia simbiose entre as duas identidades, sem clara definição acerca dos limites entre cada uma. Isso acarretou uma responsabilização do ego coletivo carioca e, se Brasília ocupou o lugar objetual que pertencia ao Rio – a centralidade política do país –, talvez mimetizar a Novacap trouxesse, ilusoriamente, a sensação de equivalência entre as duas cidades.

Figura 36: Obras de construção do Túnel do Joá.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lotas-na-barra-da-tijuca-15-minutos-do-leblon-num-dos-melhores-climas-do-rio-12140318#>.

Figura 37: Construção de ponte que integra a Autoestrada Lagoa-Barra.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>.

Figura 38: Vista aérea da Barra da Tijuca em 1969.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>.

Figura 39: Praia da Barra da Tijuca nos anos 1970.

Fonte: O GLOBO, 1970a: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>.

Figura 40: Vista do Jardim Oceânico nos anos 1970.

Fonte: <https://ssl.panoramio.com/photo/75727803>.

Figura 41: Outra foto da praia da Barra da Tijuca nos anos 1970.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/75729172>.

Figura 42: Cruzamentos das atuais avenidas Sernambetiba e Ayrton Senna, em primeiro plano, e das Américas com Ayrton Senna, mais próxima ao centro da imagem, com o Aeroporto de Jacarepaguá à esquerda e a Lagoa homônima ao fundo.

Fonte: CARVALHO HOSKEN, 1971.

A estratégia de valorização do *ser carioca* e da atividade turística faz com que entendamos que a Barra da Tijuca foi construída para ser um prolongamento da Zona Sul e uma área turística da mesma forma que os bairros da orla oceânica, desde a elaboração do Plano-piloto. Lucio Costa (ESTADO DA GUANABARA, 19?) afirma que “*importa abordar as implicações de ordem turística que a urbanização trará*” – “*o turismo da Barra, pelo menos nessa primeira fase de ‘colonização’, deverá ser principalmente interno*”. Posteriormente, seriam fixadas as áreas “*onde é possível construir e o respectivo gabarito*”, cabendo ao plano-piloto “*apenas dizer onde não o poderá fazer, ou seja, em toda a extensão litorânea fronteira, ou vizinha, à lagoa de Sernambetiba, salvo no seu entroncamento com a Via 11*” atual Avenida Ayrton Senna. Para Lucio Costa (loc. cit.), os “*hotéis deverão pois concentrar-se nos dois extremos, isto é, nos terrenos à beira mar dos bairros já definidos e dos centros previstos, e dispor de área de estacionamento*”. Reportagem do jornal *O Globo* de 1970 (O GLOBO, 1970b) fala desse potencial da Barra:

[...] [o]s hotéis que apareceram em São Conrado nada mais são que o fruto de empreendimentos que surgem como por encanto, com as promessas de melhoramentos, a abertura de novas estradas, e a urbanização de vastas áreas até então inproveitadas. O grande potencial turístico da Barra repousa na beleza das praias e no verde selvagem da floresta que avança do Recreio dos Bandeirantes. Com a urbanização planejada e as estradas projetadas para um

futuro próximo, novos hotéis surgirão, para compor a infraestrutura do turismo num dos pontos mais importantes do Estado, para onde a cidade continua a dirigir o seu crescimento. [...] Pelo Plano-Piloto do urbanista Lucio Costa, a Barra da Tijuca será a capital da Guanabara, e, segundo os técnicos, engenheiros e paisagistas, a ‘cidade oceânica mais bela do mundo’. Obedecendo à moderna concepção urbanística, a nova Barra vai surgir dentro de um planejamento rígido, abrangendo o Pontal de Sernambetiba e, em profundidade, a Baixada de Jacarepaguá. Para evitar uma ocupação imobiliária desordenada e predatória, o Plano-Piloto está em desenvolvimento, não esquecendo a preservação da natureza, preocupação maior do projeto que previu, inclusive, uma reserva biológica. [...] Este Rio de Janeiro de 1975 guarda a sua beleza e é muito mais nosso. Porque é funcional, habitável, transformado pelo homem para ser inteiramente desfrutado pelo homem.

Para o desenvolvimento da Barra da Tijuca, foi fundamental a construção da Auto-estrada Lagoa-Barra. Iniciada em 1966, era de fundamental importância para a abertura de novas áreas de expansão da cidade, sem que se duvidasse “*de que a Planície de Jacarepaguá*” fosse “*a região indicada para tal expansão, pois com a sua integração permitir-se-á a implantação de uma nova cidade, mais do que um simples bairro como timidamente imaginavam os afoitos iniciais*” (ESTADO DA GUANABARA, 1970d). Além disso, apesar das razões técnicas, a obra que garantiria o “*acesso ao Rio do futuro*” (loc. cit.) seriam uma das três existentes no mundo (RIBEIRO, 1968: 14), o que reforçaria seu papel de vanguarda.

A conexão com o bairro completar-se-ia com a construção de uma ponte de madeira provisória em 1970, e a inauguração da Ponte Santos Dumont, sobre a Lagoa de Camorim (O GLOBO, 1970c, 1971; CORREIO DA MANHÃ, 1971, 1972 & 1973), em dezembro de 1973. Sobre sua construção e importância para a Baixada de Jacarepaguá, transcrevemos o discurso proferido pelo engenheiro Emílio Ibrahim (1973):

[...] Em cumprimento ao plano de obras que mereceu a integral aprovação do eminente Governador Chagas Freitas, estamos, hoje, entregando ao público da Guanabara as pontes Santos Dumont e Plácido de Castro, obras de arte que têm para todos nós um sentido positivo para o desenvolvimento desta região. Estamos aqui, em pleno centro geográfico da cidade, contemplando uma paisagem que a natureza compôs com felicidade, dominada pela presença imponente e caprichosa do Morro da Panela. Razões econômicas e sociais tornaram necessária a construção de duas pontes numa extensão aproximada de 1 km, para dar continuidade à Avenida Alvorada, encurtando a distância entre as praias e a população da Zona Norte e subúrbios da cidade, ficando, assim, garantido um acesso mais fácil aos 18 km de praias da Barra da Tijuca. Garante-se assim, pela execução de um projeto, cuja preocupação básica foi inserir o concreto à paisagem com harmonia e equilíbrio visual, o acesso do Estado, por meio da Secretaria de Obras Públicas, ao planejar a ocupação racional da região, com abertura de novas e amplas perspectivas objetivando acelerar a sua urbanização. A data de hoje marca o início de uma série de outras grandes obras que o atual Governo - neste setor de sua administração - pretende realizar, como decorrência positiva de planos, já concluídos no período inicial de nossa gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas, e que agora começam a ser executados. Vale destacar as medidas que o Governo Chagas Freitas vem

tomando, visando à implantação de uma infra-estrutura de serviços públicos compatível com a necessidade presente e a perspectiva de progresso da Barra da Tijuca. Em relação ao fornecimento de energia elétrica, a Light iniciará ainda em 1973 a construção de uma rede subterrânea para que em 1974 esteja concluída a estrutura básica capaz de levar energia elétrica a qualquer ponto da Baixada, desde a Barra até o Recreio dos Bandeirantes. Quanto aos trabalhos executados pela Secretaria de Obras Públicas, destaquemos as obras relativas ao abastecimento de água. Estamos concluindo o assentamento do Tronco Alimentador de Jacarepaguá, com seus 7.000 metros de extensão e diâmetro de 700 mm, que reforçará o abastecimento deste bairro com água do Guandu. Com esta obra atenderemos à Zona Industrial de Jacarepaguá, hoje já implantada com mais de 20 indústrias não poluentes. Com 12 km de extensão de 500 mm de diâmetro, estamos construindo o Tronco Alimentador Tijuamar, Jardim Oceânico e Centro da Barra, com conclusão prevista para julho de 1974, e que virá dar atendimento à zona de elevada densidade populacional da Barra da Tijuca. Já está em fase de concorrência a construção da sede do distrito de esgotos de Jacarepaguá, visando a um melhor atendimento para a área, no que diz respeito à manutenção da rede e ligações domiciliares. Iremos ampliar a capacidade de tratamento da lagoa de estabilização da Cidade de Deus e implantaremos uma estação de tratamento ao lado da Elevatória André Rocha, para um tratamento adequado às contribuições hoje existente na rede local. A Secretaria de Obras Públicas contratou com a Finep o estudo de macro-drenagem de toda a bacia da Barra da Tijuca. Este estudo permitirá a execução de obras de vital importância para a região, tais como regularização de cursos d'água, recuperação de áreas alagadas e definição dos contornos das lagoas. Por meio das obras aqui descritas, vai o Governo do Estado aplicando recursos na Barra da Tijuca, dentro do equilíbrio que caracteriza a política do eminente Governador Chagas Freitas, traduzida no conceito de que as obras públicas devem ser ajustadas às reais necessidades de seus destinatários, medindo-se por sua exata utilização social. Desejamos na oportunidade, externar os nossos cumprimentos à direção do Departamento de Estradas de Rodagem, pela dedicação demonstrada na execução do projeto e na fiscalização das obras aqui inauguradas, de Engenharia e Construções, responsável pela construção da Ponte Santos Dumont, e Embasa Engenharia e Comércio, encarregada da Ponte Plácido de Castro, cujos serviços foram executados com técnica digna dos maiores elogios. A Sua Excelência o Senhor Governador Chagas Freitas os nossos agradecimentos, não só pela honra que nos proporciona com sua presença, como também pelo apoio que nos vem prestando, e que nos tem servido de alento e estímulo para continuar a nossa tarefa.

Um mapa turístico de 1974 traz uma representação mais bem realizada da Baixada de Jacarepaguá, e devemos atentar que Barra da Tijuca se restringia ao trecho de desembocadura da Lagoa da Tijuca, como vemos na figura 43 a seguir. É nesse período, entre 1973 e 1976, que a Barra da Tijuca se constitui em área nobre da cidade do Rio de Janeiro (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977), talvez como especulação decorrente da abertura do novo acesso e da conclusão do elevado do Joá, ocorrida em 1974 (REZENDE, 2005). De acordo com o Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro (PUB-RIO) (op. cit.: 145-6), para a análise do valor da terra, *“utilizou-se, inicialmente, o cadastro dos logradouros da Cidade, separados por bairros fiscais com os respectivos valores Vo e os códigos de logradouro (CL), dados da Secretaria Municipal de Fazenda”*. O PUB-Rio define Vo, Valor Unitário Territorial de Cadastro, como $36m^2$, e,

para essa análise, foram selecionados os dez logradouros mais valorizados de cada bairro. De acordo com Santos Junior (2011: 91), em

Figura 43: Excerto de mapa turístico de 1974.

Fonte: RIOTUR, 1974.

[...] 1973, a Barra da Tijuca se encontrava na faixa de Cr\$ 12.001,00 a Cr\$ 30.000,00, juntamente com Alto da Boa Vista, Bonsucesso, Caju, Catumbi, Engenho Novo, Estácio, Grajaú, bairros da Ilha do Governador, Penha e Ramos. Três anos depois, em 1976, desses bairros citados, os da Ilha do Governador, Penha e Ramos tiveram decréscimo para a faixa imediatamente inferior, de Cr\$ 6.001,00 a Cr\$ 12.000,00. O Grajaú subiu para a faixa imediatamente superior, de Cr\$ 30.001,00 a Cr\$ 60.000,00. A Barra da Tijuca subiu para a segunda faixa mais alta, Cr\$ 125.001,00 a Cr\$ 250.000,00. Desta faixa para cima, em 1976, estava toda a Zona Sul da cidade, o Centro e a área da Saúde e da Gamboa. Entre este ano e 1973, assistiu-se à valorização de toda a Zona Sul para as duas faixas mais valorizadas da cidade, o que tende a confirmar, em parte, a hipótese levantada anteriormente. É interessante notar, entretanto, que entre os corredores analisados pelo Plano, o de nº 14, correspondente à atual Avenida Ayrton Senna e às ruas Teles, Maricá, Pedro Teles e Cândido Benício supera o de nº 22, compreendido pela avenida Ataulfo de Paiva, Estrada do Joá e Avenida das Américas [com base nos dados do PUB-RIO].

A década de 1970 é o período de surgimento oficial da Barra da Tijuca, com a criação, por meio do Decreto E nº 5.891, de 11 de dezembro de 1972, da XXIV Região Administrativa (XXIV RA), por meio de alterações nas RA da Lagoa, de Jacarepaguá e de Campo Grande. Em 12 de abril de 1973, por meio do Decreto E nº 6.105, ocorre outra alteração, desta vez entre as RAs da Lagoa e da Barra da Tijuca. Apenas em 1981, com os decretos nº 3.157 e nº 3.158, ambos de 23 de julho, é que a cidade conhecerá oficialmente a denominação, a codificação e a delimitação dos bairros, das áreas de planejamento e das regiões administrativas da cidade (LAMEIRÃO, 2007: 119-21).

Ainda nesse decênio, Silva et al. (1973: 106) afirmam que o trecho de restinga entre a barra da Tijuca e a lagoa de Marapendi já se encontrava “*totalmente modificado por aterros e arruamentos que, de resto, tendem a rapidamente alterar por completo os aspectos naturais da área da Barra da Tijuca*”. De acordo com Claudia Pereira (2002: 29), “*torna-se evidente a importância da Barra como uma das principais frentes de expansão urbana da cidade*”, já que entre 1960 e 1970 apresenta taxa de crescimento populacional “*de 160%, muito superior à taxa da cidade, igual a 30,7%*”; no período seguinte, “*entre 1970 e 1980, a Barra da Tijuca apresenta uma taxa de crescimento populacional igual a 627,3%, contra apenas 21,8% do total da cidade*”.

Ainda nessa década, é inaugurada uma nova época na forma de se morar no Rio de Janeiro – surgem os primeiros condomínios, Nova Ipanema, em 1975, e Novo Leblon, em 1976; ademais é inaugurado o hipermercado Carrefour, em 1976, e o Barra Shopping em 1981. Acerca do Nova Ipanema, o marketing o associa diretamente a Ipanema, mas com custo reduzido ao do tradicional bairro carioca; vejamos reportagens selecionadas sobre o empreendimento imobiliário:

[...] **Chegou a vez de quem não podia morar em Ipanema. Pela metade do preço.** Nova Ipanema já nasce como um excelente investimento. Luxuosos apartamentos com 267,47 m², com 2 salas, 4 quartos, 2 varandas, copa-cozinha, dependências completas, 2 quartos de empregadas e 2 garagens, a partir de Cr\$ 656.000,00. Ou seja, Cr\$2.460,00 por m² (terreno e construção.) São apartamentos com a mesma qualidade e classe que você está habituado a ver em um Gomes de Almeida, Fernandes. Só que agora eles **custam a metade do preço dos imóveis de Ipanema, em um bairro novo, de primeiríssima classe.** Aguarde o seu lançamento na próxima semana (O GLOBO, 1975a).

[...] **Um apartamento com este padrão e esta área você só encontra na Vieira Souto. Mas este tem o dobro do conforto pela metade do preço.** Reservando para você, em Nova Ipanema, este sensacional lançamento: um luxuosíssimo apartamento com 556,83 m² de área real de construção, de frente para o mar e fundo para a montanha. [...] ‘O Prédio’ Elevadores de alta velocidade, compactador de lixo (não há poluição, fumaça), estacionamento para visitantes, hall social em granito, todo o prédio ocupa menos de 20% da área do terreno, ficando o restante para os jardins, pilotis intermediários com playground e salão de festas e reuniões, copa e banheiros completos com bancas de mármore e azulejos decorados, sauna, duchas, salas de ginástica e de repouso, fachada em estilo tropical com painéis brancos, concreto aparente, esquadrias de alumínio com cristal fumê, caixas em fiberglass para receber ar condicionado e jardineiras suspensas nas varandas (O GLOBO, 1975b).

[...] O prefeito Marcos Tamoyo visitou ontem pela manhã o local em que será erguido **o bairro de Nova Ipanema** – na Barra da Tijuca, ao lado da Lagoa de Marapendi. Ele lançou a pedra fundamental da obra e disse que ‘aqui está **o início do futuro da cidade em termos habitacionais**’. A única gleba do bairro já urbanizada e com os serviços de infraestrutura instalados – 400 mil m² - terá oito prédios e 110 casas. E dentro de dois anos já deverá estar pronta para ser habitada. Nas outras quatro glebas os trabalhos de infraestrutura só deverão começar daqui quatro anos. Segundo os empresários das firmas que a

constroem explicaram ao prefeito, além de descontinuar uma vista que não poderá ser fechada com a construção de novos edifícios – em obediência ao Plano Lúcio Costa para urbanização da baixada de Jacarepaguá -, **Nova Ipanema será praticamente autossuficiente em matéria de serviços**: terá seis estações de tratamento de esgoto importadas da Inglaterra – uma já está instalada – e poços que a tornarão independente de rede de águas do Estado. Além disso, terá um imenso shopping center, um hipermercado e espaços para crianças – inclusive uma filial do Colégio Bennett, cujo Reitor, professor Messias Amaral dos Santos, também esteve presente ao coquetel de inauguração. Como a lagoa de Marapendi fica entre o bairro e a praia, **os moradores de Nova Ipanema não serão incomodados pela a massa de pessoas que procuram a praia de Barra nos fins de semana de verão**. Para chegar à praia, os moradores serão conduzidos por uma balsa através da lagoa. Quanto ao ajardinamento, serão plantadas 5 mil árvores, das quais 600 são coqueiros. Tamoyo ouviu também dos empresários que, no futuro, toda a região da Barra – dez vezes maior que Ipanema, Leblon e Copacabana juntas – terá apenas um terço da densidade demográfica daqueles bairros. O sistema do transporte, que atualmente se resume a três linhas de ônibus, terá então saídas para o Centro a cada minuto. Preços baixos Depois de ouvir as explicações – feitas com a ajuda de audiovisuais e de uma grande maquete – Tamoyo disse que se sentia honrado em lançar a pedra fundamental do bairro, pois ele significava o início de **um fenômeno inevitável – a expansão do Rio para a Barra da Tijuca**. Frisou também que os preços estavam baratos, comparou-os aos de Ipanema, ‘já que a oferta na região é muito maior do que a da Zona Sul.’ Longe dos problemas urbanos A beira da Lagoa de Marapendi e erguido sobre jardins, surge na Barra da Tijuca **o mais novo bairro do Rio**, Nova Ipanema. Suas ruas são asfaltadas, sem sinais luminosos os cruzamentos perigosos, e nas calçadas de concreto e grama pode-se andar livremente, sem os obstáculos dos carros estacionados. Projetada pelos arquitetos Edson e Edmundo Musa e pela firma Gomes de Almeida, Fernandes, o novo bairro obedece fielmente – segundo seu engenheiro responsável, Antônio de Oliveira Marques – ao Plano de Oliveira Marques – ao Plano Piloto para a Barra da Tijuca, da autoria de Lúcio Costa, cujo retrato domina a entrada do salão de vendas instalado no local. Na fase de lançamento, Nova Ipanema terá três edifícios, com um total de 216 apartamentos. Posteriormente serão erguidos outros cinco, o que elevará a 600 o número de apartamentos. O projeto conta, ainda, com 116 lotes unifamiliares, das quais já existem 15 concluídas. INFRAESTRUTURA Com uma estação de tratamento de água, outra de tratamento de esgoto, 110 telefones (10 instalados inclusive “orelhões”), iluminação, ruas e calçadas pavimentadas, além de mudas de coqueiro, amendoeiras, casuarinas, cajás-mangas e outras árvores plantadas, Nova Ipanema já dispõe, às vésperas do seu lançamento, de uma completa infraestrutura. Seu shopping center, com estrutura de alumínio e teto de fiberglass opaco, está com o primeiro módulo erguido e próximo da fase de acabamento. Nele, os moradores do bairro terão desde farmácias, padaria e loja de consertos de aparelhos elétricos até butiques. Em frente à entrada da Nova Ipanema, no quilômetro 4,5 da Avenida das Américas, está sendo construído **o maior hipermercado do Brasil, filial da rede francesa Carrefour**, que oferecerá 40 mil artigos diferentes aos seus clientes. Além das sete ruas para o tráfego de veículos, o bairro já tem construída ruas exclusivas para pedestres. Um campo de futebol está sendo gramado junto ao terreno no qual será erguido o clube. Para ir à praia não é preciso automóvel junto ao embarcadouro particular, na Lagoa de Marapendi, uma balsa está à disposição, e em poucos minutos deixa o passageiro à beira da Avenida Sernambetida, a poucos metros do mar. Para quem não quiser ir à praia, uma piscina será construída junto ao clube. **O novo bairro** fica no centro de uma área de 450 mil m², totalmente plana. Nos seus edifícios, os apartamentos são em número de quatro por andar, e têm três ou quatro quartos. Os lotes para residências unifamiliares têm a área mínima de mil metros quadrados, e a maior parte deles fica situada próximo à lagoa, enquanto os edifícios serão erguidos a cerca de 100 metros da Avenida

das Américas. Para se construir naqueles lotes, será preciso obedecer ao projeto urbanístico elaborado pela firma construtora e pelos arquitetos Edson e Edmundo Musa (O GLOBO, 1975c). (grifos nossos.)

Quanto à criação do Novo Leblon (NOVOLEBLON.COM.BR, s/d), a página do condomínio nos conta seu histórico:

[...] Novo Leblon, uma homenagem ao conceito de moradia, referindo-se ao bairro do Leblon, foi o segundo grande condomínio construído na Barra da Tijuca (o primeiro foi Nova Ipanema), surgido em 1976, na explosão imobiliária iniciada naquela década. No convite de lançamento, o apelo irresistível: **“Viva onde você gostaria de passar suas férias”**, convidava as famílias a saírem da saturação dos outros bairros da cidade e inaugurarem uma **nova maneira de viver, com muito conforto, lazer e uma gama de serviços ao dispor**. São 1.120 apartamentos de dois a quatro quartos em oito edifícios e 189 terrenos de 1.000 a 1.500m², quase todos já ocupados, por residências unifamiliares. No nome dos edifícios, todos com esculturas de artistas contemporâneas adornando a entrada, a referência a artistas italianos do período clássico: Canova, Moretto, Masaccio, Lucca Della Robbia, Di Duccio, Ghirlandaio, Michelozzo e Pisano. Cada prédio é dotado de administração independente e área comum constando de salão de festas, sauna, piscina e churrasqueira – alternativas ao Clube. Os cerca de seis mil habitantes que habitam esses 536.732m² de área gozam o privilégio de ter a maior oferta de serviços de todo o Rio, com quatro centros comerciais praticamente na porta de casa e outros dois do outro lado da Avenida das Américas. Para se deslocar no bairro ou ir até a cidade ou Zona Sul, o condômino conta com o conforto do ônibus comunitário e, se o sol convida à praia ou à caminhada, três balsas fazem a travessia para a orla. Para estudar, uma escola pública, a Albert Einstein, e uma particular, o Colégio Santo Agostinho, anexo à igreja. O Country Club Novo Leblon oferece infra-estrutura de esporte e lazer para os moradores. Sob área de concessão da Prefeitura, mais espaços de lazer e integração dos moradores: a Fazendinha, a marina, o areal e a bocha, recantos de muita beleza e alta frequência de visitantes. Três bosques, árvores frutíferas e imensos jardins inserem e harmonizam esse condomínio, que é **referência no conceito de morar bem, na natureza abundante da região**. (grifos nossos.)

Já nas páginas de O Globo (1977, 1976a, 1976b), assim é retratado e vendido o Novo Leblon:

[...] Você sabia? Que o Rio decidiu se mudar para a Barra, sendo o Novo Leblon o maior projeto urbanístico-residencial da Região? Que acabou o financiamento de 1500 salários mínimos (Cr\$ 1.152.000,00) até 15 anos para aquisição da casa própria mas que em Novo Leblon ele ainda existe? Que na área total do Novo Leblon (igual a 48 bairros do Leblon) existem apenas 08 edifícios onde poderiam caber 100 vezes mais? Que o Rio se muda para a Barra, sendo o Novo Leblon o maior projeto urbanístico-residencial da Região? Que o Novo Leblon é o bairro das crianças, pois não tem tráfego atrapalhando as bicicletas, os velocípedes e a amarelinha? Que no Novo Leblon Você só paga a quarta parte do preço do seu apartamento até ficar pronto, e em parcelas fixas e irrealizáveis? Que **o Novo Leblon é um bairro fechado, oferecendo uma vida comunitária completa para todos os seus moradores?** Que os apartamentos do Novo Leblon têm preços e prestações **30% a 40% mais baratas que os de Ipanema e Leblon** e, portanto, vão valorizar-se muito mais? Que o morador do Novo Leblon, vai ter dentro do bairro, ao lado de casa, um colégio, uma praça maior que a N.S. da Paz, um Country Club para os proprietários, um bosque, 10 000 árvores já plantadas e uma área comercial, sem falar no Carrefour que é pertinho? Que cada edifício

do Novo Leblon tem seus, exclusivos, 2 piscinas, sauna, sala de ginástica, salão de festas e uma esplanada de 7000m² para o lazer? Que todo mundo que podia ter sido comprador em Ipanema e Leblon quando esses bairros estavam no início (como o Novo Leblon hoje) se arrepende amargamente de não tê-lo feito? Que o Novo Leblon já está pronto e urbanizado? Que os prédios e apartamentos do Novo Leblon têm qualidade e a garantia Gomes de Almeida, Fernandes – o que significa a entrega do seu apartamento que Você espera e rigorosamente no prazo que contratou? *Agora que você já sabe, visite o Novo Leblon* (O GLOBO, 1977).

[...] Toda obra de arte só pode ser compreendida quando vista e vivida pessoalmente. Ela não pode ser explicada. Assim é o NOVO LEBLON. Por isso, vale a pena você visitar **este bairro novo, diferente**, que já está pronto. E, como toda obra de arte, NOVO LEBLON vai valorizar-se com o tempo (O GLOBO, 1976a).

[...] Um projeto humano: Novo Leblon. O mais novo empreendimento imobiliário da Barra da Tijuca – Bairro Novo Leblon – teve como primeira preocupação, segundo o arquiteto Edison Musa que o planejou em conjunto com Edmundo Musa, e equipe, conciliar os 04 aspectos fundamentais para o equilíbrio psicológico e sociológico do Homem: morar, trabalhar, circular e distrair-se, objetivos estes ressaltados, já na Carta de Atenas (Le Corbusier – CIAM) ao discorrer sobre os princípios de ecologia e urbanismo. Baseado nestes quatro pilares, o projeto foi levado a efeito, a fim de proporcionar à população carioca **uma nova opção de vida, novo sentido para as atividades comunitárias e nova forma de lazer, de maneira a evitar os deslocamentos inúteis**. Por isso, entrevistou o arquiteto, projetamos apenas oito edifícios residenciais num mesmo espaço que, se em Ipanema ou Leblon atuais, corresponderia a um número bem maior. Tudo foi planejado para permitir desfrutar **total visão paisagística e integração com a natureza** – conclui Edison Musa. O arquiteto lembrou, ainda da declaração da ONU sobre o meio-ambiente que diz que o Homem é, por sua vez, obra e artifício do meio que o cerca, o qual lhe dá sustento material e o brinda de oportunidades de se desenvolver material, intelectual, moral, social e espiritualmente. Afirmou que mais adiante na declaração é ressaltado que – os dois aspectos do meio humano, o natural e o superficial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, incluindo, mesmo o direito à vida. Por isso, continuou – o espaço comunitário é características marcante, presente em todas as quadras do projeto. Entre os prédios e a área de residências, ele serve como espaço de transição, abrindo toda uma perspectiva para a real maneira de morar diferente da atual, onde o esporte e a natureza passam a fazer parte do cotidiano. Neste espaço comunitário estão previstos: bosque, escola primária, playgrounds, áreas de lazer e calçadas que interligam todas as funções do núcleo e mais o Country Club Novo Leblon com quadras de esporte, bar, restaurantes, seção de fisioterapias com duchas, saunas e salas de massagem; setor de administração: uma concha acústica para que os jovens curtam seu som livremente e mais duas piscinas; e, finalmente, um setor de administração de onde será coordenada a segurança e manutenção de todo o bairro. Sempre realçando as metas diretoras do projeto, Edison Musa reafirmou um dos objetivos – **volver o homem ao seu habitat natural**, para isso, foram plantadas oito mil árvores, ajardinados mais de cem mil metros quadrados de áreas, onde foi implantado um sistema de irrigação automática pioneiro. Cada um dos oito edifícios foi dotado de varandas e jardins e teve seu posicionamento estudado a fim de aproveitar integralmente a luz e o ar, e a paisagem generosa da lagoa, do mar ou da montanha. Outro objetivo, também destacado pela equipe que projetou Novo Leblon, foi a orientação da escola humana, no sentido das crianças, cuidando das áreas plantadas com vegetação especial para as brincadeiras costumeiras, escadinhas no caminho do bosque que se ergue entre os prédios, rampas suaves para bicicletas e velocípedes e, principalmente, para os carrinhos de bebê. Além de estações para passeios de balsas e lanchas que atravessam a lagoa fronteira e levam os moradores à praia,

e mais sete mil metros quadrados reservados para os colégios, bem como a imensa área de recreação reservada para cada prédio com toda a série de lazer programados. O projeto prevê, ainda, uma perfeita infraestrutura de apoio, de carácter local. Lojas, escritórios, consultórios e um grande shopping, além dos diversos serviços como: clínicas médicas, dentárias, pronto-socorro, farmácias, bancos e todo um comércio de consumo rápido. Finalizando, o arquiteto Edison Musa afirmou – Cremos que atingimos, com Novo Leblon, nosso objetivo. Estamos satisfeitos porque **neste novo bairro, o Homem vai viver, realmente, com a natureza e num bom ambiente comunitário. Não é apenas um slogan ou frase feita, é uma realidade.** Este projeto, baseado no Plano Lucio Costa, além de todo um estudo criterioso e profundo das potencialidades do terreno, do desenvolvimento acelerado da Barra nos últimos 3 anos, de toda a experiências e o “know-how” que o projeto Nova Ipanema nos proporcionou, sem mencionarmos a constatação da problemática psicológica e sociológica do Homem dos centros densamente povoados e de detectarmos suas aspirações, uniu todos estes fatores, oferecendo **uma opção sustentável de vida à população carioca.** Por tudo isso, ninguém deve perder a oportunidade de visitar o Novo Leblon (O GLOBO, 1976b). (grifos nossos.)

Os anúncios dos dois novos ‘bairros’ mostram que a premissa não era a vida em um condomínio, mas em um *bairro*, com características de autossuficiência, com novas experiências sobre a vida cotidiana e sem os tradicionais problemas de áreas densamente povoadas. Nesse sentido, é comercializada a ilusão de uma vida perfeita, integrada, total, e em harmonia com a natureza, em um reencontro de uma experiência ou lugar perdido, o que nos remete ao retorno ao paraíso terrestre, em uma área nova, a ser desbravada. Devemos lembrar, ainda, que a etimologia de bairro encerra uma diferenciação entre dentro e fora (ALBUQUERQUE, 2011: 24-6; HOUAISS, FRANCO & VILLAR, 2004: 380).

Quanto ao Barra Shopping, o pioneiro na Barra da Tijuca, está localizado no cruzamento da Avenida Ayrton Senna com a Avenida das Américas. A figura 44 a seguir mostra o local um ano antes de sua inauguração. A página na Internet do empreendimento (BARRASHOPPING.COM.BR, s/d) explica sobre o que ele se tornou – um enorme complexo de compras, o que se tornaria característico do bairro posteriormente:

[...] Um dos maiores complexos de compras, negócios e lazer da América Latina Inaugurado em 1981, o primeiro shopping Center da Barra da Tijuca, é um marco no processo de desenvolvimento da cidade, tendo contribuído para ocupação e crescimento do bairro. Hoje, a Barra, é a área com mais investimentos no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, com maior potencial de desenvolvimento. O BarraShopping dá nome ao maior complexo multiuso do País que inclui o New York City Center, integrado por um mall de 50 lojas; o Centro Médico BarraShopping com 31 clínicas; o Centro Empresarial BarraShopping, conjunto de 11 edifícios comerciais interligados por uma passarela; e o VillageMall, novo shopping de alto padrão. Pelo quinto ano consecutivo, em 2014, o BarraShopping foi eleito o “shopping que tem a cara do Rio” na pesquisa “Marcas dos cariocas” encomendada pelo jornal O Globo (grifo no original).

Em 3 de julho de 1988, ocorreu um plebiscito para determinar se a Barra da Tijuca se constituiria um município distinto do Rio de Janeiro. De acordo com Bastos (2002), 5.785 eleitores votaram pela emancipação, 354 foram contrários a ela e houve, ainda, 78

Figura 44: Cruzamento das Avenidas das Américas e Ayrton Senna, conhecido como Cebolão, 1980.

Fonte: CARVALHO HOSKEN, 1980.

votos brancos ou nulos. A Barra da Tijuca não se emancipou, contudo, porque seriam necessários 23.978 votos para que o plebiscito fosse validado. Politicamente, “[m]ilitantes do PDT, PMDB, PT, PC do B, PV e PSB trabalharam contra a emancipação, enquanto o Condomínio Nova Ipanema, onde morava o empresário Roberto Medina, era considerado um grande reduto do sim” (BASTOS, 2002). Cabe ressaltar que Rubem Medina, do PFL, irmão de Roberto Medina, perdeu as eleições de 1985 para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Houve apoio da Associação Comercial e Indústria da Barra da Tijuca à emancipação (ACIBARRA, 2015). Saudino (2015) lembra ainda que outra tentativa de projeto de lei cujo objetivo é a emancipação da Barra foi apresentado em 2000 e que em 2010 houve a proposta de criação de um novo bairro, chamado Barra Olímpica.

Na década de 1990, o discurso sobre o morador do bairro será impregnado pelo estereótipo do emergente – uma forma de refutar o epíteto novo rico. Lima (2007: 81) tem como argumento central que, para além de “um grupo geograficamente localizado (na Barra da Tijuca)”, com “hábitos materiais específicos informados por uma visão de

mundo própria, o fenômeno da ‘emergência’ refere-se a um ethos” encontrado pela autora “em variados espaços sociais”. Nesse sentido, difere os moradores da Barra da Tijuca dos novos ricos pela continuidade intergeracional desse comportamento e pelo fato de os jovens pesquisados considerarem desprezível a priorização do dinheiro na definição ocupacional.

Relaciona esse fenômeno à abertura econômica patrocinada durante o governo Collor e ao crescimento do colunismo social na mídia. A característica fundamental nesse grupo seria a de indivíduos ‘batalhadores’ e ‘bem-sucedidos’ cujo sucesso está diretamente relacionado ao trabalho e ao espírito empreendedor. Assim, o que a mídia definiu de Nova Sociedade Emergente, ou emergentes da Barra, a autora (LIMA, 2007: 82) afirma tratar-se “de um jogo mais amplo de identificação social ordenado em torno de uma noção de ‘sucesso’ que corresponde a acúmulo financeiro (que por sua vez permite o consumo conspícuo) resultado de trabalho árduo. Ainda de acordo com Lima (ibid.: 77-8),

[...] [a] um primeiro olhar, a explicação para a subversão das formas convencionais de ser ‘elite’, por parte dos ‘emergentes’, parecia simples e antiga: Em vez de discretos e cultivados, eles são ostensivos e se dedicam muito mais ao *superficial* do que ao *profundo*. Com efeito, não diferem em nada da primeira geração de todas as famílias ascendentes produzidas pela modernidade. O tempo mostrará, porém, que seus filhos e netos (assim como os descendentes de tantos outros novos-ricos que os antecederam) acabarão por internalizar os valores e os modos mais sofisticados que a via *natural* da educação, e consequentemente do contato com as artes e as humanidades, suscitam nas linhagens de extração burguesa. Com os anos, o deslumbramento diante das possibilidades aquisitivas ficará para trás e o cultivo da interioridade ganhará maior espaço em sua existência, tornando-os mais elaborados e polidos e menos dispostos à exibição. Não obstante, a informação etnográfica sobre os hábitos de consumo dessa rede permitiu verificar, através da mídia e na experiência direta, que passadas duas, às vezes três ou até mesmo quatro décadas desde sua ascensão e depois de dez anos de existência pública, seus descendentes mantêm o mesmo estilo de vida que fez a fama desses empreendedores da Zona Oeste do Rio de Janeiro: carros importados, corpos ‘malhados’, *resorts*, grifes, festas e, sobretudo, exposição na mídia. Ao mesmo tempo, a ampliação do escopo do trabalho de campo, ou seja, a observação da pauta de consumo de outros grupos dos estratos médios e altos do Rio de Janeiro e de suas falas sobre as preferências dos ‘emergentes’, apontou que o repertório de bens materiais que consagrou os ‘emergentes’, bem como as aparições na mídia, as festas, a academia de ginástica como ponto de socialização etc., não lhes são tão exclusivos. O cotejo dos dados empíricos com a medida clássica para a avaliação das fronteiras de *status*, qual seja, o ‘gosto’, revelou que a sensibilidade estética na sociedade brasileira contemporânea não é um parâmetro claro para a descrição dessas fronteiras no interior da ‘elite’ econômica. A etnografia permitiu o contato com pessoas educadas em contextos socioeconômicos abastados há várias gerações. No interior desses ambientes da ‘elite’ abordados pela pesquisa, deparei-me com alguns jovens que – fazendo forte contraste com o que se esperaria, por exemplo, de indivíduos educados pelos ‘nobres’ estudados por Velho [...] na

década de 1970 – revelaram ter sido o dinheiro o critério prioritário para a sua definição profissional. Não foi raro encontrar pessoas que fazem questão de apontar os ‘emergentes’ como outros com base no critério do gosto e da ‘futilidade’ e, ao mesmo tempo, reservam uma parcela importante de sua agenda semanal à frequência em academia de ginástica e salão de beleza, consomem produtos de grife e ficam, muitas delas, envaidecidas quando destacadas pelo colunismo social. A espera de mais uma hora por uma mesa em um restaurante badalado, em pé, sobre um salto alto, na rua, não é vivenciada como algo desagradável, mas já as cadeiras do Teatro Municipal, ouvi de Alice, – arquiteta, filha de um advogado importante, uma mulher trilingüe educada, como sua mãe, em um colégio católico tradicional – são duras demais e portanto ‘impossível ficar sentada ouvindo Nelson Freire depois de dez minutos.’ A suposição inicial de simplicidade foi, assim, mostrando-se ilusória diante de um cenário mais complexo em função de dois aspectos: de um lado, o desejo por bens de alto custo, material e simbolicamente fabricados pelo capitalismo, não se manifesta apenas entre os ‘emergentes da Barra’; de outro, ainda assim, é ao mote do ‘consumismo’ que o imaginário coletivo recorre para sustentar uma relação de oposição entre estabelecidos e *outsiders*.

Na década de 1990, a representação cartográfica do bairro por nós encontrada, na figura 45 a seguir, ainda é fragmentada, apesar de ser um dos bairros de maior crescimento da cidade e de já ter seus limites definidos há uma década. Nesse período, há uma mudança no desenvolvimento da Barra da Tijuca, que passará a ser orientado para o consumo e se tornará um centro de alcance metropolitano, conforme apontado por Rezende (2005) e Rezende & Leitão (2003a, 2003b):

[...] [a]o longo da década de 1990, o significativo contingente populacional da região estimula o surgimento de edifícios comerciais de grande porte, originando um novo ‘boom’ imobiliário, com o lançamento de complexos de salas comerciais e de escritórios. Observa-se, ainda, nesse mesmo período, que grandes empresas começam a se estabelecer na Barra da Tijuca, graças à melhoria das condições de acessibilidade, às inovações tecnológicas no campo das telecomunicações e, também, pelas amenidades proporcionadas por essa região. Simultaneamente, novos empreendimentos residenciais procuram expressar a evolução dos condomínios privados – com a introdução do conceito de home-office – enquanto que, numa espécie de popularização da Barra da Tijuca, outros são construídos em terrenos menos valorizados, cujas unidades se destinam a uma clientela de menor renda. [...] Nos anos [19]90 consolida-se, também, a imagem da região como lugar privilegiado do lazer e do turismo, com o lançamento de novas opções de entretenimento, representadas, principalmente, pelos parques temáticos, sugerindo, assim, investimentos futuros do setor hoteleiro. Atualmente, é possível afirmar que a Barra da Tijuca cumpre, de modo simultâneo, os papeis de área de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro e de centro de prestação de serviços na escala metropolitana, atraindo habitantes de municípios situados na Baixada Fluminense e de Niterói e São Gonçalo, do outro lado da baía de Guanabara (REZENDE & LEITÃO 2003a).

Nos anos 2000, o bairro se consolidará, em definitivo, como extensão da Zona Sul do Rio de Janeiro. É interessante notar a manchete de reportagem d’O Globo (2002) em que se lê: “*Sorria: a Barra também sabe ser elegante. Bairro que ganhou fama de brega na década passada conta com opções culturais e gastronômicas sofisticadas*”. Contudo,

faltava ainda algo na forma urbana do bairro que atestasse seu status de elite. Dois fatores serão fundamentais na constituição da Barra da Tijuca em um bairro de elite – um equipamento cultural que mostrasse que naquele bairro ela existia; e a ação do Estado que propiciasse essa identidade.

Figura 45: Excerto de mapa do Rio de Janeiro: Barra da Tijuca ainda referida à área de ocupação inicial.

Fonte: EDITORA TRIESTE, 1991?

A solução encontrada foi, primeiramente, a de construir a Cidade da Música, depois renomeada Cidade das Artes, e, em segundo lugar, a de situar no bairro os Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos, com todas as obras necessárias para torná-lo mais atrativo ao capital, seja por meio da remoção de favelados, seja por meio da expansão do metrô. As ações do Estado na Barra hoje muito se parecem com aquelas adotadas na Zona Sul do Rio de Janeiro na década de 1960, por meio da política de remoção de favelas (VALLADARES, 1978, 2008), de controle do solo urbano e da verticalização da Zona Sul (ABREU, 1997) e de construção de infraestrutura (CRULS, 1965), a fim de evitar a ‘copacabanização’ dos outros bairros, como Ipanema e Leblon.

Em 2007, os XV Jogos Pan-americanos foram realizados na cidade, e boa parte dessa infraestrutura está sediada na Barra da Tijuca – a Arena Olímpica e o Parque Aquático Maria Lenk serão reaproveitados para os XXXI Jogos Olímpicos, de 2016. O Velódromo construído em 2007 não serviria aos Jogos Olímpicos, e outro teve de ser construído, no Parque Olímpico. Após algumas tentativas fracassadas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e de 2012, o Rio de Janeiro foi finalmente escolhido para se tornar sede – os locais utilizados na Barra serão o Riocentro, o Parque Olímpico, o Campo de Golfe, na Reserva Marapendi, e o Pontal. (RIO2016.COM, s/d; BRASIL2016.GOV.BR, s/d).

É interessante perceber que os eventos esportivos, ao qual se acrescenta os V Jogos Mundiais Militares, de 2011, e outros eventos de grande porte como a Rio +20, em 2012, e a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, estão contribuindo para criar uma identidade internacional para a cidade. Contudo, em relação aos megaeventos esportivos, há diversas críticas sobre os custos existentes e os benefícios gerados para a população em geral, e não apenas para investidores (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO, s/d; MOLINA, s/d; COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012, 2013, 2014; BEHNKEN, 2010). Guimarães (2009: 26) afirma que *“não há muita certeza quanto aos ganhos para a cidade ou para o país sede. Tampouco sobre que grupos da sociedade [...] serão os maiores beneficiários dos jogos”*. Quanto ao Pan-americano de 2007, a crítica mais forte é a de Behnken (2010: 102-3):

[...] a Função Acumulação reúne as despesas com capital social, isto é, aqueles gastos do Estado que subsidiam a acumulação privada aumentando as forças produtivas, através de obras e serviços. Já a Função Legitimação agrega as despesas sociais, através das quais o Estado tenta cobrir os efeitos adversos do desenvolvimento capitalista. As despesas com capital social dessa pesquisa congregou infraestrutura, gastos consumidos e administrativos do próprio Pan/2007. Para as despesas sociais agrupou-se os gastos em segurança, publicidade e benefício social. A pesquisa provou que não basta um volume significativo de recursos absorvidos pela infraestrutura (58,4% do total) para que haja um aproveitamento social. Na verdade, é preciso qualificar o gasto quanto a seus objetivos, localizações e domínio administrativo. O Pan/2007 evidenciou que mais de um terço (36,1%) do total foram destinados às instalações esportivas de pouco auxílio para atenuar o desequilíbrio social. A escolha geográfica da maioria das intervenções urbanas em regiões habitadas pelos segmentos mais abastados da população promoveu o aprofundamento da *apartheid* social carioca, decorrentes da colocação de investimentos públicos a serviço do mercado imobiliário. Tal incremento ao processo especulativo somado à transferência direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada das instalações possibilitou um agravamento da condição social pela vertente da habitação. Pois, ocorreu: a concentração privada do solo urbano, a elevação dos preços imobiliários e a diminuição dos espaços de moradia popular. Apenas 8,5% do total foram para obras de urbanização, sendo que muitas associadas às instalações esportivas. É preciso destacar ainda uma ausência significativa: a inexistência de qualquer legado na mobilidade urbana. Ainda na rubrica das despesas com infraestrutura os equipamentos adquiridos representaram 9,5% do total, porém apenas 1,7% se referem a não esportivos. Desta forma, a benfeitoria coletiva foi mínima. Os gastos com a organização e a realização do próprio megaevento atingiram quase 20% do total dos recursos públicos empreendidos. Não há benefício social visível nesses gastos, a não ser a subjetiva satisfação de assistir a um espetáculo ocorrido em sua cidade. Entretanto, para o capital ocorreu sim um favorecimento concreto, pois sem o Pan/2007 os empresários dos setores econômicos já enunciados não receberiam esse dinheiro público. Portanto, os quase 80% das despesas estatais com o Pan/2007, classificados na Função Acumulação, serviram de subsídio para atividade econômica privada. Na pesquisa dos gastos com a Função Legitimação com 20,7% do total, sobressai a rubrica segurança (91,4% da função) numa demonstração da preocupação do Estado com a reação dos excluídos da festa esportiva. Muito mais significativa que a atenção dada aos

benefícios sociais efetivos com pouco mais de R\$ 30 milhões (1,7% do total). A conclusão possível é de que a atuação do Estado, através de seus gastos em um festival esportivo, privilegiou as despesas que favoreceram o atual padrão de acumulação capitalista no meio urbano.

Durante a gestão César Maia, iniciou-se a construção da Cidade da Música, posteriormente rebatizada de Cidade das Artes, projeto do renomado arquiteto Christian de Portzamparc. Sua inauguração ocorreu apenas em 2013, após muitos anos de obras e incertezas. De acordo com o ex-prefeito Cesar Maia, o projeto não era inicialmente na Barra, mas se destinou ao bairro em função de três fatores: *“a preocupação de expandir a Barra da Tijuca”*, a existência *“de um comércio de entretenimento que só facilitava o faturamento sem uma programação de qualidade”* e a *“reutilização do Cebolão”* (PORTZAMPARC, 2008: 21). Ainda de acordo com o ex-prefeito, mesmo antes de ser inaugurada, a então Cidade da Música já era *“percebida pela população da Barra da Tijuca como uma mudança de patamar, de serviço de entretenimento e cultura”* (loc. cit.).

Ademais, o *“bairro era visto pela classe média tradicional como uma área de ‘emergentes’”*, e o equipamento *“vai inverter essa equação”* (loc. cit.). A Cidade da Música, outrossim, *“agrega grande valor ao capital simbólico da cidade do Rio de Janeiro; garante a recuperação da centralidade cultural da cidade, não só em nível nacional, mas latino-americano e internacional;”* e *“será o grande ícone arquitetônico da cidade”* (PORTZAMPARC, 2008: 21). A figura 46 mostra as fachadas projetadas para a edificação. Portzamparc (ibid.: 33) afirma, sobre a futura localização da Cidade da Música, que

[...] minha primeira reação foi achar quase kitsch essa localização, esse centro impossível circundado por alças de ligações rodoviárias. Porém, após refletir, a ideia de instalar um grande projeto cultural no meio dessa nova cidade que nasceu em vinte anos parecia uma ótima ideia. Era necessário um símbolo público na Barra. Pois ao longo dessa imensa planície urbana, dessa longa série de torres residenciais e escritórios, e desses condomínios e centros comerciais, não existem pontos de referência nem edifícios públicos. Vi também a reação de alguns cariocas, que se espantavam com a escolha da Barra do local. ‘A Barra não é o Rio’, diziam, com visão estreita... mas a Barra é imensa, é o Rio novo, um urbanismo que coloca muitas questões que merecem ser rediscutidas.

Simultaneamente à preparação dos Jogos Olímpicos, foi iniciado na cidade o desenvolvimento de uma série de projetos cujo objetivo é a requalificação e a revitalização da área portuária da cidade, nomeado Porto Maravilha. Isso mostra uma alteração significativa do que havia sido planejado para a Barra da Tijuca, que passaria a ser a capital da Guanabara, o local do futuro Centro Metropolitano. Essa ideia de retorno

ao Centro é recorrente em diversos projetos urbanísticos no mundo – Baltimore, Barcelona, Cidade do Cabo, Buenos Aires e Roterdã –, e foi adotada também na cidade (ANDREATTA, 2010).

Figura 46: Fachadas externas projetadas para a então Cidade da Música.

Fonte: ATELIER DE CHRISTIAN DE PORTZAMPARC, 2004.

Em que pese a necessidade de mais pesquisas, acreditamos se tratar de dois modelos que, de certa forma, competem entre si, uma vez que se vinculam a grupos políticos distintos, e apesar de terem – ambos – por fundamento o *city marketing* (SÁNCHEZ, 1997) e o planejamento pós-modernista e estarem vinculados à lógica de inserção do Rio de Janeiro no seleto rol de cidades globais. Lembramos que parte do grupo político hoje na Prefeitura foi aliado de Cesar Maia na época em que este era prefeito, e que hoje está no mesmo partido, o Democratas (DEM), antigo PFL, da família

de um dos apoiadores da emancipação da Barra. O atual prefeito Eduardo Paes (PMDB) foi, durante anos, aliado de Cesar Maia. Além disso, devemos lembrar que a Barra se consolidou como bairro, não sendo mais aquela fronteira de investimentos tão atrativa para o capital, que aparentemente se torna mais lucrativo no Porto Maravilha.

É importante notar que muito do que foi planejado por Lucio Costa não foi respeitado como, por exemplo, a ocupação mais intensa da orla, por meio de elevação de gabarito (de cinco para quinze pavimentos, no caso de hotéis), alteração no parcelamento do solo e construção de apart-hotéis, que tinham obrigações menos rígidas que as dos empreendimentos de uso residencial. Os empreendimentos comerciais e de serviços, para Rezende (2005) são os que mais se distanciam do que foi originalmente previsto. Lucio Costa (apud REZENDE, 2005: 17) afirma também que *“não contemplava, por exemplo, essa ideia da falta de convivência entre os moradores de cada condomínio”*. Outro aspecto alterado, ainda na década de 1970, foi a cota de utilização *“de áreas localizadas entre o antigo Caminho de Guaratiba e todas as terras consideradas utilizáveis no Maciço da Pedra Branca”*, ademais da *“área contida entre a Estrada de Jacarepaguá e o Maciço da Tijuca”* (REZENDE & LEITÃO, 2003b).

Por fim, trazemos, na figura 47, a Barra da Tijuca em 2013 e, na figura 48, uma síntese do que foi trabalhado até aqui. As representações cartográficas ao longo do tempo nos mostram que a constituição da Barra da Tijuca é um processo lento, uma vez que o território do bairro estava localizado nos confins da cidade por mais de dois séculos. Inicialmente escrita com minúscula, a barra da Tijuca é um fenômeno típico da Geografia Física, em uma área de deposição de sedimentos e de belíssimo sistema lagunar, do qual é apenas a ponta. A Barra da Tijuca, bairro, surge apenas no último quartel do século XX, a partir da criação da Região Administrativa homônima na década de 1970, apesar de a ocupação do bairro ter iniciado no final da década de 1930 e se fortalecido na de 1950.

Desde o princípio, o bairro surge como um prolongamento da Zona Sul do Rio de Janeiro, já que a barra da Tijuca está vinculada principalmente à Gávea; a escolha do bairro para sediar os Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos, ademais da Cidade das Artes mostra que houve um projeto político de reafirmação desse espaço como área privilegiada. Na década de 1990, consolida-se como centro de alcance metropolitano, em função da oferta de serviços no bairro, mesmo período em que se vincula aos moradores o epíteto de emergentes, o que, ao consta, se perdeu nos últimos anos, reforçando o papel

Figura 47: Excerto de mapa do Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013.

da Barra da Tijuca como área de residência das classes alta e média alta na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 48: Mapa síntese da constituição da Barra da Tijuca. Em verde, o limite entre Áreas de Planejamento; em laranja, o limite entre regiões administrativas, em vermelho, o limite entre os bairros. Estão indicados no mapa alguns pontos relevantes na conformação do bairro, desde a ocupação do Rio de Janeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do GOOGLE EARTH, 2015.

1.2 A experiência de viver na Barra – planejamento, condomínio, consumo

O projeto original era de entrevistar moradores da Barra e de outras regiões da cidade a fim de contrastar experiências e extrair perspectivas comuns sobre a vivência da cidade e do bairro, mas tivemos de mudá-lo em função de contingências ocorridas ao longo da pesquisa. Optamos, então, por manter as entrevistas com moradores da Barra, achando que seria plausível manter certo número de sujeitos. A primeira dificuldade, contudo, foi a de acessar moradores, mesmo quando utilizamos relações pessoais em busca de terceiros que se disponibilizassem a concedê-las. As pessoas com as quais entramos em contato se mostraram bastante reticentes, exceto duas exceções. Marcar encontros sempre foi tarefa árdua e frequentemente os entrevistados não apareciam no local e no horário marcados.

Assim, optamos por entrevistar os que se dispuseram a participar da pesquisa por Whatsapp, aplicativo de celular para a troca de mensagens escritas e em áudio, já que o autor da pesquisa mora no interior do Piauí e não teria condições de ir ao Rio de Janeiro com frequência. Foram entrevistadas, ao todo, x pessoas que contribuíram para melhor compreensão da experiência de morar na Barra. Tentamos entrevistar o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, mas não obtivemos retorno da assessoria dele. Conseguimos entrevistar o ex-prefeito César Maia por e-mail, que, contudo, não respondeu a nosso segundo contato e deixou algumas lacunas em aberto. Encaminhamos e-mails para alguns condomínios, mas não obtivemos resposta.

A entrevistada 1 tem 34 anos e é formada em Administração de Empresas e cursa MBA em Gestão Estratégica de Negócios. Trabalha como consultora comercial em um banco na Barra da Tijuca, e a renda familiar é de R\$ 15 mil. Mora no condomínio Amalinda, em rua transversal à Avenida Lucio Costa, a Jornalista Pierre Plancher. É paulistana do Morumbi e morou em Embu das Artes por 29 anos. Veio morar no Rio porque namorava um carioca havia três anos e meio e conseguiu transferência por volta de 2012. Desde que chegou, morou apenas na Barra.

Afirma que o bairro é bom para trabalhar e morar, pois tem “*boa vida social*”, com cinema, shopping e praia. Aponta como pontos negativos o atendimento aos clientes, o trânsito; a locomoção, já que as distâncias são grandes e é necessário automóvel para qualquer deslocamento; e a violência, já que, segundo ela, houve um aumento nos assaltos na região – no congestionamento, motoqueiros assaltam os motoristas. Sobre segurança, afirma que esta poderia ser melhorada, com mais policiais nas ruas, mais viaturas, por meio do reforço desse policiamento.

Tem como referência no bairro as ruas de bares, restaurantes e comércio – Avenida Olegário Maciel e Avenida Ministro Ivan Lins, ademais do Parque das Rosas, na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso. Os marcos do bairro para a entrevistada um são as belezas naturais e praia, onde realiza atividades físicas semanalmente. Relata não ter escolhido a Barra da Tijuca para morar, já que reside na casa do marido. Quanto ao trabalho, afirma ser a única a morar no bairro e não ter tido facilidades em estabelecer relacionamentos aqui no Rio de Janeiro, não sentindo o carioca muito receptível em relação a pessoas de fora da cidade. Fez poucos amigos e os que possui são, em sua maioria, amigos do marido.

Sobre a Cidade das Artes, disse nunca ter ido, e acredita que ela é pouco aproveitada, com poucos eventos e com divulgação malfeita. Assim, julga que o equipamento não tem representatividade muito grande no bairro. Diz ser a Zona Sul o melhor lugar para se viver no Rio de Janeiro, e elegeu o bairro de Ipanema como o ideal, pelas praticidades, pelo metrô e pelo comércio próximo.

Quanto ao morador da Barra, o considera novo rico, emergente. Diz que alguns gostariam de morar na Zona Sul, mas não tem esse potencial, esse poder aquisitivo, e então migraram para a Barra da Tijuca. O discurso do novo rico seria, portanto, *“completamente verdadeiro”*. Fora da Barra, tem como referência os pontos turísticos. Quanto às viagens, relata México, Argentina e algumas viagens internacionais, mas quando questionada especificamente se já foi aos EUA, relata não conhecê-los. Conhece muita coisa no Nordeste e já foi à Serra Gaúcha.

Quando indagada sobre o que é ser carioca afirma que *“ser carioca é um povo alegre, é um povo festeiro, um povo receptivo, um povo que cuida da saúde, que gosta de esporte, que curte a praia, eu acho que ser carioca é isso”*. Nota-se a discrepância com a afirmação anterior de os cariocas não serem muito receptivos com os de fora da cidade. Sobre possíveis diferenças sobre os moradores dos bairros do Rio, diz que os moradores da Barra são mais soberbos, manifestadamente na aquisição de carros importados bem caros, com arrogância e exibicionismo.

Considera as políticas públicas existentes no bairro coerentes com as necessidades da população, especialmente no transporte, e avalia positivamente os eventos esportivos, já que estes darão grande visibilidade para o país e para o estado do Rio de Janeiro. A revitalização do Porto será muito bem-vinda, pois aquela área precisa ser repaginada e sua relação com as obras na Barra estaria voltada para melhorias em mobilidade urbana e melhorias para a cidade de modo geral.

Quanto à vida em condomínio, conta que ela é bem tranquila e que não tem

[...] muito relacionamento com os vizinhos, nós conhecemos, nos cumprimentamos, mas nada além disso. Em festa... não somos convidados para festas dos vizinhos, e não nos convidamos. E quanto à infraestrutura do condomínio, temos uma infraestrutura bacana, com salão de festas, churrasqueira, uma área social, brinquedoteca, mas não tem piscina. A vida no condomínio é bem assim, casa-trabalho, trabalho-casa, sem muita convivência com vizinho.

O entrevistado 2 tem 39 anos, é sociólogo, mas não trabalha na área, e reside com a mãe no condomínio Barra Golden, na Avenida Jornalista Henrique Cordeiro. A renda familiar é em torno de R\$ 7 mil. Mora na Barra há cinco anos, nesse mesmo condomínio. Morava anteriormente na Tijuca, mas as raízes da família remetem a Madureira, onde ainda residem poucos familiares, já que a maioria mora na Barra. O seu avô era espanhol e, imigrado, foi morar em Madureira. Com o passar do tempo, muitos foram morar na Tijuca, como a mãe e alguns tios, e depois se mudaram para a Barra.

Para o entrevistado 2, o principal aspecto negativo de morar na Barra é depender do automóvel, apesar de morar próximo ao primeiro ponto de ocupação do bairro, o que significa que ainda consegue realizar atividades cotidianas sem total dependência de algum veículo. Assim, tudo na Barra *“acaba ficando meio longe”*. As vantagens, garante, são muitas, como a *“praia ao lado, qualidade de vida bem melhor que na Tijuca, segurança é melhor, infraestrutura do condomínio, isso tudo”*. Basicamente, o que tem hoje que não tinha quando morava na Tijuca é *“acesso à piscina, sauna, áreas mais arborizadas, pode pegar uma bicicleta tranquilamente e dar uma volta, praia do lado, shopping do lado”*.

Os locais de referência são a Praia do Pepê, os bares da Avenida Olegário Maciel e os shoppings perto de sua residência. Como marco do bairro, afirma que *“sempre foi o Barra Shopping”*, mas que *“de um tempo para cá está mudando um pouco”*, com a construção de *“muitas coisas”* para as Olimpíadas, e que a tentativa de tornar a Cidade das Artes como ícone *“não deu muito certo”* por conta da corrupção e que o equipamento virou um elefante branco. Afirma que o papel desse equipamento no bairro é irrelevante. Se pudesse mudar algo na Barra da Tijuca, mudaria o trânsito e a concentração acima da média no bairro de playboys e patricinhas sem nada na cabeça.

Em relação a trabalho, por trabalhar em empresa familiar de aluguel de carros, tem contato apenas com o irmão, que também mora na Barra, e outro funcionário, que reside no Engenho Novo, uma amostra muito limitada para verificar as relações sociais no trabalho e a vinculação destas no bairro. Quanto à segurança no bairro, relata que, como veio da Tijuca, *“mais especificamente ali da Praça da Bandeira, região do Maracanã, região próxima à Mangureira, muito violenta”*, *“eu acho uma maravilha, eu acho a segurança muito boa... o pessoal daqui reclama muito, mas eu particularmente acho muito boa”*. Se pudesse escolher, moraria no Leblon ou em Ipanema.

Frequenta um pouco o Recreio dos Bandeirantes, bairro contíguo à Barra da Tijuca e também a Zona Sul, Ipanema e Leblon. Acerca da percepção dos moradores de outros bairros sobre os moradores da Barra, afirma que ele próprio

[...] tinha um preconceito muito grande contra os moradores da Barra de uma maneira geral, porque na verdade tem motivos, tem muita gente aqui na Barra [com] esse perfil meio alienado, escroto, playboy. Mas não são todos, na verdade é até uma certa minoria, mas é uma minoria que aparece muito, uma minoria que é maior aqui, maior que em outros bairros [e] que acaba passando esse perfil pro resto da cidade. [...] [O] pessoal da zona sul vê o pessoal da Barra... o sujeito da Barra é mais playboy, as garotas mais patricinhas, mas às vezes eles são também, se acham o pseudointelectual... Como o pessoal da Barra muitas vezes [é... veio] da Tijuca ou da Baixada [Fluminense], são chamados de novos ricos... São pessoas um pouco diferentes do pessoal da zona sul, que às vezes não tem nem tanta grana como o pessoal da Barra, às vezes vêm de famílias mais tradicionais, enfim... eu vejo essa diferença. [...] E também talvez pelo pessoal aqui da Barra... talvez [o fato de] a maior parte ser formado por novos ricos... [talvez] exista também essa necessidade de um pouco de ostentação, que na zona sul é um outro tipo de ostentação, é uma coisa mais tradicional e aqui na Barra é mais material. [...] Na Barra não se faz questão de se ostentar conhecimento, vamos dizer assim, já na zona sul não, já na zona sul se dá valor a certos tipos de coisas, tipo, se você tem um mestrado ou não, você tem um doutorado ou não, que família você vem ou não, entendeu? Já na Barra a ostentação é material mesmo, se você tem tal relógio, se você tem um Rolex ou não, que carro você tem, se seu carro é um carro bom ou não, a diferença basicamente é essa.

Sobre ser carioca, diz que isso é “*muito relativo*”, que existem “*muitas formas de ser, cada um é de seu jeito mesmo*”, mas afirma que há nuances que diferenciam o carioca da Barra do carioca de outras regiões da cidade, como, por exemplo, o fato de as mulheres da Barra serem mais malhadas que as da Zona Sul. Sobre políticas públicas para a Barra, afirma que o abastecimento de água e a despoluição das lagoas é ruim, mas que para outras áreas são “*até melhores do que pro resto da cidade*”. Considera o prefeito Cesar Maia bom gestor, apesar de identificar sua gestão à corrupção e considera o governo do Estado muito ruim, especialmente se comparado à Prefeitura. Avalia positivamente os eventos esportivos e a revitalização do Porto, especialmente para transportes e turismo. Quanto à vida no condomínio, afirma que, inicialmente, achou

[...] um pouco difícil de fazer amizade... eu achei o pessoal um pouco mais reservado do que seria em algumas regiões da Tijuca, ou regiões suburbanas [...], mas com um tempo você passa a conhecer melhor, **meio que se iguala**. No primeiro momento sim, mas depois meio que se iguala. As pessoas são um pouquinho mais reservadas, mas nem tanto. Estrutura... é como eu te falei, não tem nem comparação, estrutura ótima ainda mais para mim que morava em casa lá na Tijuca, tem as suas vantagens... tem tudo aquilo que te falei... tem toda uma estrutura, piscinas, saunas, quadra de esporte, pingue-pongue, enfim... isso aí é a questão da qualidade de vida mesmo. Eu acho que aqui no meu condomínio a interação entre os moradores é considerada muito boa, porque eu ouvi dizer que... ouvi dizer não, eu vi aqui pela minha vizinha, mãe da minha vizinha que hoje mora no condomínio aqui do lado, que a interação

é muito menor, que ela no caso morou com a mãe durante anos e não conheceu ninguém, e eu conheço muita gente. Você conhece mais ou menos, você conhece de ir na piscina conversar, você acaba não conhecendo muito a fundo, a verdade é essa, mas você tem essa interação.

Nossa entrevistada 3 tem 52 anos, é graduada em Psicologia e tem MBA em Marketing de Serviços, área em que trabalha. Mora com a filha e a renda familiar é de aproximadamente R\$ 17 mil. Reside no condomínio Saint Germain, situado na Rua Coronel Paulo Malta Resende, há sete anos. Morou por 32 anos no Engenho Novo, de 1995 a 1998 em Vila Isabel e de 1998 até hoje na Barra. Neste bairro, morou primeiramente no condomínio Pedra de Itaúna, depois na Ilha da Gigoia, em seguida na Ilha Primeira e, por fim, onde mora atualmente. A respeito de viver nesses condomínios, a entrevistada 3 afirma que

[...] o condomínio Pedra de Itaúna é um condomínio de classe média alta. Na época que eu morei, ele não era um condomínio de fácil acesso, não tinha muitas construções no redor, e ele não fica exatamente no centro da Barra, então ele não tinha muito acesso. Já as outras duas ilhas que eu morei tanto a da Gigoia como a Ilha Primeira, a população é mais heterogênea, tem todas as classes sociais, mas em compensação era um lugar fechado, onde só podia chegar de barco, então você tinha muita segurança, e era um lugar muito agradável porque parecia que você não estava nem na Barra da Tijuca, não parecia nem que você estava no Rio de Janeiro, porque era um lugar bem pitoresco. E esse lugar que eu moro agora, e ele é um condomínio de classe média, muito bem localizado, com uma infraestrutura excelente. [...] A diferença entre esse condomínio que eu moro agora e os dois lugares que eu morei anteriormente, que são as ilhas, existe uma diferença grande, até porque as duas ilhas não são condomínios, são casas nas ruas, então a relação social é bastante diferente, porque você está falando de casa está falando de um lugar que não passa carro, um lugar onde todo mundo pega o mesmo transporte pra sair das suas casas, então é uma relação mais próxima dos seus vizinhos, morar em apartamento é diferente, não é morar em um apartamento na barra que é diferente, morar em apartamento é diferente do que você morar em casa na rua, então a diferença que tem onde eu morava pra onde eu moro agora é essa... o que o condomínio me propicia é bastante interessante, porque têm várias áreas do condomínio que são comum para todos os moradores, então a minha piscina não é só minha, a minha piscina é minha e de todo mundo que mora no prédio, então você acaba interagindo e se relacionando com todo mundo, academia a mesma coisa, a sauna a mesma coisa, o bar a mesma coisa, então a infraestrutura do condomínio acaba propiciando um bom relacionamento com todo mundo.

Sobre aspectos negativos de morar no bairro, afirma que *“a Barra está muito cheia, ela cresceu muito, tem muita gente morando aqui, tem muito ônibus na rua, muita obra, muita gente, a população aumentou muito”*. Como aspecto positivo cita a segurança, já que o considera *“o bairro mais seguro do Rio de Janeiro”*, e os serviços, que são diferenciados, e quando indagada sobre quais seriam esses ‘serviços diferenciados’, afirmou não se tratar de *“nenhum serviço específico, apenas que todos funcionam”*, melhor que em outros bairros. Tem como referência a praia, *“a mais bonita*

do Rio de Janeiro, quicá do mundo” e as ruas largas que propiciam maior segurança no bairro. Esta é “a melhor da cidade, não é a melhor do mundo nem a melhor pra mim, mas é a melhor da cidade onde eu vivo com certeza”.

Os marcos do bairro são praia, shopping e autopista, para a entrevistada. Se pudesse, melhoraria o acesso à Barra da Tijuca pela Zona Sul. Trabalha no Rio Comprido, e não aprofundou suas relações sociais no trabalho. Se não morasse na Barra, moraria no Leblon, e afirmou categoricamente que sua primeira opção é a Barra, e que o condomínio onde mora hoje tem relação custo-benefício melhor que a do condomínio onde residia anteriormente. Fora da Barra, o lugar que frequenta e gosta é a Zona Sul. Nunca sofreu preconceito por ser moradora da Barra, embora acredite que as pessoas sejam bastante preconceituosas em relação aos moradores do bairro, por meio de estereótipos. Não vê *“diferença alguma entre o morador da Barra e o dos outros bairros do Rio”*. Relata, ainda, que na Zona Sul há a possibilidade de andar a pé, algo não encontrado na Barra, e que a segurança é algo que esta tem e aquela não.

Quanto a viagens, relata ter ido a alguns países da Europa e da América do Sul e aos EUA, e ter viajado pouco no Brasil, aos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Alagoas. Afirmo que os EUA lembram muito a Barra, talvez pelas vias largas, ou pela quantidade de shoppings. Quanto aos eventos esportivos, não percebeu diferença alguma em relação ao Pan-americano de 2007, mas acredita que as Olimpíadas trazem o benefício do transporte público e do impacto *“das muitas obras”*. Não percebe nenhuma mudança de política pública, mas vê o bairro crescendo cada vez mais, com mais pessoas e empresas se dirigindo para a Barra. Respondeu de forma vaga acerca da revitalização do Porto. Sobre a Cidade das Artes, disse ter ido e amado, mas, *“infelizmente, ela não desempenha nenhum papel não só para o bairro, como para todo carioca... é um lugar lindo, um lugar aprazível, um lugar superlegal pra música”*, mas afirma não saber *“porque quase não tem show, quase não tem música, quase ninguém se apresenta no lugar, então infelizmente é um desperdício, mas é um lugar lindo”*.

A entrevistada 4 tem 33 anos, é arquiteta, mas no momento está sem trabalhar em função do filho recém-nascido. Afirmo morar hoje na Barra, mas o local de residência, os prédios da Vila Pan-americana, construídos para sediar atletas, situa-se, de fato, em Jacarepaguá (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2014 com GOOGLE EARTH, 2015). Morou por 26 anos na Taquara, depois por um ano em Laranjeiras, Zona Sul do

Rio, de 2009 a 2012 na Freguesia, e agora, em Jacarepaguá, apesar de acreditar ser Barra. Foi morar no atual lugar porque casou, e o marido possui apartamento no local indicado. Afirmar que *“as pessoas de Jacarepaguá costumam ficar por lá mesmo, ou migram para Barra porque é nosso ciclo de vida gira em torno desse bairro mesmo”*. Ademais,

[...] a gente dependia da Barra pra praticamente tudo, em relação a serviços, comércios, e lazer principalmente. Jacarepaguá sempre foi muita residência, muitas chácaras... eu lembro quando era criança ia fazer compras no Carrefour da Barra, e que era também o único mercado [...], fazia um trajeto da Taquara para fazer compras no Carrefour, e o lazer era o Barra shopping, ou a praia. Jacarepaguá era muito carente... de uns quinze anos pra cá, talvez, que começou a melhorar a questão do lazer tem mais shopping e bastante serviço, comércio... talvez uns vinte, quinze anos pra cá, e está aumentando, porque conforme vêm mais pessoas morar, se tornou um bairro bem populoso agora, aí vai atraindo os investimentos em todas as áreas.

Os aspectos positivos de morar na Barra são a proximidade com a praia, *“como todo carioca”*, já que *“ainda é uma praia diferente das praias da Zona Sul, e menos frequentada... não tem tanta gente”*. Afirmar gostar *“muito de praia, acho que tem muitas opções de lazer e serviços, [...] como outros bairros da Zona Sul ou Centro”*. Como aspectos negativos, aponta a dependência do automóvel para tudo, o trânsito e a distância com o Centro da cidade. Lugares de referência para a entrevistada são a praia, os restaurantes, os cinemas e os shoppings, além do Bosque da Barra, que *“hoje está um bem abandonado”*.

Como marco do bairro, cita o próprio projeto da Barra, *“um marco para o urbanismo”*, a praia e as avenidas principais. Mudaria o transporte no bairro, para diminuir o trânsito, por meio de investimento de transporte de massa. Enquanto ainda estava trabalhando, tinha de se deslocar para o Centro do Rio, o que chama de *“espécie de tortura”*:

[...] eu no caso, eu to mais pro lado da Linha Amarela do que para a Zona Sul, eu utilizava a Linha Amarela que é Via Expressa e depois a Avenida Brasil e a Linha Vermelha que também são linhas expressas, você não tem nada de referência pelo caminho apenas as vias de trânsito... no caso do meu marido, que trabalha no centro e usa transporte público [...] é mais complicado, ele faz baldeação entre metrô e ônibus, ele faz essa troca de modal que é o shopping Nova América, aí acaba usando[-o], às vezes, como ponto para suprir alguma necessidade... vai que precisa comprar alguma coisa em uma farmácia, [...] demora muito tempo para chegar, ele usa para comprar alguma coisa já que tem essa baldeação, mas agora [o shopping] pegou fogo.

Relata não ter conhecido a Cidade das Artes ainda, mas o considera um diferencial para o bairro, porque os referenciais de cultura existentes estão ligados ou à praia ou aos shoppings. É uma forma de *“vivenciar a cultura dentro da Barra... Citibank Hall é mais*

pra show [casa de espetáculos], e a *Cidade das Artes mais teatro, apresentações mais culturais*". Quanto à segurança, afirma ser ruim na cidade, em geral, e quanto à Barra cita casos de assaltos e arrastões, inclusive perto do seu condomínio, lembrando dos engarrafamentos na volta da praia. Quanto ao melhor lugar para se viver no Rio, fica em dúvida acerca dos lugares que teve como referência de vida, associando-os a diferentes momentos de sua trajetória, e não elenca nenhum como melhor. Cada qual com sua importância. Essa foi a única resposta que fugiu ao lugar-comum de eleger um bairro da Zona Sul como o melhor para se viver. Foi uma resposta baseada na experiência e não na idealização.

Quando indagada sobre a percepção existente sobre os moradores da Barra, afirma não saber responder, e conta que a Barra

[...] é conhecida como bairro de pessoas emergentes... durante um tempo. Pessoas que cresceram economicamente e vieram morar em um lugar economicamente mais agradável, mais perto da praia, com uma melhor infraestrutura... hoje em dia não sei se ainda é assim, tem muita gente, como artista, que opta por morar em casa, coisa que é mais difícil na Zona Sul.

Para a entrevistada ser carioca é ser despojado, não ser tão preocupado com a aparência, gostar da cidade apesar de todos os seus transtornos, é estar fora e ter vontade de voltar, e, por fim, gostar de praia e do clima da orla. Se há diferença entre os que moram na Barra e os que moram em outros bairros, diz acreditar que cada bairro tem suas características e suas possibilidades de afetar ou transformar a vida das pessoas. Embora hoje esteja mais limitada em relação ao trânsito pela cidade em função do filho pequeno, enquanto trabalhava circulava pelo Centro, pela Zona Sul, pela Tijuca e por Vila Isabel. Quanto aos destinos de viagem, relatou ir à Europa duas vezes, ter conhecido Portugal, Espanha e Inglaterra a lazer. Não viajou aos EUA.

Quanto às políticas públicas para o bairro, cita as mudanças nos transportes e na infraestrutura por conta das Olimpíadas, e considera as administrações públicas ineficiente em relação ao transporte de massa e à despoluição das lagoas. Quanto aos eventos esportivos, mostra dúvida sobre o quanto isso será positivo ou negativo, mas afirma ser *“uma mudança necessária, pois a cidade necessitava crescer e abrigar esses Jogos [Olímpicos e] a única saída era vir para os lados da Barra mesmo e Jacarepaguá”*. Relativiza a importância da revitalização portuária, já que antes se pensava em algo mais democrático, o que não tem ocorrido exatamente.

O ex-prefeito César Maia é nosso entrevistado 5. Morou no condomínio Novo Leblon entre 1978 e 1992, e afirma ser o modo de vida ideal para casal com filhos pequenos e que *“depois dos 15 anos começam os problemas de mobilidade – sair e voltar – especialmente à noite”*. Relatou que seus netos estudam no bairro e que ele próprio frequenta shoppings e locais de entretenimento, além de considerar a Cidade das Artes o símbolo do bairro. Atualmente reside em São Conrado *“pelas conexões com a Zona Sul, Barra e, através dela, Zona Oeste e Zona Norte (Linha Amarela), e Tijuca”* pela Estrada das Canoas e que, com o metrô em 2017, essas conexões serão facilitadas. Elege esse bairro como o melhor da cidade para morar por conta da centralidade dos deslocamentos.

Afirmou que moraria na Barra por motivos profissionais, *“pois há uma crescente concentração de escritórios”* no bairro. Quando indagado sobre o processo que levou à construção da Cidade da Música, assegurou que o *“Rio perdeu a centralidade nas artes para São Paulo”*, e que *“cidades no mundo que tem essa centralidade tem como base equipamentos culturais de qualidade internacional. O Rio sempre foi referência na música”*, perdida recentemente e que será recuperada com a construção de Portzamparc. Este *“é o mais importante ateliê de construção de salas de concerto do mundo todo. A Barra – vetor de expansão do Rio – concentrava entretenimento sem profundidade”* e agora *“passa a ter um equipamento para se comparar com qualquer bairro do mundo”*.

Quando perguntado sobre o morador da Barra, afirma que este não difere em nada do carioca comum porquanto *“a origem dos moradores da Barra é dispersa por todas as regiões da cidade”*. Define ser carioca como *“ter energia para dar a volta por cima”*. Sobre as políticas públicas implantadas na Barra durante sua gestão, cita a duplicação da Avenida das Américas, e depois a colocação dos sinais que a transformou de via expressa de muitos acidentes em avenida de bairro; a duplicação da Avenida Ayrton Senna; a duplicação do Rio Centro; a duplicação da Avenida Abelardo Bueno; o Parque do PAN, onde agora se expande para Parque Olímpico; o reassentamento de favelas que ficavam ao lado do Barra Shopping; [...] a transformação dos lotes triangulares do Recreio em quadrangulares, viabilizando a ocupação; e a Cidade das Artes. O ex-prefeito lembra, outrossim, *“que foi a conquista e realização do PAN e a localização central na Barra que viabilizou os Jogos Olímpicos”*.

Ao ser questionado sobre a gestão do prefeito Eduardo Paes, assegura que o *“tempo avalia as gestões”*, que *“o BRT é um erro, tanto por estar sem conexão nas*

estações[,] ao contrário do Ligeirinho de Curitiba, [quanto] por estuprar os bairros – repetindo o mesmo erro dos trens da Central do Brasil nos subúrbios”. Ademais, atesta que o “esvaziamento do Centro histórico em nome do Porto Maravilha é outro erro”, já que se “poderia fazer um sem esvaziar o outro”. Elenca ainda como erros, a “privatização da Saúde com as OSs e da Educação com Institutos e Fundações”; a “discriminação contra os servidores públicos”; e a “especulação imobiliária que fere principalmente a Barra e Vargens [bairros Vargem Grande e Vargem Pequena].

Quanto à relação da gestão municipal com o estado do Rio de Janeiro e com o governo federal quando comandava a cidade, César Maia afirma ter sido “*sempre convergente*” já que recebeu “*mais recursos que o que foi aplicado depois. Mas sem submissão. Vide Favela-Bairro, Linha Amarela, reconstrução da Avenida Brasil, centralidade dos programas de inclusão social e educação etc.*”. Sobre as maiores dificuldades de governar a cidade do Rio de Janeiro, diz que quem a “*governa com portas e ouvidos abertos[,] os problemas devem ser entendidos como provisórios. Quem fecha as portas verá conflitos sistemáticos*”, lembrando que “*entre 1994 e 2008 não houve uma só greve de professores. Esse é um exemplo. Recentemente vimos as greves dos Garis e dos Professores*”. Destaca como diferença entre as políticas públicas executadas quando prefeito e as daqueles que o sucederam o abandono do conceito de Urbanismo por projetos e “*a gestão aberta para dentro (servidores) e para fora, moradores*”.

Ao avaliar as gestões estaduais e federais desde o seu primeiro mandato no Rio, ressalta “*negativamente a Segurança Pública, aliás até hoje*”. Como legado do Pan-americano, cita a “*conquista dos Jogos Olímpicos*”; estes não ocorreriam sem a realização daquele, algo sempre repetido pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Olímpico Brasileiro, nas palavras do ex-prefeito. Quanto à avaliação dos impactos dos Jogos Olímpicos na cidade, afirma serem “*muito positivos sobre quase todos os aspectos*” e como impacto negativo cita a “*especulação imobiliária que o[s] us[aram] como desculpa*”. Quanto à revitalização do Porto, avalia-a de modo positivo, e propugna ser um erro “*esquecer das residências e querer construir um bairro de espigões de escritórios e acelerar a demolição da Perimetral que gerou um caos na trânsito e esvaziou o Centro Histórico. Muitos escritórios saíram do Centro para a Barra*”.

Sobre a evolução da Barra até seu primeiro mandato, afirma que “*tudo foi seguido fielmente no escopo do Plano Lucio Costa*” e que durante sua gestão este foi

potencializado e o bairro viabilizado por meio da “*duplicação da Avenida das Américas,*” da duplicação da Avenida “*Ayrton Senna, [d]a construção da Linha Amarela que viabilizou o bairro, [d]a duplicação da [Avenida] Abelardo Bueno, [da criação d]as centralidades das Artes e do Esporte [no bairro], e [d]a quadriculação dos lotes no Recreio*”. Sobre ser o homem que governou a cidade do Rio de Janeiro por mais tempo, afirma ter cumprido seu dever e que, para a cidade, “*o tempo será o senhor da razão, como sempre*”. Quanto ao futuro da Barra, diz que ele “*é o presente. Espero que o Metrô chegue ao Terminal Alvorada eliminando o BRT e depois ao Recreio*”. Por fim, cabe ressaltar que não houve resposta para a pergunta “*Quando, como e por que se deu a mudança do eixo olímpico da Baía de Guanabara para a Barra da Tijuca? Qual seu papel nisso?*”. Tentamos outro contato por e-mail, mas não obtivemos resposta.

Trazemos, também, para discutir sobre a experiência de morar na Barra da Tijuca, um trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro (2001) sobre a percepção da qualidade de vida. Nele, a Barra da Tijuca é incluída na Zona Sul do Rio de Janeiro. Vejamos a percepção de seus moradores:

[...] O grupo focal ouvido num condomínio da Estrada do Itanhangá, na Barra da Tijuca, se autot classificou como ‘classe média alta’. Os participantes posicionam-se abaixo das classes ‘rica’ e ‘emergente’ e acima das classes ‘média média’ e ‘média baixa’ e da ‘favela’. Os critérios utilizados para montar esta classificação foram: o aspecto financeiro, o aspecto social, o desenvolvimento e o conhecimento. O grupo afirma existir uma *homogeneidade muito grande no bairro, com exceção do pessoal da favela que está muito abaixo*. De início, o grupo, afirmou que a ‘renda’ é o que diferencia as categorias sociais, mas, na prática, identificou muitas outras distinções entre grupos e pessoas: *Os mais ricos vivem em condomínios horizontais fora da praia ou em condomínios verticais, prédios de mais categoria, na praia; a classe média média está na Estrada do Itanhangá e na Avenida das Américas. Onde caiu o prédio do Sérgio Naya é classe média média e média baixa*. A ‘favela’ foi caracterizada como local onde moram biscateiros, auxiliares, empregados domésticos, de baixo nível de escolaridade e renda. Contudo, a favela mais próxima *está longe de ser uma favela de miseráveis, é uma favela de pessoas que trabalham nas redondezas. São todos conhecidos. Gente geralmente de muito boa qualidade. Inclusive aqui não tem tanto preto, tem mais nordestino*. Estas qualidades não eliminam, porém, as tensões, pois *a favela cresce tanto horizontalmente quanto verticalmente. É laje sobre laje. Parece uma praga, vai enfeando. Deteriora o meio ambiente, vai acabando com a Mata Atlântica*. Acrescentando, ainda, *a favela desce para praia, fazem pescaria e tem forró*. Essa tensão se reproduz em muitas outras zonas de fronteira entre asfalto e favela. Na Cidade de Deus, que é atravessada por uma das principais vias de acesso à Barra da Tijuca, a Linha Amarela, vive grande parte da força de trabalho que presta serviços na Barra. Entretanto, as mulheres adultas que aí vivem dizem que *os ricos são aqueles que apenas passam pela Cidade de Deus e nunca param*, ou ainda, *é o pessoal da Barra que detesta a gente; é louco para tirar a gente daqui*. (itálico no original, grifo nosso).

Podemos ver como o discurso é racista e segregador em relação ao outro. Nesse estudo, outrossim, consta que o único grupo que vincula a origem da pobreza à falta de crescimento econômico foi o da classe média alta da Barra da Tijuca. Também no grupo da Barra, “são os ‘outros’, os favelados, que estariam desmatando e comprometendo o ‘ecossistema local’”. O preconceito não é exclusivo dos moradores da Barra em relação aos outros. Os próprios moradores do bairro sofrem com preconceito, bastante arraigado, bastando consultarmos rapidamente duas páginas de Internet, uma em que há comentários sobre a vida na Barra, intitulada *O que a Barra tem?* (SADER, 2013) e outra, em resposta à primeira, intitulada *Resposta ao artigo publicado na Revista Noo* (TEIXEIRA, 2013):

No Rio de Janeiro não existe luz no fim do túnel; depois do túnel, existe a Barra da Tijuca.

A região ao oeste da cidade ora parece tão próxima (apenas um bairro nos separa), ora parece outro continente – já que para adentrar o território, é necessário atravessar um trânsito tão lento quanto os procedimentos nos aeroportos cariocas.

Em uma semana de investigações atrás das linhas de São Conrado, pude descobrir que algumas coisas mudaram na Barra (graças a Deus), e outras continuam estagnadas na Miami dos anos 2000.

Atravessando o balançante **Elevado do Joá** (recomendo segurar no puta-que-pariu), logo chegamos ao Posto 1, o polêmico Quebra-Mar, reduto de surfistas e famoso pelo localismo. Em uma quarta-feira de ondas perfeitas, apenas três bons vivants na água. Todos juram que essa história de expulsar haoles e quebrar vidros de carro é mentira, não passa de fofoca inventada pelo dono da loja Totem, [Fred D'Orey](#). Difícil de acreditar, já que enquanto isso, em Ipanema e no Arpoador, uma crowd de surfistas disputava algumas poucas marolas.

Mas não são apenas arruaceiros que fazem o PIB do Quebra-Mar, logo em frente ao píer fica a [Padaria e Delicatessen Dona Olinda](#). Recém-inaugurada, tem sanduíches deliciosos e uma pizza de fazer babar. Já virou point de barrenses e local de gravação de novela da Globo (sem pré-julgamentos).

Andando em direção à Olegário Maciel, chegamos ao [.ORG Bistrô](#), meu vegetariano orgânico do coração. Não faça cara feia aos ingredientes “exóticos” do cardápio, tofu, abóbora, grão-de-bico e quinoa, muito menos para o molho de salada cor-de-rosa, feito de beterraba – TUDO é delicioso.

Seguindo na direção oeste, chegamos aos Estados Unidos. Os nomes em inglês não nos deixam mentir: “Downtown”, “Barra Garden”, “New York City Center”, “Barra Square”, apenas o gigantesco supermercado “Guanabara” nos traz de volta a território tupiniquim.

Uma grande parcela da esquizofrenia do bairro é devida a sua falta de personalidade. Às vezes quer ser outro país (até shopping com nome em italiano tem: “Citta América”), e em outros momentos almeja a Zona Sul; você sabia que no condomínio Atlântico Sul, um dos mais antigos da Praia da Barra, os prédios se chamam “Delfim Moreira”, “Vieira Souto”, “Prudente de Moraes” e “Borges de Medeiros”? Variando conforme o IPTU dos endereços originais, obviamente.

Tiro meu passaporte do bolso e entro no espetacular universo paralelo do novíssimo shopping “**Village Mall**”. Fico tonta, até emocionada, com as nababescas lojas da Prada, Louis Vuitton e Gucci, entre muitas, muitas outras. Verdade seja dita sobre os preços, são mais baixos do que eu esperava, aumentando em 10% ou 20% em relação ao comprado na matriz gringa – e dá para parcelar. As vendedoras juram de pé junto que a galera tá comprando. Saio da Prada depois de provar um dos vestidos da coleção feita para o filme

‘Great Gatsby’, sim, agora o Rio recebe produto importado junto com o resto do mundo. Mas é o Rio ou a Barra?

Não dá para dizer que é tudo a mesma coisa, o estilo de vida muda, não dá para viver sem carro, mesmo para quem mora no Jardim Oceânico e precisa vir à Zona Sul só de tempos em tempos. As jovens são diferentes, nesse inverno que se aproxima, coletes de pelo e botas de montaria são uniforme das barrenses patricinhas. Até a previsão do tempo merecia uma divisória, já que depois do elevado tudo está sempre diferente.

Apesar do constante crescimento do bairro, algumas instituições permanecem intactas, o bom e velho [Bar do Oswaldo](#) continua fabricando batidas para a cidade inteira, e a Fodeway, popularmente conhecida como Rua dos Motéis, ainda se mantém como centro cultural de prazeres do corpo.

Mas enquanto a Barra não proclama independência e continuamos sob o mesmo código telefônico, vamos levando a vida, meio juntos, meio separados.

Resposta ao artigo publicado pela Revista Noo: <http://noo.com.br/e-na-barra-o-que-e-que-tem/>

Li o texto ‘E na Barra, o que é que tem?’ publicado na revista NOO. A primeira coisa que vem a cabeça já no início da leitura é o significado das palavras “preconceito” e “incômodo”. Segundo o dicionário Houaiss, preconceito é “uma ideia, opinião ou sentimento desfavorável, formado a priori, sem maior conhecimento, ponderação ou razão”.

De fato já se tornou um lugar comum, moradores, especialmente do Leblon, se sentirem tão incomodados com a Barra da Tijuca, e fazerem comentários jocosos sobre o bairro onde, não raro, se percebe um ar de superioridade dos moradores da antiga gleba de terra de Carlos Leblon. Antes de ler qualquer texto de um morador da Zona Sul sobre a Barra já se sabe que as críticas incluirão nomes comerciais em inglês, a acusação de que o bairro tem muitos emergentes e que seus moradores não se vestem bem.

Depois de desfilar uma série de impropérios contra o bairro, a autora do texto se diz estudante de Direito frustrada, caída por moda e com interesses em assuntos diversos. O que vem à cabeça imediatamente é que a autora não deveria abraçar a carreira de jornalista ou cronista sob pena de se frustrar também.

A Barra da Tijuca tem conexões não só com a Zona Sul (por meio da estrada lagoa barra), mas com a Zona Norte (Avenida Ayrton Senna e Linha Amarela), e os bairros mais distantes a oeste (Recreio e outros até Santa Cruz e Campo Grande). Por essa razão, o bairro mostra uma interação de vários tipos de cariocas, independente de sua classe social, econômica e nível de escolaridade. Elitistas do Leblon, por se acharem pertencentes a uma “raça superior” não se furtam em colocar tal miscigenação como um defeito do bairro, em vez de ressaltar seu sentido democrático. Certamente, fosse o Leblon como a Barra, Lulu Santos não precisaria incluir em uma de suas canções “só falta reunir a Zona norte à Zona sul, iluminar a vida, já que a morte cai do azul”.

A Barra tem emergentes? Tem. Em que isso se constitui um mal? Afinal, o que é um emergente? Pessoas que fizeram fortuna na Baixada Fluminense e compraram casas e apartamentos na Barra. Há algum impedimento legal nisso? A Barra tem a Cidade da Música e tem o Barra Music. A Barra tem mais de 40 salas de cinema, desde aqueles que exibem filmes estritamente comerciais às salas do Barra Point para os aficionados de filmes Cult, que vivem superlotadas.

Certamente, a Barra tem projetos arquitetônicos maravilhosos ao lado de obras de gosto duvidoso. Mas estaria tal ausência de padrão arquitetônico restrito à Barra da Tijuca? A réplica da Estátua da Liberdade em frente ao New York City Center com certeza não prima pelo bom gosto de pessoas mais refinadas. Mas seria tal monumento mais ridículo que o estranho obelisco na confluência das ruas Henrique Dumont e Visconde de Pirajá, próximo ao Leblon?

A Barra de fato tem muitos estabelecimentos comerciais com nomes estrangeiros. Desta vez, a crítica não se limitou aos nomes em inglês, mas inclui até o Citta América, atribuindo tal heresia ao fato da Barra querer ser outro país. Como poderia a Barra “querer ser este ou aquele bairro, este ou aquele país”, se até onde se sabe, “vontade” é um tipo de emoção ou sentimento atribuível tão somente a seres vivos? Onde fica a primeira unidade do Rio Design Center, o Promenade The Claridge, o Leo’s Shopping? Com a repetição desse tipo de crítica vazia, seria o caso de perguntar por que é que o Shopping Leblon, não se chama Centro Comercial Leblon. Por que os escritórios da torre contígua ao Shopping se chamam Leblon Offices?

Caso todos os estabelecimentos comerciais da Barra da Tijuca tivessem nomes em português, a única crítica seria o fato de o bairro abrigar cariocas de várias regiões do Rio? Desde quando dividir cidadãos em castas passou a ser virtude? Diz a autora que a Barra deseja ser a Zona Sul e que “nunca será”. Pensei muito, mas não consegui entender a frase. Estariam os moradores da Barra pleiteando a classificação oficial do bairro em Zona Sul e não em Zona Oeste? Eu, particularmente, não conheço um único cidadão da Barra que tenha se preocupado míseros segundos com isso.

A autora afirma que uma grande parcela da esquizofrenia do bairro é devido à sua falta de personalidade, reforçando o desejo de se assemelhar à Zona Sul. Ilustra tal afirmação leviana com o fato de que os edifícios de um dos primeiros condomínios da Barra, o Atlântico Sul, foram batizados com nomes como Delfim Moreira, Vieira Souto, Prudente de Moraes, Borges de Medeiros. Ora, o Atlântico Sul foi construído na década de 70, quando o bairro mal começava a ter a pujança que hoje tem. Os nomes não foram atribuídos por moradores, mas pelas construtoras com objetivo unicamente comercial, já que o bairro não era conhecido. Seria então o caso de perguntar se o Leblon almeja ser a França com tantos edifícios e condomínios com nomes franceses (Juan Les Pins, Belmont Plaza, Saint Laurent, Cap D’Antibes)?

Ironiza também o nome do Shopping Village Mall, mas se diz emocionada com as lojas nababescas. E termina colocando uma dúvida entre Rio e Barra, por conta da coleção feita para o filme *The Great Gatsby* disponível na loja Prada. Mas o que o Village Mall tem de diferente em sua proposta em relação ao São Conrado Fashion Mall, a não ser pelo fato de ser mais novo e estar na Barra? Na Barra não pode? Se os empresários decidiram construir o Shopping aqui e não na Zona Sul, é porque vislumbraram o crescente padrão de renda dos moradores da Barra.

De fato, a utilização de carro na Barra é essencial. Não é um bairro de esquina como o Leblon, como não são tantos subúrbios residenciais modernos na Europa e nos Estados Unidos. Já no Leblon, Copacabana, Botafogo, Flamengo e outros bairros com o mesmo perfil, pode-se ir a pé a seus botequins, farmácias, etc.

A pseudo-jornalista diz que “apesar do constante crescimento do bairro”, algumas instituições permanecem intactas, como o Bar do Oswaldo. Fica-se sem entender o que a mesma quis dizer. Desde quando um bar se transformou em instituição? O que é uma instituição intacta? As demais *instituições*, ou bares, estão depredados, caindo aos pedaços, não intactos???? Diz também que a conhecida Rua dos Motéis ainda se mantém como “centro cultural (sic)” de prazeres do corpo. Também não vi nada na Constituição que impeça a aglomeração de motéis em uma mesma rua.

Termina o texto dizendo que “vamos levando a vida meio juntos meio separados”. Ora, o acesso à zona sul é difícil para os moradores da Barra e vice versa. Porém, o acesso à Madureira, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, e outros bairros distantes, também é difícil para os moradores do Leblon. Seriam os moradores de tais bairros inferiores também aos do Leblon, ou só os barrenses se constituem em “*dalits*”, aos olhos da “raça superior”?

Estranho a autora do texto criticar tanto a influência da cultura americana na Barra e dizer não ter certeza se Carrie Bradshaw a inspira.

Por fim, é lamentável nos dias de hoje perceber que uma revista dá espaço para uma postura preconceituosa tão provinciana. Ela deveria se preocupar com um mínimo de qualidade nos artigos que publica.

É importante dizer que o pensamento da autora não pode ser generalizado para todos os moradores do Leblon. Seria, portanto, injusto considerar que a maioria da população do Leblon pensa de forma tão narcisista.

Somos todos cariocas. O Rio certamente se orgulha do charmoso bairro do Leblon. Infelizmente, nossa realidade é tal que toda a metrópole e todo o país não podem ser um grande Leblon. Porém, o Rio se orgulha também de ter um bairro como a Barra da Tijuca, ao mesmo tempo elegante, pujante, dinâmico, de braços abertos a todos os moradores da nossa querida cidade.

Nesta longa citação, podemos perceber que há certa dificuldade de assimilar os moradores da Barra da Tijuca à elite carioca, talvez em função de sua condição *emergente*. É interessante notar, ainda, que, hoje, é bastante difícil diferenciar o morador da Zona Sul do morador da Barra. Um elemento que constitui uma possibilidade de diferenciação, segundo os comentários acima expostos, é justamente o nível cultural dos moradores de uma e de outra área. Durante a administração do prefeito César Maia, mais longo na história da cidade, houve a ideia de dotar o bairro de um equipamento cultural de grande porte que transformasse a imagem dos seus moradores..

Nomeado como Cidade da Música, atualmente Cidade das Artes, foi inspirado no homônimo parisiense também projetado pelo eminente arquiteto Christian de Portzamparc. Nas citações anteriores, podemos perceber que a moradora da Barra aponta a existência deste equipamento como legitimador de que as pessoas do bairro são cultas, assistindo também a filmes não comerciais, de arte ou *cults* – cuja exibição tradicionalmente ocorre nas salas de cinema da Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, Zona Sul. Isso caracterizaria, talvez, a possibilidade de pertencimento à tradicional elite carioca moradora da Zona Sul. Em outra página da Internet (SKYSCRAPERCITY, s/d), fórum online de internautas que perguntam e respondem dúvidas e curiosidades dos participantes, essa correlação torna-se explícita, além do estigma sobre o morador da Barra:

1- P q vc disse q muita gente detesta esse bairro? Porque a Barra da Tijuca é simplesmente o oposto do restante do Rio, principalmente da Zona Sul. É um lugar rodoviarista, e essa talvez seja o maior problema de lá. A Barra da Tijuca é estereotipada como um bairro de emergentes e sofre, talvez por sua 'identidade', uma carência muito grande de equipamentos culturais, tipo museus e etc. Basicamente, a Barra é considerada por muitos um lugar "fútil" 😊

Emergente porque grande parte dos moradores da Barra são de novos ricos, pessoas que nasceram pobre e com muito esforço conseguiram crescer

na vida. Isso é um pouco mal visto pelas pessoas mais quatrocentonas das regiões mais "nobres" e clássicas do Rio. E pelo fato da Barra parecer fútil, é verdade. A região ainda apresenta um número baixo de opções culturais de acordo com a sua população. Por exemplo, **uma pessoa que queira ver uma exposição ou a uma boa peça, precisa se deslocar pra outros bairros, principalmente pro Centro e Zona Sul. Mas isso está mudando, vide a Cidade da Música.**

A Barra na década de 70 não tinha nada praticamente. Emergente, são pessoas que eram pobres e melhoraram de vida como jogadores de futebol, etc. Muitas pessoas que moram na Barra saíram da Zona Norte, Baixada Fluminense e outros Municípios. Por isso, são chamados de "novos ricos" porque não tem tradição (sobrenome).

Quote:

Originally Posted by **Dan Silva**

Maravilhoso esse thread. O melhor da Barra que eu já vi. O bairro é espetacular de tão chique. Mas, duas curiosidades: existe algum local pobre na Barra ou é tudo isso mesmo? E existe violência na Barra, tipo assaltos?

Quote:

Originally Posted by **C010T3**

Sim, tudo isso existe.

Dan,

Como bem disse o forista COIOTE acima, a Barra da Tijuca é tudo isso mesmo!

Você pergunta se existe local pobre? Que eu saiba não! Mas se considerarem que as Favela Rio das Pedras e Cidade de Deus ficam na Barra da Tijuca, então eu diria chutando que o espaço ocupado por pobres no bairro deve equivaler a menos de 1% do espaço total no bairro.

Esse fórum online aponta, outrossim, para a consolidação da Barra da Tijuca como área de centralidade metropolitana, que pode ser percebida também pela utilização do bairro como área privilegiada dos eventos esportivos realizados na cidade do Rio de Janeiro, o Pan-americano de 2007 e os Jogos Mundiais Militares, em 2011. Há, ainda, as Olimpíadas de 2016, a reforçarem a função metropolitana e turística do bairro. Deve-se lembrar que, na primeira candidatura da cidade ao Comitê Olímpico Internacional, em 2004, o projeto original não contemplava a Barra e sim a Ilha do Fundão. O projeto de integrar a Barra à Zona Sul da cidade, originado no final na década de 1930, parece estar próximo do seu fim, já que com o próprio projeto olímpico está se firmando o retorno ao Centro, com a requalificação da área portuária. Por sua vez, esta requalificação urbana insere a cidade do Rio de Janeiro no urbanismo pós-modernista.

Por fim, trazemos a experiência de viver na Barra conforme relatado por O Globo (1975d):

[...] 'Eu moro aqui porque, em primeiro lugar, adoro casa, e a Barra ainda tem casas. Depois, ainda tem esta paisagem Interiorana, que me agrada bastante. A rua em que moro é de terra, sem calçamento, o ar não é poluído, é tudo silencioso e aqui **se vive com uma certa sensação de férias. Não dá para sentir que se mora numa cidade grande**, esta casa é alugada, estou dando início a construção da minha própria, que é na estrada do Solimã, na encosta

do morro. Acho a Barra maravilhosa, e só espero que isto aqui não se transforme numa Copacabana. Ainda é o lugar ideal e mais belo do Rio. Seu aspecto mais positivo reside no fato de ela **ser uma pequena cidade dentro de uma grande cidade, porque aqui não vivemos o tormento dessas últimas, o horror das ruas atulhadas**, sem perspectivas de céu. A Barra é muito amena, primitiva ainda, talvez até um pouco selvagem. Além do mais, não tenho necessidade de continuar veraneando em Cabo Frio como fazia anteriormente, porque aqui já tenho a minha casa de praia.’ (Bráulio Pedroso).

Comodidades A Baixada de Jacarepaguá tem quase 200 quilômetros quadrados, extensão suficiente para que nela caibam pelo menos 80 copacabanas. Sua infraestrutura de serviços ainda está se completando: a rede aérea de energia, que começou a ser instalada no dia 28 de maio de 1974, deverá ser transformada em rede subterrânea no prazo máximo de cinco anos, quando o número de *habite-se* concedido às construções na região tiver ultrapassado 18% do total previsto pelo Lucio Costa. Novos bairros surgem continuamente, com as necessidades básicas dos moradores já satisfeitos. É o caso do bairro Nova Ipanema, a ser construído numa área de 450 mil metros quadrados, diante do mar e da Lagoa de Marapendi, já com serviços de água, luz, telefone e estação para tratamento de esgotos sanitários. Ali já foi efetuado o plantio de três mil árvores, uma média de quatro árvores para cada futuro habitante de Nova Ipanema. ‘A Barra é um dos locais mais agradáveis do Rio de Janeiro, longe da poluição, e que deve ser preservado, levando-se em conta a política do governo Faria Lima, que veio para renovar, o que é de interesse para a coletividade. Estudos levados a efeito pelo Clube de Roma já comprovaram os efeitos negativos da poluição sobre a humanidade, e o nosso governo está consciente de sua alta responsabilidade em não deixar que um recanto como a Barra possa ter as suas finalidades desvirtuadas. Para morar, além de suas belezas naturais, a Barra tem também uma tradição de tranquilidade, de vida mais pacífica, o que não é fácil de conseguir-se nos conglomerados humanos excessivamente ocupados. **O crescimento natural do Estado, que é fartamente rodeado de montanhas e águas, vai certamente encontrar na Barra o destino natural do seu processo de crescimento. A valorização será uma consequência natural dos melhoramentos que advirão, na medida em que a Barra ganhe projeção como centro comunitário setor habitacional.**’ (Teóphilo de Azevedo Santos). A 24ª Região Administrativa já conta com uma das maiores reservas biológicas da América Latina, com 200 mil metros quadrados e 2200 metros de praias reservadas. Nessas áreas o ingresso é proibido, a fim de que sejam fauna e flora locais, bastante ricas, embora certamente não tanto quanto nos tempos de *Jacaré-upagoa*. Um centro de exposições com 750 mil metros quadrados está previsto para a Barra da Tijuca, numa réplica do Parque Anhembi paulista, capaz de receber 100 mil visitantes. O pavilhão de exposição terá 80 mil metros realizados pela Secretaria de Planejamento do Governo Chagas Freitas, o capital empregado em sua construção terá uma taxa de retorno calculada em cinco anos. **‘Morar na Barra é um paraíso**, embora seja preciso corrigir coisas que nasceram erradas, com pouco planejamento. Futuro existe, mas é preciso que seja respeitado o plano Lúcio Costa, para que não venhamos a ter mais uma vez o caos. O crescimento de um bairro é um negócio de muita responsabilidade, para que não haja problemas futuros na ecologia do lugar. Procurei morar na Barra em busca de mais sossego, tranquilidade e natureza, coisa que em bairros mais centralizados do Rio é absolutamente impossível hoje em dia. Minha vida profissionalmente também está intimamente ligada a Barra, aqui fiz meu meio. Não creio que seja distante do centro do Rio pois com o túnel estamos muito perto da cidade e ao mesmo tempo com uma vida de bastante livre. **Hoje em dia está todo mundo procurando se afastar dos centros da cidade; e montar grandes centros como Estados Unidos já é realidade.**’ (Luiz Ernesto Savoia de Albuquerque) (OGLOBO, 1975d).

O discurso de nossos entrevistados e os encontrados durante a pesquisa servem para reforçar a percepção de que o bairro é caracterizado por certa homogeneidade que *igual*a, indiferencia seus moradores. Muitos preferem a ilusão do paraíso e do idílico ante o princípio de realidade, como no caso da idealização do Leblon ou de outros bairros da Zona Sul como lugares para morar, ou até mesmo a ilusão de morar no bairro mesmo não morando. Percebemos o discurso, até mesmo racista, de seus moradores, que não apenas discriminam como são discriminados, taxados de novos ricos, um estereótipo que ganha veracidade entre os entrevistados. Outro fator recorrente é a naturalização da expansão da cidade para a Barra e da inevitabilidade da realização dos eventos esportivos e da revitalização portuária, como fatores de desenvolvimento da cidade. O discurso varia tanto de um lugar-comum sobre o que é ser carioca e de uma posição defensiva de que a vida em condomínio é pacífica e perfeita e a Barra tem a praia mais bonita e é o bairro mais seguro quanto à crítica sobre a semelhança de moradores da Barra e da Zona Sul e os grandes projetos que vêm sendo executados.

O desenvolvimento da Barra da Tijuca somente foi possível em razão dos maciços investimentos realizados por meio da implementação de um Plano-Piloto que tinha por objetivo organizar a ocupação da Baixada de Jacarepaguá, diferentemente do que ocorreu com o restante da cidade. Investimentos executados em detrimento do restante da cidade, note-se. Para o desenvolvimento do plano urbanístico, foram convidados os mesmos responsáveis pela criação de Brasília, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Desse modo, podemos pensar que esse convite era uma forma de amenizar aos cariocas a perda do privilégio de ser a capital, centro de confluência do país, poder administrativo e decisório. Essa perda pode ter acarretado uma ferida narcísica causada pela transferência da capital (SANTOS JUNIOR, 2011). Essa ferida narcísica poderia criar ou não uma clivagem no eu carioca – e a Barra poderia ser a forma dessa clivagem, uma vez que não há nada semelhante, em relação à forma urbana, na cidade do Rio de Janeiro.

É interessante notar que não apenas os mesmos urbanistas foram convidados para o projeto da Barra da Tijuca, mas também o próprio eixo viário de Brasília foi replicado na Barra da Tijuca, no traçado das avenidas Ayrton Senna e das Américas, como vemos na figura 49. Assim, esse bairro tornou-se a mimese da Novacap, em um período cujo discurso predominante foi o de vocação turística da cidade e o de valorização da identidade do carioca por meio da vinculação ao mar e à natureza como traços dessa identidade. O Rio de Janeiro, mesmo não sendo a capital, continuava a ter seu esplendor,

como podemos lembrar na música de Gilberto Gil (1969), *Aquele abraço*, que diz: “*O Rio de Janeiro continua lindo/ O Rio de Janeiro continua sendo*”.

Figura 49: Comparação entre os planos-pilotos da Barra e de Brasília

Fonte: REZENDE & LEITÃO, 2003a.

Como Ermínia Maricato (1987) enfatiza, a expansão física das áreas urbanas no Brasil e, no Rio de Janeiro, para a Zona Oeste, estava de acordo com o planejamento do regime militar que objetivava a criação de uma indústria da construção civil no país, desde a produção das matérias-primas até a criação de grandes empreiteiras, que serviriam não apenas para a expansão urbana, como também para os grandes projetos de engenharia, de hidrelétricas a rodovias. Isso nos permite questionar a naturalidade com que é tratada a expansão da área urbana do Rio de Janeiro (ESTADO DA GUANABARA, 19?) e de outras cidades do país neste período.

Outro questionamento possível é acerca da unidade perdida da cidade comentada por Lucio Costa no Plano-piloto da Barra, e sua relação direta com a subjetividade que a produziu, retomando aqui a possibilidade de uma clivagem no self do carioca – gerada ou apenas percebida – na transferência da capital. De acordo com Lucio Costa (ESTADO DA GUANABARA, 1969, 19?):

[...] [o] advento da República acentua a expansão urbana iniciada no Império; o centro se renova com as grandes obras, e a abertura dos túneis provoca ocupação maciça da orla de praias então agrestes e saturadas de maresia como

a própria Barra. Rompe-se assim a primitiva unidade e a cidade fica dividida em duas porções desiguais [...]: a metade sul, concentrada e densa, e a metade norte espalhada e difusa, mas se adensando em determinados setores: dois pólos principais, até certo ponto autônomos, se constituem – Copacabana e Tijuca. Esta divisão que caracterizou a vida da cidade no transcurso do presente século marca-lhe a segunda fase. A criação, agora, da via livre de acesso à Barra da Tijuca e à baixada de Jacarepaguá, articulada às vias de comunicação já existentes – Realengo, o importante eixo Madureira-Penha, Grajaú, Tijuca – conduzirá ao início da terceira fase, porque, o processo normal de urbanização tomando corpo, o círculo norte sul se fechará e a perdida unidade será restabelecida. Desta constatação resulta que deverá fatalmente surgir na baixada um novo foco metropolitano norte-sul, beneficiado pelo espaço, pelo acesso às áreas industriais, pelas disponibilidades de mão de obra e por amplas áreas contíguas para residência e recreio, e que não será apenas um novo centro relativamente autônomo à maneira de Copacabana e Tijuca, mas, como se verá adiante, novo pólo estadual de convergência e irradiação [...]. Verifica-se assim que essa planície central, providencialmente preservada, além de possibilitar novamente a união das metades norte e sul da cidade, separadas quando a unidade urbana original se rompeu, está igualmente em posição de articular-se, por esses dois eixos paralelos, àquela área destinada à indústria pesada, no extremo oeste do Estado, com foco natural em Santa Cruz, o que lhe confere então condições para ser já não apenas o futuro Centro Metropolitano norte-sul, assinalado anteriormente, mas também leste-oeste, ou seja, com o correr do tempo, o verdadeiro coração da Guanabara. O problema, portanto, ultrapassa os limites iniciais em que foi posto, pois o que importa aqui não é tão somente dar solução urbanística adequada a um programa de caráter recreativo, residencial e turístico, como talvez se imagine. O que está concomitantemente e verdadeiramente em jogo é a própria estruturação urbana definitiva da cidade-estado.

Primeiramente, cabe questionar essa unidade idealizada pelo urbanista. Já em 1634 foi criada a freguesia da Candelária, e a de Irajá, embora sem precisão, é de 1644. Não é porque a cidade estava confinada a um território exíguo que havia uma unidade – aproveitando-se da figura 50 que traz a divisão das freguesias de Santos (1965) e das obras de Coaracy (1965) e Cruls (1965), podemos inferir com base no histórico delas a existência de três unidades: uma unidade surgida com a freguesia da Candelária, e que abrange a área portuária, a Cidade Nova, o Estácio e o Catumbi; outra unidade que se estende em arco do Centro, na freguesia de Sacramento, até a Gávea, abrangendo toda a Zona Sul; e a terceira unidade, da freguesia de Irajá, que abarca a orla da baía de Guanabara e o interior do município, indo até Santa Cruz que, originalmente, não era carioca.

Ademais, a separação da cidade em duas unidades, uma condensada ao sul (Zona Sul e Zona Norte) e outra dispersa e difusa ao norte (subúrbios) é própria do modo de produção capitalista e muitíssimo previsível em uma sociedade desigual como a brasileira e, por extensão, a carioca. Em que pese a criação da freguesia do Engenho Velho ter sido criada na segunda metade do século XVIII, é apenas no século XIX que se fortalece essa ocupação privilegiada e condensada do sul, com a criação – ou melhor, separação – da

Freguesia do Engenho Novo em 1873. Surge, pois, o predomínio do meio de circulação, trens ou bondes, para determinar a qualidade da ocupação da cidade (ABREU, 1997: 36-7; 44).

Figura 50: Esquema originário da cidade, com linhas em preto a marcar unidades primevas.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em SANTOS, 1965; COARACY, 1965; CRULS, 1965.

Recuperar a unidade perdida demandaria, aparentemente, a criação de um novo centro, o tão falado Centro Metropolitano que aparece até no mapa de 1991 (figura 45). Contudo, a criação da Barra é fruto de uma clivagem no self carioca, e engendraria a forma urbana da responsável por essa ruptura – Brasília. Assim, como extirpou seu sítio fundamental, o Morro do Castelo, agora a cidade teria, para ser moderna, que mimetizar Brasília, e o fez se utilizando do mesmo urbanista. Nesse sentido, a criação dessa nova modernidade, sobre um terreno em que não havia ‘nada’, poderia quem sabe engendrar o futuro carioca e a futura Guanabara, já que a segunda ferida narcísica do carioca, a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, ainda não era realidade. Entretanto, não foi possível mimetizar Brasília. Acerca disso, nos diz Lucio Costa (s/d):

[...] O PP da Baixada de Jacarepaguá, por seu condicionamento e características, revelou-se desde logo o oposto de Brasília. Num caso o poder público estava na posse da área e podia dispor dela livremente para, por sua própria iniciativa, definir e impor a urbanização a ser implantada em curto prazo; no outro, bem ou mal, a área já havia passado para a mão de particulares, cabendo ao poder público apenas instalar a trama viária básica bem como definir os critérios de ocupação a serem obedecidos pela iniciativa privada, articulando-os devidamente a fim de garantir a necessária coerência urbanística nos empreendimentos propostos. Neste sentido, o prévio exame da área e das suas implicações levaram à conclusão de que ali estava em jogo a futura integração da cidade como um todo, porquanto, estabelecidas as conexões viárias fundamentais, a baixada de Jacarepaguá passou a ser, através

do seu eixo norte-sul, o traço de união entre as duas metades em que, no transcurso deste século, a cidade se dividira. Através desse eixo a zona residencial praieira se articula à zona industrial obreira, as quais, devidamente entrosadas, definem o espaço reintegrado onde o novo polo urbano – de sentido já então metropolitano – deverá, naturalmente, surgir. O PP propôs que na vizinhança desse futuro centro, fosse instalado o “paço da cidade”, ou seja, a sede do governo e das secretarias do então Estado da Guanabara. A “fusão”, juntamente com a descrença quanto à efetivação do que o plano propunha, levaram à compra da mansão de São Clemente para sede do governo, e a área foi, assim, precocemente desativada por iniciativa da própria SUDEBAR e liberada para empreendimentos imobiliários, havendo ainda, contudo, a possibilidade da instalação, em parte dela, das secretarias do novo Estado.

A modernidade criada com o Plano-piloto se pautaria, em princípio, como novo padrão de residência, o condomínio, que já embutia o consumo, uma vez que aqueles seriam bem dotados de serviços que caracterizavam, outrossim, novas necessidades até então pouco exploradas – quadras de esporte, saunas e até mesmo comércio e escola muito próximos – ao lado, na realidade – do local de residência. Jurandir Freire Costa (2003) ressalta que o regime militar também foi responsável pela consolidação do modelo de sociedade de consumo no Brasil, ainda que para uma parcela bem reduzida da população, já que durante a ditadura militar houve significativo aumento da desigualdade social no país (SOUZA & MEDEIROS, 2015).

Na cidade do Rio de Janeiro, isso pode ser percebido pela mudança, na década de 1970, no valor do solo urbano, em que os subúrbios tiveram forte depreciação em decorrência da poluição, da perda de qualidade de vida e da própria especulação imobiliária que se criou com o desenvolvimento da região da Barra da Tijuca (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1977). Este ocorreu por meio do crescimento do mercado da construção civil e da modernidade AI-5 (MARTINS, 2004) e como um prolongamento da Zona Sul da cidade. Morar no bairro engendraria um novo conceito de moradia e de status. Valorizava-se o verde, a natureza e o equilíbrio entre o urbano e o natural, em um momento em que a poluição já assolava a cidade, tanto na orla da Baía de Guanabara quanto na orla atlântica. Como publicado na revista *Manchete* (BLOCH EDITORES, 1977), em um anúncio imobiliário, *a Barra* ganhava individualidade:

[...] [e]sgotadas todas as possibilidades, com seus velhos subúrbios e os modernos bairros da orla atlântica sufocados por uma população de quase cinco milhões de pessoas, a cidade rasgou montanhas e partiu para as ainda mal desbravadas terras do sudoeste. E surgiu o novo bairro da Barra da Tijuca – ou **a Barra**, simplesmente. No entanto, para que as especulações imobiliárias não fizessem da Barra mais um caos formado por um amontoado de edifícios, as autoridades entregaram ao urbanista Lúcio Costa a responsabilidade de

planificar a sua ocupação, criando-se, assim, o Plano Piloto da Barra. Hoje, embora seja o bairro que mais cresce no Rio, sua expansão é feita ordenadamente. [grifo original.]

De acordo com o vídeo *A cidade cresce para a Barra* (TOTEM FILMES, 1970), assim foi prevista – e posteriormente executada –, a ocupação do bairro:

[...] serão criados também, de quilômetro em quilômetro, numerosos núcleos urbanizados ao longo da BR 101 constituídos exclusivamente de torres de 25 a 30 andares com pequeno comércio térreo. Em volta das torres, conjuntos de lotes espaçados destinados as residências. Do lado da terra, os núcleos residenciais serão constituídos por conjuntos de edifícios de oito a 10 pavimentos. Articulado aos edifícios residenciais, deverá haver um sistema autônomo de lojas e toda sorte de utilidades. Os núcleos urbanizados serão ligados diagonalmente a uma via paralela a BR-101, a via 4. [Assim], [...] nas articulações da via 4 com as diagonais[,] [haverá] conjuntos baixos de edificações para utilidade pública ou privada. Na faixa contida entre as duas vias paralelas, uma trama sinuosa de alamedas de parque para acesso aos lotes residenciais de tamanhos variados. Foi previsto para a região aeroporto executivo, campo de golfe, museu, uma futura orla hoteleira, áreas de reserva biológica, bosque, zona agrícola, além do autódromo existente. As áreas já urbanizadas deverão ser arborizadas (loc. cit.).

É interessante notar, contudo, que ao longo do Plano-piloto idealizado por Lucio Costa em nenhum momento é encontrada a palavra *condomínio*, justamente a *forma* urbana que se tornou característica do bairro e de seu novo modo de viver. Segundo Eppinghaus, Poppe & Tângari (2003),

[...] os numerosos núcleos urbanizados ao longo da BR-101 [Avenida das Américas] baseados no uso residencial teriam dois partidos diferentes de acordo com suas localizações: ao norte da avenida das Américas, entre esta e o canal do Cortado; ou ao sul, entre a via e a lagoa de Marapendi. Todos os grupamentos de edifícios multifamiliares deveriam distar 1 quilômetro entre si. Na área residencial norte, os conjuntos de prédios deveriam estar situados junto à rodovia. Estes seriam compostos por prédios de 8 a 10 pavimentos, além de blocos, que Costa chamou de econômicos, de três pavimentos sobre pilotis e quatro apartamentos em cada. A articulação entre as construções se daria por marquises pertencentes ao sistema térreo de lojas com passeio coberto contínuo, onde também estariam situadas as escolas primárias e comodidades, como cinemas. Tais núcleos estariam ligados a uma via marginal ao canal do Cortado através de ruas oblíquas, que constituiriam vértices na estrada e no canal. Os pontos de articulação abrigariam os equipamentos para atividades de utilidade pública ou privada, entre elas as escolas secundárias. Entre essas vias paralelas maiores, foi projetada uma trama sinuosa de ‘alamedas de parque’, através das quais se fariam os acessos aos lotes destinados a edificações unifamiliares. As casas teriam a limitante da taxa de ocupação a 10%, dois pavimentos e utilização parcial – um terço – dos pilotis e cobertura; e deveriam ter seus limites marcados por cercas-vivas invés de muros, para o verde prevalecer. Para [a] área residencial ao sul, o urbanista determinou que os núcleos, também com afastamentos de 1 quilômetro, não se alinhariam de modo uniforme em relação à estrada. Estes conjuntos se constituiriam unicamente por torres residenciais, de 25 a 30 andares, cuja altura se calcularia multiplicando por 4 a maior dimensão da planta baixa. Servindo a essa comunidade, como nos núcleos ao norte, haveria comércio e ‘facilidades requeridas’ no térreo ou em subsolo. Como é próprio dessa área a incidência de dunas, Costa chama os trechos no entorno desses conjuntos de vazios

arenosos circundantes. Neles poderiam se estabelecer grupamentos de lotes para casas, com as mesmas limitantes das alamedas da área ao norte, implantadas, no entanto, em lotes circulares com, pelo menos, 40 metros de diâmetro. Essa ocupação residencial da Avenida das Américas se desenvolve ainda hoje. Os loteamentos do 1º grupo lá existem com alguma estrutura de conveniência. O 2º grupo se realizou sob a forma do chamado condomínio fechado. Hoje, existem sequências de empreendimentos residenciais privados baseados na orientação do fechamento. O crescimento do risco de segurança do morador levou ao cercamento da quase totalidade dessas áreas. Muros altos, grades, cabines de segurança e fechamento das ruas são alguns dos recursos de que as comunidades se valem contra as sucessivas ondas de violência na cidade.

Na década de 1980, houve a ruptura definitiva entre o planejado e o que seria efetivamente construído, já que com o Decreto 3.046 de abril de 1981 os interesses empresariais sobressaíram às preocupações urbanísticas, sem aparente conciliação entre ambos. Nesse mesmo ano foi extinta a SUDEBAR, tornando o desenvolvimento do bairro diretamente subordinado às secretarias municipais. Em 1981 também foi inaugurado o Barra Shopping, o primeiro de muitos que iriam ser construídos e que se tornaram, também, modelo de consumo, além de venderem segurança e conforto aos seus clientes

Na década de 1990, conforme Vera Rezende e Gerônimo Leitão (2003b), diversos empreendimentos passaram a utilizar o termo novo em seus nomes – *Mundo Novo*, com forte apelo à incorporação das tecnologias no cotidiano, *Nova Urca* e até mesmo *Nova Barra* (distante das áreas mais valorizadas). Ademais, incorporaram-se o simulacro, dessa vez de Miami, como no caso dos prédios do Oceanfront Resort, cujo projeto foi executado por escritórios de arquitetura estadunidense, e a recriação cenográfica da cidade e de elementos urbanos em alguns empreendimentos, como o Barra World, que contava com réplicas da Torre Eiffel e da Torre de Pisa. Se antes a idealização restringia-se à moradia, a partir desta década a idealização passa a ser ilusoriamente vivenciada em ambientes privados de consumo. Idealização esta presente também no nome dos empreendimentos, como Downtown.

É interessante notar que os termos predominantemente anglófonos utilizados na Barra foram associados ao período em que o discurso da globalização esteve mais forte – a década de 1990 é a década do fim do comunismo; do fim da História (FUKUYAMA, 1992). Para muitos, isso marcaria um caráter alienado do morador da Barra que quer se identificar a Miami, mas poderíamos questionar se o significado deste fenômeno se mantém na Zona Sul carioca com seus edifícios nomeados em francês e em italiano. Isso talvez seja uma disputa entre a elite brasileira identificada à Europa e aquela aos EUA.

Os condomínios fechados tornam-se o modelo construtivo de moradia no Rio de Janeiro, atingindo, a própria área central tradicional da cidade, como no caso do Cores da Lapa.

A Barra, então, assume sua identidade fundamentada no condomínio, no consumo e na idealização, a qual produz simulacros. Para Dunker (2015: 48), o modelo por excelência dos condomínios brasileiros é Alphaville, formado em 1973 em São Paulo. Conta com “*uma série de condomínios interligados, com um centro empresarial e comercial, em uma área antes ocupada por posseiros, destinada por zoneamento e plano diretor a indústrias não poluentes*”. Na década de 1980, “*a associação de moradores funcionava como poder público capaz de liberar o próprio ‘Habite-se’*”, e havia “*proibição de casas pré-fabricadas, elevadas exigências construtivas, recomendações de estilo. Impedia-se, assim, a transformação do projeto em loteamento de fim de semana*” (ibid.: 48-9). A diferença fundamental é que ao importar o modelo, não se importou “*a promessa de uma comunidade racialmente integrada*” (loc. cit.). Dunker (ibid.: 50) lembra que

[...] o estatuto português e brasileiro do condomínio provém do conceito de defesa, cujo modelo é o forte de ocupação. Não se trata aqui de portões, que restringem e orientam a circulação de pedestres, ou de cercas, que delimitam simbolicamente o pertencimento e a obrigação de cuidado do território, mas de muros de defesa, cujo objetivo militar é impedir a entrada, ocultar a presença de recursos estratégicos e facilitar a observação do inimigo. Apesar dos ostensivos 10 mil metros quadrados de clube e área comum do primeiro condomínio no Brasil – o Ilha de Sul, construído em São Paulo, em 1973 – e da manutenção do conceito de que um condomínio deve possuir essencialmente uma rede de espaços e serviços de convivência (e não ser apenas um enclave fortificado, localizado em áreas distantes, com muros de proteção), no caso brasileiro, as únicas áreas que permaneceram de fato comuns e são utilizadas de tal forma foram os playgrounds. [...] [A]ntes mesmo de possuirmos nossos próprios condomínios fechados, aprendemos a associá-los com a imagem de felicidade [...]. Assim, quando os primeiros projetos desse tipo ganharam corpo no Brasil, era também uma ilusão pré-fabricada que encontrava seu signo de realidade. [...] A forma de vida em condomínios vem sendo retratada, de forma sistemática, como repleta de mau gosto, investida de artificialidade, superficialidade e esvaziamento. O crime ressurgiu dentro dos condomínios: primeiro, pequenas desobediências de trânsito, depois, consumo de drogas e, finalmente, desavenças entre vizinhos.

Dunker (2015: 52) afirma que a origem dos condomínios administrados “*conforme o uso higienista da razão*” são os hospitais psiquiátricos do século XIX, que tem por função a “*promessa de recuperação e reconstrução da experiência perdida. A antiga noção de cura não tem outro sentido que não a de reencontro de lugar*”. Isso talvez não permita que se associe “*a nova vida em condomínio com nenhuma expressão artística ou cultural relevante*”. O autor (ibid.: 53) lembra que produções sociais “*que*

acenam com uma região de extraterritorialidade protegida” são reconhecidos com suspeita e afirma que *“a montagem de uma fantasia possui três tempos”*.

No primeiro, *“ideal e real se reconciliam em uma imagem na qual as oposições que dividem o sujeito são suspensas”*, como no resgate proposto por Lucio Costa da unidade perdida da cidade, ou como no morador do condomínio que acredita estar no paraíso. Essa primeira fase da fantasia caracteriza-se pela construção dos muros *“em nome da insegurança, da indeterminação, do estranhamento e de seus consequentes juízos de diferença”*, uma forma de que o conflito deixe *“de ser percebido como sistêmico”* e se apresente *“em um pequeno antagonismo administrável”*. O *“mal-estar é lido como anomia suprimida”* (DUNKER, 2015: 53-4). Se no primeiro tempo *“a fantasia é vivida como estado de exceção, no segundo a excepcionalidade “torna-se necessidade”*, o que acorrenta o sujeito *“à repetição de uma mesma rotina, na qual a realização da fantasia é parasitada pelo supereu e sua voz imperativa”*.

No terceiro tempo, a *“fantasia neurótica reposiciona a falta”*, proliferando-se *“atos dispersos que tentam corrigir o paradoxo da fantasia, quer pela purificação do excesso, quer pela proliferação da lei, agora reconhecidamente insensata, insuficiente e, não obstante, instrumentalizada em procedimentos normativos”* (loc. cit.). Esses três tempos da fantasia estruturar-se-ão no sintoma, e estarão diretamente representados no processo de condominização – neste, temos a definição de um território e do que permanecerá em anomia, gerando a segregação, *“surgida do fracasso em articular a diferença e a divisão”*; em seguida, é imperativo estabelecer muros, fronteiras, passagens e interdições a fim de que se distinga espaço produtivo do espaço reprodutivo, ou seja, aqueles que fazem *“a vida continuar a funcionar”*. Posteriormente, surge a função do síndico, preocupado com o espaço reprodutivo; e por fim, *“a formação de sintomas que articulam e orientam a ligação entre Real, Simbólico e Imaginário”* (ibid.: 56).

Dunker (2015: 59) lembra que o *“muro é uma estrutura de defesa, uma forma de determinação do espaço como território”*, e a defesa é um conceito psicanalítico. Para o autor, *“defender-se do desejo é tornar determinada pela lei a indeterminação de seu objeto. Defender-se da angústia é tornar seu objeto não apenas determinado, mas determinante”*. Ademais, quando

[...] a função de ideal é substituída pela função de um objeto determinado, está estabelecida a condição para os três tempos da fantasia do condomínio: fascínio totalitário, redução identitária e servidão voluntária. Ora, essa

substituição regressiva, que procura alocar um objeto empírico no lugar da falta estrutural, dissociando crenças e saberes, mimetizando regras particulares com leis universais, é exatamente a estrutura social do feticismo. [...] A novidade é que, quando pensamos no fetiche do condomínio, ao mesmo tempo que ele é composto por uma série de analogias, que envolvem processos psíquicos e processos sociais, também compõe uma homologia, ou seja, uma afinidade de causa entre formas de vida e tipos de sofrimento que são reais. Contudo, é preciso pensar, depois de Freud, uma psicologia das massas para além do eu, e, nesse caso, a noção de sofrimento torna-se essencial.

Dunker (2015: 36) atesta que não se deve *“jamais separar o sofrimento individual dos movimentos sociais que lhe deram origem”* e que é imprescindível a consciência de que o sofrimento é *“uma experiência compartilhada e coletiva. Os atos de reconhecimento ou de desconhecimento transformam a experiência real do sofrimento”*, o que se vincula ao conceito lacaniano de transativismo, associado por Lacan ao segundo tempo do estádio do espelho (ibid.: 37; EVANS, 2006: 216). Ainda de acordo com Dunker (loc. cit.), um

[...] exemplo do transativismo se dá quando vemos uma criança pequena bater no amigo e, em seguida, correr para o adulto mais próximo dizendo que foi ela mesma quem apanhou. Não é uma mentira. Não é um embuste. Ela mesma sente, de verdade, que não foi agente do ato, mas quem sofreu seus efeitos. Argumentamos que o sofrimento possui uma estrutura transativista, pois nele indetermina-se quem sofre e quem está reconhecendo o sofrimento daquele que sofre. E essa não é uma experiência ontologicamente indiferente. Ao contrário do adoecimento orgânico, que segue seu curso inexorável e indiferente às nomeações, o sofrimento se altera conforme é nomeado. Seu tratamento, sua nomeação, torna-se uma determinação política, não apenas ética. É preciso escolher, portanto, de qual sofrimento tratar, tendo em vista que nem todos são igualmente visíveis. Essa escolha determina políticas públicas, mas também políticas privadas de formação de sintomas, nos sentidos psicanalítico e psiquiátrico do termo.

Acerca do transativismo, Evans (op. cit.) afirma que o fenômeno *“se refere a um tipo especial de identificação frequentemente observado no comportamento de crianças pequenas”* e *“para Lacan, transativismo ilustra a confusão do eu e do outro, o que é inerente à identificação imaginária”*. Quinet (2013: 11) lembra que o *“imaginário é o registro da consciência e do sentido que faz com que o homem se julgue um eu – o que é efetuado (sem que ele o saiba) através da identificação com o outro”*, o que é verificado no estádio do espelho. Este

[...] corresponde à antecipação, através da imagem, da unificação do corpo, antecipação relativa à imaturidade neurológica da criança. [...] Lacan o eleva à dignidade de uma matriz simbólica da constituição do eu. Lacan o formaliza como o estádio do espelho: uma experiência correspondente ao narcisismo primário conceitualizado por Freud. Tal experiência, situada entre os seis e dezoito meses, é descrita por Lacan como um ‘drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que

chamaremos ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o desenvolvimento mental’. Podemos distinguir dois momentos no estádio do espelho: o primeiro é aquele em que a imagem está despedaçada; o segundo, é aquele em que ela está unificada. Nesse primeiro tempo, trata-se de uma anti-imagem, pois não há, propriamente, constituição de uma imagem visível [...]. No segundo tempo, a imagem totalizante e totalitária é constituída – ela escamoteia a falta e o despedaçamento originário do sujeito.

Retornando ao sofrimento, Dunker (2015: 60) assevera que este é estruturado como demanda e que *“nem todo mal-estar se constrange a ser nomeado pela demanda, assim como nem todo desejo se narrativiza sob forma de demanda”*. Esta *“é um estado de excesso de determinação do desejo, assim como o sofrimento é um estado de excesso de determinação do mal-estar”*, o qual pode ser entendido como algo *“ainda não reconhecido ou nomeado coletivamente”* (DUNKER, 2011: 116), especificamente um *“sofrimento insuficientemente nomeado que se apresenta como mal-estar difuso”* (ibid.: 117), *“[d]aí que o nome clínico do mal-estar seja angústia”* (ibid.: 121). Há *“certas formas de mal-estar que não se articulam como sofrimento porque não se articulam em estrutura de demanda. O sofrimento que não se articula como demanda é semelhante a uma alienação imperfeita”*. Evans (2006: 9) lembra que, para Lacan, alienação

[...] é uma característica constitutiva do sujeito. O sujeito é fundamentalmente dividido, alienado de si mesmo, e não há escapatória para essa divisão, sem possibilidade de totalidade ou de síntese. Alienação é uma consequência inevitável do processo pelo qual o eu é constituído por identificação à sua contraparte: a síntese inicial do eu é essencialmente um alter ego, é alienada. Nas palavras de Rimbaud, Eu é um outro. Assim, alienação pertence ao registro do Imaginário: ‘Alienação é constitutiva do registro imaginário. Alienação é o Imaginário como tal.

Desse modo, *“é nesse sentido que os condomínios, como modo ascendente de moradia e como ‘estilo de vida total’, ainda que amparados em um narrativa terapêutica do sofrimento, constituíram uma nomeação para o mal-estar”* (60). Dunker (ibid.: 63-4) assevera que o muro dos condomínios pode ser descrito *“como uma estrutura de demanda”*, já que o *“muro é uma estrutura de defesa contra a falta (pedido), uma mensagem de indiferença contra o outro (recusa), uma alegoria de felicidade interna (oferecimento) e uma negação indeterminada de reconhecimento (não é isso)”*. Ainda sobre a demanda, Dunker (2015: 60-1) propõe que:

[...] [p]ara Lacan, a demanda se estrutura ao modo de dois toros entrelaçados, o toro do sujeito e o toro do Outro. O toro é uma estrutura antropológica circular semelhante a uma boia. Imagine duas boias entrelaçadas, e você terá a figura à qual Lacan alude. [...] Por ser inconsciente, não é possível saber exatamente quando e por que uma demanda é satisfeita. A imagem dos dois toros serve para mostrar como aquilo que é demanda no sujeito torna-se desejo no Outro, e aquilo que é demanda no Outro torna-se desejo no sujeito. [...] A

cura psicanalítica é, em grande parte, a experiência de que afinal esses dois toros não se encaixam perfeitamente, que há entre eles um suplemento, uma ilusão que faz com que ambos se articulem em um sistema de passagens, na verdade, imperfeitas. É nesse gap, nesse ponto de desencaixe entre os toros, que o neurótico introduz sua fantasia, ou seja, certa relação de sua divisão enquanto sujeito com seu objeto a. É também nesse ponto que o neurótico oferece sua própria falta ao Outro.

Há quatro formas de demanda (DUNKER, 2015: 61-3): 1. demanda para o Outro; 2. demanda contra o Outro; 3. demanda no Outro; e 4. demanda do Outro. A demanda para o Outro se manifesta *“como aspirações de ajustamento, normalização ou adequação à lei do Outro”*, sendo o sofrimento *“uma forma de oferecer e de pedir algo, de estabelecer, contra o desamparo, uma troa entre a obediência à lei e a proteção e a segurança recebidas do Outro”*. Aqui *“a demanda adquire sua forma aparentemente mais simples de nomeação de uma falta, seja como frustração imaginária, seja como castração simbólica, seja como privação real”*.

A demanda contra o Outro surge em *“modos afirmativos de identidade, de caráter ou de personalidade”*, e *“não se refletem em aspirações de transformação, mas se baseiam na recusa”*, ademais de se instituírem *“como monumentos, consagrando e protegendo uma história ou uma experiência, recusando-se a esquecê-la ou a substituí-la imprópriamente”* (ibid.: 62), como na recusa de alimentos da anoréxica. A demanda no Outro abarca formas de sofrimento que *“oferecem algo ao Outro”*, *“que não pedem nada”*, e que *“decorrem da desarticulação da demanda, da desorientação de seu endereçamento simbólico, da suspensão calculada da dialética do reconhecimento”*. Além disso, *“se o pedido é uma forma de sofrimento que constitui o falo como significante da falta, a oferta é uma modalidade do sofrimento que se baseia na identificação ao objeto a com o qual suturamos a demanda no Outro”* (loc. cit.). Por fim, a demanda do Outro

[...] [n]ão se trata da recusa de uma oferta nem do pedido, mas do ponto de suspensão do próprio circuito da demanda, ou seja, de sua troca por outra demanda ou de sua inversão do sujeito ao Outro. É ele quem se encarregará de trabalhar, de reofertar, de pedir, de recusar os objetos específicos. O *não é isso* se aplicará a cada uma dessas fases da demanda, de modo ambíguo e flutuante. *Não é isso* se aplica indistintamente a quem oferece, ao que é oferecido e ao próprio reconhecimento do que foi recusado. No mesmo seminário em que Lacan introduz a relação borromeana entre Real, Simbólico e Imaginário, ele redefine a estrutura da demanda por meio do conceito de recusa. [...] Há formas de sofrimento que são não percebidas ou irrealizadas pelo próprio sujeito, porque aparecem como *demandas do Outro*. Nesse caso, porque o outro sofre o sujeito sofre por procuração (ibid.: 63).

Assim, *“os quatro tempos da lógica do condomínio segundo a estrutura da demanda”* (ibid.: 64) são: 1. pedir ou não pedir – trata-se *“da decisão primária que*

delimita o espaço no qual as relações de reconhecimento podem e devem se dar” e Dunker (2015: 64) lembra que na “lógica freudiana da constituição do narcisismo, aquilo que não entra na esfera de oposição prazer-desprazer é excluído como zona de indiferença” e o “condomínio localiza um campo para além do qual se estabelece essa zona de indiferença, exterior ao escopo da luta pelo reconhecimento”; 2. recusar ou aceitar – isso significa “reconhecer a pertinência” da formulação da demanda, de “sua adequação ao código, sua inscrição significativa, sua assimilação a um discurso constituído”; 3. dar ou receber – “organiza a expectativa básica de reciprocidade e correspondência, matriz essencial das relações de reconhecimento”.

O quarto tempo, 4. não é isso ou é isso, é “o tempo no qual a fantasia retorna sobre si mesma, trazendo efeitos de decepção e insuficiência”. O muro é uma “figura de interposição da demanda”, e falar

[...] com as paredes não é só falar para quem não vai nos escutar, mas reconhecer que nas paredes e nos muros há um mal-estar cujo nome não lembramos mais e um tipo de sofrimento que exprime uma aspiração de reconhecimento. Novamente, o muro aparece como figura da indiferença, da exclusão e da segregação, contendo dentro de si a forma indeterminada de negação dos tempos da demanda. O muro faz lugar por meio da fronteira. Um lugar habitado por uma demanda. E uma demanda implica um circuito entre um pedido (como ‘Mantenha distância – cão bravo’), uma recusa (como ‘Propriedade particular – não entre’), uma oferta (como ‘Seja bem-vindo à Morada dos Eucaliptos’). Um lugar se transforma de acordo com o espaço no qual ele se insere. Daí que um lugar não seja um território e que toda demarcação seja também uma ‘des-marcação’, isto é, a possibilidade, mesmo que virtual, de apagamento do território. A enunciação dessa quarta articulação da demanda, e que convoca o desejo, chama-se ‘não é isso’ ou então ‘o que queres’ [Lacan emprega a expressão para designar o lugar de onde o Outro interpela o sujeito, em sua relação entre a castração e a fantasia] (ibid.: 65).

Dunker (ibid.: 68-9) cita o condomínio como modo paradigmático da contemporaneidade, mas o paradigma não é a forma, senão a subjetividade; ademais pensamos que essa subjetividade tampouco é contemporânea, embora seja no momento atual que tenha tido a possibilidade de ser mais facilmente reconhecida – nesse sentido, o próprio autor afirma que é

[...] preciso lembrar que o conceito de condomínio toca de modo breve o universo invertido e periférico das favelas. A fusão sintética dos dois universos opostos é naturalmente a prisão. A lógica concentracionária reproduz o estado de exceção, alternando a *fase liberal* da formação de muros, que trabalha pela instrumentalização dos dispositivos de regulação, e a *face disciplinar* dos muros, que opera reativamente pelo controle de excessos. Entre uma e outra, há a *fase romântica* do condomínio, pela qual a estrutura se mostra de modo mais visível como idealização. Ou seja, três formas complementares de determinação, como bom uso da liberdade, como aperfeiçoamento da ordem e como idealização da experiência, concorrem na sustentação da fantasia

narcísica dos muros. [...] O condomínio, como enclave fortificado contra a pobreza, aproxima-se do que Milton Santos chamou de *pobreza incluída*, sinal de uma nova interpretação sobre a diferença social e a desigualdade. Não se trata mais de fazer desenvolver os atrasados, mas de localizar e conter o resíduo como pobreza estrutural globalizada. De acordo com essa lógica, é preciso exportar problemas e, ao mesmo tempo, restringir seu retorno pelo reforço de barreiras fiscais, controle de fronteiras e restrições de circulação de pessoas. A identidade estrutural que une condomínios de luxo, prisões e favelas aparece como ressentimento social. [...] O delírio do retorno à natureza, a atração exercida pela *terra de ninguém* e o terreno neutro e virgem sobre o qual se podem definir falicamente regras e normas permitem localizar uma cena primária dessa fantasia, qual seja, o momento originário de nascimento de uma nova lei. Encontramos, assim, uma tentativa de corrigir um fragmento insuportável de realidade que fora suprimido por ocasião da constituição do campo. O campo é uma regra de ocupação, não é um lugar empírico, mas há lugares empíricos que nos permitem reconhecer suas regras de formação. Se o campo de concentração, estrutura que se disseminou por inúmeros países durante os anos 1910-1940, baseava-se em certos princípios produtivos, discursivos e organizativos que possuíam seu correlato na opção médica de isolamento, o novo campo está mais adaptado a uma produção deslocalizada. Desse ponto de vista, imaginar que os únicos campos de concentração localizavam-se na Alemanha nazista ou na União Soviética de Stalin é de uma banalidade redutora e atroz. O campo de concentração é uma estrutura, não apenas um fenômeno histórico datável e localizável em suas figuras mais conspícuas.

Quanto ao Brasil, o condomínio surge como solução para a “*indeterminação crônica do valor, tanto das mercadorias quanto das experiências, no período pós-inflacionário*”: “*já éramos um condomínio, mesmo que não soubéssemos disso ainda*” (ibid.: 69). Concordamos com essa assertiva, e nos questionamos se essa subjetividade não é a base própria da subjetividade do brasileiro, calcada, fundamentalmente, na aniquilação do outro, na ‘*morte*’ da *alteridade*. Os muros estão presentes desde a casa-grande e a senzala, ressurgem potencializados na favela, assume importância à medida que o país mantém a quarta maior população carcerária do mundo e transforma-se qualitativamente com o condomínio e, acrescentamos, ainda, com o shopping centre. Se antes a exclusão da vida atingia os marginalizados, como na senzala e na favela, de onde não deveriam sair, houve uma mudança significativa, em que parte da elite optou por se segregar, na ilusão da autossuficiência com a construção de espaços autárquicos.

Essa subjetividade, nós a chamamos de ‘*morte*’ da *alteridade*, e esta pode assumir a forma do condomínio. Enquanto os murados eram os outros, negros e pobres em favelas, por exemplo, vivia-se ilusoriamente a ideia de um mundo feito à imagem e semelhança de si, da ordem fálica que subjuga a diferença ao seu discurso – a figura do favelado, por exemplo, ou no caso do morador da Barra, o emergente. A elite era capaz de criar narrativas que estabelecessem o lugar do outro perante si própria. Acreditamos que na subjetividade existente no condomínio, uma vez que há a suspensão do circuito da

demanda ou que o sujeito se perde na demanda do Outro, os muros produzem não apenas indiferença e segregação, mas também a perda da dimensão de constituição do eu, já que o espelhamento necessário para a construção da identidade se torna precário. Os anúncios dos condomínios prometiam uma vida ideal(izada), de resto impossível de ser vivenciada, já que o princípio de realidade se faz presente em determinado momento. Surge assim um conflito entre a demanda externa, o estilo de vida total do condomínio, e o Ideal do eu, que não vê sua onipotência e sua autossuficiência realizadas.

Laplanche & Pontalis (2008: 222-4) afirmam que Ideal do ego ou Ideal do eu é uma instância *“da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos”* e que ele *“constitui um modelo a que o sujeito procura conformar-se”*. Já Evans (2006: 52-3) afirma que

[...] nos escritos de Freud é difícil discernir qualquer distinção sistemática entre os três termos relacionados Ideal do eu, Eu ideal e Supereu, embora nenhum seja usado indistintamente. Lacan, entretanto, argumenta que estas três ‘formações do ego’ sejam conceitos distintos que não devem ser confundidos entre si. Nos escritos anteriores à guerra, Lacan está preocupado em estabelecer uma distinção entre Ideal do Eu e Supereu, e não se refere a Eu ideal. Embora ambos sejam relacionados ao declínio do Édipo, e sejam produtos da identificação ao pai, Lacan sugere que eles representam aspectos diferentes do papel duplo do pai. O Supereu é uma instância cuja função é reprimir o desejo sexual pela mãe, enquanto o Ideal do eu exerce uma pressão consciente em direção à sublimação e provê as coordenadas que permitem o sujeito assumir uma posição sexual como homem ou como mulher. Após a guerra, os escritos de Lacan prestam mais atenção em distinguir o Ideal do eu do Eu ideal. Assim, no seminário de 1953-4, ele desenvolve o modelo ótico para distinguir essas duas formações. Ele propõe que o Ideal do eu é uma introjeção simbólica, enquanto o Eu ideal é fonte de uma projeção imaginária. O Eu ideal é o significante operando como ideal, um plano da lei internalizado, o guia que governa a posição do sujeito na ordem simbólica e, portanto, antecipa a identificação secundária (edípica) ou é um produto dessa identificação. O Eu ideal, por outro lado, é originado na imagem especular do estádio do espelho, é a promessa de síntese futura na direção para a qual o eu tende, a ilusão de unidade sobre a qual o eu é construído. O Eu ideal sempre acompanha o ego, como uma tentativa permanente de reconquistar a onipotência da relação dual pré-edípica. Embora formado na identificação primária, o Eu ideal continua a exercer o papel de fonte de todas as identificações secundárias.

A abordagem à qual nos filiamos é a de Chasseguet-Smirgel (1992: 29-30), que afirma ser *“a prematuração humana que fundamenta”* o Ideal do eu; é *“à impotência primária da criança [...] que ele deve sua origem, pela explosão da fusão primitiva. É a impossibilidade de reencontrar de uma só vez a fusão com a mãe por meio do incesto”, “em razão de sua imaturidade fisiológica (sua debilidade genital)”*, que o sujeito *“deve a evolução de seu Ideal do Ego, o projeto de identificação com o pai genital contido, a*

favor do fantasma incestuoso que ele implica, à esperança do retorno à fusão primitiva” (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1992: 29-30). Christopher Lasch, na apresentação desta obra de Chasseguet-Smirgel (ibid.: 1-2), afirma que o “*narcisismo é o estágio de plenitude arcaica no qual o Ego serve como seu próprio ideal*”; já o Ideal do Ego é “*o herdeiro do narcisismo primário: o herdeiro, portanto, da ilusão infantil de onipotência e dos sentimentos de bem-aventurança ligados a ele*”.

Contudo, a “*separação da mãe quebra a auto-estima, porque força a criança a confrontar-se com sua própria fraqueza e dependência – a lacuna entre o Ego e o Ideal do Ego, que levamos o resto da vida tratando de preencher*”. Assim, a “*crescente percepção infantil de seu desamparo, da posição de dependência perante o mundo rompe a ilusão da perfeita fusão com a mãe e com o mundo circundante*”, mas a “*lembrança da satisfação e da grandeza primitivas vive [...] sob a forma de uma concepção ideal de si mesmo, o Ideal do Ego, no qual o desenvolvimento do ego procura copiar a si mesmo*”. Além disso, a

[...] originalidade do Ideal do Ego é, de fato, ser um conceito articulador entre o narcisismo absoluto e a objetividade, entre o princípio do prazer e o princípio de realidade, pois que ele resulta da cisão entre o Ego e o objeto. [...] A projeção do narcisismo infantil sobre os pais, constitutiva do Ideal do Ego, aparece assim como um passo adiante na conquista do senso da realidade e da objetividade, porque a megalomania primária é abandonada e proveito do objeto. [...] [Há] uma diferença fundamental entre o Ideal do Ego, herdeiro do narcisismo primário e o Superego, herdeiro do complexo de Édipo. O primeiro constitui – pelo menos na origem – uma tentativa de recuperação da onipotência perdida. O segundo, na perspectiva freudiana, é proveniente do complexo de castração. O primeiro tende a restaurar a Ilusão; o segundo, a promover a realidade. O Superego separa a criança da mãe; o Ideal do Ego [...] a leva à fusão (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1992: 31; 69).

No caso de desenvolvimento adequado do Ideal do Eu, por meio da organização edipiana do estágio genital, a “*esperança de reencontrar a completude primária perdida não é abandonada*”; “*ela não será procurada essencialmente através da fantasia incestuosa, embora esta possa ser passageiramente reativada*”. Outro aspecto é que a “*atividade sublimatória e as satisfações sexuais completas permitem um reinvestimento necessário do Ego que diminuiu bastante o Ideal do Ego*”. Ademais, a “*realidade (interna e externa) suscetível de dar satisfações narcísicas e pulsionais é investida positivamente*”, o que fará com que o Ideal do Eu se projete “*sobre o próprio acesso à realidade. No plano intelectual, a verdade será preferida à Ilusão; a ciência, à superstição*”. Amorosamente, “*o parceiro será amado na finitude e vulnerabilidade, e não por uma perfeição imaginária* (ibid.: 64).

Quando Chasseguet-Smirgel (1992: 69-81) avalia o Ideal do Eu e o grupo, se filia a um artigo de Anzieu que propõe que *“o grupo se torna, para os membros, o substituto [do] objeto perdido”* e aparece nele *“uma contestação da cena primária. O grupo é auto-engendrado. Ele é uma mãe todo-poderosa”* – a *“figura paterna é de fato expulsa, excluída do grupo, como o Superego”*. Assim, *“compreende-se melhor que o Superego possa ser tão violenta e absolutamente excluído, como de resto o Ideal do Ego evoluído, todas as vezes em que a Ilusão foi ativada num agrupamento humano”*. Ademais, *“a regressão que se opera nestes grupos não é, pois, unicamente induzida por determinadas condições materiais”*, como, por exemplo, *“estar em lugar fechado, separado do mundo exterior”*, *“embora estas também a favoreçam”*. A esse respeito, a autora conclui:

[...] [d]eduz-se daí que a estrutura das formações coletivas que tento descrever neste capítulo é particularmente regressiva, estrutura que não se acha nos grupos que não se apoiam em uma ideologia [...]. Assim, em outros grupos, o condutor poderá ter um papel de pai, como no esquema freudiano, visto este como um simples delegado da irmandade que, na fantasia coletiva pode assumir a função de pai ou de herói [...]. Ao contrário, nos grupos fundamentados na ‘Ilusão’, o condutor preenche para os membros do grupo o papel que a mãe do futuro perverso desempenha para seu filho, o fazendo crer que ele não tem necessidade de crescer, nem de se identificar com seu pai, fazendo assim coincidir sua maturação inacabada com seu Ideal do Ego.

Dunker (2015: 77), a respeito da *“nova gramática da autoridade em condomínio”*, propõe que *“não é só o caso da colocação do objeto no lugar do Ideal do eu que explica o funcionamento identificador das massas”* – é *“preciso pensar também a alocação do objeto a no Outro”*, ou seja, o objeto causa de desejo dependente da adequação ao Outro, com a falta determinada unicamente por ele, apesar de esta situar-se *“do lado do sujeito pelo fato de ele não poder ser inteiramente representado no Outro”* (GUEDES, 2010: 170). Retornando a Dunker (op. cit.), o síndico não apenas administra o condomínio; ele também exerce a função de gestor, ou seja, além de suspender *“a política para fazer funcionar processos racionalizando seus meios e otimizando seus fins”*, ele *“sabe que os métodos, as métricas, os índices, os balanços (ou seja, os semblantes) são a única realidade que importa”*. Desse modo,

[...] se antes a autoridade dizia como gozar, em imagem e espelho ao pai, agora ela se contenta em gerenciar o gozo perturbador do outro. Se antes o domínio se exercia no território pessoal do latifúndio familiar, agora ele se organiza em torno do espaço impessoal do condomínio. Há condomínios de luxo e condomínios de pobreza, condomínios institucionais e condomínios de consumo, condomínios de educação e condomínios de saúde. Em todos eles, encontramos traços semelhantes de racionalização: fronteiras, muros, regulamentos e catracas. Assim como o sintoma substitui um conflito por uma formação simbólica na qual não reconhecemos mais o antagonismo inicial, o síndico neutraliza o antagonismo deslocando a falta para uma espécie de zona

de excesso. [...] O síndico gerencia a promessa de que esse pedacinho de gozo roubado de nós por nosso vizinho, e que faz a figura fálica da falta, será devolvido 'na forma da lei', como uma espécie de excesso benfazejo. Se a autoridade arcaica era pessoalmente impessoal, a autoridade do síndico é impessoalmente pessoal. Ela não discute, não considera exceções nem pondera casos únicos. É fria ou violenta, sem dois pesos nem meias medidas. Essa expectativa teórica se confirma na forma totalitária assumida pelos regulamentos internos de tais condomínios fechados. Regras extremamente severas e punições draconianas são estabelecidas para pequenos atos infracionais, traço bizarramente idêntico ao que se verifica no interior das prisões. Punição exemplar, punição espetacular. Tudo se passa como se a permissividade expressa pelo ideal, retornasse na forma de severidade em um regramento insensato. O que antes era uma agradável 'opção de vida' torna-se, então, uma 'obrigação obscena de felicidade' (DUNKER, 2015: 78; 81)

Nesse sentido, essa obrigação obscena de felicidade é a marca característica de que o Ideal do eu se sobrepõe ao princípio de realidade, e talvez, pelo próprio comportamento esperado pelo grupo (estereotipado), que, ao preferir a Ilusão, assume um Ideal do eu regressivo. Quinet (2013: 25) afirma que o

[...] Ideal do eu é o ponto de onde eu me vejo como amável. É por isso que o sujeito tenta se adequar aos significantes determinados pelo Outro pela via da identificação simbólica, e o eu tenta se moldar de acordo com o eu ideal, percebido como outro, através da identificação imaginária. A instância do Ideal do eu é uma instância simbólica (pois é constituída pelos significantes do Outro), entretanto, ela redobra as exigências narcísicas do sujeito. Ela é, pois, a instância relativa ao narcisismo secundário. Se na infância o narcisismo primário é sustentado pelos ditos familiares mais próximos, o narcisismo secundário o é pela 'introjeção' desses ditos, ou seja, pelo Ideal do eu que tomou o lugar dos pais.

Birman (2003: 67), por sua vez, lembra que,

[...] para Freud o eu onipotente teria que ser limitado na sua arrogância, para que o narcisismo pudesse se deslocar de sua condição de primário para a de secundário. Com isso, o eu que se enuncia inicialmente como sendo o seu próprio ideal (eu ideal), teria que reconhecer um ideal que lhe transcendesse, para reconhecer a alteridade no outro (ideal do eu), a fim de poder se libertar da imagem alienada pela qual fora constituído. Essa transformação implicaria para Freud [a] experiência da castração, condição de possibilidade do complexo de Édipo e do advento das identificações sexuadas, pelas quais as condições masculina e feminina seriam constituídas. Com essa outra modalidade de descentramento, portanto, o eu se constituiria a partir do outro, não estando mais na origem, já que seria forjado por derivação, marcado para sempre pelas incidências do outro. Essa incidência seria originariamente alienante, no registro do eu ideal, mas se transformaria posteriormente no registro do ideal do eu, quando a intersubjetividade se constituísse, onde ser reconhecido pelo outro seria um imperativo.

Se considerarmos que no Ideal do Eu regressivo, como colocado por Chasseguet-Smirgel (1992: 74-5) o grupo representa a mãe todo-poderosa, o sujeito que se identifica a ele assume uma postura regressiva que busca reencontrar a fusão primeva, anulando a diferença. A alteridade aparenta residir justamente na distância entre Eu ideal e Ideal do eu, já que obriga o sujeito a buscar um modelo maturativo, por meio da transcendência

de si mesmo e de identificações, as quais exigem a participação do Outro – a entrada no simbólico – para se realizarem; e, fundamentalmente, a alteridade não é um produto do eu senão este é um produto do Outro. Nesse sentido, anula-se a alteridade também quando se define o outro e o lugar dele, como no caso do estereótipo do favelado e do emergente, citado anteriormente. Se o Ideal do eu é regressivo, anula-se tanto a alteridade quanto a diferença. Craia (2005: 75-7; 80-1; 86) assim a define:

[...] *A diferença é inobjetivável e irrepresentável; ela não é nem diversidade na percepção nem identidade no conceito, mas um diferencial intenso que atravessa e gera tanto um como o outro.* [...] A diferença, ao mesmo tempo em que permite a percepção do sensível sem poder ser percebida, possibilita e atravessa o campo da representação sem poder ser representada. Se a representação tem algum êxito no movimento de ocultação e limitação da diferença, isso não se deve ao poder da identidade, mas à natureza da diferença. [...] [A] diferença, enquanto intensidade, não possui conceito genérico real ou possível, nem qualidade ou determinações individuais. A diferença é o ser de tudo o que é representável e de tudo o que pode ser sentido, mas ela própria não pode ser representada nem percebida sensivelmente. [...] Se existe uma ‘natureza’ da diferença, é a de ser diferença em si, sem remissão exterior e sem uma forma última e idêntica de ordem interna. [...] [P]ara poder explicitar o estatuto propriamente ontológico da diferença, isto é, para colocá-la como ser, será preciso chegar até o momento *mais intenso*, até o primeiro horizonte da diferença. Aquilo que Deleuze indica como ‘[...] o mais alto pensamento, na medida em que é o mais intenso [...]’ [...], não passa do *eterno retorno nietzschiano*. [...] A diferença é primeira e genética em relação a tudo o que é dado, tanto na percepção como no campo da representação. É uma intensidade pura que atua no mundo fático, mas que se anula – enquanto diferença primeira – se a estendemos sobre as séries determináveis do sensível ou do representável. [...] A importância desse pensamento reside em que, através dele, podemos pensar um horizonte ontológico que elimine a essência como pedra de toque de toda ontologia [...].

Scharinger (2009: 54-6) lembra que Lacan afirmou que o estádio do espelho permite a experiência de unificação do eu ao mesmo tempo que nos coloca em relação ao outro, abrindo “*a possibilidade do ser situar aquilo que ele é e o que ele não é*” e marcando uma primeira diferença. Posteriormente, com o Eu ideal e com o Ideal do eu, o sujeito terá como referência a si mesmo e poderá, agora que “*já existe algo ligeiramente separado, organizado ilusoriamente, situado na realidade*”, “*olhar para o outro ser e se relacionar com ele*”. Desse modo,

[...] para sair do nível imaginário, ou seja, superar esta relação de eu ideal com o outro, o simbólico deve emergir, e o indivíduo se guiar pelo ideal do eu, pela linguagem, que evoca a lei. [...] O ideal do eu, vem com o supereu, trazendo a lei e a censura, vem para afastar o homem de seu ideal, inserindo o plano simbólico e regulando o imaginário. Um imaginário regulado parece ser um imaginário com certo equilíbrio, um pouco comedido, que não aprisione por completo o psiquismo do homem, para que ele de si mesmo não escape e não se perca numa cegueira sem volta. O simbólico evita que o homem se perca dele mesmo e que não cida numa paranoia com o outro. Ao contrário, como explicou Lacan [...], o simbólico identifica o homem, o define enquanto tal. O

simbólico é essencial mediador nesta relação onde o eu se emparelha com o outro, nesta relação fadada à alienação (como mencionamos anteriormente) (SCHARINGER, 2009: 54-56).

Nesse sentido, o Ideal do eu regressivo propicia a relação imaginária especular do sujeito com o outro, uma relação reflexiva e que, portanto, anula a diferença (já que é regressiva) e a alteridade. Talvez seja por isso que vejamos o comportamento estereotipado de alguns moradores de condomínios da Barra, mas devemos reforçar que este comportamento não é limitado aos seus moradores apenas, perfazendo um *jogo* que abrange a autointitulada tradicional elite carioca (LIMA, 2007), o que nos permite trazer como indagação a ser respondida posteriormente, talvez, se este comportamento reflexivo e especular não é próprio de grupos sociais **territorializados** – por exemplo, espaços de socialização podem ser academias de ginástica, especialmente em locais como a Barra em que não há quase espaços públicos, as quais obedecerão a um padrão de renda dos seus clientes e isso pode se tornar um modelo para a chamada elite e posteriormente mimetizado pelos mais pobres, o que reforça o papel dessa elite e cria uma identidade geral para um grupo de escala maior, como no caso das praias no Rio de Janeiro.

Outro aspecto a esse respeito é o narcisismo das pequenas diferenças. Nesse sentido, Dunker (2015: 56) elenca quatro patologias do social relacionadas à fantasia do condomínio – 1) “*as que procedem da experiência de divisão do sujeito e da esquizoidia narcísica que a desdobra*”, relacionadas ao estado de exceção particular fundado no condomínio e à perda da experiência; 2) “*as que derivam da perda da unidade do espírito e que se apresentam como aspirações de identidade – de gênero, de estilo, de modo de vida*”, e que se relacionam ao que comentamos”; 3) “*as que se organizam ao modo da impostura imaginária da autoridade simbólica*”, como no caso do síndico sádico e do vizinho invejoso; e 4) as patologias que se apresentam como anomalias de gozo, como a fobia, a neurose obsessiva e a histeria, que engendram os tipos sintomáticos do adolescente sem limite, da dona de casa desesperada, a criança descuidada etc. Quanto à segunda patologia, o autor (loc. cit.) afirma que o

[...] símbolo dessa falsa unidade é o muro. Como se ele instituisse uma nova comunidade, que recusa e substitui a anterior, experimentada como improvável ou impostora. A nova unidade adquirida entre muros é composta em contraste com a anomia que é deixada em seu exterior. Essa comunidade que se autosegrega precisa, pois, lidar com os efeitos de culpa que retornam sob forma de intolerância ou do que Freud chamou de ‘narcisismo das pequenas diferenças’.

Outro aspecto a considerar vinculado à identidade, é o papel do simulacro na produção arquitetônica da Barra. Talvez o processo de identificação precário baseado na relação reflexiva entre eu e outro, com dificuldade de simbolização esteja relacionado com a hiper-realidade e com o simulacro. Esta tese teve origem com Baudrillard e está pautada pela desreferencialização do real (SANTOS, 2000: 16), já que *“a própria realidade, como algo separável dos seus signos, desapareceu no mundo contemporâneo dominado pela mídia e saturado de informações”*; *“hoje, o real e o imaginário são confundidos na mesma totalidade operacional, e fascinação estética está simplesmente em todo o lugar”*. (POSTER, 1988: 143-7 apud HARRISON & WOOD, 2003: 1018-20). Essa é uma das bases, outrossim, da pós-modernidade.

Baudrillard é certamente um dos principais pensadores da contemporaneidade, juntamente com Lyotard e Jameson (SOUZA, 2005: 90-8) e Bauman (2001: 88-9). Baudrillard, conforme Souza (ibid.: 93), focar-se-á na *“dimensão da indiferenciação do fático, que adviria da proliferação comunicativa articulada com a relativização axiológica em níveis inimagináveis”*. Assim, seu trabalho comentará acerca da relação entre simulacro e massas:

[...] A proliferação e o refinamento extraordinário das técnicas de comunicação emprestam a quem as manipula um poder inusitado: a possibilidade de criar imagens e jogos de imagens e que configuram, *em si mesmos*, uma pretensão de realidade simulada que pretende representar – a rigor, apresentar – a verdade do mundo no ritmo em que eles se proliferam como verdade de si mesmos (por extensão, verdades *em si mesmos*) – “consecução da verdade, de experiência viva. [...] Mas, a rigor, a simulação tanto depende, quando cria, o seu próprio campo de exercício e efetivação mais visível: a massa que se opõe ao social, despolarização da realidade, neutralização de toda e qualquer diferença: o *sem-sentido*. [...] O capitalismo pós-industrial e suas derivações pós-modernas sofisticam-se a ponto não de mascarar a verdade das relações sociais, mas de *engendrar* sua própria verdade num processo *substituído*, e para isso tem o público eminentemente ouvinte: amorfismo das massas, da qual nenhuma consciência se pode esperar (ibid.: 93-4).

Lyotard centra seu trabalho na crítica às metanarrativas e à decomposição dos grandes relatos, os quais se constituem

[...] na articulação de uma de uma determinada racionalidade que viria a legitimar uma estrutura de saber enquanto garantia da pertinência e da propriedade daquilo que é relatado, pertinência e propriedade que são como que garantidas pela própria forma de como o relato se desdobra a partir da autoridade de quem o relata, e que, além disso, apresenta implícita ou explicitamente uma pretensão emancipatória. [...] O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modelo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato de emancipação. Seja a utopia positivista ou iluminista do conhecimento ilimitado, seja a utopia historicista da emancipação como consequência lógica das tensões no interior da história, seja a utopia capitalista-finalista de um mundo de produção e consumo ilimitado, essas

dimensões perdem sua sustentação e estrutura legitimante a partir de determinado ponto de desencanto combinado com o desenvolvimento de novas técnicas, por exemplo, no interior do próprio capitalismo, de individualização ou fragmentação particularizante de desejos e fruições (SOUZA, 2005: 91).

Jameson, para Souza (ibid.: 95-7), trata o pós-moderno como a expressão final do capitalismo globalizado e propõe que “*a pretensa novidade das revoluções pós-modernas*”, percebidas no pastiche e na esquizofrenia, é “*o mesmo arcaico modelo capitalista de disseminação cultural em sua última e mais refinada versão*”. Halley (1988: 63-73 apud HARRISON & WOOD, 2003: 1042-5) atesta ainda que Jameson

[...] que a análise cultural é hoje dominada por duas tendências separadas. Por um lado, há a teoria do simulacro, como desenvolvida por Baudrillard. Por outro lado, há o trabalho de Michel Foucault, o qual enxerga a cultura contemporânea não como uma superfície cintilante de signos autônomos, mas como um lugar no qual as tecnologias de vigilância, normalização e categorização têm tido controle mais amplo sobre a vida social. Ao contrário da visão de Baudrillard do significante destacado, Foucault encontra escondido atrás de vários significantes da sociedade contemporânea o significante velado de poder, sob a forma da consolidação de posição de classe.

Bauman (2001: 88-9) propugna que o consumismo de hoje não se atém às necessidades, mas ao desejo, que “*tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado*”. Ademais, os “*consumidores guiados pelo desejo devem ser ‘produzidos’, sempre novos e a alto custo*” – “*a própria produção de consumidores devora uma fração intoleravelmente grande dos custos totais de produção*”. Para o autor (ibid.: 90), “*a sociedade pós-moderna envolve seus membros primariamente em sua condição de consumidores, e não de produtores*”, o que significa dizer que a “*vida organizada em torno do consumo [...] deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e querereres voláteis – não mais por regulação normativa*”.

Essa realidade descrita acima é o que encontramos na Barra da Tijuca, que foi forjada em um período em que ocorria no mundo a transição do capitalismo fordista para o pós-fordista, em que pese a seletividade dos pontos escolhidos para esse novo padrão produtivo; ao contrário do restante da cidade, a Barra ‘nasce’ para um espaço voltado à circulação, em lugar que ‘nada’ havia. Nasce, outrossim, para engendrar uma nova forma de moradia e uma nova forma de viver – no condomínio, em uma sociedade de consumo, ainda sob o padrão circulatório do automóvel, a fim de prolongar a Zona Sul do Rio de Janeiro. A Barra surge como o bairro para uma modernidade que chegava ao Brasil, e constituía, ela própria, a modernidade AI-5 (MARTINS, 2004) em seu contraponto.

Se Martins (ibid.: 20) trata das ‘ipanemias’ e dos enclaves de alto padrão de núcleos urbanos em que o regime militar encontrará oposição, a Barra talvez possa ser o outro lado dessa moeda – o dos grupos sociais ascendentes que vivenciavam as benesses da ditadura, especialmente a partir do Milagre Econômico, de forma ‘despolitizada’ e em contraponto ao modo de vida dos filhos da elite tradicional das ‘ipanemias’, o da contracultura, que terá no culto à droga, na desarticulação do discurso e no modismo psicanalítico sua caracterização. Se considerarmos que o discurso, em geral, do grupo social da Barra traz a vinculação do consumo conspícuo atrelado ao sucesso do trabalho (possivelmente em oposição aos filhos da elite que surfavam e fumavam maconha em Ipanema nos anos 1970 e 1980) poderíamos entendê-lo como um discurso que combina com o estilo de vida total do condomínio, ademais de ser reacionário, já que valorizado pelo *ethos* do regime militar, e de ser uma diferenciação social dessa nova classe média (LIMA, 2007) que, aliás, em muito se assemelha ao discurso da Teologia da Prosperidade (RODRIGUES, 2002; SILVEIRA, 2007).

O condomínio, pois, funciona como a célula perfeita, monádica, de um estilo de vida total, e não é apenas uma mera moradia. É um espaço autárquico da vida urbana, do qual não é necessário sair para viver, salvo exceções. Isso se torna ainda mais relevante se lembrarmos da concepção grega de morar, que associa a morada ao caráter, à ética, aos costumes (BESSELAAR, 1994: 438). Em uma perspectiva recente, Rapoport (1990: 59-60; 65-70) mostra o quanto o espaço construído influencia o sujeito e seu desenvolvimento e sociabilidade. Nesse sentido, contemporaneamente a moradia consolida-se como uma garantia fundamental, como um direito humano (SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2013). Fisicamente, a moradia é uma proteção do sujeito em relação ao mundo exterior, e socialmente revela o comportamento político do grupo.

Se considerarmos a favela, por exemplo, podemos perceber que a função de proteção é inexistente, seja pelo risco de doenças devido à insalubridade, seja pelo estigma social que permite a violação dos lares. Quando avaliamos o condomínio, podemos estabelecer um paradoxo entre ambos – este inacessível, aquele permanentemente devassável. Politicamente, a função protetiva da moradia é responsabilidade do Estado, mas, no Brasil, de fato, somente é garantida às elites. Psicologicamente, a proteção primordial é atribuída por Winnicott à mãe. O psicanalista (1989: 285) assevera que “*o bebê, em princípio, vive em um mundo subjetivo*” e que

“existe precariamente em dependência da figura materna humana”. É aí que “se encontra a experiência de onipotência”, “na qual o bebê vive acordado em um mundo de sonhos”.

Winnicott (ibid.: 286; 285; 2006) afirma que a ‘preocupação maternal primária’ ocorrerá quando a mulher deixar *“a si própria para se tornar temporariamente orientada ao bebê que ela gradualmente reconhece como um fato dentro de sua estrutura física”*. Assim, *“um bebê que se desenvolve em um ambiente que esse tipo de mãe oferece é capaz de viver por um período adequado em um mundo subjetivo com o qual o mundo da realidade externa não colide”*, uma vez que *“se desenvolve no bebê um senso de previsibilidade”*, o que permite a evolução dos primeiros estágios de crescimento da personalidade. Nesse sentido, *“ao pensar a criança no caminho à objetividade (o encontro com o Princípio de Realidade), a natureza propicia ao bebê uma posição intermediária, como está evidenciado nos casos em que o bebê emprega um objeto transicional”*. Winnicott (2005: 19) propõe que

[...] objetos transicionais e fenômenos transicionais pertencem ao reino da ilusão, a qual é a base da iniciação da experiência. Este estágio inicial no desenvolvimento é possível pela capacidade especial da mãe de possibilitar adaptação às necessidades da criança, permitindo, assim, a ela a ilusão de que aquilo que a criança cria realmente existe. Esta área de experiência intermediária, incontestemente no pertencimento à realidade interior e exterior, simultaneamente, constitui a maior parte da experiência infantil, e ao longo da vida é retida nas experimentações acerca das artes, da religião, da vida imaginativa e do trabalho científico. Um objeto transicional de uma criança é gradualmente desinvestido, especialmente conforme os interesses culturais se desenvolvem.

Em outro texto, Winnicott (1989: 43; 54-5; 57; 204) assegura que com o

[...] termo ‘objeto transicional’ pretendeu-se dar significância aos primeiros sinais no desenvolvimento infantil da aceitação do símbolo. Este precursor de um símbolo é ao mesmo e único tempo parte do infante e parte da mãe. Frequentemente este símbolo precursor é de fato um objeto, e o vício da criança ao objeto real é reconhecido e permitido pelos pais. Frequentemente não há materialização, entretanto, e então certos fenômenos posteriormente podem ter a mesma significância; por exemplo, observar, pensar, distinguir entre cores, explorar os movimentos corporais e as sensações etc. etc. [...] Se o infante pudesse falar, a reivindicação seria: ‘Este objeto é parte da realidade externa e eu a criei.’ [...] Nós pretendemos indicar que o infante acredita em uma onipotência que se estende a certos objetos e talvez à mãe e alguns dos outros no ambiente imediato. Uma transição é do controle onipotente dos objetos externos ao abandono do controle e finalmente à consciência que há fenômenos fora do controle pessoal de alguém. [...] [Há três áreas do existir.] Uma, fundamental, é a realidade interior psíquica individual [...] da qual o indivíduo ‘alucina’ ou ‘cria’ ou ‘acha’ ou ‘concebe’. A partir disso, sonhos são feitos, embora eles sejam vestidos nos materiais colecionados desde a realidade exterior. A segunda área é a realidade exterior, o mundo que é gradualmente reconhecido como não-eu pelo desenvolvimento saudável do infante que

estabeleceu um self, com uma membrana limitando o dentro e o fora. Agora infantes, crianças e adultos assimilam a realidade externa, com vestes para os sonhos deles, e se projetam em objetos externos e enriquecem as próprias percepções imaginativas. Mas eu penso que temos de encontrar uma terceira área, uma área de vivência a qual corresponde aos fenômenos transicionais do infante, e que de fato deriva deles. Na medida em que o infante não atingiu os fenômenos transicionais, eu penso que a aceitação de símbolos é deficiente e a vida cultural acometida pela pobreza. [...] Objetos transicionais e fenômenos transicionais são universais e mudam de forma com facilidade. O estudo dos fenômenos transicionais fornece uma pesquisa de campo valiosa para o estudante do desenvolvimento e do crescimento humanos não apenas porque introduz o estudante à infinidade de variabilidades em seres humanos mas também porque tem seus próprios limites, e há semelhança entre elementos e estes podem ser classificados. Em outras palavras, **tem algumas das qualidades de brincar em que a criança que está brincando está usando materiais de uma realidade externa ou compartilhada para a expressão material do sonho. O sonho pessoal está lá, mas duas crianças podem construir casas semelhantes por causa do denominador comum nos materiais de construção e também por causa de elementos arquetípicos no sonhar.** (grifo nosso.)

Sobre a mãe suficientemente boa (WINNICOTT, 2006; 1989: 44; 179):

[...] [e]ste termo é usado na descrição da dependência que pertence à primeira infância. [...] O que é necessário e absolutamente necessário para o infante não é algum tipo de perfeição da maternagem, mas uma adaptação suficientemente boa, a qual é parte de uma parceria viva que identifica temporariamente a mãe ao seu infante. Para ser capaz de se identificar ao seu infante no grau necessário, a mãe precisa ser protegida da realidade externa a fim de que possa disfrutar de um período de preocupação, o bebê sendo o objeto de preocupação dela. [...] O objeto transicional representa a habilidade de a mãe apresentar o mundo de um modo que o infante não tenha, em princípio, que saber que o objeto não foi criado por ele. Em nosso contexto imediato, podemos permitir uma significância total ao sentido de adaptação, a mãe tanto dando ao infante a oportunidade de sentir que o seio é ele quanto não a dando. O seio aqui é um símbolo não de fazer mas de ser. [...] Quando há uma mãe suficientemente boa, então o infante, em princípio, absolutamente dependente, de fato consegue um ‘bom seio’; a mãe suficientemente boa leva a capacidade crescente do infante de ter uma qualidade pessoal de ‘seio bom’, o qual pode ser projetado. A mãe suficientemente boa leva esta projeção. Nesse sentido, no curso de semanas e meses o seio bom que o bebê usa não é apenas uma projeção, mas também está disponível, embora externo ao self. No momento que o infante perceber que o seio bom é externo e que pertence ao ambiente e não a si próprio terão se desenvolvido os germes de numerosos mecanismos mentais que habilitam o bebê a se separar do objeto e a fazer uso dessa separação no começo da jornada rumo à independência.

Winnicott (ibid.: 253) afirma ainda que não se pode “*descrever o bebê sem descrever o ambiente*”. O estado de absoluta dependência do bebê, ou algo próximo, inscreve-se na incapacidade de ele diferenciar entre eu e não-eu, o que torna o objeto um objeto subjetivo. Para ir além, o bebê dependerá da capacidade de a mãe desenvolver um comportamento adaptativo frente às necessidades dele, propiciando um ambiente capaz de conduzir o bebê à percepção objetal. Nesse sentido, afirmará que “*no desenvolvimento emocional de qualquer bebê há o tempo da dependência, quando o comportamento do*

ambiente é parte e parcela do desenvolvimento da criança” (WINNICOTT, 1989: 244).

Quanto ao ambiente, Winnicott (ibid.: 146; 194-5) afirma que o

[...] ambiente é adaptativo e então inadaptativo; a mudança da adaptação para a inadaptação está relacionada intimamente a maturação de cada indivíduo e assim do gradual desenvolvimento no indivíduo de complexos mecanismos mentais que tornam possível, finalmente, um movimento da dependência em direção à independência. [...] Inicialmente, o fator ambiental pode ser atribuído valor absoluto, posteriormente apenas as tendências herdadas do infante. Conforme a criança adquire autonomia e uma identidade e se sente real e percebe o ambiente objetivamente como um fenômeno separado, então o ambiente se torna (na saúde) progressivamente relegado a segundo lugar, exceto aquele na doença – como esquizofrenia – tem de ser sempre lembrado que o ambiente pode continuar a ser um fator adverso por causa da falha do indivíduo em obter autonomia suficiente. [...] O ambiente suficientemente bom, devemos relembrar, é absolutamente essencial para o desenvolvimento natural do ser humano que está começando a viver.

Em *Natureza humana* (1990: 173; 175; 179; 150), ainda acerca do ambiente:

[...] [n]a maturidade, o ambiente é algo para o qual o indivíduo contribui e pelo qual o homem ou mulher individuais se sentem responsáveis. Nas comunidades em que há uma proporção suficientemente elevada de indivíduos maduros existe um estado de coisas que proporciona a base para o que chamamos democracia. Se a proporção de indivíduos maduros se encontra abaixo de um certo número, a democracia não poderá se tornar um fato político, na medida em que os assuntos da comunidade receberão a influência de seus membros menos maduros, aqueles que, por identificação com a comunidade, perdem a sua individualidade, ou aqueles que jamais alcançaram mais do que a atitude do indivíduo dependente da sociedade. [...] Quanto mais para trás formos, maior será a importância do ambiente. [...] [É] preciso lembrar que os *estágios iniciais jamais serão verdadeiramente abandonados*, de modo que ao estudarmos um indivíduo de qualquer idade, poderemos encontrar todos os tipos de necessidades ambientais, das mais primitivas às mais tardias. Ao cuidar de crianças, ou ao realizar uma psicoterapia, é necessário estarmos sempre atentos à idade emocional do momento, de modo a podermos fornecer o ambiental emocional adequado.

Winnicott (1975: 245) lembra ainda que “*o ambiente perfeito é aquele que ativamente se adapta às necessidades*” do infante – “*um ambiente ruim é ruim porque pela falha em se adaptar torna-se um choque contra o qual*” ele “*tem de reagir*”. Assim, essa “*reação perturba a continuidade do ser do novo indivíduo*”. Ademais, um “*ambiente facilitador torna possível o progresso estável de processos maturacionais. Mas o ambiente não faz a criança. Na melhor das hipóteses, habilita a criança a perceber o potencial*” (WINNICOTT, 2007: 85). Esses “*referem-se à evolução do eu e do self, e inclui a história completa do id, dos instintos e de suas vicissitudes, e das defesas no eu relativas ao instinto*” (loc. cit.).

Acerca da vida cultural, Winnicott (2005: 135; 145-6) reivindica que

[...] 1. O lugar onde a experiência cultural está localizada é no espaço potencial entre o indivíduo e o ambiente (originalmente o objeto). O mesmo pode ser dito sobre o brincar. A experiência cultural começa com a vida criativa primeiramente manifestada no jogo. 2. Para cada indivíduo o uso desse espaço é determinado pelas experiências da vida que ocorrem nos primeiros estágios da existência do indivíduo. 3. Desde o começo, o bebê tem experiências intensas no espaço potencial entre o objeto subjetivo e o objeto objetivamente percebido, entre extensões do eu e o não-eu. Esse espaço potencial é um interjogo entre não haver nada além de mim e haver objetos e fenômenos para além do controle onipotente. 4. Todo bebê sua experiência favorável ou desfavorável aqui. A dependência é máxima. O espaço potencial acontece apenas em relação a um sentido de confiança da parte do bebê, ou seja, confiança relacionada à segurança [dependability] da figura materna ou dos elementos do ambiente, confiança sendo a evidência da segurança que está se tornando introjetada. 5. A fim de estudar o jogo e então a vida cultural do indivíduo, deve-se estudar o destino do espaço potencial entre o bebê e a figura materna humana, portanto falível, que é essencialmente adaptativa por causa do amor. [...] Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas o cuidado impessoal ou sem amor não pode ser bem-sucedido em produzir uma nova criança autônoma. Aqui onde há confiança e confiabilidade está o espaço potencial, que pode se tornar uma área infinita de separação, a qual o bebê, a criança, o adolescente, o adulto podem criativamente preencher com o jogo, o qual como o tempo se torna o gozo da herança cultural. A característica especial desse lugar onde jogo e experiência cultural tem uma posição é que ele depende para sua existência de vivências, não de tendências herdadas. [...] [O] brincar e a experiência cultural [...] conectam o passado, o presente e o futuro; eles ocupam espaço e tempo.

Apresentamos a base do pensamento de Winnicott porque acreditamos que o trabalho do psicanalista pode e deve ser utilizado na Geografia e no Urbanismo. Embora se refira a ambiente, Winnicott não trabalha especificamente a dimensão geográfica do ambiente. Ao buscar na Internet informações de pesquisas que o tragam para a Geografia, encontramos basicamente quatro trabalhos, aos quais não tivemos acesso durante a pesquisa, que fazem essa aproximação: *A companion to Cultural Geography* (DUNCAN & JOHNSON, 2007); *Gender, Power, and Crib Geography: Transitional Spaces and Potential Places* (AITKEN & HERMAN, 1997); *Thinking fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West* (FLAX, 1990) e *Disputed subjects: Essays on Psychoanalysis, Politics, and Philosophy* (FLAX, 1993).

Por um lado, nossa proposta, a ser aprofundada posteriormente, é de estender o conceito de ambiente de Winnicott para a escala geográfica, considerando como espaço potencial o espaço público, uma vez que este intermedia as relações sociais. Ademais, a centralidade dos bairros deveria ser verificada, a fim de perceber os lugares mais heterogêneos onde a alteridade se mostra com maior força. Por outro lado, buscamos investigar o ambiente construído e a moradia, sob o conceitual winnicottiano, a fim de pensar que agentes sociais exercem o papel da mãe winnicottiana – o Estado, o mercado, o cidadão que autoconstroi – e como isso pode contribuir na compreensão de fenômenos

políticos e antropológicos vinculados a sociabilidade de certos grupos, lembrando que dificilmente encontraremos mães suficientemente boas no percurso. Se a relação com o meio, por meio da técnica é fundante da Geografia, a forma que essa relação assume depende fundamentalmente das subjetividades que as engendram.

Quanto à Barra, acreditamos que justamente a falta de um espaço transicional para uso de seus moradores e da população em geral implica desafios na compreensão do seu habitar. Primeiramente, a escala do bairro não é humana e, ao contrário de Brasília (COSTA, 1995: 610), as esquinas praticamente não existem em função tanto do sítio (uma restinga) quanto do projeto (uma via principal que corta essa restinga) e do padrão construtivo (espaço público praticamente limitado à circulação do automóvel, interiorização dos arruamentos nos condomínios). Esse modelo privatista não favorece o contato e a troca característicos de uma cidade. O mercado funcionou como uma mãe ambiente incapaz, alimentando a ilusão de um imaginário especular, reflexivo, forjando um falso self calcado no narcisismo das pequenas diferenças.

Acreditamos que o fracasso da emancipação política deve-se fundamentalmente à incapacidade de individuação do morador da Barra em relação ao Rio de Janeiro, até mesmo pela impossibilidade que a forma utilizada no bairro traz para que ele próprio, muitas vezes, se individue, o que permite o discurso do Outro sobre os moradores – novo rico, emergente, fútil etc. A autarquia reproduz a ilusão de onipotência simultaneamente à criação de profunda dependência do ambiente construído, tal qual a dependência da placenta e do útero para o nonato, e da mãe para o recém-nascido. Como citou Dunker (2015: 52; 68-9), os condomínios sempre buscam a reconstrução da experiência perdida, o reencontro de um lugar, por meio do delírio do retorno à natureza, em terra de ninguém, em que o perverso pode recriar a realidade por meio da instauração de uma nova lei (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991; DUNKER, op. cit.: loc. cit.) – o próprio paraíso perdido (SANTOS JUNIOR, 2011). Acerca disso, Winnicott (1990: 180) afirma que a

[...] ideia de um tempo maravilhoso no útero (o sentimento oceânico, etc.) é uma organização complexa de negação da dependência. Qualquer prazer sentido numa regressão faz parte da ideia de um ambiente perfeito, e contra esta ideia pesa sempre uma outra, tão real para a criança ou adulto regredidos quanto a primeira, de um ambiente tão ruim, que não haveria nele qualquer esperança para uma existência pessoal

A década de 1970 é a marca da regressividade no morar porque é representativa do fracasso do modelo burguês até então existe; é paradigmático de uma época em que o

modo de produção capitalista teve de se refundar – se negros, homossexuais, deficientes, mulheres e grupos étnicos até então estavam aliçados de suas benesses, para que continuasse a existir teve de ‘incorporar’ os excluídos dos países de capitalismo avançado e de se expandir para o então Terceiro Mundo (HARVEY, 2005). Nos EUA, os *suburbs*, muitos sob a forma de condomínios, serviram como forma de perpetuação da discriminação racial (HALL, 2005a; SAMUELS, 2008); no Brasil os ‘feudos’ contemporâneos prezam por sua homogeneidade racial. Como havia acabado a legitimidade da discriminação, exceto por Botswana e África do Sul, e aqueles grupos perderam o status legal de gueto e de serem discriminados, a saída encontrada pelas elites foi a de se autossegregar.

Paralelamente, o controle sobre o território também sofreu profunda alteração, algo verificado na forma como o planejamento passou a ser conduzido pelo Estado, principalmente, e pelo setor privado, que culminará na substituição do planejamento modernista para o planejamento estratégico, especialmente nas cidades. Benevolo (2004: 71; 91) afirma que a urbanística moderna surge, na Europa, entre as décadas de 1830 e 1850, enquanto os arquitetos discutiam “*se se dev[ia] escolher o estilo clássico ou o gótico, desprezando [...] a indústria e os produtos desta*”. As primeiras leis sanitárias são desse período, e sua implementação exigia “*um mínimo de regularidade, planimétrica e altimétrica, nas novas construções*” (loc. cit.).

Peter Hall (2005b: 47-50) lembra que a cidade-gigante era um problema, percebida “*como fonte de múltiplos males sociais, possível declínio biológico, e insurreição política em potencial. De 1880 a 1900, talvez a 1914, a sociedade de classe média [...] estava fugindo apavorada*”, ainda que o medo experimentado pudesse ser exacerbado. De todo modo, a pobreza, antes escondida no campo e agora “*concentrada na cidade, revelou-se por inteiro*”. O autor situa o surgimento dos primeiros esquemas de planejamento urbano entre 1909 e 1916, com a década de 1920 presenciando o surgimento de inúmeras comissões de planejamento em diversas cidades estadunidenses e europeias (ibid.: 68-72).

A crise de 1929 reformulará as práticas de administração do Estado, que, “*ecoando os Planos Quinquenais da URSS, ‘Plano’ e ‘Planejamento’ tornaram-se palavras da moda na política*”, já que o “*trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a*

ela: a União Soviética” (HOBSBAWN, 2004: 100-1). Essa influência se fez sentir no urbanismo moderno – nas palavras Sampaio (2001: 27-8):

[...] o **urbanismo moderno**, do início até meados do século XX, será influenciado por algumas ordens de questões, dentre as quais se destacam: 1º) a possibilidade histórica de se dispor de meios técnicos para uma efetiva produção de massa, desenvolvidos pela industrialização; 2º) a revolução soviética, que acenava para um projeto global de reconstrução da sociedade, com base nos novos processos industriais e tecnológicos; 3º) a ideia de que a ciência estaria disponível para ser aplicada no campo da criação do novo habitat racional: a cidade-moderna, essencialmente funcional.

A Carta de Atenas, na versão de Sert (1942 apud SAMPAIO, 2001: 91; 117; 120-2; 124-5), assim define a Cidade, o Urbanismo e o Planejamento Urbano, incorporando o planejamento estatal:

[...] Cidade e campo interpenetram-se e constituem os elementos do que se pode chamar uma unidade regional. Toda cidade faz parte de um conjunto geográfico, econômico, social, cultural e político (região), do qual depende seu desenvolvimento. Grandes ou pequenas, pois, as cidades não podem ser estudadas à parte das regiões em que se integram e que lhes formam o ambiente natural. [...] As condições de vida, na maioria das cidades contemporâneas, não correspondem às mais elementares necessidades biológicas e psicológicas de grande parte de seus moradores. Desde o começo da Era da Máquina, aquelas condições têm sido a expressão da incessante hipertrofia dos interesses privados. [...] A cidade tem de ser estudada como parte do conjunto econômico da região que ela influencia. Um plano que abarque em sua totalidade a unidade econômica do conjunto ‘cidade-região’, deve, pois, substituir o acanhado plano urbanístico de uso corrente. [...] Ao Planejar a intervenção das diferentes funções urbanas, não deve o urbanista esquecer que a primeira delas é a habitação – elemento primordial da cidade modelo. [...] O ponto de partida de qualquer planejamento urbano devia ser a célula representada por uma habitação individual conjugada com outras similares, para formar uma unidade de vizinhança de tamanho conveniente. Partindo daí, moradas, locais de trabalho e de recreio se distribuiriam por toda a área da cidade nas condições mais favoráveis. [...] É da maior urgência que cada cidade possua seu plano de urbanismo em articulação com o respectivo plano regional, e com o do país, como um todo. É imprescindível que a execução desses planos, assim em escala nacional, como na regional e municipal, seja assegurada pelos diplomas legais competentes. Todo plano de urbanismo deve ser baseado em pesquisas cuidadosamente realizadas por especialistas. Deve coordenar os fatores naturais, sociais, econômicos e culturais presentes em cada caso e prever as diversas etapas do desenvolvimento urbano, no tempo e no espaço.

Com a II Guerra Mundial, a racionalização decorrente do esforço de reconstrução tornou o planejamento ainda mais fundamental para o funcionamento dos Estados e para a regulação da vida cotidiana. Na década de 1950, a Charte de l’Aménagement, de 1952, e a Carta dos Andes, de 1958 (MELLO, 1960) são documentos importantes para a compreensão do planejamento. O objetivo da Charte é “*criar, pela organização racional do espaço e pela implantação de equipamentos apropriados, condições ótimas de valorização da terra e quadras adequadas ao desenvolvimento humano dos habitantes*”

(MELLO, 1960: 5-6). A Carta dos Andes define planejamento, ou planificação como “o processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada” (ibid.: 9).

Nesse tipo de planejamento o objetivo é a elaboração do plano, última fase do processo de planejamento (MONTEIRO, 1983: 9-10). A primeira, corresponde ao conhecimento da situação, por meio de informações de documentos oficiais e de contato com a população; a segunda fase é a do diagnóstico, em que, com base nas informações levantadas, são detectados os problemas prioritários a serem resolvidos; a etapa seguinte é a prognose, em que é estabelecida a realidade desejada futuramente. O plano, portanto,

[...] consiste em um documento contendo os resultados das fases materiais, que justificam as ações que estão sendo apresentadas, com detalhamento quanto a sua execução, forma de implantação, recomendações gerais e orientação quanto à forma de atuação de diversas instituições envolvidas no processo. Mas realmente o planejamento não se restringe a este estágio, um outro esquema também clássico e mais abrangente apresenta o processo de acordo com os principais níveis decisórios: a) [a] etapa eminentemente técnica, correspondendo ao esquema anterior, ou seja, a preparação dos planos pelos planejadores; b) [a] adoção do plano pelos que decidem, responsáveis pela chamada fase política; c) [a] implementação dos planos pelos administradores; isto é a fase executiva; d) [a] realimentação do processo via avaliação dos resultados obtidos na implantação.

Desse modo, podemos perceber que a história da cidade do Rio de Janeiro é marcada pela realização desses planos – Plano Agache, Plano Doxiadis, PUB-RIO, o próprio Plano-piloto para a Baixada de Jacarepaguá e os planos diretores que, ao longo do tempo, incorporaram a noção de Planejamento Estratégico. *Estratégia*, ensina-nos Guell (2006: 18), “vem do termo grego *stratego*, resultante da combinação de *stratos* ou exército, e *ego*, ou líder”; “dentro do âmbito militar pode se definir como a arte de conduzir um exército até a presença do inimigo e dirigir as operações para conseguir o objetivo desejado”. Guell (ibid.: 21) conta que já no primeiro pós-guerra nas empresas norte-americanas Dupont de Nemours e General Motors “nasceram as primeiras distinções entre responsabilidades estratégicas (fixação de objetivos) e táticas (meios para alcançá-los), ainda que sem se integrarem em um plano de empresa”. Com o pós-guerra, e a assunção definitiva do planejamento a longo prazo, que supunha a continuidade no futuro das tendências do passado, ainda conforme Guell (ibid.: 22-3),

[...] as grandes empresas começaram a prever e a organizar de uma maneira mais sistemática o crescimento e a diversificação de suas atividades, especialmente a partir de uma análise a curto prazo dos produtos e dos mercados, conhecido com o nome de marketing. [...] Contudo, as simples

extrapolações do passado resultaram inadequadas para as empresas, já que não contemplavam as novas tendências do entorno e não introduziam os correspondentes ajustes estratégicos. Por outro lado, a medida que as companhias cresceram e se fizeram mais complexas, necessitaram de um método sistemático para estabelecer suas estratégias. Em suma, a necessidade de novos enfoques e instrumentos de gestão empresarial deu lugar a que, em fins dos anos cinquenta [1950], surgisse na Escola de Negócios de Harvard uma corrente de pensamento na qual se enfatizava a importância da estratégia corporativa global. [...] Entretanto, poucos anos depois, em razão da recessão econômica de 1973, detectaram-se seus primeiros fracassos. Com esta crise, as projeções que tinham sentido dentro de uma perspectiva de crescimento ilimitado, deixaram de tê-lo já que se reduziram os ritmos de crescimento e se complicou a obtenção de recursos financeiros. Como resposta a esses problemas, a partir dos anos oitenta [1980], surgiu uma nova corrente de pensamento que propugnava a implantação da gestão estratégica como forma de dotar de maior agilidade e flexibilidade a planificação estratégica clássica [...]. Esse enfoque sugeriu a necessidade de contar com sistemas de informação atualizados e análises continuadas, que permitissem reagir antecipadamente aos desenvolvimentos internos ou externos à organização que pudessem afetar a estratégia. No início dos anos noventa [1990], após um período caracterizado por fortes ajustes de gastos e por drásticas reestruturações nas empresas, foi produzido um renascimento dos princípios estratégicos. Neste contexto, está-se desenvolvendo a chamada planificação estratégica criativa e participativa, a qual busca estratégias novas que transformem radicalmente o enfoque do negócio e persiga a participação de todos os estamentos da empresa na elaboração da estratégia corporativa.

Acerca da transferência das estratégias militares para o mundo empresarial, Guell (2006: 24-5) afirma também que elas se baseiam nas seguintes ações:

[...] **Ataque frontal.** Nossa empresa é mais forte que seus competidores em todas as suas funções e recursos, por essa razão, pode se permitir o risco e o gasto de um ataque frontal. **Ataque pelo flanco.** O líder de mercado é vulnerável em um segmento e nossa empresa tem os recursos e a velocidade para ganhar vantagem no dito segmento. **Ataque de guerrilha.** Nossa empresa não se encontra necessariamente entre os líderes do mercado, mas reage mais rápido que seus concorrentes. **Ataque por envolvimento.** Nossa empresa é capaz de alterar a estrutura do setor ou os valores dos compradores, ou ainda é capaz de perseguir novas oportunidades de negócio. **Ataque por circunvalação.** Nossa empresa identificou um segmento de mercado viável que a concorrência não contempla como objetivo, ainda que careça da velocidade e da determinação necessárias para competir frontalmente com as empresas restantes. **Defesa preventiva.** Nossa empresa é mais rápida que seus competidores, pode intimidá-los iniciando o ataque ou pode controlar um mercado demasiado pequeno para que seus concorrentes se arrisquem a penetrar nele. **Defesa por flancos.** Os competidores operam em segmentos de mercado vulneráveis aos quais podemos atacar mais rapidamente que eles. **Defesa localizada.** Nossa empresa tem recursos para igualar os competidores movimento a movimento e, inclusive, se necessário, para manter sua posição no mercado. **Defesa móvel.** Nossa empresa se moverá rapidamente em direção a novos segmentos de mercado se for atacada no seu. **Defesa em retirada.** Nossa empresa tem uma posição débil no mercado, por isso, seus ativos são reinvestidos em outro negócio.

Ao se transpor essa lógica para o planejamento urbano e para o urbanismo, substitui-se o plano pelo projeto. Ascher (2004: 71) lembra que o neourbanismo “se converte em uma gestão estratégica urbana, que integra a crescente dificuldade de

reduzir a incerteza e o acaso em uma sociedade aberta, democrática e marcada pela aceleração da nova economia". Nesse sentido, *"articula o curto e o longo prazo, a grande e a pequena escala, os interesses gerais e os particulares. É ao mesmo tempo estratégico, pragmático e oportunista"* (ASCHER, 2004: 71), e esse neourbanismo tem como núcleo o projeto, que é

[...] uma ferramenta cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução mostram as possibilidades e limitações que impõem a sociedade, os atores enfrentados, os lugares, as circunstâncias e os acontecimentos. O projeto é ao mesmo tempo analista e ferramenta de negociação. O neourbanismo revoluciona a antiga cronologia que encadeava o diagnóstico, a identificação das necessidades e a elaboração final de um plano, a programação, o projeto, a realização e a gestão. O neourbanismo substitui esta linearidade por uma gestão heurística, iterativa [iteração é o método de resolução de uma equação por aproximações sucessivas], *incrementada* [incremento é a quantidade em que se aumenta uma variável a cada ciclo de um programa], recorrente [série recorrente é aquela em que cada um dos seus termos é uma função dos termos imediatamente anteriores], ou seja, por atos que servem ao mesmo tempo para elaborar e provar hipóteses, com realizações parciais e medidas de longo prazo que modificam o projeto e a retroalimentação depois das avaliações que se traduzem na redefinição dos elementos estratégicos. A gestão urbana não é, pois, um urbanismo descafeinado com ideias sem valor; é o contrário das teses espontaneístas, dos postulados do caos criativo e das ideologias simplistas do mercado às últimas consequências. Pelo contrário, trata de aproveitar de forma positiva todo tipo de acontecimento e evolução relacionados com seus objetivos estratégicos.

Assim sendo, Ascher (ibid.: 73-85) irá contrapor o urbanismo modernista ao que chama de neourbanismo: enquanto aquele se apropriava de regras simples e estáveis, como zoneamento, funções, densidade e alturas, fixando ao mesmo tempo objetivos e as formas de consegui-los, este dá prioridade aos objetivos, deixando aos agentes sociais que encontrem a forma mais eficaz de realizá-los; enquanto aquele estava marcado pelo taylorismo e pelo fordismo, este se baseia na flexibilidade, em respostas multifuncionais e na multacentralidade; o modelo do urbanismo moderno se baseia na gestão integrada do território, com soluções permanentes, coletivas e homogêneas, enquanto o neourbanismo prioriza o processo de individualização que marca a evolução das nossas sociedades, integrada em redes; o primeiro se baseia no público e no papel do Estado na administração da cidade, e o segundo assume formas híbridas entre Estado e privado, com o particularismo legal(izado) que isso implica, ou seja, há a prioridade da regulação (ou falta dela) sobre a administração.

Ascher (2004) está, portanto, de acordo com o neourbanismo, se utilizando de um discurso que foca em possíveis vantagens desse modelo quando comparado com o urbanismo modernista. Entre seus críticos, temos Macedo (2002), Lima Junior (2003),

Vainer (s/d), Ribeiro (2009), Santos Junior (2011) e Santos (2002). Os críticos asseveram que há uma involução urbana na cidade, cuja representação é a própria Barra da Tijuca (SANTOS JUNIOR, op. cit.), enquanto que Macedo (op. cit.) nomeia sua dissertação como *“O passado de volta: planejamento estratégico, mercantilização do espaço público e desigualdade urbana”*. Lima Junior (2003: 239) lembra que *“a representação liberal se afirma devido à sua correspondência com o processo de expansão geográfica da forma mercantil de produção de valor”*, ou seja, a competitividade entre as cidades está inserida nas práticas neoclassicistas em vigor desde a Era Reagan-Thatcher.

Ademais, *“a defesa e a adoção do planejamento estratégico exprime a tentativa de determinados agentes em enfrentar as coações e romper as regras às quais estão sujeitos”* (ibid.: 242-3). Nesse sentido, o autor corrobora a posição de Vainer (op. cit.: 11-2), que assegura que o governo eleito e o legislativo que cria as leis promovem, produzem e reproduzem ambos *“situações e práticas de exceção, em que poderes são transferidos a grupos de interesse empresarial”* – não *“se trata mais de uma forma de governo em que o ‘interesse geral’ cederia lugar a formas negociais como sugeria Ascher. Nem se trata, apenas, de governar em benefício de determinados grupos de interesses”*; *“[t]rata-se de uma forma nova, em que as relações entre interesses privados e Estado se reconfiguram completamente e entronizam novas modalidades de exercício hegemônico”*.

Tanto Vainer (op. cit.) quanto Ribeiro (op. cit.) afirmam que o líder da *estratégia* é o prefeito César Maia, o que mais tempo governou a cidade – 1993 a 1996, 2001 a 2004 e 2005 a 2008. O interstício de 1997 a 2000 do governo de Luiz Paulo Conde não deve ser interpretado como dissonância, já que este era herdeiro político daquele, e o atual prefeito Eduardo Paes – 2009 a 2012 e 2013 a 2016 – pertenceu ao mesmo grupo político de Cesar Maia, mantendo, agora no porto do Rio de Janeiro, a mesma lógica do planejamento estratégico, por meio da *“cidade de exceção”* (VAINER, op. cit.) de parcerias público-privadas e operações urbanas, nomeada por Vainer (loc. cit.), a qual acrescentamos, contudo, ser assim desde a sua conformação capitalista na transição do século XIX para o XX, com o surgimento da favela, em um sentido mais profundo e mais dilatado no tempo e no espaço, já que o espaço de exceção é próprio da Modernidade:

[...] [s]egundo Agamben, o campo é o espaço em que se fundamenta o *nómos* da modernidade enquanto substancialidade oculta da força política que cindiu o homem do não-homem, o homem e o ser bruto. O campo é a concretização da dominação e da violência total do poder soberano perante o outro ser

totalmente desprovido de subjetividade e valores culturais, direitos sociais e políticos e, no limite, do direito à própria vida. No campo, o valor da vida do outro, do confiado, do prisioneiro, do rebelde, bem como das mulheres, crianças e anciões, passa a possuir o escasso valor da força de trabalho que, entretanto, pode perdê-lo se não for mais funcional para os negócios coloniais. Reside, portanto, dentro do campo o ser cuja vida foi transformada política e juridicamente na “vida sem valor” ou a “vida indigna de ser vivida”, e que pode ser eliminada mediante a impossibilidade objetiva da sua reprodução, devido à escassez de alimentos e as péssimas condições de higiene, bem como pela decretação da pena de morte individual e coletiva (ZUIN, 2009: 401).

Santos (2002: 248-9) lembra que os lugares se especializam “*em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social*”, o que “*corresponde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente*”. Além disso, não apenas as empresas buscam os “*melhores sítios para sua instalação*”, mas nos próprios lugares há “*uma procura às vezes escancarada de novas implantações e um cuidado por reter aquelas já presentes*”. E citando Harvey (1993 apud SANTOS, op. cit.: 249), lembra que “*a competição interlocal não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração de consumidores, através da criação de um centro cultural [...] ou outro artifício*”. Nesse sentido, podemos citar os *projetos* desenvolvidos pelo Rio de Janeiro durante a administração do prefeito Cesar Maia: Cidade do Samba e Cidade da Música, agora das Artes. Aparentemente, com os megaeventos, a cidade do Rio de Janeiro pode se orgulhar, enfim, de ser uma cidade global, e de ter retomado a excepcionalidade perdida com a transferência da capital para Brasília. De cidade-capital à cidade mundial.

2. O CRONOS FUSIONAL

Neste sucinto capítulo abordaremos uma possível relação do mito de Cronos com o Ideal do eu. Para compreendermos melhor esta aproximação, devemos comentar acerca das gerações divinas da mitologia grega. Esta nos ensina que do Caos surgem Gaia, Tártaro e Eros. Deve-se notar que Caos e Gaia terão descendentes sem a participação masculina; de Caos, há Érebo (trevas infernais) e Nix (Noite), os quais terão Dia (Hemera, posteriormente identificada a Eos, Aurora) e Éter. Enquanto Caos origina descendentes de forças negativas, Gaia origina Urano (Céu), Montanhas e Pontos (Oceano).

Com Úrano, Gaia ou Geia deu origem aos Titãs e às Titânidas, aos Ciclopes e aos Hecantonquiros. Os Titãs e as Titânidas são em número de doze: Oceanos, Ceos, Crio, Hiperión, Jápeto e Crono; Teia, Reia, Têmis, Mnemósina, Febe e Tétis. Junito Brandão (2007a: 196-7) lembra que juntamente *“com os Ciclopes, os Gigantes e os Hecantoquiros representam eles as manifestações elementares, as forças selvagens e”* a *“insubmissão da natureza nascente, prefigurando a primeira etapa da gestação evolutiva”*. Assim, *“não simbolizam apenas as forças brutas da natureza, mas, lutando contra o espírito, exprimem a oposição à espiritualização harmonizante”*. Acerca deste titã, conta-nos Brandão (ibid.: 198-9) que

[...] Úrano, tão logo nasciam os filhos, devolvia-os ao seio materno, temendo certamente ser destronado por um deles. Geia então resolveu libertá-los e pediu aos filhos que a vingassem e libertassem do esposo. Todos se recusaram, exceto o caçula, Crono, que odiava o pai. Entregou-lhe Geia uma foice (instrumento sagrado que corta as sementes) e quando Úrano, ‘ávido de amor’, se deitou, à noite, sobre a esposa, Crono cortou-lhe os testículos. O sangue do ferimento de Úrano, no entanto, caiu todo sobre Geia, concebendo esta, por isso mesmo, tempos depois, as Erínias, os Gigantes e as Ninfas Mélias ou Melíades. Os testículos, lançados ao mar, formaram, com a espuma, que saía do membro divino, uma ‘espumarada’, de que nasceu Afrodite. Com isto, o caçula dos Titãs vingou a mãe e libertou os irmãos. [...] Com a façanha de Crono, Úrano (Céu) separou-se de Geia (Terra). O Titã, após expulsar o pai, tomou seu lugar, casando-se com Reia. Dois pontos básicos devem ser ressaltados no episódio de Crono e Úrano: a castração do rei e, em consequência, sua separação da rainha. A castração de Úrano põe fim a uma longa e ininterrupta procriação, de resto inútil, uma vez que o pai devolvia os recém-nascidos ao ventre materno.

A castração do pai pelo filho neste episódio não é meramente simbólica, assume caráter *factual*; é interessante notar que dos genitais lançados ao mar, onde a espuma se formou, nasceu Afrodite, a deusa que preside a atração sexual, os prazeres do amor e a união cívica. Para a Psicologia, reiteramos que a simbologia deste episódio é deveras

importante já que atenta para uma imago/simbologia específica do *Pai*, a do aniquilador, muitas vezes construída pela própria *Mãe*, ou seja, pelo matriarcado simbólico. Ainda conforme Brandão (2007a:199; 231),

[...] se a castração leva obviamente à impotência, o soberano terá fatalmente que ser afastado do poder. A função precípua do rei é a de fecundar. Da fecundação da rainha depende a fertilidade de todas as mulheres, da terra e do rebanho. Assim, na medida em que o rei, por força da idade, da doença ou porque se tornou sexualmente impotente, ou perdeu seu poder mágico, é alijado do trono e substituído. Na sociedade matrilinear, seu sucessor é o filho caçula, que sendo o mais jovem, corre menos risco de interromper a fecundação. [Ao comentar a obra de Bachofen, Brandão acrescenta que] [...] a constituição gineocrática teria passado por três fases: heterismo, [...] a fase em que, não existindo casamento, a mulher era mulher de todos. Eis por que, nesse estágio, o ‘pai’ é chamado Udeís, ‘Ninguém’. E era óbvio que assim acontecesse: afinal, a maternidade é natural e a paternidade mentalmente adquirida. O símbolo do heterismo é a vegetação caótica dos pântanos. O amazonismo é a segunda etapa da gineocracia: é o estágio agressivo da mulher, uma espécie de imperialismo feminino. [...] Segundo se acreditava, as Amazonas, mulheres guerreiras, [...] mutilavam o seio direito para que pudessem manejar com mais destreza o arco. Só concebiam relações sexuais com adventícios: os filhos homens eram emasculados e empregados, quando não eliminados, em serviços inferiores. [...] O símbolo é o nomadismo, a agressividade da natureza. A terceira e última fase é o demetrismo, [...] a terra cultivada. É a etapa do sedentarismo, da agricultura organizada, do ‘casamento’, mas, ao que parece, por livre escolha da mulher, uma vez que o prestígio social, a família e a religião continuavam sob sua égide.

Acreditamos que esse episódio também é relevante por mostrar a ruptura da díade do casal divino em decorrência da ascensão do filho-*libertador*. Por um lado, assim como Medusa apenas dá à luz quando é decapitada, ou seja, quando é castrada, os filhos do casal Úrano-Geia apenas vem à luz quando o pai é castrado, que no mito está representado pela separação entre céu e terra, cujo intermédio é preenchido pelo Éter e pelo Ar, fontes de elevação e da vida, respectivamente. É interessante perceber também que os filhos permanecem no ventre materno, talvez reforçando a imago do filho que liberta a mãe da opressão paterna, ou a díade narcísica e o matriarcado, cujo paralelo está presente no Eros de Afrodite, em oposição ao Eros de Psiqué. Ressalta-se, ainda, que Geia se une a Tártaro, contra os Olímpicos, para gerar Tifão, o que reforçaria seu caráter de Grande Mãe.

A mitologia concernente às gerações divinas não termina, contudo, com a ascensão de Crono, já que quando esta ocorre torna-se ele mesmo pior que o próprio pai. Segundo Brandão (2007a: 200),

[...] [t]emendo os Ciclopes, que ele havia libertado do Tártaro a pedido de Geia, lançou-os novamente nas trevas, bem como aos Hecantoquiros. Como Úrano e Geia, depositários da mântica, quer dizer, do conhecimento do futuro, lhe houvessem predito que seria destronado por um dos filhos, que teria de Reia, passou a engoli-los, à medida em que iam nascendo: Héstitia, Deméter, Hera,

Hades ou Plutão e Posídon. Escapou tão-somente Zeus. Grávida deste último, Reia fugiu para a ilha de Creta e lá, secretamente, no monte Dicta, deu à luz o caçula. Envolvendo em panos de linho uma pedra, deu-a ao marido, como se fosse a criança, e o deus, de imediato, a engoliu.

Farjani (1987: 70) acrescenta que

[...] [n]ão necessitaremos envidar muitos esforços para entrever nesse mito uma referência ao sacrifício do filho efetuado pelo pai do qual derivariam a castração e a circuncisão [...]. No caso de Cronos, o devoramento aparece como um equivalente do sacrifício puro e simples (afinal, a divindade sempre *devora* as vítimas que lhe são oferecidas) [...]. [Além disso,] uma proposta possível para traduzirmos o nome *Cronos* é a de associá-lo à palavra grega *chrónos*, que significa *tempo*. Dentro desta linha de interpretação, portanto, o deus Cronos encarna o próprio Tempo, que do mesmo modo que cria, também destrói a tudo aquilo que criou. Desse modo, contamos aqui com mais uma forma de entender o sacrifício dos filhos: o pai ao imolar o seu produto, encarna ritualmente a própria divindade, que assim como dá a vida, a retira (*coincidentia oppositorum*).

Iludibriado por Reia, Crono engole a pedra e Zeus cresce; “[a]tingindo a idade adulta, o futuro senhor do Olimpo iniciou uma longa e terrível refrega contra seu pai” (BRANDÃO, 2007a: 332). Após dez anos de luta contra o pai e os tios, os Titãs, Zeus destrona Crono e se torna o senhor do Universo, “o pai dos deuses e dos homens” (ibid.: 338). Contudo, quando Zeus se assegura do seu poder, liberta “Crono da prisão subterrânea onde” o havia trancafiado, fazendo-o reinar “sobre muitos heróis que, mercê de Zeus, não conheceram a morte”. Assim sendo, esse “destino privilegiado é, de certa forma uma escatologia: os heróis não morrem, mas passam a viver paradisiacamente na Ilha dos Bem-Aventurados”, ou seja, “**uma espécie de recuperação da idade de ouro, sob o reinado de Crono**” (grifo nosso), “**quando a terra tudo produzia abundantemente, sem trabalho**” (grifo nosso). Na mitologia latina, Crono, depois de destronado, “refugiou-se na Ausônia [Itália], onde recebeu o nome de Saturno”, do qual deriva Saturnalia, o carnaval, **rememoração da morte do Pai** (ibid.: 340-1) (grifo nosso).

A existência de duas gerações divinas antes da ordem definitiva do universo trazida por Zeus, pelos olímpicos, representantes da terceira geração, decorre, acreditamos, desta temporalidade que culminará no patriarcado representado por este. Na primeira geração, o filho castra o pai; na segunda, o pai engole, *castra*, fusiona os filhos – cabe ressaltar aqui que estamos tratando da mesma entidade mitológica, Cronos, que personifica tanto o filho libertador quanto o pai castrador. Se nesse primeiro momento acreditamos tratar-se de um estratagema da Grande Mãe para subordinar marido e filho à sua vontade, já que eles permaneciam no ventre de Geia, no segundo momento propomos tratar-se de falta de castração do próprio Cronos, que, ao se fusionar aos filhos, não

encontra limites a si próprio, e Zeus encarna, justamente, esse destronamento, essa castração.

No primeiro momento, temos o Ideal do Eu regressivo que se funde à mãe; no segundo momento, temos o Ideal do Eu regressivo que coloca o sujeito na posição de poder absoluto, como no caso, por exemplo, do líder da grande massa – a única substituição possível para a onipotência infantil é a de reinar. É notório, ademais, que após ser destituído, Cronos consegue manter a ilusão de ser rei ao ser levado para reinar sobre os heróis na Ilha dos Bem-Aventurados, em um retorno à Idade do Ouro, na qual não havia a alteridade, encarnada na figura da mulher, nem trabalho. Consideramos, pois, que Cronos encarna, na mitologia, a personificação do Ideal do Eu regressivo, e por isso seja relacionado ao tempo, apesar de não o ser etimologicamente.

Nesse sentido, o tempo é vivenciado em função do retorno à condição fusional de onipotência com a mãe, tal como afirmado por Chasseguet-Smirgel (1992), embora no caso de Cronos seja de forma regressiva, e, conforme propomos, de forma madura no mito de Ulisses, como veremos mais à frente. Assim, o Ideal do Eu será determinante nas escolhas de vida do sujeito; um Ideal de Eu regressivo, está vinculado à ordem da pulsão de morte, já que a fusionalidade é, *per se*, mortífera; o Ideal do Eu desenvolvido referencia-se à pulsão de vida. Garcia (2007: 171) lembra que

[...] enquanto para Freud ilusão é o movimento de negar a compulsão à repetição própria das pulsões e a imposição do princípio da realidade, que acaba resultando na construção da cultura, para Chasseguet-Smirgel Ilusão é a busca compulsiva de um estado ideal de coisas que se apresenta numa tendência avassaladora de anulação das diferenças e negação do conflito, frequentemente presente na perversão e nos grupos ideológicos. [...] Este momento narcísico inicial seria interrompido pela experiência de desamparo, categoria conceitual fundamental no seu argumento, e teria como consequência o surgimento do ideal do eu como projeção do narcisismo perdido no objeto. [...] [Chasseguet-Smirgel e Grunberger têm como ponto de partida] a suposição de que as instituições e os sistemas sociais e políticos resultam da tradução do espaço psíquico no espaço social, isto é, da projeção do desprazer e da agressividade na realidade externa. Assim, **as interpretações ideológicas da realidade social visam erradicar o desprazer, apagando as diferenças e negando o conflito e a castração, e expressam o desejo de atingir um estado ideal de coisas, representado pela fusão primária com a mãe.** Neste sentido, a ordem pulsional, imutável e inevitável, faz valer sua lógica na construção do social, o que dificulta a mudança e exacerba a hostilidade intragrupal e entre os diferentes grupos. Portanto, com o mesmo ímpeto que, nos grupos ideológicos, os indivíduos negam as diferenças internas e escamoteiam o conflito, eles se tornam intransigentes e violentos com aqueles que deles divergem. [...] Assim como Freud, [Chasseguet-Smirgel] aponta para o componente realização de desejo presente na Ilusão, mas suas conclusões diferem no que diz respeito às vicissitudes do desejo. Enquanto para Freud ao desejo sempre se opõe uma força contrária, o que configura um jogo de opostos

do qual tanto a neurose quanto as produções culturais se originam, para Chasseguet, na medida em que o desejo parece se sustentar sem oposição, as consequências psíquicas são nefastas e devastadoras. (grifo nosso.)

Isso se apresenta claramente, quanto à Barra da Tijuca, no discurso que naturaliza a expansão da cidade para o Oeste, negando o conflito existente sobre a necessidade de investir em áreas já existentes, e cria a necessidade da discriminação e do ‘igualamento’ de seus moradores, a fim de atenuar possíveis conflitos, já que os próprios moradores não são tão homogêneos assim. O conflito passa a ser deslocado para a realidade externa, o que legitima o discurso da necessidade do reforço do policiamento, em uma lógica de dentro-fora – os policiais removem os indesejados que invadem a Barra, já que dentro dela não há qualquer problema, reforçando a ilusão de lugar idílico criada para o bairro.

Retornando à Garcia (2007: 172), ela comenta que para Freud a ilusão aponta a realização do desejo, e que para Chasseguet-Smirgel refere-se “*à busca de um estado ideal a ser alcançado*”. Contudo, a abordagem de Winnicott acerca da ilusão implica a “*conceituação de um território intermediário entre a realidade pessoal e o mundo externo*”, apresentando-se “*como a superposição seio criado/seio oferecido*” que, “*aos poucos, este espaço superposto dá lugar a uma área transicional*”, o início da dissolução da díade narcísica. Assim,

[...]a área da ilusão é o espaço intermediário agora ocupado pelo uso do objeto transicional, primeiro símbolo da separação mãe-bebê, que é também uma união e representa a transição da mãe objeto subjetivo para a mãe objetivamente percebida. O símbolo, portanto, na sua positividade como representante da união, só pode se constituir a partir de um movimento de separação ou a partir do trabalho do negativo [...], que possibilita a representação na condição, evidentemente, de que haja uma disponibilidade consistente e continuada da mãe e seus cuidados, no mundo externo. Sobre os destinos do objeto transicional já sabemos: não será esquecido nem recalcado, mas relegado ao limbo, desinvestido, dando lugar ao imenso campo da cultura. Na concepção winnicottiana o espaço potencial, como território privilegiado da criatividade é o locus de origem do brincar infantil, da arte, da religião, das formações grupais e da cultura, de forma geral, constituindo-se, portanto, no campo de atuação e construção por excelência do agir humano [...]. Aqui, a superposição se dá entre a tradição e a novidade, a herança cultural e a inovação criativa numa continuidade herdeira daquela primeira entre a mãe e seu bebê, e o paradoxo assume uma nova feição, mas é sustentado. Mais uma vez não cabe a pergunta “é herdado ou foi inventado”, já que o brincar, agora como manifestação cultural, se dá justamente na conjunção destes dois elementos, unindo de uma só vez passado, presente e futuro, numa única experiência fundada na ilusão [...]. A ampliação dos objetos transicionais para o campo da cultura, no entanto, só se dá quando a área intermediária for preenchida pelo brincar criativo, expressão *princeps* do humano.

Desse modo, Chasseguet-Smirgel e Winnicott apresentam posições distintas que podem ser complementares (GARCIA, 2007: 174):

[...] apesar das críticas que endossamos referentes à visada conservadora presente no pensamento de Chasseguet-Smirgel, que parece levar em conta exclusivamente o aspecto regressivo do desejo, seu entendimento da Ilusão nos remete à patologia dos estados-limite, assim como também a alguns fenômenos grupais contemporâneos. De fato, a intolerância ao desprazer, a impossibilidade de adiar a satisfação, a atração e defesa contra a fusão regressiva, a fragilidade dos limites psíquicos e o recurso a expressões extra-representacionais [...] como as passagens ao ato, a toxicomania e os episódios psicossomáticos presentes na clínica contemporânea nos remetem à busca de um estado ideal livre do conflito e, portanto, do outro, que a Ilusão representa, na visão de Chasseguet-Smirgel. Ao que tudo indica estes pacientes não conseguem fazer uso do espaço da ilusão, na concepção winnicottiana, já que em vez de sustentar o paradoxo fazem uso da cisão [...] que, dissociando radicalmente realidade interna de realidade externa, impossibilita usufruir da transicionalidade. Conseqüentemente, vêm-se seriamente prejudicados na sua capacidade de construir símbolos e, portanto, de pensar.

Nesse sentido, a transicionalidade como fenômeno psíquico se perde, talvez, porque o princípio de realidade favoreça a manutenção dos estados ideais. Transpondo essa realidade para a Barra da Tijuca, ao se constituir o bairro sob a *forma* do condomínio, tal estado ideal é mantido, assim como a vivência não propicia a existência física de espaços intermediários em que a troca seja permanente (não considerando, portanto, os espaços comuns dentro do condomínio), ou seja, **espaços de cultura e arte** (desvinculados da mercadização de shopping centres). Não é coincidência que Dunker (2015: 52) ateste a pobreza cultural do condomínio, e propomos que a alteridade depende da transicionalidade, porque é esta que, para Winnicott, funda o simbólico (2005). Ademais, a autossuficiência verificada, com poucas áreas de vivência cotidiana fora dele, contribuem para essa condição ideal. Desse modo, se Chasseguet-Smirgel e Cronos contam sobre o patológico, Winnicott e Ulisses mostram o desenvolvimento de um psiquismo saudável.

Talvez tenhamos, no Rio de Janeiro, uma representação que traz esse tempo que se torna atemporal pela abolição do passado e do futuro, que expressa o Ideal do Eu regressivo: o Museu de Arte do Rio, construído nas proximidades do Pôr do Sol, na área de revitalização conhecida como Porto Maravilha. É um projeto que unifica três construções pré-existentes, o Palacete Dom João VI, eclético, de 1910 e tombado, a edificação modernista e “*a estrutura da marquise que atendia ao Terminal Rodoviário Mariano Procópio, datada da década de 1950 e tombada*” (BALSINI, 2015). A figura 51 a seguir traz uma imagem desse conjunto arquitetônico.

Figura 51: Museu de Arte do Rio.

Fonte: <http://www.bernardesarq.com.br/pt-br/projeto/museu-de-arte-do-rio>.

3. O CAOS COMO IMAGO URBIS E O MITO DA TORRE DE BABEL

A pesquisa sobre a Barra da Tijuca nos conduziu a muitas outras indagações a respeito dos limites entre Psicologia e Geografia. Com base nisso, trazemos para debate algumas de nossas dúvidas e angústias acerca da compreensão de como pensamento, técnica e natureza estão imbricados e são constituintes de subjetividades. Nesse sentido, este capítulo discute a relação entre o mito bíblico da Torre de Babel e a individuação. Nesse mito há uma vinculação clara entre imagem (a torre fulminada por Deus) e o mito. Todo o mito da Babel pode, inclusive, ser expresso nesta imagem. Isso possibilita uma aproximação entre mito, símbolo e imagem, filiando-se à Durand (2002: 28-30), que propõe que a imagem pode se constituir em símbolo e que Jung *“viu igualmente bem que todo o pensamento repousa em imagens gerais, os arquétipos, ‘esquemas ou potencialidades funcionais’ que determinam inconscientemente o pensamento”*. Junito Brandão (2007a: 38; 36-7) afirma que

[...] não podendo o inconsciente [coletivo] se manifestar de forma conceitual, verbal, ele o faz através de símbolos. Atente-se para a etimologia de símbolo, do grego *symbolon*, do verbo *symbollein*, ‘lançar com’, arremessar ao mesmo tempo, ‘com-jogar’. De início, símbolo era um sinal de reconhecimento: um objeto dividido em duas partes, cujo ajuste e confronto permitiam aos portadores de cada uma das partes se reconhecerem. [...] Assim, para se atingir o mito, que se expressa por símbolos, é preciso fazer uma equivalência, uma ‘com-jugação’, uma ‘re-união’, porque, se o signo é sempre menor do que o conceito que representa, o símbolo representa sempre mais do que seu significado evidente e imediato. Em síntese, os mitos são a linguagem imagística dos princípios. ‘Traduzem’ a origem de uma instituição, de um hábito, a lógica de uma gesta, a economia de um encontro. [...] Maurice Leenhardt precisa ainda mais o conceito: ‘O mito é sentido e vivido antes de ser inteligido e formulado. Mito é a palavra, a imagem, o gesto, que circunscreve o acontecimento no coração do homem, emotivo como uma criança, antes de fixar-se como narrativa’. [...] E, como afirma Roland Barthes, o mito não pode, consequentemente, ‘ser um objeto, um conceito ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma’. [...] [P]oucos se dão ao trabalho de verificar a verdade que existe no mito, buscando apenas a ilusão que o mesmo contém. Muitos veem no mito tão somente os significantes, isto é, a parte concreta do signo. É mister ir além das aparências e buscar-lhes os significados, quer dizer, a parte abstrata, o sentido profundo.

Nesse sentido, é recorrente a imagem do *caos* como *imago urbis*, ideia esta reforçada permanentemente pelas mídias – o caos do trânsito em São Paulo, com a imagem das marginais paradas; o caos da segurança pública, cujas imagens vão desde os traçantes nos céus dos subúrbios cariocas até a antológica cena de um dos primeiros

arrastões na valorizada orla de Ipanema; o caos da saúde, com as imagens das filas se estendendo por quarteirões... Jorge Barbosa (1999: 60) lembra que “*o caos como imago urbis aflora e se reproduz, demonstrando o seu vigor para hegemonizar formas de representação*” que conferem “*certo poder de sedução às interpretações ‘científicas’ das contradições da cidade contemporânea*”.

O geógrafo (BARBOSA, 1999: 60) afirma ainda que se podem identificar “*linhagens que fazem do caos o fundamento de*” leituras urbanas, sendo uma delas a que torna o “*caos sinônimo corrente da crise urbana*”, caracterizada pela “*violência, [pel]o banditismo social, [pel]a degradação ambiental, [pel]a saturação das vias de transporte, [pel]a insuficiência dos serviços de saúde e habitação*”. Devemos, entretanto, reiterar que essa perspectiva sobre a cidade varia de acordo com o período histórico. Argan (2005: 213), por exemplo, assevera que a cidade representava conforto para o homem, na medida em que fornecia proteção contra o Outro, o externo, a Natureza:

[...] [uma vez que] o mito do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que submetem as forças cósmicas e as utilizam. É assim que o homem faz da técnica um mito, e o que é pior, um mito novamente ctônico. [...] Tem horror de poder realizar coisas melhores do que ele próprio é e quer, o que significa a perda do juízo, a admissão de que o inconsciente é a melhor parte de si. [...] A cidade, que no passado era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero.

Percebe-se, assim, que “*a cidade, com o desenvolvimento técnico, foi perdendo o caráter de proteção e causou a ressignificação da natureza, que, de Superego, tornou-se Paraíso*” (SANTOS JUNIOR, 2011: 63). Há, apenas, que se diferenciar qualitativamente o tamanho da cidade comentada por Barbosa e o da comentada por Argan, e não nos referimos aqui apenas a quantidades absolutas – uma grande cidade medieval jamais se aproximaria, em população, a uma grande cidade contemporânea, obviamente, mas um conjunto de variáveis poderia impactar consideravelmente os seus habitantes de modo a se construir uma narrativa, uma imagem – positiva ou negativa – acerca do fenômeno urbano.

Nesse sentido, o caos como *imago urbis* poderia ser verificado em outro momento da história da humanidade, quando o desenvolvimento urbano de um local fosse tamanho que afetasse a percepção de seus habitantes e criasse um discurso acerca da experiência citadina, em urbes de grandes *dimensões*. Talvez um dos primeiros discursos acerca do caos como *imago urbis* tenha sido o mito de Babel.

2.1 O mito da Torre de Babel

O mito bíblico da Torre de Babel está no Gênese, capítulo 11 (BIBLIACATOLICA.COM.BR):

Gênesis, 11

1. Toda a terra tinha uma só língua, e servia-se das mesmas palavras.
2. Alguns homens, partindo para o oriente, encontraram na terra de Senaar uma planície onde se estabeleceram.
3. E disseram uns aos outros: “Vamos, façamos tijolos e cozamo-los no fogo.” Serviram-se de tijolos em vez de pedras, e de betume em lugar de argamassa.
4. Depois disseram: “Vamos, façamos para nós uma cidade e uma torre cujo cimo atinja os céus. Tornemos assim célebre o nosso nome, para que não sejamos dispersos pela face de toda a terra.”
5. Mas o senhor desceu para ver a cidade e a torre que construíram os filhos dos homens.
6. “Eis que são um só povo, disse ele, e falam uma só língua: se começam assim, nada futuramente os impedirá de executarem todos os seus empreendimentos.
7. Vamos: desçamos para lhes confundir a linguagem, de sorte que já não se compreendam um ao outro.”
8. Foi dali que o Senhor os dispersou daquele lugar pela face de toda a terra, e cessaram a construção da cidade.
9. Por isso deram-lhe o nome de Babel, porque ali o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra, e dali os dispersou sobre a face de toda a terra.

Allen Ross (1981: 119-20) afirma haver paralelos entre Gênese e o poema cosmogônico *Enuma Elish*, presentes, por exemplo, na utilização de tijolos para a construção da torre, que caracterizam sua artificialidade diante da natureza. Outrossim, a ideia predominante presente nesta passagem bíblica não é a torre de Babel *per se*, mas o medo da dispersão pela Terra. Ademais, “*o erro maior não era a construção da cidade, mas a tentativa de viver em uma Cidade*”, e o “*‘julgamento’ não foi a destruição da cidade senão da língua que unia as pessoas*”, destruindo os laços que as uniam. Janine Chasseguet-Smirguel (1991: 223) atesta que, na religião judaica, a lei é “*distinção, divisão, ordem e que o hybris*” que “*a ela se op[õe] aparece, de forma evidente, no episódio da Torre de Babel. Quando os homens orgulhosos querem construir a Torre que atingirá o Céu*”, a confusão das línguas é criada por Deus, gerando, “*assim, uma nova separação*”. Desse modo,

[...] ao frustrar a comunicação entre elas e dividi-las em nações, é evidente que ‘é a vontade de Deus, enquanto o pecado estiver presente no mundo, empregar nacionalismo na redução do pecado’. Por muito tempo, pessoas restringiram a si próprias às maneiras e aos costumes nativos e viram as diversas línguas de

estrangeiros com grande horror. Desse modo, Israel foi libertado de um povo de ‘língua estranha’ (Sl. 114:1), e foi frequentemente alertado da destruição por uma nação agressiva cuja língua não seria entendida e cujo discurso profundo não seria compreendido (Deut. 28:49; Isa. 28:11, 33:19; Jer. 5:15) A barreira da língua logo trouxe medo e impediu a unificação.

Essa dispersão de humanos e de suas línguas, para André Lacocque (2009: 38), deve ser vista “*primeiramente e acima de tudo como punição*”, enfatizando-se a falta de entendimento mútuo. Assim, “*a inicial língua comum não denotava uma unidade transcendendo a diversidade, mas a unidade sem diversidade*”. Ross (ibid.: 123) lembra que o aspecto mais relevante da narrativa de Babel é que a cidade da

[...] Babilônia era o protótipo de todas as nações, cidades e impérios que desprezam as instruções divinas e crescem em orgulho. Babilônia representa a tentativa megalomaniaca do homem de alcançar a paz mundial e a unidade pelo poder e pela exploração doméstica. Ele seria tragado pela confusão; este seria o alerta para a nova nação de Israel: qualquer nação desobediente seria dominada e subjugada apesar do seu orgulho, ingenuidade e força. O padrão ‘Babilônia’ tornou-se a representação comum para um programa antiteocrático. Posteriormente, escritores rascunharam sobre o tema e usaram este nome como símbolo de uma sociedade sem Deus e com suas grandes pretensões.

Babilônia serviu, ainda consoante Ross (1981: 133; 129), para a percepção da nação judaica de que “*Deus dispersa e amaldiçoa os rebeldes, trazendo absoluta confusão e antagonismo entre estes. Se Israel obedecesse e se submetesse à vontade divina*”, seria “*fonte de bênçãos para o mundo*”. Outrossim, “*este ‘vale do mundo’, como o Talmude chama [a planície mesopotâmica], tornou-se o local designado para os nômades que se sedentarizavam*”. Nesse sentido, devemos lembrar que a Mesopotâmia é o berço da civilização humana e do surgimento das cidades.

De modo geral, Childe (1950: 11-20) enumera dez fatores para caracterizar as cidades mais antigas. O primeiro considera a área total e a densidade das construções para afirmar o caráter citadino, e para as cidades sumérias, a população total variava entre sete mil e vinte mil habitantes; em segundo lugar, todas as cidades apresentavam composição e função urbanas distintas de qualquer vilarejo – havia lugar para aqueles que não se dedicavam a atividades voltadas para a alimentação como artesãos, mercadores e oficiais e, assim sendo, (3) estes eram mantidos pelo excedente acumulado em armazéns reais ou da deidade responsável. Em troca, ofereciam paz e segurança, o que também institucionaliza a separação de trabalho intelectual de trabalho braçal. Cada produtor primário obrigatoriamente contribuía, com o excedente, em forma de dízimo ou imposto, para uma deidade ou para um rei divinizado (4).

Outrossim, “*edificações públicas verdadeiramente monumentais não apenas distinguem cada cidade conhecida de qualquer vilarejo como também simbolizavam a concentração de excedente social*” (5) (CHILDE, 1950: 11-20); a invenção de sistemas de registro e de precisão para a administração pública (6), que culminará na escrita (7); o desenvolvimento das artes (8) e do comércio ‘internacional’ de grandes distâncias (9) e a manutenção, ao preço do rebaixamento social, dos artesãos tanto pelos produtores quanto pelos oficiais (10) são os outros fatores apontados por Childe (loc. cit.) na constituição das cidades no mundo, em fenômeno que chama de Revolução Urbana. Especificamente para a Suméria, o arqueólogo aponta para uma população que varia de sete mil a vinte mil habitantes.

Marcelo Rede (2011: 92) comenta que houve “*dois modelos – distintos, mas interligados – de estruturas de poder*” na antiga Mesopotâmia: o da sociedade-templo e o da cidade-reino. O primeiro modelo se caracteriza, nas palavras do autor, por

[...] uma comunidade organizada em torno do deus, na qual os laços societários fundamentais originam-se e mantêm-se na relação cultural do grupo para com a divindade. Nesse quadro, os critérios étnicos, tribais, territoriais, embora existentes, são secundários e, de certa forma, derivados. Não é a filiação à etnia suméria que define a unidade de convivência, mas a vinculação a um santuário. Ser sumério significa compartilhar de uma entidade étnica, cultural e religiosa mais ampla, mas excessivamente abstrata. Os habitantes de Uruk se veem, certamente, como sumérios, e reconhecem que tal condição os aproxima das pessoas de outras localidades da região, mas é a relação com a deusa Inanna e seu santuário, o Eanna, que lhes confere unidade, e, assim, os separa das demais sociedades-templos, algumas instaladas a poucos quilômetros de distância. Do mesmo modo, o atrelamento institucional a um espaço urbano, embora tenha implicações propriamente ‘cívicas’, não é definido por nenhuma noção consistente de ‘cidadania’ ou de ‘nacionalidade’, mas pela adesão à divindade. Não é a cidade que tem um deus patrono; é a divindade que possui sua cidade e todos que nela vivem. O templo concretiza organizacionalmente o contrato societário, sendo o ponto de referência identitária e de coesão comunitária. [...] Mais do que um organismo político legitimado religiosamente, o templo expressa, institucionalmente, o compromisso pactuado entre o grupo e o deus.

Ainda de acordo com Rede (ibid.: 93), este primeiro modelo predominou até por volta de 2300 a.C., quando foi substituído pelo modelo da cidade-reino. Situa os reinos entre esta data e 2500 a.C. como experiências transitórias, sendo a dinastia Akkad a consolidação deste novo modelo. Acerca da cidade-reino, o autor (ibid.: 93-4) nos conta que sua

[...] base organizacional é a cidade, em um duplo sentido: primeiro, ele se constitui a partir de um aglomerado urbano bem delimitado e, em geral, de dimensões reduzidas, que jamais deixará de ser seu patamar existencial. Não se trata de uma novidade: era assim desde, pelo menos, o quarto milênio, mas, agora, é um centro institucionalizado de poder, o palácio, que se identifica com

a cidade, de certo modo substituindo e superando a antiga relação entre a cidade e a comunidade e, por extensão, entre a cidade, o deus e seu templo. Mesmo durante os eventuais processos de expansão, em particular no primeiro milênio, em que os ‘imperialismos’ assírio e babilônico imporão outros critérios e outras dimensões à organização política, a unidade representada pela cidade será mantida como pedra angular do sistema. Em segundo lugar, a ideia de cidade implica a existência de uma série de mecanismos de exercício da autoridade que são próprios das comunidades citadinas: [...] deve-se reconhecer a atuação – à margem, mas, sobretudo em conexão com o palácio – de assembleias, conselhos, governos locais, o que deveria servir para, no mínimo, temperar a visão tão difundida de um ‘despotismo oriental’. [...] O segundo elemento da equação, o reino, remete à forma específica de organização do poder, doravante decididamente centrado no palácio e no soberano. [...] A elevação do palácio a centro de gravidade do poder promove, necessariamente, um deslocamento do templo que, sem desaparecer, assume novas feições e novos papéis sociais: além de suas funções mais propriamente religiosas, até o final da história mesopotâmica ele será um centro dinâmico da vida intelectual e, em muitos momentos, um dos polos cruciais da vida material.

A construção da torre de Babel, originalmente, ocorreu entre 3500 a.C. e 2400 a.C., de acordo com Paul Seely (2001: 19), o que situaria o fato histórico no modelo da sociedade-templo comentado por Marcelo Rede (2011). André Parrot (1955: 26-51), fundamentado em evidências arqueológicas, afirma que a Torre de Babel era um zigurate, torre com funções religiosas e não defensivas. Este arqueólogo propõe um quarto tipo de zigurate, com um templo no topo da construção. Observando a dispersão de sítios arqueológicos com este padrão construtivo, Parrot (ibid.: 41) afirma que isso revela, desde o princípio e mantendo-se válida, uma identidade de estilo arquitetônico que somente pode acontecer em decorrência de uma religião comum. Assim,

[...] talvez pudéssemos discernir um eco disso na afirmação em Genesis 11 que os habitantes da terra de Shinar eram um povo, tendo todos uma língua. Sabemos agora que aquela unidade era muito mais real concernente à cultura e à religião que à raça ou à língua, pelo menos em tempos ‘históricos’, ou seja, desde aproximadamente 3000 a.C.; por esta data, semitas e sumérios já estavam ativamente envolvidos na luta pela Mesopotâmia. [...] Nosso conhecimento [arqueológico] não vai além do período da Primeira Dinastia da Babilônia (1894-1595 a.C.), da qual Hammurabi (1792-1750) foi um dos mais gloriosos monarcas. No período sumério, a cidade carregou o nome de KA-DINGIR-RA, o qual a língua acadiana transpôs em *bab-ili* (mais raramente *Bab-ilani*), e que, por sua vez, [...] foi fielmente reproduzido na Bíblia na forma Babel. Não há dúvidas de seu significado ‘portão do deus’ ou ‘portão dos deuses’. É, pois, em Babilônia que devemos esperar encontrar a ‘Torre de Babel’. [...] Ao zigurate da Babilônia foi dado o nome *E-temen-na-ki* (‘casa da fundação do céu e da terra’). [...] Será lembrado que a tradição judaica [*Jahvistic*] na qual contém uma reminiscência [de Babel] foi escrita no nono/oitavo séculos a.C., mas é óbvio que esta se baseia em uma tradição oral muito mais antiga (PARROT, 1995: 41-2; 45-6).

Archibald Sayce (1888) situa a fundação da cidade por volta de 2394 a. C., e como vemos na citação acima, embora a construção da torre original seja bem antiga e tenha exigido reconstruções ao longo dos séculos, o momento de esplendor cosmopolita da

Babilônia ocorreria posteriormente, com Hammurabi, e a escrita do texto bíblico ainda depois. A figura 52 abaixo mostra a Mesopotâmia na época deste rei. Olof Pedersen (2011: 20) enfatiza que “*apenas algo em torno de 1,5% da área total da cidade em sua máxima extensão foi propriamente escavado*”. Ressalta ainda que “*Nabucodonosor expandiu a Babilônia para o dobro de seu tamanho e a reconstruiu com grande monumentalidade, aquela época a maior cidade murada do mundo*”. Wolf Schneider (1960: 63; 66-7) lembra que

Figura 52: Mesopotâmia à época de Hammurabi.

Fonte: SASSON, s/d: 903.

[...] *Bab-ilu* significa ‘Portão de Deus’ [*Gate of God*]. Por volta do fim do terceiro milênio, Babilônia cresceu sobre a estreita faixa de terra na Babilônia setentrional entre o Eufrates e o Tigris. Desenvolveu-se atrasada entre as cidades do País de Dois Rios. O rei Hammurabi, que reinou de 1728 a.C. a 1686 a.C., elevou Babilônia ao status de capital da Mesopotâmia, cujos aproximados três milhões de habitantes ele unificou sob seu cetro. Apenas a partir daí, e em consequência, deveria ser usado o nome Babilônia. Hammurabi levou seu império a novas alturas econômicas e sociais, e ele contemplou sua capital com muitos templos e um grande palácio real [de acordo com o segundo modelo mesopotâmico comentado por Marcelo Rede, o da cidade-reino]. [...] O Eufrates, cujas mudanças de curso já haviam causado desastres para as grandes cidades de Ur e Uruk, moveu-se desde Kish pouco antes da era Hammurabi, e, assim, paralisou a velha metrópole da Babilônia setentrional. A novata Babilônia, aproximadamente oito milhas a oeste de Kish, foi a ganhadora. [...] Cidades cosmopolitas alimentaram-se pela drenagem do

sangue vital de outras cidades, às vezes até de países inteiros. [...] Nabucodonosor reinou de 605 a.C. a 562 a.C. e foi ele quem, em um tremendo ímpeto, quase em frenesi construtivo, tornou Babilônia uma cidade cosmopolita, como outra nunca havia existido desde então, com as exceções de Roma e talvez de Nova York. Ele reconstruiu, em uma escala mais gigantesca e magnífica, os santuários de Marduk que Hammurabi havia originalmente construído. Ele estava determinado a sobrepujar o esplendor bárbaro da odiada e agora exterminada metrópole assíria, Nínive; e agora, pouco antes do declínio da cultura babilônica no País de Dois Rios onde a cidade tinha iniciado sua existência, a mais brilhante e a mais infame cidade da Terra cresceu ao seu máximo esplendor.

Van Der Spek (2005: 105) comenta que a

[...] Babilônia tem sido caracterizada pela multietnicidade há milênios. O povo mais antigo do qual temos conhecimento é o sumério, que se estabeleceu lá no quarto milênio a.C. Não muito depois, os acadianos, de língua semítica, chegaram. Estes controlaram a escrita cuneiforme suméria, adaptaram-na para a própria língua deles, e adotaram a religião e a tradição cultural sumérias. Juntos, sumérios e acadianos fundaram a civilização mesopotâmica. Posteriormente, outros grupos étnicos chegaram, como os amoritas, os cassitas, os aramaicos e os caldeus. Mesmo quando tomaram o poder político, eles todos assimilaram rapidamente a cultura mesopotâmica. Os próprios reis babilônicos e assírios inadvertidamente contribuíram para a criação de uma sociedade multicultural. Foi política deles deportar grandes segmentos das populações das áreas conquistadas, o que fez com que as mais importantes cidades assírias e babilônicas estivessem cheias de estrangeiros.

Quanto à Torre de Babel, Schneider (1960: 70) lembra que “*muitas línguas preenchem o ar da Babilônia, como ocorre em qualquer cidade cosmopolita*”. Assim, “*todo o rancor dirigido contra a Torre foi motivado talvez pelo fato*” desta “*aparentar aos judeus um símbolo de arrogância*”. Ademais, para construí-la, “*judeus e egípcios, sírios e fenícios participaram da força de trabalho*” (ibid.: 68). Para Aron Pinker (2000: 9), “*é bem provável que muitos dos judeus cativos que foram levados ao exílio (587 a.C.) tenham sido obrigados ao trabalho forçado na construção do zigurate chamando Etemenanki, a Torre de Babel*”. E complementa:

[...] os judeus trabalhando na reconstrução de Etemenanki estavam, provavelmente, deprimidos pela perda de sua terra e pela dureza de suas tarefas. Entretanto, é também muito provável que estes judeus tinham se maravilhado pela construção monumental. Os profetas tiveram de intervir e de prover uma perspectiva bíblica bem como consolo espiritual. A história da Torre de Babel tinha de ser usada, mas não poderia ter sido em linguagem comum sem ofender os capatazes babilônicos. [...] Se ‘todos os povos de muitas nações’ estavam trabalhando na reconstrução de Etemenanki, então não nos surpreenderia que os judeus tivessem problemas de comunicação com a babel de línguas usadas por companheiros de trabalho. Estes equívocos poder ter causado frustração, penalidades e punições. Adicionalmente, a sentença Nunca mais sereis pedantes na minha montanha sagrada aparenta enviar duas mensagens: (1) construir um edifício impressionante como Etemenanki é uma expressão de pedância que enfrentará o mesmo destino da torre original (o qual foi provavelmente o padrão da visão judaica); (2) Etemenanki é feita pelo homem, não tem a permanência de uma montanha.

Para Parrot (1955: 46), Etemenanki significa ‘casa da fundação do céu e da terra’. Ainda de acordo com Schneider (1960: 71),

[...] parece que a Torre proclamava não apenas o poder de Marduk, mas também o poder de seu representante na Terra e a magnificência de sua metrópole. Maciça e pomposa, a Torre pôs o toque final ao clamor arrogante da Babilônia de ser o umbigo do mundo. A cidade consubstanciou esta alegação pela religião. Os babilônicos não enxergavam a Terra como uma bola ou um disco, mas antes como uma pirâmide de sete escalões, sobre a qual, em forma de abóbada, estendiam-se os três céus e o oceano ao redor. Nesta imagem, Babilônia estava situada sobre o mais elevado patamar. Na cidade da Babilônia, a gigante torre escalonada de Marduk se elevava aos céus como um réplica em miniatura da pirâmide mundial, e apropriadamente, foi chamada Etemenanki, ‘Pedra Fundamental do Céu e da Terra’.

Percebem-se, assim, dois símbolos fundamentais para nossa leitura do mito da Torre de Babel: o umbigo e a própria Torre fulminada, este um dos arquétipos do tarot, a carta de número 16, como vemos na figura 53 a seguir. Estes símbolos nos trarão à análise de outros, a saber, a montanha e o Uno. Para o simbolismo da montanha, há que se considerar quatro aspectos – altura, verticalidade, massa e forma. Massa e forma trarão outras simbologias que não nos interessam aqui. Em função da altura, há a simbologia da elevação espiritual; quanto à verticalidade, desde o pico à base, *“vincula-se com o eixo do mundo, e, anatomicamente, à espinha dorsal”* (CIRLOT, 2001: 219).

Junito Brandão (2007a: 192) lembra que para os sumérios, a montanha é *“expressão da estabilidade e da imutabilidade”*, e *“a massa primordial não diferenciada, o Ovo do mundo. Residência dos deuses, escalar a montanha sagrada é caminhar em direção ao Céu”*, um *“meio de se entrar em contato com o divino, e uma espécie de retorno ao princípio”*. De acordo com Mircea Eliade (2012: 39), o zigurate era

[...] uma montanha cósmica, ou seja, uma imagem simbólica do Cosmos: os sete andares representavam os sete céus planetários; subindo, o sacerdote chegava ao cume do Universo. Esse mesmo simbolismo foi a base da enorme construção do templo de Barabudur: ele foi construído como uma montanha artificial. Sua ascensão equivalia a uma viagem extática ao Centro do Mundo; atingindo o andar superior, o peregrino realiza uma ruptura de nível; ele transcende o espaço profano e penetra na ‘região pura’. Estamos em presença de um ‘rito do centro’. O cume da Montanha Cósmica não é apenas o ponto mais alto da Terra; ele é o umbigo da Terra, o ponto onde começou a criação.

Em outro momento, Eliade (2010a: 169) afirma que

[...] [o] zigurate, segundo se pensava, tinha sua base no umbigo da Terra, e o cume estava no Céu. Ao galgar os andares de um zigurate, o rei ou o sacerdote chegavam *ritualmente* (isto é, simbolicamente) ao Céu. Ora, para o redator bíblico, essa crença, que ele entendia ao pé da letra, era ao mesmo tempo sim-

Figura 53: A Torre fulminada, carta número 16 do tarot

Fonte: FARJANI, 1987: 111.

plista e sacrílega: ela foi, portanto, radicalmente reinterpretada, ou mais exatamente dessacralizada e demitizada.

No Dicionário de Símbolos (CIRLOT, 2001: 219), o umbigo ou *omphalos* é definido como “*um dos muitos símbolos do ‘Centro’ cósmico onde a intercomunicação entre os três mundos do homem, dos mortos e dos deuses é efetivado*”, e está presente em diversas culturas em todo o mundo. Desse modo, “*ao localizar o umbigo em um ponto específico, o homem o faz uma zona sagrada em torno do centro do mundo*”. Eliade (2012: 39-40) comenta que, “*de acordo com a tradição mesopotâmica, o homem foi feito no ‘umbigo da Terra’, lá onde se encontra também Dur-an-ki, o ‘Vínculo entre o Céu e a Terra’*”, algo semelhante ao Paraíso cristão. Deve-se lembrar ainda que o umbigo se vincula a imagens como a pedra oval ou o Ovo do mundo, contendo os princípios sexuais do cosmos, feminino e masculino. Junito Brandão (2008: 59) acrescenta que é

[...] pelo Centro, local sagrado, que o divino se manifesta, por hierofania, isto é, camuflado, disfarçado, metamorfoseado, ou por epifania, quer dizer, de

forma direta. Esse Centro é, as mais das vezes, figurado por uma elevação: montanha, colina, pilar, pedra, árvore, omphalós (umbigo).

Mircea Eliade (2010b: 302) afirma, outrossim, que o simbolismo do centro do mundo está articulado

[...] em três conjuntos sólidos e complementares: 1º, no centro do mundo encontra-se a ‘montanha sagrada’, e é aí que o Céu e a Terra se encontram; 2º, qualquer templo ou palácio e, por extensão, qualquer cidade sagrada e qualquer residência real são assimilados a uma ‘montanha sagrada’, sendo assim elevados a ‘centros’; 3º, por sua vez, sendo o templo ou a cidade sagrada o lugar por onde passa o *Axis mundi*, são por isso olhados como o ponto de junção do Céu, da Terra e do Inferno. [...] As cidades e os lugares santos são assimilados aos cumes das montanhas cósmicas. Por isso Jerusalém e Sião não foram submersas pelo dilúvio. [...] Mas era sempre em Babilônia que se fazia a ligação entre a Terra e as regiões inferiores, porque a cidade tinha sido construída sobre *bâb-apsî*, ‘porta de Apsu’, e apsu designava as águas do caos anterior à criação.

Além de Umbigo e Centro do mundo, o zigurate também era Torre. Apresentamos em seguida a simbologia tanto da Torre quanto da Torre Fulminada, conforme encontrada no Dicionário de Símbolos (CIRLOT, 2001: 344-5):

[...] Torre: No sistema egípcio de hieróglifos, a torre é um signo determinante, denotando altura ou o ato de crescer acima do nível comum na vida ou na sociedade. Basicamente, então, a torre é um símbolo de ascensão. Durante a Idade Média, torres e campanários carregaram a significância de sentinelas, mas também, pela simples aplicação do simbolismo de nivelamento (no qual altura material implica elevação espiritual), eles expressam o mesmo simbolismo da escada – ligando terra e céus. A torre-símbolo, dado que é encapsulada e murada, é emblemática da Virgem Maria, como pode ser visto em muitos desenhos [designs] alegóricos e litanias. Uma vez que a ideia de elevação e ascese, implícita na torre, conota transformação e elevação, [à caldeira dos alquimistas] foi dada a forma de torre para significar inversamente que a metamorfose da matéria implica um processo de ascensão. [...] Finalmente, apontaremos para a analogia entre a torre e o homem: assim como a árvore é mais próxima à figura humana que as formas horizontais de animais, também a torre é a única forma estrutural distinta pela verticalidade: janelas no último patamar, quase sempre grande em tamanho, correspondem aos olhos e a mente do homem. Nesse sentido, a Torre de Babel adquiriu um ponto simbólico como uma empreitada incontrolável, trazendo desastre e desordem mental. E, pela mesma razão, o décimo sexto enigma do Tarot denota catástrofe pela imagem de uma torre fulminada por um raio. Entretanto, é possível descobrir a tendência dualista no simbolismo da torre. Seu impulso para cima pode ser acompanhado por um aprofundamento; quanto maior a altura, mais profundos os alicerces. Nietzsche comentou sobre o descenso durante a ascese [...].

Torre fulminada por um raio: Décimo sexto enigma do Tarot, esta carta é uma alegoria mostrando uma torre semidestruída por um raio que atinge o topo (simbolicamente equivalente à cabeça). [...] Para enfatizar que a estrutura é uma imagem do ser humano vivente, os tijolos são rosados. Pedacos da torre que haviam caído são mostrados de modo a atingir o rei, primeiramente, e o arquiteto da torre em segundo lugar. As implicações negativas da alegoria estão conectadas com Escorpião e aludem às consequências perigosas do excesso de confiança – ou o pecado do orgulho, com seu simbolismo relacionado à Torre de Babel. Megalomania, a incontrolável busca por ideias irrealizáveis e pequenez formam o contexto deste símbolo.

Quanto ao símbolo da Torre fulminada, Farjani (1987: 111), como mostra a figura 48 acima, acredita que ele nos remete “*ao mito dos Aloídas; nesta concepção[,] [...] o casal representa o andrógino dividido pela ação divina*”. O autor atesta também que os “*gigantes Ifialto e Oto resolveram alcançar o céu através de várias montanhas superpostas (o equivalente grego da Torre de Babel) e foram fulminados por Zeus*” (ibid.: 20). Ao comentar o mito de Eros e Psiquê, em que também há a presença de uma torre, Junito Brandão (2008: 243) lembra que esta, como

[...] recinto-mandala é feminina: cidade, fortaleza e montanha, que possui como equivalente cultural a torre em degraus ou a torre-templo, a pirâmide. De outro lado, a torre é igualmente fálica, enquanto falo da terra: árvore, muralha, pedra. A par dessa significação bissexual, ela é também um edifício erigido por mãos humanas, donde uma configuração do trabalho coletivo e espiritual dos homens. Símbolo do conhecimento humano, é, por isso mesmo, designada como ‘a Torre que vê longe’.

Tanto o omphalos quanto a torre são símbolos bissexuais e, portanto, nos remetem ao retorno ao princípio, anterior à individuação. Subir a torre-montanha significava esse retorno ao Princípio, esse encontro com o Uno, representava o próprio *Axis mundi*. Cirlot (2001: 244), no Dicionário de símbolos, lembra que o Um é “*equivalente ao ‘Centro’, ao não-manifesto, ao poder criativo*”. Ainda sobre o umbigo, Junito Brandão (2007b: 139) afirma que, para Platão, este “*é a marca indelével da separação do andrógino primordial (Banquete, 190-1) e é por isso que ‘cada uma das metades pôs-se a buscar a outra’, na ânsia de completar-se pelo centro*”. Mircea Eliade (2010a: 67) assegura que “*até o momento não se descobriu qualquer texto cosmogônico propriamente dito*”, mas há possibilidade de reconstituir a cosmogonia por fragmentos encontrados. Desse modo, o autor conta que

[...] [a] deusa Nammu (cujo nome é escrito com pictograma que designa o ‘mar primordial’) é apresentada como ‘a mãe que gerou o Céu e a Terra’ e ‘a avó que deu à luz todos os deuses’. O tema das águas primordiais, imaginadas como uma totalidade ao mesmo tempo cósmica e divina, é bastante frequente nas cosmogonias arcaicas. Também nesse caso a massa aquática é identificada à mãe original que gerou, por partenogênese, o primeiro casal, o Céu (An) e a Terra (Ki), encarnando os princípios masculino e feminino. Esse primeiro casal era tão unido que chegou a confundir-se no *hieròs gamos*. Da sua união nasceu En-lil, o deus da atmosfera. Outro fragmento nos ensina que este último separou seus pais: o deus An levou o Céu para o alto, e En-lil carregou consigo sua mãe, a Terra. O tema cosmogônico da separação do Céu e da Terra é também bastante difundido. Nós o encontramos em níveis diferentes de cultura. Mas é provável que as versões registradas no Oriente Médio e no Mediterrâneo derivem, em última instância, da tradição sumeriana.

Nesse sentido, cabe comentar sobre o Caos, esse princípio inicial anterior à individuação. Junito Brandão (2007a: 184) cita Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, que o

definem como “*a personificação do vazio primordial, anterior à criação, quando a ordem ainda não havia sido imposta aos elementos do mundo*”. Assim sendo, “*estar desorientado é entrar no Caos, de onde não se pode sair, a não ser pela intervenção de um pensamento ativo, que atua energeticamente no elemento primordial*” (JUNITO BRANDÃO, 2007a: 184). Desse modo, não faria sentido se referir à Babilônia por meio da imagem de caos, uma vez que o

[...] simbolismo do centro está implícito tanto na construção das cidades como na das casas, como mostraremos em breve: é ‘centro’, com efeito, todo espaço consagrado, quer dizer, todo espaço no qual podem ter lugar as hierofanias e as teofanias e no qual se verifica uma possibilidade de ruptura de nível entre o Céu e a Terra. Qualquer nova instalação humana é, em certo sentido, uma reconstrução do mundo. [...] Construir uma cidade, uma nova casa, é imitar mais uma vez, e, em certo sentido, repetir a criação do mundo. Com efeito, cada cidade, cada casa, encontra-se no ‘centro do mundo’ e, nessas circunstâncias, a sua construção só é possível graças à abolição do espaço e do tempo profanos e à instauração do espaço e do tempo sagrados. A casa é um microcosmos, do mesmo modo que a cidade é sempre uma *imago mundi* (ELIADE, 2010b: 300-1; 305).

Ainda conforme Eliade (2012: 35-6),

[...] [t]odo microcosmo, toda região habitada, tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência. É nesse ‘Centro’ que o sagrado se manifesta totalmente seja sob a forma de hierofanias elementares [...], seja sob a forma mais evoluída de epifanias diretas dos deuses, como nas civilizações tradicionais. Mas não se deve considerar este simbolismo do Centro com as implicações geométricas do espírito científico ocidental. Para cada um desses microcosmos podem existir vários ‘centros’. [...] [T]odas as civilizações orientais – Mesopotâmia, Índia, China etc. – conhecem um número ilimitado de ‘Centros’. Mais ainda: cada um desses ‘Centros’ é considerado e mesmo literalmente denominado ‘Centro do Mundo’. Como se trata de um *espaço sagrado*, que é dado por uma hierofania ou construído ritualmente, e não de um espaço profano, homogêneo, geométrico, a pluralidade dos ‘Centros da Terra’ dentro de uma única região habitada não cria nenhuma dificuldade. Estamos em presença de uma geografia sagrada e mítica[;] [nesta,] o espaço sagrado é o *espaço real* por excelência, pois, [...] para o mundo o arcaico o mito é real porque ele relata as manifestações da verdadeira realidade: o *sagrado*.

Os judeus, entretanto, não comungavam deste sagrado. A dispersão das nações refere-se diretamente à separação do Outro, um processo de individuação que inicialmente se dá pela negação, e que se afirma pela própria mitologia bíblica e pela escolha da nação judaica por Deus. Se para os babilônicos não havia nada além de um povo que se recusava a se submeter às tradições existentes, o não pertencimento dos judeus foi mitificado pela Torre de Babel. A Torre, símbolo bissexual, quando fulminada por Deus, possibilita, assim, a individuação, a ruptura do Um, a ruptura com o modelo babilônico, ilustrado no mito pela comunicação em uma única língua. Quando Deus

dispersa pela confusão das línguas e pelo fracasso na construção da Torre, há o surgimento da alteridade em decorrência dessa ruptura.

Além disso, cumpre destacar que, na mitologia judaica, a “*Criação propriamente dita, ou seja, a organização do ‘caos’ [...], é efetuada pelo poder da palavra de Deus*” (ELIADE, 2010a: 163). O mito de Babel encerra duas perspectivas: a dos judeus, que contam a história na Bíblia, e a dos não judeus. Babilônia foi construída para ser o Centro, o Umbigo do mundo; uma grande cidade, monumental e que reunia diversos povos; todavia, essa realidade era aniquilante para os judeus e, de fato, embora houvesse diversidade, a ordem social não permitia lugar para aqueles que nela não se enquadravam, como ocorre até hoje. É importante ressaltar que toda ordem gera concomitantemente a sua negação e a constituição subsequente de uma identidade afirmativa.

Devemos ressaltar ainda que o fato de as nações estarem vinculadas a recortes geográficos mostra o quanto o homem desde tempos arcaicos depende do meio ambiente (BERQUE apud SERRÃO, 2011) para constituir sua identidade, algo que relativamente contrasta com o que encontraremos no mito de Ulisses, o astuto. Se neste mito temos algo parecido com a *Pátria*, em Babel temos o cosmopolitismo; em ambos temos uma alteração da natureza do grupo social/ do sujeito em função da experiência de deslocamento/permanência por lugares variados. Cabe reter, outrossim, que na Babilônia e na dispersão das nações o lugar do homem sobre a Terra não é definido pelo próprio homem, e sim pelos deuses, pois o que o movia era o sagrado.

No caso do Mito de Babel, a alteridade decorrente da ruptura, cuja marca indelével é a profusão das línguas, consubstancia-se na dispersão das nações, cada uma encontrando seu habitat específico. Podemos nos questionar até que ponto a organização humana em sociedade contribui para o aniquilamento da alteridade, o que os mantinha unidos, apesar das aparentes diferenças. Ademais, compreender de que forma a cidade amalgama seus habitantes em *cidadinos* surge também como questionamento, mas acreditamos que a cidade tem a capacidade de ordenar a vida de seus cidadãos, independentemente de suas origens. Lembramos apenas que não era porque a Babilônia caracterizava-se pela multietnicidade que podemos atribuir-lhe diversidade ontológica entre os grupos sociais que a compunham.

Propomos aqui que a vida urbana cosmopolita tem natureza própria, o que pressupõe a resignificação dos sujeitos (individuais, contemporaneamente; e coletivos,

desde o surgimento da vida urbana). Não julgamos adequado se referir à *imago urbis* como caótica, se tratamos de sociedades antigas. Nestas, a ordem urbana era da ordem do sagrado – *imago urbis*, *imago mundi*. A imagem da confusão produzida no mito decorre de um grupo social, os judeus, que não pertenciam à ordem babilônica, estando simplesmente à margem daquele modelo. Contemporaneamente, acreditamos, o caos como *imago urbis* atende, ao contrário, à ordem dominante, como instrumento de reforço do controle social.

Na Babilônia, um processo de individuação; nas megacidades do século XXI, a reprodução *in aeternum* do Um. Vimos que o caótico, a confusão origina-se de nova ordem. Um que se torna Múltiplo, que volta a ser Um. Essa lógica impera na grande cidade, resguardando a compreensão de que diferenças não constituem, necessariamente, naturezas distintas. A cidade é, indubitavelmente, o *locus* da diferença, mas não obrigatoriamente da alteridade. Vimos, em certo sentido, a reatualização do mito em dois acontecimentos históricos, lembrando que o tempo mítico não é linear.

Em primeiro lugar, lembramo-nos da expulsão de judeus de países árabes em decorrência da fundação do Estado de Israel; e, em segundo lugar, e não há imagem mais contundente, os atentados das Torres Gêmeas do World Trade Center, em 2001, em Nova York, a capital do mundo tal como a Babilônia. Estamos redefinindo tanto o lugar do ser humano no mundo como o lugar dos países na hierarquia política mundial. Será que o modelo consubstanciado na sociedade dos EUA terá o mesmo fim que o da Babilônia? Afinal, após a Torre ter sido destruída, a Babilônia jamais recuperou seu poder e esplendor.

4. ULISSES, GEÓGRAFO?

Ao analisarmos o caos como *imago urbis* e o mito da Torre de Babel deparamo-nos com uma narrativa mítica que torna a cidade cosmopolita um lugar de degradação. Talvez essa seja a primeira narrativa neste sentido, sem que possamos, de acordo com nossa análise, vislumbrar o caos como *imago urbis*, a qualquer tempo. Temos de compreender, outrossim, que esta perspectiva corresponde à narrativa bíblica dos judeus, que tem, neste mito, a origem de sua individuação, ao ser a nação escolhida por Deus, em oposição ao paganismo babilônico – ordem à qual não pertenciam.

Vimos também que a *imago urbis* reproduzia a *imago mundi*, ou seja, a cidade era edificada de acordo com as normas do sagrado e, desse modo, havia múltiplos ‘Centros’ – palácios, templos e as próprias habitações o reproduziam e, portanto, inscreviam-se no Centro do Universo. Mircea Eliade (2012: 50-1) lembra que há todo “*um conjunto de mitos, de símbolos e de rituais*” que está “*de acordo quanto à dificuldade que existe em penetrar em um centro; e, por outro lado, ao contrário, uma série de outros mitos e ritos*” que “*estabelecem que esse Centro é acessível*”. Ademais,

[...] o itinerário que conduz ao ‘Centro’ está cheio de obstáculos, e no entanto cada cidade, cada templo, cada casa, encontra-se no Centro do Universo. Os sofrimentos e as ‘provações’ vivenciados por Ulisses são fabulosos e, no entanto, qualquer volta ao lar ‘equivale’ ao retorno de Ulisses à Ítaca. Tudo isso parece mostrar que o homem só pode viver em um espaço sagrado, no ‘Centro’. Observa-se que um conjunto de tradições confirma o desejo do homem de se encontrar sem esforço no ‘Centro do Mundo’, enquanto que um outro grupo insiste na dificuldade e em seguida no mérito que existe em poder ter ali penetrado. Não nos interessa aqui estabelecer a história de cada uma dessas tradições. O fato de que a primeira entre elas – a que permite a construção do ‘Centro’ na própria casa do homem, a da ‘facilidade’ – encontra-se em quase todo lugar, convida-nos a considerá-la como a mais significativa. Ela coloca em evidência certa situação humana que poderíamos chamar nostalgia do paraíso. Compreendemos por isso o desejo de se encontrar sempre e sem esforço no Centro do Mundo, no coração da realidade, e, enfim, de ultrapassar de uma maneira natural a condição humana e de reencontrar a condição divina. Um cristão diria: a condição anterior à queda (loc. cit.).

Essa condição anterior à queda refere-se ao Paraíso na Terra, encontrado no Gênesis cristão e, de modo semelhante, em outras mitologias (ELIADE, 2010). Essa noção de uma experiência perdida vincula-se ao útero materno ou à onipotência do infante decorrente da sua dependência da mãe (CHASSEGUET-SMIRGEL, 1991, 1992; SANTOS JUNIOR, 2011; acerca da relação mãe-bebê e suas implicações para o sujeito, ver WINNICOTT, 1975, 1989, 1990, 2005, 2006, 2007). Estar no centro, assim sendo,

refere-se à autossuficiência e à completude da díade narcísica. Reproduzir essa condição primeva ultrapassa, portanto, a condição humana e possibilita o reencontro com o divino. No mito grego, isso traz a desmesura, *hybris*, ruptura do métron, a qual é concretizada no trajeto de vida dos heróis. Eliade (2012) comentou acima sobre Ulisses e seu retorno à Ítaca.

Consideramos importante analisar este mito uma vez que o entendemos revelador de uma condição fundamental a respeito da espacialidade humana: se o retorno à Ítaca significa o retorno à condição primeva, na qual há fusionalidade entre o sujeito e mãe, esta transposta para o lugar de origem (Ideal do Eu se manifestando), devemos ressaltar que esse retorno se deve, sobretudo, ao *desejo* de Ulisses de retornar a Ítaca, em que pese a ajuda divina recebida, e não, como no mito da Torre de Babel, decorre de uma ação divina, à qual não há alternativas quanto à dispersão das nações. Assim, o lugar do homem depende da vontade própria, e não mais do sagrado, ainda que sob determinado ‘*preço a pagar*’.

Antonio Carlos Farjani (1987: 187-8) lembra, a respeito de Ulisses, que sua *hybris* consistia no confronto com “os desígnios divinos em sua viagem marítima de retorno à sua terra natal”, que se relaciona ao tema mítico do caminho tortuoso. Ulisses, o astuto herói, “para lograr seu objetivo, deve ‘vencer a divindade’, ‘enganando-a’”. Somente assim, haveria a possibilidade de retorno à terra natal, ao omphalos, ao centro. Acerca da simbologia do Centro, o Dicionário de Símbolos (CIRLOT, 2001: 41) nos traz a seguinte definição:

[...] deixar a circunferência pelo centro é equivalente a mover do exterior para o interior, da forma à contemplação, da multiplicidade a unidade, do espaço à ausência de espacialidade (spacelessness), do tempo à ausência de temporalidade (timelessness). Em todos os símbolos representativos do Centro místico, a intenção é revelar ao Homem o significado do ‘estado paradisíaco primordial’ e ensiná-lo a identificar a si próprio com o princípio primordial do universo. [...] Diversos atos ritualísticos tem o único propósito de descobrir o ‘Centro’ espiritual de uma localidade, a qual então se torna o sítio, tanto em si mesma quanto pelo templo construído sobre ela, uma imagem do mundo.

O deslocamento das viagens faz com que Ulisses saia desse Centro e trace um caminho tortuoso em direção ao próprio destino e à própria individualidade. É este caminho que possibilita a aproximação entre homem e divindade. Nesse sentido, Farjani (ibid.: 95) afirma que

[...] [t]odos os obstáculos aos quais os heróis são obrigados a enfrentar constituem-se em provas iniciáticas disfarçadas, e invariavelmente os

caminhos que eles percorrem são tortuosos, envolvendo idas e vindas que tornam as distâncias percorridas muito maiores que o original. Os melhores exemplos da Mitologia são os de Ulisses (na *Odisséia*) e o de Enéias (na *Eneida*). Esses heróis fazem longas viagens sobre o mar, que estão ligadas à simbologia da travessia das águas [...]. O símbolo do caminho tortuoso, por seu turno, aparece tanto no trajeto confuso que percorrem, quanto no movimento sinuoso que as naus descrevem sobre as ondas.

Crochik (2005: 110) acrescenta que

[...] [n]ão há problemas em errar, em navegar, mas em não se reconhecer em nenhum lugar. É verdade que, segundo a psicanálise, o objeto primordial do desejo, por seu caráter fantasmagórico, perdeu-se para sempre, o que não o impede de ser perseguido nas diversas experiências ao longo da vida, e dessa forma, a relação desconhecimento-reconhecimento apresenta-se o tempo todo.

Essa relação perpassa a trajetória evolutiva de Ulisses e, portanto, devemos apresentá-la de modo sucinto, lembrando que há variações no mito, e não é nosso objetivo explicitar todas. Após pilhar uma das cidades da região dos Cícones, salvando apenas o sacerdote de Apolo, Marão e sua família, que deu o vinho que embriagara Polifemo, Ulisses e seus companheiros sofreram um contra-ataque, levando-os de volta ao mar. Conta-nos Junito Brandão (2007b: 302) que, dois dias após terem avistado o Cabo Meleia, ocorreu *“um vento extremamente violento, vindo do norte, [que os lançou] ao largo da ilha de Citera e durante nove dias erraram no mar piscoso, até que, no décimo, chegaram”* à terra dos comedores de lótus.

Bem-recebidos, lhes são dadas lótus para comerem, mas o efeito deste *alimento* é desastroso – quem as come se esquece de casa e dos amigos e deseja apenas viver nesta terra comendo lótus, perdendo qualquer desejo de retornar à pátria (loc. cit.). O herói retira os que foram encantados à força e parte para o mar, atingindo, nessa ocasião, a terra dos Ciclopes, gigantes antropófagos com um único olho no centro da testa. Deparam-se com Polifemo, que os prende em sua caverna e inicia a antropofagia. O astuto Ulisses embebeda o gigante, que, ao dormir, é cegado por uma estaca de madeira incandescente.

Nesse momento, Ulisses se identifica como *Oudeis*, Ninguém, o que faz com que os demais Ciclopes se retirem após o chamado de socorro de Polifemo. Para sair da caverna, uma vez que este conferia as ovelhas que iam pastar, passando as mãos sobre o dorso de cada uma, o herói e os demais sobreviventes amarraram-se no ventre dos animais do rebanho. Ao embarcar no navio, Ulisses revela seu verdadeiro nome, e Polifemo pede ao pai Poseidon que não permita o retorno do herói à Ítaca, ou que chegue até a ilha sozinho, depois de muito tempo e amaldiçoado, encontrando problemas que o aguardam

lá (ROSE: 201-2). Acerca do episódio envolvendo Polifemo, Farjani (1987: 184-5) tece comentários por nós considerados de grande relevância:

[...] a) o nome Ulisses (Odysseús) é um nome iniciático; por esse motivo, o herói só consegue assumi-lo após sair do antro do cíclope, quando já havia completado sua prova; b) *Oudeís* (Ninguém), [...] é o nome pelo qual são conhecidos os pais antes da instauração do patriarcado (obviamente, trata-se de um nome hipotético); o pai era “Ninguém” porque os filhos eram considerados somente como produto da mãe. As cerimônias iniciáticas conferem ao menino um nome, isto é, um nome sagrado que o insere em um contexto determinado, conforme a famosa fórmula de Max Muller, *nomina-numina* (nome = divindade). Elas são instituídas pelo patriarcado para - neste nível de interpretação - conferir ao indivíduo um ‘Nome do Pai’ que, se no sentido místico liga o homem à divindade, no sentido profano tem a virtude de instituir a paternidade no contexto da cultura ao afirmar a importância do papel do pai no processo da geração; c) ao chamar a si próprio *Oudeís* (Ninguém), Ulisses faz uma interessante aproximação de seu verdadeiro nome (*Odysseús*, no original), de modo que, ao ocultar o seu nome, ele de certa forma também o revela. [...] [O]s marinheiros devorados por Polifemo, assim como os deuses devorados por Cronos, aludem aos antigos sacrifícios dos filhos. A salvação de Ulisses e de Zeus, ‘os últimos a serem comidos’, sugerem por sua vez o fim do sacrifício dos filhos, com a conseqüente substituição [deles] por vítimas animais (o cabrito, o carneiro, o potro).

Retornaremos ao ponto final desta citação, mas antes devemos lembrar que Adorno e Horkheimer (1985: 54) asseveram que “*a transformação do sacrifício em subjetividade tem lugar sob o signo daquela astúcia que sempre teve uma parte no sacrifício*”. Desse modo, o “*portador do espírito, o que comanda (e é assim que o astucioso Ulisses é quase sempre apresentado) é, apesar dos relatos de suas façanhas, sempre fisicamente mais fraco que as potências dos tempos primitivos com os quais deve lutar pela vida*” (loc. cit.). O sacrifício, pois, não é verificado no ritual, mas no modo como Ulisses as enfrenta; para tanto, o herói vale-se da astúcia, da razão.

Desse modo, há o postergamento do desejo ou a renúncia a este a fim de poder controlar o destino. Adorno & Horkheimer (1985) associam isso à passagem do nomadismo para o sedentarismo, em que há dominação territorial organizada. Em outras palavras, poderíamos dizer que, com Ulisses, encontramos uma representação mítica para o Ideal do Eu desenvolvido. Essa renúncia é já a base da troca, também devido à renúncia à força física, o que o torna o herói o protótipo do homem burguês, o *Homo oeconomicus*. Esse aspecto torna-se ainda mais claro à frente, quando mencionarmos o episódio com as sereias. Conforme Adorno e Horkheimer (ibid.: 55),

[...] [t]odo esclarecimento burguês está de acordo na exigência de sobriedade, realismo, avaliação correta de relações de força. O desejo não deve ser o pai do pensamento. Mas isso deriva do fato de que, na sociedade de classes, todo poderio está ligado à consciência incômoda da própria impotência diante da natureza física e de seus herdeiros sociais, a maioria. Só a adaptação

conscientemente controlada à natureza a coloca sob o poder dos fisicamente mais fracos. A *ratio*, que recalca a mimese, não é simplesmente seu contrário. Ela própria é mimese: a mimese do que está morto. O espírito subjetivo que exclui a alma da natureza só domina essa natureza privada da alma imitando sua rigidez e excluindo-se a si mesmo como animista. A imitação se põe ao serviço da dominação na medida em que até o homem se transforma num antropomorfismo para o homem. O esquema da astúcia ulissiana é a dominação da natureza mediante essa assimilação. A avaliação das relações de força, que de antemão coloca a sobrevivência na dependência por assim dizer da confissão da própria derrota e virtualmente da morte, já contém in nuce o princípio da desilusão burguesa, o esquema exterior para a interiorização do sacrifício, a renúncia. O astucioso só sobrevive ao preço de seu próprio sonho, a quem ele faz as contas desencantando-se a si mesmo bem como aos poderes exteriores. Ele jamais pode ter o todo; tem sempre de saber esperar, ter paciência, renunciar; não pode provar do lótus nem tampouco da carne dos bois de Hipérion; e quando guia sua nau por entre os rochedos, tem de incluir em seu cálculo a perda dos companheiros que Cila arranca ao navio [ver à frente]. Ele tem que se virar, eis aí sua maneira de sobreviver, e toda a glória que ele próprio e os outros aí lhe concedem confirma apenas que a dignidade de herói só é conquistada humilhando a ânsia de uma felicidade total, universal, indivisa.

Isso significa dizer que *“Cila e Caribdis têm o direito de reclamar aquilo que lhes cai entre os dentes, assim como Circe tem o direito de metamorfosear quem quer que não seja imune à sua mágica, ou Polifemo o direito de devorar seus hóspedes”* (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 56), e que, portanto, as forças míticas estão vivas. Para vencê-las, deve-se mimetizá-las, e isso somente é possível reduzindo-as a objetos mortos – matematizando-as, por meio da ideia grega de *topos*, falando geograficamente, e pela própria linguagem – como no episódio com Polifemo:

[...] [a] esfera das representações a que pertencem as sentenças do destino executadas invariavelmente pelas figuras míticas ainda não conhece a distinção entre palavra e objeto. A palavra deve ter um poderio imediato sobre a coisa, expressão e intenção confluem. A astúcia, contudo, consiste em explorar a distinção, agarrando-se à palavra, para modificar a coisa. Surge assim a consciência da intenção: premido pela necessidade, Ulisses se apercebe do dualismo, ao descobrir que a palavra idêntica pode significar coisas diferentes. Como o nome Oudeis pode ser atribuído tanto ao herói quanto a ninguém, Ulisses consegue romper o encanto do nome. As palavras imutáveis permanecem fórmulas para o contexto inexorável da natureza. Na magia, sua rigidez já devia fazer face à rigidez do destino que ao mesmo tempo se reflectia nela. Isso já implicava a oposição entre a palavra e aquilo ao qual ela se assimilava. Na fase homérica, essa oposição torna-se determinante. Ulisses descobre nas palavras o que na sociedade burguesa plenamente desenvolvida se chama formalismo: o preço de sua validade permanente é o fato de que elas se distanciam do conteúdo que as preenche em cada caso e que, a distância, se referem a todo conteúdo possível, tanto a ninguém quanto ao próprio Ulisses. **É do formalismo dos nomes e estatutos míticos, que querem reger com a mesma indiferença da natureza os homens e a história, que surge o nominalismo, o protótipo do pensamento burguês.** A astúcia da autoconservação vive do processo que rege a relação entre a palavra e a coisa. Os dois actos contraditórios de Ulisses no encontro com Polifemo - sua obediência ao nome e seu repúdio dele - são, porém, mais uma vez a mesma coisa. Ele faz profissão de si mesmo negando-se como Ninguém, ele salva a própria vida fazendo-se desaparecer. Essa adaptação pela linguagem ao que

está morto [ao que é idêntico] contém o esquema da matemática moderna [que produzirá o conceito de espaço] (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 57-8).

Cabe ressaltar, assim, que “*o presente de hospitalidade*” de Polifemo era devorar “*por último o chefe – talvez porque esse se denominou Ninguém e por isso não conta como existente para a fraca inteligência do Ciclope*” (grifos nossos) (ibid.: 62). O chefe é um substituto à função do Pai, e o herói de fato a exerce no mito, à medida que é capaz de postergar e de adiar seus desejos e de instaurar os interditos à sua tripulação. Além disso, Ulisses é o único a sobreviver porque é o único a simultaneamente exercer a função de Pai, em relação aos subordinados, e a de lograr os interditos por meio de suas estratégias sem, contudo, desrespeitar a Lei, em relação às forças míticas. Esse liame, acreditamos, é o cerne da individualidade e da própria temporalidade concreta do sujeito.

O mito de Ulisses, remetendo-nos a Farjani (1987), tem um paralelo com o mito da instauração da ordem olímpica, já que tanto Ulisses quanto Zeus seriam os últimos a serem *comidos, engolidos, devorados*. Vemos no mito de Ulisses um deslocamento do sujeito entre as forças míticas identificadas à natureza, mas que podemos atribuir diretamente à Mãe e ao Pai. Estar fora de Ítaca, fora do Centro, simboliza a perda do útero materno e o desenvolvimento da espacialidade concreta do herói – saber onde está (topos) e saber seu lugar (chôra) (BERQUE, 2012: 29-37) –, lembrando que alguns lugares percorridos, como a ilha dos comedores de lótus, a ilha de Circe e a passagem pelo local em que se ouve o canto das Sereias, simboliza a morte causada por esse reencontro.

O ‘longo tempo de espera’ de Ulisses, de dez anos – o mesmo tempo da guerra de Zeus e seus irmãos contra os Titãs – refere-se obviamente à temporalidade concreta do desenvolvimento do sujeito, e os episódios envolvendo a antropofagia remetem aos sacrifícios dos filhos pelo Pai, cujo exemplo é Cronos. Acrescentaríamos, ainda, em que pese a necessidade de mais pesquisas, uma relação entre matriarcado e autoctonia, e patriarcado e aloctonia. Não pretendemos criar, com base no mito, uma dicotomia, apenas buscamos entender de que forma a mediação entre homem e natureza cria um vínculo espacial e de que forma ela se constitui.

Esse matriarcado simbólico nas relações espaciais seria fundamentado na negação do Outro, e tem como símbolo a Esfinge que guarda Tebas; o patriarcado estaria associado à adaptação, a capacidade de se manter em ambientes distintos do original, em uma ruptura sadia com a pulsão de morte e o Ideal do Eu regressivo, cujo símbolo são as criaturas míticas do mito de Ulisses. Os polos opostos estariam marcados pelo

determinismo geográfico, em um matriarcado que anula a existência, e pelo cosmopolitismo, em que as diferenças de modos de vida são anuladas por uma capacidade ultraadaptativa.

Retornando ao mito de Ulisses, e passado o desespero com Polifemo, chegaram o herói e a tripulação à ilha Eólia, onde residia o senhor dos ventos, que os presenteou com ventos que poderiam levar a todos de volta à Ítaca, exceto com o que os levaria diretamente a esta ilha. Quando já estavam próximos da terra natal e enquanto Ulisses dormia, seus homens, pensando se tratar de um tesouro, abrem o odre e o vento sopra fortemente, o que os reconduz de volta à ilha Eólia, onde tem ajuda negada, sendo expulsos como amaldiçoados dos deuses. No sétimo dia, esses homens acabam por chegar a terra dos lestrigões, também gigantes canibais, que após iniciarem a antropofagia, arremessam blocos de pedra sobre as naus, restando apenas a de Ulisses.

Desta feita, ao retornar ao mar, atingem a ilha de Circe, local em que seres humanos são encantados por bebida e transformados em animais – usualmente considera-se a metamorfose em porcos, lembrando que a palavra grega para porco é a mesma do órgão genital feminino. O herói, contudo, recebeu ajuda divina de Hermes, que lhe deu a devida proteção contra artifícios de Circe, a qual revelou que Ulisses deveria descer ao Hades e encontrar Tirésias e outros espíritos para conhecer o caminho de volta, ademais de tomar conhecimento do que ocorria em Ítaca. Circe também precaveu Ulisses sobre os perigos após a saída de sua ilha.

Primeiramente, ele e sua tripulação deveriam passar incólumes pelo canto das Sereias, que seduzia mortiferamente a todos os viajantes. Para escapar, os marinheiros cobriram os ouvidos com cera e Ulisses ordenou que fosse amarrado ao mastro, de modo que, mesmo que tentasse se soltar, não conseguisse, a fim de poder se maravilhar com o magnífico canto. Acerca desse episódio, Junito Brandão (2007b: 309-11) nos diz que Circe

[...] preveniu bem o herói de que as sereias antropófagas [...] tentariam encantá-lo com sua voz maviosa e irresistível: atirá-lo-iam nos recifes, despedaçando-lhe a nau e devorariam todos os seus ocupantes. [...] Meio mulheres e meio pássaros, ou com a cabeça e tronco de mulher e peixe da cintura para baixo, por serem peixes, desejando o prazer, mas não podendo usufruí-lo, atraíam e prendiam os homens para devorá-los [...]. Cotejando-se a vida com uma viagem, as sereias traduzem as emboscadas, provenientes dos desejos e das paixões. [...] Foi necessário, por isso mesmo, que Ulisses se agarrasse à dura realidade do mastro, que é o centro do navio e o eixo vital do espírito, para escapar das ilusões da paixão.

Já Adorno e Horkheimer (1985: 38-9) enfatizam que o episódio das Sereias encarna o “*entrelaçamento de mito, dominação e trabalho*”, reforçando a emancipação de Ulisses das seduições da vida, já que adquiriu sua temporalidade concreta: “*para ele, a preia-mar do que já foi recuou da rocha do presente, e as nuvens do futuro estão acampadas no horizonte*”. Assim, as Sereias, ao “*conjurar imediatamente o passado recente*” de Ulisses, “*ameaçam com a promessa irresistível do prazer – que é a maneira como seu canto é percebido – a ordem patriarcal, que só restitui a vida de cada um em troca de sua plena medida de tempo*”. Desse modo, quem “*se deixa atrair por suas ilusões está condenado à perdição, quando só uma contínua presença de espírito consegue arrancar um meio de vida à natureza*”. Ainda de acordo com os autores (ibid.: 39-41),

[...] [a] humanidade teve de se submeter a terríveis provações até que se formasse o eu, o caráter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. O esforço para manter a coesão do ego marca-o em todas as suas fases, e a tentação de perdê-lo jamais deixou de acompanhar a determinação cega de conservá-lo. [...] O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder [uma separação entre estética e ética?]. [...] [Ulisses] conhece apenas duas possibilidades de escapar. Uma é a que prescreve aos companheiros. Ele tapa seus ouvidos com cera e obriga-os a remar com todas as forças de seus músculos. [...] A outra possibilidade é a escolhida pelo próprio Ulisses, o senhor de terras que faz os outros trabalharem para ele. Ele escuta, mas amarrado e impotente ao mastro, e quanto maior se torna a sedução, tanto mais fortemente ele se deixa atar, exatamente como, muito depois, os burgueses, que recusavam a si mesmo a felicidade com tanta maior obstinação quanto mais acessível ela se tornava com o aumento de seu poderio. [...] [A] sedução [das Sereias] transforma-se, neutralizada num mero objeto da contemplação, em arte. [...] Assim, a fruição artística e o trabalho manual já se separam na despedida do mundo pré-histórico. [...] O patrimônio cultural está em exata correlação com o trabalho comandado, e ambos se baseiam na inescapável compulsão à dominação social da natureza. As medidas tomadas por Ulisses quando seu navio se aproxima das Sereias pressagiam alegoricamente a dialética do esclarecimento. Assim como a substituíbilidade é a medida da dominação e o mais poderoso é aquele que pode se fazer substituir na maioria das funções, assim também a substituíbilidade é o veículo do progresso e, ao mesmo tempo, da regressão. [...] A humanidade, cujas habilidades e conhecimentos se diferenciam com a divisão do trabalho, é ao mesmo tempo forçada a regredir a estágios antropológicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte. A fantasia atrofia-se. A desgraça não está em que os indivíduos tenham se atrasado relativamente à sociedade ou à sua produção material. Quando o desenvolvimento da máquina já se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação - de tal sorte que as tendências técnica e social, entrelaçadas desde sempre, convergem no apoderamento total dos homens - os atrasados não representam meramente a inverdade. Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. [...] Os ouvidos moucos, que é o que sobrou aos dóceis

proletários desde os tempos míticos, não superam em nada a imobilidade do senhor. É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade.

Dessa longa citação, dois fatores nos são caros: o primeiro é que, no episódio das Sereias, presenciamos a divisão do trabalho que será a base para o conceito de paisagem, caro ao saber geográfico, e fundamental para a cientifização da geografia. Berque (2011: 200; 205) afirma que “*a noção de paisagem aparece na China, no século IV, e na Europa no Renascimento*”, “*sob o signo do otium: o ócio daqueles que não trabalham a terra, ou seja, que não transformam a natureza pelas suas mãos*”, razão pela qual “*a cidade, lugar de negotium – a negação do ócio – permaneceu por muito tempo estranha à paisagem*”. Ainda de acordo com o autor (ibid.: 205-6),

[...] [e]sta assimilação do campo à natureza caracterizava a visão arcádica que é própria da classe de lazer, única detentora de estudos e proprietária das terras, para quem os camponeses trabalhavam. Ela pode então limitar-se a beneficiar dos seus frutos e representá-los como um dom da natureza. Era a visão que Hesíodo tinha da Idade de Ouro, essa época feliz em que a terra alimentava a humanidade automatê, ‘com o seu próprio movimento’ [...]; visão que será transmitida e acentuada por Virgílio: para este [...], não era num passado mítico mas na sua época que a terra dispensava, ‘por si mesma’ [...], aos camponeses uma ‘alimentação fácil’ [...]. [O] que funda a estética é a própria noção de natureza, que permite distinguir o que provém e o que não provém do trabalho humano. Na Grécia, como na China, esta noção aparece por volta do século VI a.C.

O segundo aspecto é que a regressão, sendo elemento presente na própria reprodução social da dominação, possibilita o movimento desde o esclarecimento ao mito, do progresso à barbárie, do patriarcado ao matriarcado e vice-versa. Retornando a Adorno e Horkheimer (1985: 37-8),

[...] [o] ideal burguês da naturalidade não visa a natureza amorfa, mas a virtude do meio. A promiscuidade e a ascese, a abundância e a fome são, apesar de opostas, imediatamente idênticas enquanto potências da dissolução. Ao subordinar a vida inteira às exigências de sua conservação, a minoria que detém o poder garante, justamente com sua própria segurança, a perpetuação do todo. De Homero aos tempos modernos, o espírito dominante quer navegar entre a Cila da regressão à simples reprodução e a Caríades da satisfação desenfreada.

O próximo desafio do herói foi justamente a passagem pelo estreito situado entre o monstro Cila e o redemoinho, ou também monstro, Caríades, passando mais perto de Cila, com algumas baixas. Posteriormente, a única nau remanescente, com Ulisses e a tripulação, chegou à ilha da Trinácia, onde o gado e as ovelhas pertenciam ao deus Hélio. Os homens que acompanhavam Ulisses foram avisados da proibição de comer qualquer animal do rebanho do deus, mas, mesmo assim, o fizeram. Como punição, Zeus mandou

um raio sobre a embarcação, matando a todos, exceto Ulisses. Sobrevivendo, aportou no litoral da ilha de Ogígia nove dias depois.

Nesta ilha, residia Calipso, que fez o herói de amante por sete anos. Apesar de oferecer a imortalidade a Ulisses, este não perdeu o desejo de retornar à Ítaca, recebendo ajuda, com a intervenção divina de Atená a Zeus, o qual enviou Hermes para ter com a ninfa. Esta o ajudou a construir o barco para que zarpasse, mas Posídon o destruiu. Este ato foi testemunhado por Leucoteia, que tomada pela piedade, auxiliou-o, tendo Ulisses chegado à costa dos Feaces, que forneceram a embarcação que faria o herói chegar, finalmente, à Ítaca. A trajetória do herói em sua terra natal não foi tranquila.

Atená o ajudou a se disfarçar de mendigo, enquanto preparava sua vingança contra os que desperdiçavam seus bens e tentavam desposar Penélope. Não podendo mais adiar a escolha do seu novo pretendente, Penélope afirma que se casará com aquele que for capaz de manusear o arco e flecha de Ulisses, e, com esse estratagema, o herói acaba por se revelar. Prosseguindo com o mito contado por Brandão (2007b: 318-9),

[...] [d]espojando-se dos andrajos, despiu-se também o herói do homem do mar. Tem-se agora novamente o homem na guerra: começou o extermínio dos pretendentes. Antínoo [o mais agressivos dos pretendes] foi o primeiro [...]. E a negra morte desceu sobre os olhos de um a um dos príncipes de Ítaca e das demais possessões de Ulisses. Dos servos foram poupados tão-somente quatro. Doze escravas impudentes que, na longa ausência do senhor, envergonharam-lhe o palácio, foram enforcadas [...]. Ao paciente Ulisses faltava ainda uma prova. Penélope ainda resistia. O velho marinheiro, agora remoçado graças a um toque mágico de Atená, conhecia, somente ele e a esposa, alguns sinais desconhecidos dos outros mortais. Era a prova do reconhecimento do leito conjugal.

Não nos interessa aqui prosseguir com a narrativa do mito. Cabe ressaltar que Ulisses não teve seu Eu fragmentado em função dos deslocamentos pelos mares e por terras hostis; pelo contrário, a realização do destino do herói deveu-se a esse trajeto, por meio da sua astúcia e da sua capacidade de reconhecer os locais em que estava. Acerca disso, Adorno e Horkheimer (1985: 49-50) afirmam que

[...] [o]s mitos depositaram-se nas diversas estratificações do texto homérico; mas o seu relato, a unidade extraída às lendas difusas, é ao mesmo tempo a descrição do trajeto de fuga que o sujeito empreende diante das potências míticas. [...] A oposição do ego sobrevivente às múltiplas peripécias do destino exprime a oposição do esclarecimento ao mito. A viagem errante de Tróia a Ítaca é o caminho percorrido através dos mitos por um eu fisicamente muito fraco em face das forças da natureza e que só vem a se formar na consciência de si. O mundo pré-histórico está secularizado no espaço que ele atravessa; os antigos demônios povoam a margem distante e as ilhas do Mediterrâneo civilizado, forçados a retroceder à forma do rochedo e da caverna, de onde outrora emergiram no pavor dos tempos primitivos. Mas as aventuras

contemplam cada lugar com seu nome, e é a partir delas que se pode ter uma visão de conjunto e racional do espaço. O náufrago trêmulo antecipa o trabalho da bússola. Sua impotência, para a qual nenhum lugar do mar permanece desconhecido, visa ao mesmo tempo a destituição das potências. Mas a simples inverdade dos mitos - a saber, que o mar e a terra na verdade não são povoados de demônios, efeitos do embuste mágico e da difusão da religião popular tradicional - torna-se aos olhos do emancipado um 'erro' ou 'desvio' comparado à univocidade do fim que visa em seu esforço de autoconservação: o retorno à pátria e aos bens sólidos. As aventuras de que Ulisses sai vitorioso são todas elas perigosas seduições que desviam o eu da trajetória de sua lógica. Ele cede sempre a cada nova sedução, experimenta-a como um aprendiz incorrigível e até mesmo, às vezes, impelido por uma tola curiosidade, assim como um ator experimenta insaciavelmente os seus papéis. 'Mas onde há perigo, cresce também o que salva': o saber em que consiste sua identidade e que lhe possibilita sobreviver tira sua substância da experiência de tudo aquilo que é múltiplo, que desvia, que dissolve e o sobrevivente sábio é ao mesmo tempo aquele que se expõe mais audaciosamente à ameaça da morte, na qual se torna duro e forte para a vida. Eis aí o segredo do processo entre a epopeia e o mito: o eu não constitui o oposto rígido da aventura, mas só vem a se formar em sua rigidez através dessa oposição, unidade que é tão somente na multiplicidade de tudo aquilo que é negado por essa unidade. Como os heróis de todos romances posteriores, Ulisses por assim dizer se perde a fim de se ganhar. Para alienar-se da natureza ele se abandona à natureza, com a qual se mede em toda aventura, e, ironicamente, essa natureza inexorável que ele comanda triunfa quando ele volta - inexorável - para casa, como juiz e vingador do legado dos poderes de que escapou. Na fase homérica, a identidade do eu é a tal ponto função do não-idêntico, dos mitos dissociados, inarticulados, que ela tem que se buscar neles. Ainda é tão fraca a forma de organização interna da individualidade, o tempo, que a unidade das aventuras permanece exterior e sua sequência não passa da mudança espacial dos cenários, dos sítios das divindades locais, para onde o arrasta a tempestade. Todas as vezes que o eu voltou a experimentar historicamente semelhante enfraquecimento, ou que o modo de expor pressupôs semelhante fraqueza no leitor, a narrativa da vida resvalou novamente para a sucessão de aventuras. Na imagem da viagem, o tempo histórico se desprende laboriosa e revogavelmente do espaço, o esquema irrevogável de todo tempo mítico. O recurso do eu para sair vencedor das aventuras, perder-se para se conservar, é a astúcia. O navegador Ulisses logra as divindades da natureza, como depois o viajante civilizado logrará os selvagens oferecendo-lhes contas de vidro coloridas em troca de marfim.

Essa longa citação da *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) nos mostra a riqueza do mito de Ulisses para o saber geográfico e nossa abordagem deste. Embora o retorno a Ítaca seja, inicialmente, um retorno ao útero materno, local de conforto e de segurança, a trajetória iniciática demandada pelos deuses torna Ulisses um 'sujeito'; ela é responsável pelo processo de individuação do herói, que não tem o ego fragmentado em função de suas paragens. Aliás, é justamente essa unidade do ego conquistada à oposição constante àquilo que não é Ítaca e que não é Ulisses que permite o desenvolvimento do herói. Analogamente, essa oposição revela a capacidade da subjetividade e da identidade interferirem diretamente na mediação entre homem e natureza. Saber onde está e como agir são fundamentais para a constituição de Ulisses como sujeito.

No caso deste herói, a continuidade do Eu dá-se pelo forte desejo de retorno e, nesse sentido, Ulisses exhibe uma alternativa à escolha divina do lugar do homem, como vemos no mito de Babel. Obviamente, o divino interfere no destino do herói, mas sua própria condição heroica revela a dificuldade para o ser humano conseguir se desvencilhar do meio, das forças míticas e das figuras parentais. Ulisses se individua por ser herói. Assim sendo,

[...] [o] modelo do indivíduo emergente é o herói grego. Audaz e autoconfiante, ele triunfa na luta pela sobrevivência e se emancipa da tradição assim como da tribo. Historiadores como Jacob Burckhardt julgam que tal herói é a encarnação de um desenfreado e ingênuo egoísmo. Contudo, porquanto seu ego ilimitado irradie o espírito de dominação e intensifique o antagonismo do indivíduo em relação à comunidade e seus costumes, ele permanece obscuro quanto à natureza do conflito entre seu ego e o mundo, e se torna com frequência a presa de várias espécies de intriga. [...] O conceito de heroísmo é inseparável do conceito de sacrifício. [...] O único herói de Homero que nos dá a impressão de ter uma individualidade, uma mente própria, é Ulisses, e ele é demasiado ardiloso para parecer verdadeiramente heroico. O indivíduo grego típico floresceu na era da polis, ou cidade-estado, com a cristalização de uma classe burguesa. [...] Mas essa predominância da polis talvez mais facilitou que embaraçou a ascensão do indivíduo: estabeleceu um equilíbrio entre o estado e seus membros, entre a liberdade individual e o bem-estar da comunidade. O habitante da cidade é o indivíduo par excellence (HORKHEIMER, 2002).

O mito de Ulisses, outrossim, traz elementos que permitem acreditar na possibilidade de o homem se autonomizar face à natureza – à medida em que há mediação, há individuação. Se a autoctonia se faz presente, o ser humano é condicionado pela natureza. Nesse sentido, devemos lembrar que tanto a Esfinge quanto as Sereias, as *cruéis cantoras*, representam miticamente a autoctonia:

[...] Claude Lévi-Strauss enfocou o mito de Édipo e obviamente tentou dar, senão uma interpretação, ao menos uma definição da ‘cruel cantora’ de Tebas. Reunindo as frases e os conceitos do excepcional estudioso francês, talvez se possa chegar antropológicamente a uma definição de Esfinge: ‘Monstro-fêmea ctônio, com sinal invertido, símbolo da autoctonia do homem, monstro que violava os jovens, caso não lhe decifrassem o enigma, mas que, uma vez vencido e destruído, mostra que o ser humano não nasceu apenas da fêmea, mas do concurso desta com o macho’. Donde, a decifração do enigma, representaria a vitória da patrilinhagem sobre a matrilinhagem. Na realidade, tanto o dragão quanto a Esfinge simbolizam a autoctonia do homem. Vencidos pelo homem, atestam a negação desta autoctonia. [...] Na realidade, a Esfinge pertence simultaneamente a duas categorias de seres, que correspondem a dois enfoques diferentes: irmã de Efialtes, o monstro é um pesadelo, um demônio opressor; irmã das Sereias, a ‘cruel cantora’, é uma alma penada. Com efeito, Sereias, Queres, Erínias, Harpias, as Aves do Lago de Estinfalo... são, em princípio, almas dos mortos. Assim como existem várias Sereias, teria havido várias Esfinges. [...] Pois bem, todos esses seres possuem um traço comum: são ávidos de sangue e de prazer erótico. [...] Os povos do Mediterrâneo viam geralmente a alma sob a forma de um pássaro, o que faz que as Sereias e a Esfinge sejam ‘músicas’, como todas as suas irmãs que cantam e ‘encantam’ perigosamente. No canto XII [...] da Odisseia, Ulisses consegue escapar à

sedução das Sereias, cuja voz irresistível ‘encantava’ suas vítimas para devorá-las (BRANDÃO, 2007a: 245-7).

Se há mediação entre natureza e homem, rompe-se com a autoctonia e, talvez, cria-se a geografia – lembremos, fundada na subjetividade e na identidade do homem, as quais criam o habitat. Contudo, para ser científica, a geografia precisou do determinismo, fundamentado no darwinismo, o que nos obriga a repensar a geografia como ciência, tendo por base o próprio mito de Ulisses e tudo o que ele significa: 1) a oposição às forças míticas da natureza e às figuras paternas como meio para a individualidade e para a humanização do próprio homem, independentemente do meio em que vive; 2) explicitar, assim como no mito, a diferença entre senhor e subalterno, a fim de ampliar as possibilidades de existência digna dos seres humanos; 3) entender o viajante – e o geógrafo – como o Outro que não tem o ego fragmentado em função da alteridade e que é capaz de compreender a diferença como constituidora de sua própria identidade; e 4) a mediação com os lugares em que esteve e com seus habitantes impediu a identificação direta de Ulisses com ambos, o que significa dizer que a identidade do herói está alicerçada pela possibilidade ante ao meio e pela alteridade. Ulisses assume o papel do geógrafo porque não é um produto determinado pela natureza. Sua trajetória é uma *geografia* mítica pelos caminhos do Ideal do Eu maturativo, o que demanda adaptação.

Transpondo isso para a Barra, podemos perceber que a experiência de morar no bairro não favorece a mediação entre seres humanos e sequer com a própria natureza, uma vez que esta é fundamentalmente idealizada e, portanto, em muito se assemelha com as figuras míticas do mito ulissiano. Se a autoctonia se vincula à recusa do Outro, podemos inferir que a Barra da Tijuca é decorrente de uma subjetividade que preza pela ‘morte’ da alteridade, associada a um Ideal do Eu regressivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o que foi exposto nos quatro capítulos da tese, podemos propor algumas linhas de pensamento acerca da Barra da Tijuca, do Ideal do Eu, da individuação e da Geografia. A Barra da Tijuca figurou como um mero acidente geográfico por séculos, desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro no século XVI. Pertence originalmente, ao que parece, à Freguesia de Jacarepaguá, e foi agregada à da Gávea no século XIX, possivelmente em razão das conexões históricas que mantinha com o território da atual Área de Planejamento 2 (Zona Sul e Tijuca). Sua localização estratégica foi importante ao longo dos séculos. Enquanto a cidade conheceu o desenvolvimento do modo de produção capitalista no século XIX, a localidade permaneceu rural, ao que recebeu, na década de 1930, a alcunha de Sertão Carioca.

Nessa mesma década, iniciou-se a ocupação do bairro, com a Vila Balneário, e houve a construção de uma ponte para acesso à restinga. Essa ocupação rarefeita, por vezes associada à residência de veraneio manter-se-ia até as décadas de 1940 e 1950, com o loteamento visando à ocupação permanente nos locais conhecidos como Jardim Oceânico e Tijucamar, criados para serem um prolongamento da Zona Sul, mas com um caráter ainda agreste. São desta década os primeiros projetos de ocupação de toda a Baixada de Jacarepaguá. Houve profundas transformações na década de 1960, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, como o golpe militar e a transferência da capital para Brasília, que mudaram definitivamente o carioca e a cidade.

Com o Estado da Guanabara, o carioca mantinha sua singularidade diante da nação, e com a confluência dos orçamentos estadual e municipal, a cidade teve grandes melhorias na infraestrutura e na sua aparência. Essa cidade do futuro estaria de acordo com o Plano Doxiadis, que não foi realizado. O AI-5 aprofundou o regime de exceção e gerou o Milagre Econômico, ademais de favorecer a sistematização da indústria de construção civil no Brasil, o que possibilitou a ocupação dos fundos territoriais urbanos, notadamente, no Rio de Janeiro, a Baixada de Jacarepaguá.

Para ‘racionalizar’ essa ocupação, foi chamado o mesmo urbanista de Brasília, Lucio Costa, que propôs uma ocupação para a região que priorizasse o equilíbrio entre o natural e o construído, valorizando, assim, baixas densidades construtivas. O discurso

vigente era o da naturalidade da expansão imobiliária para a Baixada de Jacarepaguá, e o mercado vendia a promessa de uma vida idílica. Embora o Plano Lucio Costa não mencione a palavra condomínio, essa foi a forma que se consolidou na moradia do bairro desde a década de 1970.

O condomínio se tornou o modelo desejado de moradia e, ao longo do tempo, esteve associado ao consumo e à idealização, marcas da forma construída no bairro, uma vez que há diversos shoppings e a cenografia se tornou uma referência em alguns empreendimentos. Essa idealização está presente tanto no discurso de moradores quanto no estereótipo criado para eles, o do emergente, novo-rico. Contudo, o comportamento desses emergentes muitas vezes se confunde com o da chamada elite tradicional moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro. Talvez percebamos uma distinção cultural na classe alta e na classe média, de um ideal europeizado para um ideal americanizado. De todo modo, o que parece importar é manter a visão de paraíso na terra, morar em um lugar idílico, portanto utópico.

Uma parte do preconceito está associada à falta de equipamentos culturais de relevância, falta que a hoje nomeada Cidade das Artes tentou preencher. Esse projeto se insere na lógica de mercadização das cidades e do planejamento estratégico e teve início no Rio de Janeiro com o prefeito César Maia, o mais longo da história da cidade. Contudo, perdeu relevância na Barra da Tijuca quando seus dissidentes assumiram a Prefeitura e deram continuidade ao seu projeto – dessa vez o planejamento estratégico propôs um retorno ao Centro, por meio do Porto Maravilha, que busca revitalizar e requalificar a área portuária da cidade.

Quanto a nossos entrevistados, encontramos eco em alguns posicionamentos. A entrevistada 1 reproduz o ícone da praia como símbolo do Rio de Janeiro e do bairro e o estereótipo do novo rico, e cabe ressaltar que ela não é carioca. Descontrói a ilusão do condomínio ao afirmar que não possui vida comum com os vizinhos, mas que o bairro tem boa vida social, o que talvez reforce o papel do consumo como mediação das relações sociais no bairro. O entrevistado 2, por ter experiência de vida em outros bairros, afirma que a qualidade de vida no bairro é boa, acima da média dos outros bairros, e reforça o estereótipo de que há, na Barra, maior concentração de pessoas “sem nada na cabeça” e relata a necessidade de se *igualar* para estabelecer convívio dentro do condomínio.

A entrevistada 3 foi aparentemente a mais defensiva, reproduzindo a ilusão de que tudo na Barra é melhor, da praia à segurança, incluindo a vida no condomínio, a qual “propicia um bom relacionamento com todo mundo”. Aponta negativamente o crescimento do bairro, que ‘está muito cheio’, o que talvez retire um possível caráter de exclusividade. Essa noção de ‘muito cheia’ é comentada pela entrevistada 4 quando compara a praia da Barra às da Zona Sul, em uma pausa significativa pelo silêncio. As da Zona Sul estariam ‘mais cheias’. Reforça o papel da praia como ícone do bairro, e dentre os entrevistados, é a que vivencia a ilusão da Barra de forma mais ativa, já que, apesar de afirmar morar na Barra, reside, de fato, em Jacarepaguá. Os entrevistados 1, 2, 3 reforçam a falta de individuação quanto à Zona Sul do Rio de Janeiro, talvez porque represente o Ideal do Eu perseguido.

O entrevistado 5 foi o ex-prefeito Cesar Maia, que demonstra maior capacidade de percepção sobre a realidade urbana do Rio de Janeiro, tanto que optou por não responder à pergunta sobre quando, na sua administração, houve a mudança de local do projeto olímpico, inicialmente na orla da Baía de Guanabara e na Ilha do Fundão e posteriormente transferido para a Barra da Tijuca. Respondeu, ademais, que o Plano Lucio Costa foi ‘seguido fielmente ao seu escopo’, o que de fato não ocorreu. Contesta a ideia de haver diferença entre o morador da Barra e o do restante da cidade. Avalia de forma positiva a revitalização da área portuária, projeto que não conseguiu realizar quando ainda era prefeito.

Vimos que esse retorno ao Centro simboliza o retorno ao útero materno ou o resgate da onipotência narcísica, e ambos se vinculam diretamente ao Ideal do Eu regressivo. Essa subjetividade no caso da Barra da Tijuca assumiu a forma do condomínio, mas se considerarmos o desenvolvimento da Modernidade, podemos perceber que esta produz espaços de exceção. A diferença havida no século XX é que até a década de 1960, nos países de capitalismo avançado, esses espaços eram reservados aos outros, como negros, minorias étnicas e religiosas, e homossexuais. Com a Terceira Revolução Industrial, as mudanças técnicas e tecnológicas e o fim legal da discriminação fazem com que as elites passem a se autossegregar, modelo copiado parcialmente na Barra da Tijuca.

Essa ‘morte’ da alteridade presente na subjetividade do condomínio decorre fundamentalmente do Ideal do eu regressivo que propicia a relação imaginária especular

do sujeito com o outro, uma relação reflexiva que anula a diferença, dando origem à mimese e ao narcisismo das pequenas diferenças. Talvez essa seja a origem do comportamento estereotipado do chamado emergente, mas acreditamos que esse fenômeno seja realidade em qualquer grupo social territorializado. Nesse sentido, uma vez que encontramos traços desse comportamento em moradores da Zona Sul, acreditamos tratar-se apenas de uma tentativa de diferenciação social, muito frequentemente vivenciada por um falso self.

Ao tratar do Ideal do Eu, nos foi cara a utilização de Chasseguet-Smirgel e de Winnicott, já que acreditamos, e não estamos sozinhos, que as obras desses autores são, de certa forma, complementares. Acrescentamos aqui referências ao mito grego – o Ideal do Eu regressivo, associamos a Cronos, o que se funde aos filhos para não se castrar; o Ideal do Eu maturativo, vinculamos ao mito de Ulisses, que não abdica do desejo de retornar a Ítaca, mas se vê, no percurso, permanentemente obrigado a lidar com a alteridade. Nesse sentido, propomos que esta é justamente propiciada pela distância entre Ideal do Eu e Eu ideal, já que, se for ilusoriamente preenchida, o sujeito sequer é capaz de vislumbrar a diferença. Desse modo, o retorno ao útero é a anulação da diferença, própria do ser; o retorno ao estado de onipotência narcísica é a anulação da alteridade.

Ao comentarmos sobre o mito de Babel, trazemos à discussão justamente essa função precípua da cidade e do urbano, qual seja, a da individuação, da criação da diferença, aparentemente perdida com o pós-modernismo e o planejamento estratégico das cidades – copia-se de tudo, de arenas esportivas e pontes estaiadas a revitalização de portos. Nesse sentido, cabe ao geógrafo e ao psicólogo social investigar a subjetividade que cria essas formas espaciais e o porquê de elas serem mimetizadas.

Desse modo, essa mimese contemporânea não deve ser confundida com o cosmopolitismo ulissiano, uma vez que o herói não perde a sua mediação com o lugar em que está e apenas sobrevive porque toma consciência dessa geografia mítica. Se há mediação entre natureza e homem, rompe-se com a autoctonia e cria-se a *geo-grafia* – lembremos, fundada na subjetividade e na identidade do homem, as quais criam o lugar. Ulisses, talvez, seja um herói geógrafo. E com Ideal do Eu desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AITKEN, & HERMAN. **Gender, power, and crib Geography: transitional spaces and potential places**. In: *Gender, place and culture: a journal of feminist Geography*, v. 4, issue 1, pp. 63-88, 1997. (obra apenas mencionada.)

ALBUQUERQUE, Carlas Camila Girão. **Configuração e significados espaciais para a definição do bairro como unidade de planejamento: estudo de caso do bairro Ellery**. Recife: UFPE, 2011. Dissertação de mestrado.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara: um balanço histórico**. In: ABREU, Mauricio de Almeida. **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), 1992.

ANDREATTA, Verena. **Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

_____; CHIAVARI, Maria Pace; REGO, Helena. **O Rio de Janeiro e sua orla: história, projetos e identidade carioca**. Rio de Janeiro: PCRJ, 2009. Coleção Estudos Cariocas.

ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro e. **Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a'jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Tomo II.

_____. **Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a'jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822. Tomo VII.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 5ª ed.

ASCHER, François. **Los nuevos principios del Urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA BARRA DA TIJUCA (ACIBARRA). **O que realizou?** In: ACIBARRA em Revista, Rio de Janeiro, nº 31, maio 2015.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo. Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural**. s/d. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso 24 jan 2016.

ATELIER CHRISTIAN DE PORTZAMPARC. **Cd com dados do projeto recebido durante a pesquisa pelos responsáveis pela obra no Rio de Janeiro.** 2004.

AUTOR DESCONHECIDO 1. **Planta em q. se mostram as guardas e registros q. há na capitania do Rio de Janeiro.** 1767. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534307.jpg. Acesso 06 jun 2015. Mapa.

AUTOR DESCONHECIDO 2. **Mappa de parte da capitania do Rio de Janeiro.** 177. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534326/cart534326.jpg. Acesso 06 jun 2015.

AUTOR DESCONHECIDO 3. **Planta do Rio de Janeiro.** 1828. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart309959/cart309959.jpg. Acesso 05 maio 2015.

BALSINI, André. **Museu de Arte do Rio – MAR. Um híbrido na Praça Mauá.** In: Arquitextos, ano 16, 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5771>. Acesso 10 jan 2016.

BARRASHOPPING.COM.BR. **BARRASHOPPING.** Disponível em: <http://www.barrashopping.com.br/shoppings-multiplan>. Acesso 20 jan 2016.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. **O Império brasileiro: panorama político.** In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BASTOS, Pedro Paulo. **O ano em que a Barra quase saiu do mapa do Rio.** 2002. Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/blog/as-ruas-do-rio/bairro-a-bairro/o-ano-em-que-a-barra-quase-saiu-do-mapa-do-rio>. Acesso 15 jan 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

BEHNKEN, Luiz Mario. **Jogos Pan-Americanos de 2007: uma avaliação social.** Rio de Janeiro: FGV, 2010. Dissertação de Mestrado.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **A modernização do Rio de Janeiro.** In: Brenna, Giovanna Rosso Del (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos.** Rio de Janeiro: Index, 1985.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo Perspectiva, 2003. 3ª ed. 2ª reimp.

_____. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Perspectiva, 2004. 3ª ed. 2ª reimp.

BERNARDESARQ.COM.BR. **MAR- MUSEU DE ARTE DO RIO.** Disponível em: <http://www.bernardesarq.com.br/pt-br/projeto/museu-de-arte-do-rio>. Acesso 23 jan 2015.

BERQUE, Augustin. **A chôra em Platão.** In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). **Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um manual.** Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012.

_____. **O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica.** In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). **Filosofia da Paisagem. Uma antologia.** Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BESSELAAR, José Van Den. **As palavras têm a sua história.** Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1994.

BIRMAN, Joel. **Freud & a filosofia.** Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

BLOCH EDITORES. **Manchete 25 anos.** São Paulo: Abril, 1977.

BRANDÃO, Junito. **Mitologia grega.** Petrópolis: Vozes, 2007a. v. 1. 20ª ed.

_____. **Mitologia grega.** Petrópolis: Vozes, 2008. v. 2. 17ª ed.

_____. **Mitologia grega.** Petrópolis: Vozes, 2007b. v. 3. 14ª ed.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.

_____. Constituição de 1891.

BRASIL2016.GOV.BR. **Região Barra.** Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/instalacoes/barra>. Acesso 09 jan 2016.

BRAZILIAN TRACTION, LIGHT AND POWER. **Map of the city of Rio de Janeiro, showing public utilities operated by subsidiary companies.** 1937. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart231159/cart231159.jpg. Acesso 05 maio 2015.

BRENNA, Giovanna Rosso Del (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos.** Rio de Janeiro: Index, 1985.

CABAS, Antonio Godino. **Curso e discurso da obra de Jacques Lacan.** São Paulo: Moraes, 1982.

CAPASSO, Domenico. **Mappa corographico da capitania do Rio de Janeiro.** ca. 1730. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542711/cart542711.jpg. Acesso 07 jul 2015.

CARDEMAN, David & CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CARDOSO, Maria Francisca T. Cavalcanti. **A expansão do espaço urbano e crescimento do aglomerado do Rio de Janeiro.** In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, nº 202, pp. 3-10, 1968.

CARREFOUR.COM.BR. **Trajatória.** Disponível em: <https://www.carrefour.com.br/institucional/grupo-carrefour/trajetoria>. Acesso 24 jan 2015.

CARVALHO HOSKEN. **Jardim Oceânico e Tijuca – 1953**. Disponível em: <http://carvalho.oficinainterativa.com.br/site/barra-da-tijuca-ontem.aspx>. Acesso 09 dez 2015.

_____. **Cruzamento Av. Ayrton Senna e Av. das Américas – 1971**. Disponível em: <http://carvalho.oficinainterativa.com.br/site/barra-da-tijuca-ontem.aspx>. Acesso 09 dez 2015.

_____. **Cruzamento Av. Ayrton Senna e Av. das Américas – 1980**. Disponível em: <http://carvalho.oficinainterativa.com.br/site/barra-da-tijuca-ontem.aspx>. Acesso 09 dez 2015.

CHASSEGUET-SMIRGEL, Janine. **Ética e estética da perversão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **O Ideal do Ego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CHIAVARI, Maria Pace. **As transformações urbanas do século XIX**. In: Brenna, Giovanna Rosso Del (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CHILDE, V. Gordon. **The urban revolution**. In: *The Town Planning Review*. Liverpool, UK, v. 21, no 1, abr 1950, pp. 3-17.

CIRLOT, J. E. **A dictionary of symbols**. London: Taylor & Francis E-Library, 2001.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965a. v. 6.

_____. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965b. v. 3.

COMISSÃO DA CARTA CADASTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Carta do Distrito Federal**. 1907. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1352691/cart1352691.jpg. Acesso 05 ago 2015.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPIADAS. **Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>. Acesso 09 set 2015.

_____. **Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf. Acesso 08 ago 2015.

_____. **Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. 2014. Disponível em:

https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso 08 ago 2015.

CORREA, Magalhaes. **O Sertão carioca**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 167, nº 1, pp. 1-284, 1933. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORREIO DA MANHÃ. **Pistas descontínuas vão mudar a imagem do Rio**. 30 de maio de 1973. p. 7.

_____. **DER faz melhoramentos em Jacarepaguá**. 03 de fevereiro de 1972. p. 5.

_____. **Rio tem até mês que vem mais 160 km de rodovias**. 16 de fevereiro de 1971. p. 6.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

_____. **PP da Baixada de Jacarepaguá. Avaliação**. s/d. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/3109/Digitado%20%20III.B.01-02986.pdf?sequence=3>. Acesso 20 jan 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República. Momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 2003.

CRAIA, Eladio C. P. **Deleuze e a Ontologia: o ser e a diferença**. In: ORLANDI, Luiz B. L. (org.). **A diferença**. Campinas: UNICAMP, 205.

CROCHIK, José Leon. **Notas sobre a dicotomia corpo-psique**. In: *Interações*. São Paulo, Brasil, v. X, nº 19, jan-jun 2005, pp. 103-22

CRULS, Gastão. **A aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. v. 2.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DISTRITO FEDERAL. **Tourist map of Rio de Janeiro**. 1955. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart247767v/cart247767v.jpg. Acesso 22 fev 2015.

DOXIADIS ASSOCIATES. Guanabara. **A Plan for Urban Development**. Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.

DUNCAN, James & JOHNSON, Nuala C.. **A companion to Cultural Geography**. New York: Wiley-Blackwell, 2007. (obra apenas mencionada.)

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Mal-estar, sofrimento e sintoma. Releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista**. In: Tempo Social, São Paulo, v. 23, no 1, pp. 115-36, 2011.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário. Introdução à arquetipologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EDITORA ABRIL. **Geografia Ilustrada. Brasil**. vol. I e II. São Paulo: Abril, 1970.

EDITORA TRIESTE. **Rio de Janeiro. Planta da cidade**, escala 1:25.000. 1991? Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart812966/cart812966.jpg. Acesso 06 jun 2015.

ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas. Da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis**. São Paulo: Zahar, 2010a.

_____. **Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 2012

_____. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010b.

ENTREVISTADA 1. Depoimento concedido via Whatsapp a Washington Ramos dos Santos Junior. Fevereiro 2015.

ENTREVISTADO 2. Depoimento concedido via Whatsapp a Washington Ramos dos Santos Junior. Fevereiro 2015.

ENTREVISTADA 3. Depoimento concedido via Whatsapp a Washington Ramos dos Santos Junior. Fevereiro 2015.

ENTREVISTADA 4. Depoimento concedido pessoalmente a Washington Ramos dos Santos Junior. Fevereiro 2015.

ENTREVISTADO 5 (Cesar Eptacio Maia). Depoimento concedido via e-mail a Washington Ramos dos Santos Junior. Fevereiro 2015.

EPPINGHAUS, Annie Goldberg; POPPE, Marcia; TANGARI, Vera Regina. **Barra da Tijuca – um estudo. Privatização dos espaços públicos no Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/artigos_vera%20tangari/CBA-2003-Eppinghaus-Popper-Tangari.pdf. Acesso 03 mar 2014.

ESTADO DA GUANABARA. **Plano-Piloto para Urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Rio de Janeiro: DER, 1969.

_____. **Plano-Piloto para Urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá.** Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 19?.

_____. **A experiência da Guanabara.** Rio de Janeiro: Laudes, 1970a.

_____. **Rio ano 2000.** Rio de Janeiro: Comissão do Ano 2000, 1970b.

_____. **Via expressa para a Cidade Universitária e Aeroporto Internacional.** Rio de Janeiro: DER, 1970c.

_____. **A Auto-estrada Lagoa/Barra. Acesso ao Rio do futuro.** Rio de Janeiro: DER, 1970d.

EVANS, Dylan. **An introductory dictionary of lacanian psychoanalysis.** London, New York: Routledge, 2006.

FARJANI, Antonio Carlos. **Édipo claudicante. Do mito ao complexo.** São Paulo: Centro de Estudos Psicanalíticos, 1987.

FLAX, Jane. **Thinking fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West.** ?: University of California Press, 1990. (obra apenas mencionada.)

_____. **Disputed subjects: Essays on Psychoanalysis, Politics, and Philosophy.** New York: Routledge, 1993. (obra apenas mencionada.)

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia. Rio de Janeiro 1790-1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Olavo. **Mappa do Districto Federal.** 1911. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart177671/cart177671.jpg. Acesso 08 ago 2015.

FREUD, Sigmund. **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Imago Editora, 19?. 1 CD ROM.

FRIDMAN, Fania. **A propriedade santa: o patrimônio territorial da Ordem de São Bento na cidade do Rio de Janeiro.** In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 56, nº 1, pp. 203-18, 1994.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro.** In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 22, nº 1, pp. 1-46, 1960.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio.** Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. 5ª ed.

GIL, Gilberto (Gilberto Passos Gil Moreira). **Aquele abraço**. 1969. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/gilberto-gil/aquele-abraco.html>. Acesso 08 mar 2015.

GOOGLE EARTH (Software). Imagens de satélite. Acesso jan 2015.

_____. Google Street View. Acesso jan 2015.

GUEDES, Denise de Fátima Pinto. **Uma introdução ao conceito de Objeto a**. In: *Psicanálise & Barroco em revista*, v. 8, nº 1, pp. 159-74, 2010.

GUELL, José Miguel Fernández. *Planificación estratégica de ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

GUERRA, Antonio Teixeira & GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **Rio 2016, e agora? Oportunidades e desafios**. Brasília: Senado Federal, 2009.

HALL, Jacquelyn Dowd. **The long Civil Rights Movement and the political uses of the past**. In: *The Journal of American History*, v. 91, no 4, pp. 1233-63, 2005a.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2005b.

HALLEY, Peter. **Peter Halley Collected essays 1981-87**. New York: Lapis Press, 1988.

HARRISON, Charles & WOOD, Paul. **Art in theory, 1900-2000: an anthology of changing ideas**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *From Space to Place and back again: reflections on the condition of Post Modernity*. In: BIRD, J. *Mapping the futures: local culture, global change*. London: Routledge, 1993.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “Milagre Econômico” (1964-1973)**. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

HOLLAND, S. H. **Barra da Tijuca**. 1930?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon855556/icon855556.jpg. Acesso 09 dez 2015.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HORNSTEIN, Luis. **Narcisismo. Autoestima, identidade, alteridade**. São Paulo: Via Lettera, Centro de Estudos Psicanalíticos, 2009.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBRAHIM, Emílio. **Inauguração das pontes Santos Dumont e Plácido de Castro**. Disponível em: http://www.emilioibrahim.eng.br/d_3-73_PonteSDumont.shtml. Acesso 08 jan 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Municípios 1872 1991** (dados populacionais dos municípios brasileiros). Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipios_1872_1991/Documentacao/pop_mun_TUR_1872_a_2010.xls. Acesso 16 jan 2015.

INSTITUTO CARTOGRÁFICO CANABRAVA BARREIROS. **Mapa turístico do Distrito Federal**. 1951. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart356497/cart356497.jpg. Acesso 24 dez 2015.

LACOCQUE, André. **Whatever happened in the valley of Shinar? A response to Theodore Hiebert**. In: *Journal of Biblical Literature*, Atlanta, USA, v. 128, nº 1, 2009, pp. 29-41.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto**. Rio de Janeiro: PCRJ, 2006.

LAMEIRÃO, Camila Romero. **Estratégias políticas e gestão local: as subprefeituras do município do Rio de Janeiro**. Niterói: UFF, 2007. Dissertação de Mestrado.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEÃO, Manuel Vieira. **Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512339.pdf. Acesso 07 jul 2015.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Ethos emergente: notas etnográficas sobre o “sucesso”**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 65, pp. 73-83, 2007.

LIMA JUNIOR, Pedro Novais. **Uma estratégia chamada ‘Planejamento Estratégico’: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. Tese de Doutorado.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro, 1568/1920**. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 4. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A18.pdf>. Acesso 20 dez 2015.

LORETO.ORG.BR. **Histórico do santuário**. Disponível em: <http://www.loreto.org.br/parouquia/historico-do-santuario/>. Acesso 04 dez 2015.

MACEDO, Valter Luiz de. **O passado de volta: Planejamento Estratégico, mercantilização do espaço público e desigualdade urbana**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar. Do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, Luciano. **A “geração AI-5” e maio de 68. Duas manifestações intransitivas**. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MASCHEK, E. de. **Mappa do município neutro**. 187?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209447/cart209447.html. Acesso 08 jul 2014.

MELLO, Luiz de Anhaia. **Carta dos Andes**. São Paulo: Bem-estar, 1960. Trad. de Gustavo Rocha Filho.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. **Os Corpos de Ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa**. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, no 45, pp. 29-56, 2006.

MOLINA, Fabio Silveira. **Megaeventos e reestruturações urbanas no Rio de Janeiro: a “Paris dos trópicos” e a “Cidade Olímpica”**. Disponível em: http://megaeventos.etterm.ippur.ufrj.br/sites/default/files/artigos-cientificos/molina_f_mega_eventos_e_reestruturacoes_urbanas_no_rio_de_janeiro_0.pdf. Acesso 04 abr 2015.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **O Planejamento**. In: **Por um planejamento alternativo**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1983. Dissertação de mestrado.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: EdUSP, Hucitec, 1999.

_____. **Ideologias geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b. 2ª ed.

MORRIS, Fred B. **A Geografia Social no Rio de Janeiro**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 35, no 1, pp. 3-70, 1973.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

_____. **Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NEVES, Margarida de Souza Neves. **Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NOVOLEBLON.COM.BR. **Condomínio Novo Leblon. História.** Disponível em: <http://novoleblon.com.br/index.php/condominio/historia/>. Acesso em: 28 jun 2015.

O GLOBO (Acervo digital). **Jardim da Barra.** 02 de maio de 1950, Geral, p. 7. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lotas-na-barra-da-tijuca-15-minutos-do-leblon-num-dos-melhores-climas-do-rio-12140318#>. Acesso 27 dez 2015.

_____. **Barra da Tijuca “Jardim Oceânico”.** 28 de janeiro de 1956, Geral, página 1. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lotas-na-barra-da-tijuca-15-minutos-do-leblon-num-dos-melhores-climas-do-rio-12140318#>. Acesso 27 dez 2015.

_____. **Vista da Barra da Tijuca. As obras de construção do Túnel do Joá, em 1967: ao fundo, a área do Jardim Oceânico.** Agência O Globo, 18 de julho de 1967. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lotas-na-barra-da-tijuca-15-minutos-do-leblon-num-dos-melhores-climas-do-rio-12140318#>. Acesso 27 dez 2015.

_____. **Construção da ponte para ligar a Barra da Tijuca aos bairros da Zona Sul do Rio no final da década de 60.** Arquivo. 22 de outubro de 1969. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>. Acesso 28 dez 2015.

_____. **Vista aérea da Barra da Tijuca no final dos anos 60: bairro ainda com poucas edificações.** Arquivo. 03 de maio de 1969. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>. Acesso em 28 dez 2015.

_____. **Praia da Barra da Tijuca no início dos anos 70.** Foto de Rubens Seixas. 02 de novembro de 1970 (1970a). Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>. Acesso em 28 dez 2015.

_____. **Escalada para humanização muda a natureza e a face urbana do Rio.** 27 de fevereiro de 1970, Matutina, Geral, pp. 12-3 (1970b). Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lotas-na-barra-da-tijuca-15-minutos-do-leblon-num-dos-melhores-climas-do-rio-12140318#>. Acesso 27 dez 2015.

_____. **Via 11 vai ser reaberta ao tráfego amanhã.** 29 de outubro de 1970 (1970c), Matutina, Geral, p. 19.

_____. **Governo tem três metas de obras para a Barra.** 19 de abril de 1971. Vespertina, Geral, p. 28.

_____. **Chegou a vez de quem não podia morar em Ipanema. Pela metade do preço.** 13 de julho de 1975 (1975a), Matutina, O País p. 5.

_____. **O Edifício Bellini é a sua grande oportunidade de morar em Nova Ipanema. A melhor, a mais luxuosa.** 02 de agosto de 1975 (1975b), Matutina, O País, p.5.

_____. **Tamoyo inaugura bairro de Nova Ipanema, na Barra.** 09 de julho de 1975 (1975c), Matutina, Rio, p. 9.

_____. **Morar na Barra.** 29 de junho de 1975 (1975d), Matutina, Domingo, p. 2.

_____. **Novo Leblon.** 23 de dezembro de 1976 (1976a), Matutina, O País, p. 4.

_____. **Um projeto humano: Novo Leblon.** 12 de dezembro de 1976 (1976b), Matutina, O País, p. 11.

_____. **Você sabia?** 22 de janeiro de 1977, Matutina, O País, p. 5.

_____. **Sorria: a Barra também sabe ser elegante.** 08 de dezembro de 2002, Rio, p. 34.

PALLIÈRE, Julien. **Plan de Baie [et] de la ville de Rio de Janeiro.** 1823. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514064/cart514064.jpg. Acesso 05 maio 2015.

PANORAMIO. Perfil de Halley Pacheco de Oliveira. **Igreja de Nossa Senhora da Pena.** Disponível em <http://www.panoramio.com/photo/61258804>. Acesso 08 dez 2015.

_____. Perfil de Halley Pacheco de Oliveira. **Joatinga anos 70.** Disponível em: <https://ssl.panoramio.com/photo/75727803>. Acesso 30 dez 2015.

_____. Perfil de Halley Pacheco de Oliveira. **Joatinga anos 70.** Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/75729172>. Acesso em 30 dez 2015.

PARROT, André. **The tower of Babel.** London: SCM Press LTD, 1955.

PEDERSÉN, Olof. **Work on a digital model of Babylon using archaeological and textual evidence.** In: *Mesopotamia. Rivista di Archeologia, Epigrafia e Storia Orientale Antica.* Torino, Italia, nº XLVI, 2011, pp. 9-22.

PEREIRA, Claudia Loureiro de Alves. **Segregação urbana e as “novas classes médias”: o caso do bairro carioca da Barra da Tijuca.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002. Dissertação de Mestrado.

PINKER, Aron. **The book of Zephaniah: allusions to the Tower of Babel.** In: *The Jewish Bible Quarterly.* Jerusalem, Israel, v. XXVIII, no 1 (109), jan-mar 2000, pp. 3-11.

PORTZAMPARC, Christian de. **Uma cidade da música/ um projeto de Christian de Portzamparc**. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2008.

POSTER, Mark (ed.). **Jean Baudrillard: selected writings**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977.

_____. **Percepções sobre a qualidade de vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2001. Coleção Estudos da Cidade.

_____. **Limites dos bairros da cidade** (arquivo kmz). 2014. Disponível em: <http://data.rio/dataset/limites-dos-bairros/resource/ef4ee0b7-99e7-435e-b19f-a4083313dacd>. Acesso 01 jan 2016.

_____. **Mapa da cidade do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3082_mrj_50000_2013_140x90.PDF. Acesso 10 out 2015.

_____. **Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) Leblon**. s/d. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apa_c/anexos/leblon_textos.pdf. Acesso 08 dez 2015.

_____. **Fachada do antigo Hotel Leblon**. 2003. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Azevedo.pdf>. Acesso 08 dez 2015.

QUINET, Antonio. **Os outros em Lacan**. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

REIS, Norival; OLIVEIRA, Irani de. **Barra da Tijuca** (samba-canção), 1955. Disponível em: <http://cifrantiga2.blogspot.com.br/2010/11/barra-da-tijuca.html>. Acesso 09 jan 2015.

RAPOPORT, Amos. **The meaning of the built environment. A nonverbal communication approach**. Beverly Hills: Sage Publications, 1990.

REDE, Marcelo. **Da sociedade-templo à cidade-reino na antiga Mesopotâmia: aspectos da transição**. In: ALDROVANDI, Cibele E. V.; KORMIKIARI, Maria C. N.; HIRATA, Elaine F. V. (org.). **Estudos sobre o espaço na Antiguidade**. São Paulo: EdUSP, FAPESP, 2011.

REZENDE, Vera. **O jogo do verde com branco, Lúcio Costa em defesa do Plano-piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá**. 2005. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Vera%20Rezende.pdf>. Acesso 04 set 2015.

_____; LEITÃO, Gerônimo. **Barra da Tijuca no limiar do século XXI: do urbanismo modernista à cidade cenográfica?** Niterói, 2003a. Disponível em: http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica/trabalhos/rezende_vera/rezende_vera.htm. Acesso 04 set 2015.

_____. **Plano-piloto para a Barra da Tijuca e baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas.** Niterói, 2003b. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/148R.pdf>. 2003. Acesso 04 set 2015.

RIBEIRO, Márcio de Queiroz. **Túnel do Joá.** In: *Revista de Engenharia do Estado da Guanabara*, Rio de Janeiro, v. 35, nº 1, 1968.

RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. **A (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2009. Tese de Doutorado.

RICHARD, Lionel (org.). **Berlim, 1919-1933. A encarnação extrema da modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

RIO2016.COM. **Mapa de instalações.** Disponível em: <http://www.rio2016.com/mapa-de-instalacoes>. Acesso 08 jan 2016.

RIOTUR. **Mapa turístico do Rio de Janeiro.** 1974. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart463074/cart463074.jpg. Acesso 07 jul 2015.

RODRIGUES, Kleber Fernando. **“Vida e vida com abundância” – Teologia da Prosperidade, sagrado e mercado: um estudo de afinidade eletiva entre a TP, o Mercado e a Ética de Consumo na Igreja Universal do Reino de Deus.** Recife: UFPE, 2002. Dissertação de Mestrado.

ROSE, H. J. **A handbook of Greek mythology.** London, New York: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2005

ROSS, Allen P. **The dispersion of the nations in Genesis 11:1-9.** In: *Bibliotheca Sacra*. Dallas, USA, no 138, 1981, pp. 119-38

SADER, Bebel. **O que a Barra tem?** In: *Noo Magazine* (online). Postado em 05 jun 2013. Disponível em: <http://noo.com.br/e-na-barra-o-que-e-que-tem/>. Acesso 08 abr 2014.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. **Carta de Atenas: contextos originais.** Salvador: UFBA, 2001.

SAMUELS, Barbara. **The 1968 riots and the history of public housing segregation in Baltimore.** Disponível em: http://www.prrac.org/pdf/riots_and_rebirth.pdf. Acesso 11 nov 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cidade-espetáculo: política, planejamento e city marketing.** Curitiba: Palavra, 1997.

SANTANA, Anastácio de. **Guia de caminantes**. 1817. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.pdf. Acesso 05 maio 2015.

SANTOS, NORONHA. **As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos**. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos. **A Belacap em busca da hegemonia perdida**. Niterói, UFF, 2005. Monografia de conclusão do curso de graduação.

_____. **Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 2011. Dissertação de Mestrado.

SASSON, Jack M. **King Hammurabi of Babylon**. Disponível em: http://discoverarchive.vanderbilt.edu/bitstream/handle/1803/3863/King_Hammurabi.pdf. Acesso 20 jul 2013.

SAYCE, A. H. **Records of the past**. London: Samuel Bagster & Sons Ltd, 1888. v. 1. Disponível em: <http://archive.org/details/recordsofpastbei01saycuoft>. Acesso 20 jul 2013.

SAUDINO, Leandro. **Desde 1988, movimentos de independência política e financeira esquentam a rotina da Barra da Tijuca**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/desde-1988-movimentos-de-independencia-politica-financeira-esquentam-rotina-da-barra-da-tijuca-16949253>. Acesso 08 nov 2015.

SCHARINGER, Joana Pantoja. **Psicanálise e alteridade: um percurso em Lacan pelas diferentes modalidades de outrem**. Brasília: UNB, 2009. Dissertação de Mestrado.

SCHNEIDER, Wolf. **Babylon is everywhere. The city as man's fate**. New York, Toronto, London: McGraw-Hill Book Company Inc, 2013

SEELY, Paul H. **The date of the Tower of Babel and some theological implications**. In: *Westminster Theological Journal*. Glenside, USA, n° 63, 2001, pp. 15-38.

SERT, J. L. **The town planning chart, fourth C.I.A.M. Congress, Athens, 1933**. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR. **Carta do Districto Federal**. 1922. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1409647/cart1409647.pdf. Acesso 08 dez 2015.

SILVA, Izabel Pimentel da. **Azevedo Sodré**. s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Azevedo.pdf>. Acesso 20 dez 2015.

SILVA, Jorge Xavier da et al. **Análise da variação granulométrica de sedimentos na Barra da Tijuca**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 35, nº 1, pp. 3-70, 1973.

SILVA, Daniel Afonso da. **O enigma da capital: a mudança do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763**. São Paulo: USP, 2012. Tese de doutorado.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro da. **Entre posseiros e arrendatários: uma história social agrária da freguesia de Irajá, século XIX**. Seropédica: UFRRJ, 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/pphr/files/2013/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Rita-de-C%C3%A1ssia-Ribeiro-da-Silva.pdf>. Acesso 08 jun 2015.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da Teologia da Prosperidade em igrejas evangélicas pentecostais. Estudo da retórica e da argumentação no culto religioso**. São Paulo: USP, 2007. Tese de Doutorado

SKYSCRAPERCITY. **Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Visão geral de um bairro lindo de morrer**. Fórum de discussões online. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=962130&page=6>. Acesso 08 abr 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Direito à moradia adequada**. Brasília: SDNH, 2013.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. **Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro**. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 27, nº 3, pp. 329-388, 1965.

SOUZA, Ricardo Timm de. **A Filosofia e o Pós-moderno: algumas questões e sentidos fundamentais**. In: GUINSBURG, J. & BARBOSA, Ana Mae. **O Pós-modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOUZA, Pedro H. G. F. & MEDEIROS, Marcelo. **Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012**. In: *Sociologies in Dialogue*, Porto Alegre, v. 1, no 1, pp. 119-32, 2015.

SPEK, Bert van der. **Multi-ethnicity and ethnic segregation in Hellenistic Babylon**. In: DERKS, Ton & ROYMANS, Nico (ed.). **Ethnic constructs in Antiquity. The role of power and tradition**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005.

TEIXEIRA, Daniela C. **Resposta ao artigo publicado na Revista Noo**. In: Blog Sorria você está na Barra. Postado em 09 jun 2013. Disponível em: <http://sorriavcestanabarra.tumblr.com/>. Acesso 08 abr 2014.

TOTEM FILMES. **A cidade cresce para a Barra**. Rio de Janeiro, 1970.

URBANISMO.ORG.BR. **Vias arteriais e Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá** (descrição de obra). Disponível em: http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=3925_s/d. Acesso 09 jan 2016.

b. Plano de Diretrizes para vias arteriais na Planície de Jacarepaguá
(descrição de obra). Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2705 s/d B>. Acesso 09 jan 2016.

VAINER, Carlos. **Cidades de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Acesso 02 fev 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro, FGV: 2008. 2ª reimp.

_____. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VILHENA, Luís dos Santos. **Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro**. 1775. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325890/cart325890.jpg. Acesso 08 ago 2015.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J. de, Visconde. **Carta topographica e administrativa da província do Rio de Janeiro e do Município Neutro**. 1850. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_9.jpg. Acesso 06 jun 2015.

WINNICOTT, D. W. **Through paediatrics to psycho-analysis**. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1975.

_____. **Psycho-analytic explorations**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

_____. **Natureza humana**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

_____. **Playing and reality**. New York: Routledge, 2005.

_____. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **The maturational processes and the facilitating environment**. London: Karnac, 2007.

ZUIN, João Carlos Soares. **Sobre Primo Levi e os espaços de exceção no século XX**. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 14, nº 27, pp. 397-421, 2009.